



Universidade de Brasília/UnB
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**AGÊNCIA DE ATORES NÃO ESTATAIS EM PACTOS
INTERGOVERNAMENTAIS NA AMÉRICA DO SUL: A
COOPERAÇÃO ENERGÉTICA BRASIL-PERU (2008-2014)**

Paula Franco Moreira

Tese de Doutorado

Orientador: Eduardo Viola

Brasília-DF
Outubro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**AGÊNCIA DE ATORES NÃO ESTATAIS EM PACTOS
INTERGOVERNAMENTAIS NA AMÉRICA DO SUL: A COOPERAÇÃO
ENERGÉTICA BRASIL-PERU (2008-2014)**

Paula Franco Moreira

Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Relações Internacionais, área de concentração em Política Internacional e Comparada.

Banca Examinadora:

Dr. Eduardo Viola (IREL/UNB) - Presidente

Dra. Cristina Yumie Inoue (IREL/UNB) - Examinador Interno

Dr. Thiago Gehre Galvão (IREL/UNB) - Examinador Interno

Dr. Fabio Queiroz (RI/Universidade Católica de Brasília) - Examinador Externo

Dra. Paula Meyers (Faculdade de Engenharia de Energia/UNB) - Examinador Externo

Dra. Ana Flávia Barros (IREL/UNB) – Suplente

MOREIRA, Paula Franco

Agência de atores não estatais em pactos intergovernamentais na América do Sul: A cooperação energética Brasil-Peru (2008-2014). 295p. (UnB/IREL, Política Internacional e Comparada, 2015).

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais.

1. Integração energética Brasil-Peru
2. Campanhas da sociedade civil e Redes transnacionais de defesa de direitos na América do Sul

3. Política externa Brasileira e empreiteiras
4. Hidroeletricidade e limites planetários

I.UnB-IREL

II.Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Paula Franco Moreira

DEDICATÓRIA

Ao meu amor Artur e aos meus filhos Laura e Pedro, que me ensinaram a maternar e que me deram a força para concluir esta jornada.

À minha mãe Prof. Dra. Telma e meu irmão Dr. Cassio que me inspiraram para dar este grande passo na vida acadêmica. Ao pai Gilson que me deu o equilíbrio emocional necessário nas horas mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido por sua paciência, amor, apoio, companheirismo e razão, sempre.

À minha mãe, quem passei a admirar ainda mais após me tornar mãe. Minha gratidão.

Aos meus filhos que me fizeram companhia nas longas horas de redação e pesquisa neste longo processo solo até a conclusão do doutorado. À prima Nina Dmytraczenko e a vovó Ivana pelo carinho, amor e ajuda com as crianças.

Ao Eduardo Viola, pela preciosa orientação, atenção, ensinamentos e compreensão. Sempre antecipando o futuro com sua visão amadurecida sobre a condução de uma tese. Minha admiração, gratidão e amizade, sempre.

Aos amigos Pedro Bara, Adriana Fiorotti, Lia Mendes, Percy, Simone, Ricardo Verdum, Arnaldo Carneiro, entre diversas outras pessoas que me ajudaram a pensar na problemática desta tese e que se tornaram meus amigos no decorrer desta jornada. Agradeço aos demais orientandos do Eduardo Viola: Rafael Dubeux, Manuela Carneiro, Matias, Veronica, Larissa Basso e Carlos Tomé que enriqueceram esta tese através dos debates nos valiosos seminários de orientação conjunta.

Aos meus amigos peruanos que trouxeram luz a minha pesquisa e me fizeram companhia durante a pesquisa de campo na congelante cidade de Lima, em especial Fabian Simeon e Liz Gonzales, Antonio Zambrano, Vanessa Cueto, Cesar Gamboa, Francisco Rivasplata e Ruth Buendia Ashaninka.

À Prof. Maria Isabel, pelo incentivo e ensinamentos de processo decisório. Ao Prof. John Odell, pelos ensinamentos em metodologia e construtivismo. Ao Prof. Antônio Lessa pelas proveitosas aulas de política externa. Ao professores Tiago Gehre, Roberto Menezes, Fulvio Eduardo, Daniel Jatobá, pelas frutíferas discussões. Aos meus colegas de doutorado Silvana, Patrícia e Rafael Dubeux pela companheirismo nesta caminhada e apoio.

A todos do grupo de pesquisa CLIM (Sistema Internacional no Antropoceno e Mudanças Climáticas), em especial à Prof. Cristina Yumie pelas frutíferas discussões.

À Simone, Lia, Naninha, Fernanda Gebara, Âmena, Camila, Gustavo Meyer, Cássinha, Marco Cirilo, irmãos de coração, pela amizade que me sustentaram em minha nova cidade, Brasília. À Danieli Malschik por todo seu apoio. Ao Dr. Petrus e à Flavia Iliada pela preciosa assistência que nunca me deixaram insegura.

Ao Dr. Paulo Moutinho e ao IPAM, pelo apoio ao meu retorno à academia.

Ao Prof. Pedro Campos, pelo aprendizado.

Aos primos Prof. Paulo Franco Barbosa e Carlos David Franco Barbosa por toda ajuda e apoio técnico.

Aos grupos de trabalho GT infra-estrutura, BNDES *en mira*, *Colectivo Amazonia Hidreletricas* pela oportunidade de apresentar, debater e enriquecer o presente tema.

À CAPES pela bolsa e pela licença maternidade concedida da Laura.

À secretaria do IREL que sempre me apoiou e facilitou todos os trâmites burocráticos, Odalva, Vanessa e Anderson.

Aos inúmeros entrevistados, pela sua disposição e tempo, em especial à Carmen Heck, Rubens Rosental, Adriana Fiorotti, Pedro Bara, Ricardo Suassuna, Samuel Pinheiro, Luiz Alfredo Salomão, Adriano Silva, Cesar Butron, Saul Santanna, Talita, Erlon e Luis Gabriel, Cesar Buenamigo, Brent Millikan, Monti Aguirre, Cesar Gamboa, Antonio Zambrano e a líder indígena Ashaninka Ruth Buendia.

RESUMO

A tese buscou, em primeiro lugar, analisar e compreender como a campanha transnacional da sociedade civil contra o Acordo de Integração Energético Brasil-Peru e os projetos de hidrelétricas na Amazônia Peruana nele previstos atuou. Foi utilizada a abordagem construtivista e categorias conceituais de Relações Internacionais para entendimento dos atores (rede transnacional de defesa de direitos, comunidade epistêmica e empreendedores de normas), estratégias de atuação e normas internacionais utilizadas (Convenção OIT 169 e Comissão Mundial de Barragens, comparando com o Protocolo de Sustentabilidade da Associação Internacional de Hidro energia) pela campanha. A pesquisa incluiu uma análise da relação histórica de capitalismo de laços entre as empreiteiras brasileiras e o Estado Brasileiro, enfocando a participação delas na formulação dos projetos hidrelétricos previstos no Acordo. Foram analisados os argumentos da campanha de natureza social, ambiental, econômico e regulatório e os fatores conjunturais regionais e internacionais que influenciaram o curso da campanha. A tese concluiu que, embora os fatores conjunturais analisados também tenham influenciado para a suspensão da ratificação do Acordo e de seus projetos hidrelétricos previstos, a campanha foi exitosa para alcançar os seguintes resultados: (1) inserção das pautas no debate entre a sociedade peruana sobre a necessidade de planejamento energético do Peru a médio e longo prazo e sobre atual falta de necessidade da construção de hidrelétricas para a demanda do país; (2) articulação de mobilizações sociais em escala local, nacional e internacionalmente contra as hidrelétricas, colaborando para forçar o governo peruano a dialogar com a sociedade civil sobre o tema e a revisar seu cálculo político de governabilidade x impopularidade; (3) fortalecimento da sociedade civil peruana, que se tornou mais transnacionalizada, informada e empoderada; (4) aumento do risco de investimento privado sem considerações sociais e ambientais no país e finalmente (5) o aumento da visibilidade de Povos Indígenas (particularmente os Ashaninka) e comunidades locais potencialmente afetadas pelos projetos hidrelétricos.

Palavras-chave: Integração energética Brasil-Peru; campanhas da sociedade civil e Redes transnacionais de defesa de direitos na América do Sul; Política externa brasileira e Empreiteiras; Hidro energia e limites planetários.

ABSTRACT

This thesis aimed, in the first place, analyze and understand how the transnational civil society campaign against the Brazil-Peru Energy Integration Accord and its hydro power dams projects in the Peruvian Amazon planned acted. The analysis used the Constructivism framework and conceptual categories of International Relations to understand the campaign's actors (transnational advocacy network, epistemic community and norms entrepreneurs), strategies of action and international norms (International Labor Organization Convention 169 and World Commission on Dams, comparing with the Hydropower Sustainability Assessment Protocol from the International Hydropower Association) used by the campaign. The research included an analysis of the historical mutual dependency relation between Brazilian enterprises and the State of Brazil, typical of crony capitalism, focusing in their participation in the formulation of the hydropower dam projects planned in the Accord. Social, environmental, economic and regulatory arguments of the campaign were analyzed in this research, as well as the regional and international conjectural factors that influenced the development of the campaign. The thesis concluded that, although conjectural factors have also played a role to influence the suspension of the Accord's ratification and its hydro power dam projects, the campaign was successful to obtain the following results: (1) inclusion of the debate on the need of Peru's energy planning in the medium and long term among the Peruvian society; (2) articulation of social mobilization in local, national and international scale against the hydropower projects, collaborating to push the Peruvian government to open dialogue channels with civil society about the issue and review its political calculation of governability x unpopularity; (3) enhancement of the Peruvian civil society, which became more *transnationalised*, informed and empowered; (4) increase of private investment risk without social and environmental considerations in the country and finally; (5) increase of Indigenous Peoples' (in particular the Ashaninka) and local communities' visibility potentially affected by the hydro power dam projects.

Key-Words: Brazil-Peru energy integration; civil society campaigns and transnational advocacy networks in South America; Brazilian external policy and Enterprises; Hydro energy and planet boundaries.

Regiones

CONTACTENOS: editorregiones@comercio.com.pe

Área protegida en riesgo

Acuerdo energético con Brasil proyecta construir una hidroeléctrica que impactaría la geología del famoso Pongo de Mainique.



¿Intangibilidad relativa?

El D.S. N° 030-2004-AG le dio categoría de intangible al Santuario Nacional Megantoni, en el Bajo Urubamba, selva de Cusco.

CUSCO. SANTUARIO MATSIGUENGA EN PELIGRO

El Gran Pongo de Vargas Llosa

■ Proyectos de energía amenazan al Santuario Nacional Megantoni

■ La novela "El hablador" de MVLL describe la riqueza del Gran Pongo

MARÍA LUISA DEL RÍO

El Pongo de Mainique es un lugar sagrado para los matsiguengas que viven en la selva del Bajo Urubamba, a dos días de viaje por tierra y por río desde el centro de Cusco. Un pongo es el paso angosto y peligroso de un río. Cuando uno tiene la suerte de llegar a ese lugar –jamás en época de lluvias porque podría morir entre sus aguas endiabladas– entiende por qué es tan valioso. Las aguas del Urubamba se estrechan dentro de un callejón de rocas gigantes lleno de cataratas. Mario Vargas Llosa, en su libro "El hablador", describe la riqueza de este paraíso: "Allí ocurrió, en el Gran Pongo. Allí el principio principió. Tasurinchí bajó desde el Inkite... Hinchando su pecho, empezaría a soplar. Las buenas tierras, los ríos cargados de peces, los bosques repletos, tantos animales para comer".

Este hermoso escenario de alta biodiversidad se encuentra dentro del Santuario Nacional Megantoni, área natural protegida con carácter de intangible creada en el 2004 por DSN° 030-2004-AG. Seis años después, en el 2010, dos obras de gran envergadura se proyectan sobre la zona intangible y sobre lo que Vargas Llosa tuvo a bien llamar el Gran Pongo. Por un lado, Transportadora de Gas del Perú proyecta construir un túnel de más de 4 km, atravesando el subsuelo del santuario, para introducir un ducto que permitirá transportar el gas de Camisea hacia la costa. Por otro, el "Acuerdo para el suministro de electricidad al Perú y exportación de excedentes a Brasil", publicado por el Minem, proyecta la construcción de la central hidroeléctrica Mainique.

Patricia Patrón, consultora de la ONG DAR (Derecho, Ambiente y Recursos Naturales), afirma que se trata de una represa tipo cascada, con el fin de sacarle provecho a la geología del lugar, de altas caídas de agua sobre roca sólida. Por si fuera poca amenaza, hace menos de un mes se entregó al Congreso el proyecto de ley 4335, que pretende anular la obligación de presentar estudios de impacto ambiental a las concesiones hidroeléctricas, como un requisito para obtener la licencia de construir, medida poco amigable que parece buscar celeridad para dar luz verde a proyectos como Inambari. "El proyecto CH Mainique está dentro de un paquete de cinco hidroeléctricas que incluye también a Inambari y, coincidentemente, se trata de inversiones brasileñas. Para el caso de CH Mainique la empresa es Constructora Andrade Gutiérrez, brasileña también, que solicitó una concesión temporal, el Minem no respondió a tiempo, por silencio administrativo positivo, el 14 de mayo del 2010 obtuvo su permiso. Lo sorprendente es que tiene 1.598 MW de potencia, estamos hablando de una gran hidroeléctrica, casi tan grande como Inambari; esta última implica inundar casi 40 mil hectáreas de bosque para represar el río del mismo nombre y reubicar a 4 mil personas que viven allí", dijo Patrón.

Yimpson Dávila, también de DAR, se pregunta: "La Amazonía está lotizada al 54%. Si en cada lote se encuentran hidrocarburos,



FOTOS: LUIS PILARES

PONGO. Mario Vargas Llosa, en su libro "El Hablador", describe con admiración las bondades de este paraíso en la selva de Cusco, a dos días de viaje desde la ciudad.



VIDA. Antes y después del pongo se encuentran comunidades nativas, pero nadie se atreve a vivir dentro de él, pues es un lugar sagrado para la cosmovisión matsiguenga.



CONSULTA. La tantas veces postergada ley de consulta indígena es un tema cada vez más urgente.

COMENTARIO DE LA EDITORA

MARÍA LUISA DEL RÍO
Periodista

Por una política ambiental digna

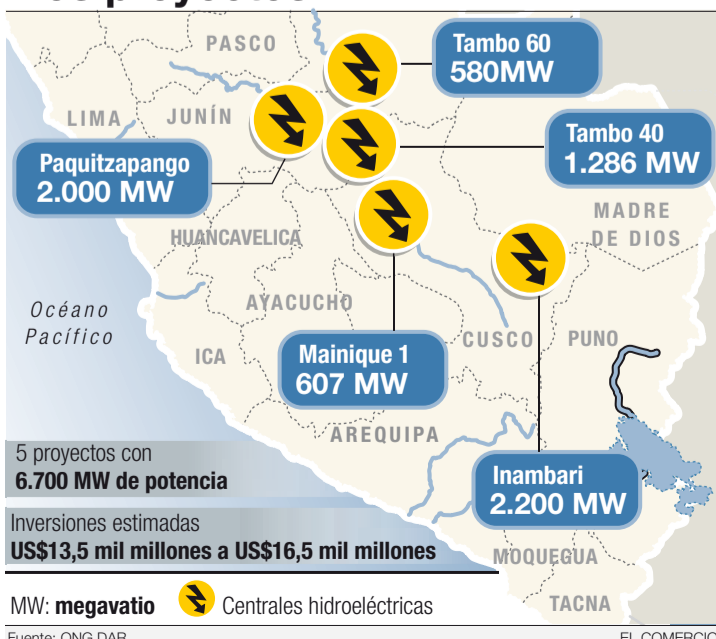
Paralelamente a las celebraciones por el Nobel de Vargas Llosa, esta semana ha estado llena de protestas, al norte y al sur del país. Gente que parece estar furiosa con lo que en el futuro podría tenernos enardecidos a todos: la guerra por el agua. Lo que tienen en común los reclamos de Áncash, contra la minera Chancadora Centauro, y los de Cusco, contra el proyecto de irrigación Majes-Siguas II, es el poder sobre el recurso hídrico. En el primer caso se defiende una laguna, en el segundo un río.

Por otro lado la gente sonríe, y en la sierra de La Libertad se celebra a la Virgen de la Puerta con devoción y belleza. En las playas de Tumbes y Piura ya se vendió toda la capacidad hotelera para el Año Nuevo, en la sierra de Lambayeque se hace un extraordinario panetón con harina de hongos, y ese mismo departamento goza de un aumento de 59% en su agroexportación. Por supuesto que hay buenas historias. Sin embargo también vemos, con tristeza, que nuestra política ambiental resulta torpe y autodestructiva. Ahí donde se quiere iniciar una actividad extractiva muchas veces se ignora que también hay miles de

personas que viven en armonía con su ecosistema. Ahí donde se van a construir 100 kilómetros de carretera Interoceánica con nuestros impuestos, ahí mismo se proyecta inundar justamente esos 100 km, dentro de casi 40 mil hectáreas de bosque que también serán inundadas, para hacer una gran hidroeléctrica en Inambari y proyectar varias más en otras zonas de selva. Sin necesidad de hacer una encuesta, nos atrevemos a afirmar que nadie está en contra del crecimiento económico. ¿Por qué habríamos de estarlo? Pero eso no quita que quizás nuestras negociaciones estén yendo contra nosotros mismos, como país.

La extracción de un recurso no debe destruir otro, la satisfacción de las necesidades básicas de una parte de la población no debe darse en perjuicio de la otra. Creamos áreas naturales protegidas con carácter intangible sobre las cuales luego proyectamos hidroeléctricas y túneles. ¿Qué estamos priorizando? ¿Qué vamos a hacer con los millones de dólares producto del canon energético cuando ya no tengamos agua? ¿Qué vamos a explicarles a nuestros hijos?

Los proyectos



MÁS DATOS

El valor de un santuario

■ El Pongo de Mainique se ubica dentro del Santuario Nacional Megantoni, una reserva con carácter de intangible, creada en el año 2004.

■ En la Zona de Amortiguamiento del Santuario Megantoni viven más de 11.700 habitantes.

■ El Pongo de Mainique debe su nombre al oso de anteojos, maeni en matsiguenga, el más abundante mamífero del santuario.

■ El mono choro, intensamente cazado en otras áreas de Sudamérica, se encuentra protegido en el Santuario Megantoni.

■ El santuario es hábitat de 600 especies de aves, 70 especies acuáticas, 32 especies de mamíferos grandes y medianos.

■ El Santuario Nacional Megantoni es un corredor crítico para especies como el jaguar, que necesita grandes áreas.

¿vamos a tener 54 ductos? Necesitamos hidrocarburos, pero tiene que haber una planificación en la actividad extractiva. El Santuario Megantoni se creó por exigencia del BID, como una medida para proteger esta área. Cuando se hizo el primer ducto de TGP se tomó la decisión de no pasar por esa zona cuando todavía no tenía categoría de santuario [intangible], ahora que se ha categorizado, se quiere pasar. La zona del Bajo Urubamba es endémica, es lo que Conservación Internacional designa como un 'hot spot', una de las seis bolsas de vida que existen en el mundo. Se puede decir que la vida apareció en el Bajo Urubamba".

Se puede, claro, lo dijo Mario Vargas Llosa en su novela "El hablador" en 1985, él mismo se lo escuchó decir a los matsiguengas. ■



Site of the proposed Inambari Dam
in the Peruvian Amazon.
Photo: Nathan Lujan

Brazil Eyes the Peruvian Amazon

WILD RIVERS AND INDIGENOUS PEOPLES AT RISK

The Peruvian Amazon is a treasure trove of biodiversity. Its aquatic ecosystems sustain bountiful fisheries, diverse wildlife, and the livelihoods of tens of thousands of people. White-water rivers flowing from the Andes provide rich sediments and nutrients to the Amazon mainstream. But this naturally wealthy landscape faces an ominous threat.

Brazil's emergence as a regional powerhouse has been accompanied by an expansionist energy policy and it is looking to its neighbors to help fuel its growth. The Brazilian government plans to build more than 60 dams in the Brazilian, Peruvian and Bolivian Amazon over the next two decades. These dams would destroy huge areas of rainforest through direct flooding and by opening up remote forest areas to logging, cattle ranching, mining, land speculation, poaching and plantations. Many of the planned dams will infringe on national parks, wildlife sanctuaries and some of the largest remaining wilderness areas in the Amazon Basin. By changing the natural cycles of the region's river systems – the lifeblood of the Amazon rainforest – large dams threaten the rainforest and the web of life it supports.

BRAZIL'S ROLE IN PERU'S AMAZON DAMS

In June 2010, the Brazilian and Peruvian governments signed an energy agreement that opens the door for Brazilian companies to build a series of large dams in the Peruvian Amazon. The energy produced is largely intended for export to Brazil. The first five dams – Inambari, Pakitzapango, Tambo 40, Tambo 60 and Mainique – would cost around US\$16 billion, and financing is anticipated to come from the Brazilian National Development Bank (BNDES).

The Peruvian government is hoping that the dams will boost foreign exchange earnings from energy exports, increase tax revenue, and help build local economies through the services and jobs required during dam construction. In a rush to



facilitate private investment, the government is pushing through two laws that would expedite approvals of dams, pipelines and road projects, and exempt them from obtaining environmental certifications as a prerequisite for concession approval.

The electricity inter-connection between Brazil and Peru is part of a broader energy integration scheme in Latin America. The dams would enable the integration of Brazil with the national systems of the Andean region, and in turn the Brazilian connection would link Argentina, Paraguay and Uruguay to the rest of South America. Brazilian electric utility Eletrobras is leading the evaluation of the projects' feasibility in cooperation with Brazilian private companies such as Engevix, OAS, Andrade Gutierrez and Odebrecht.

ASHANINKA REJECT PAKITZAPANGO DAM

One of the first projects in line to be built is the Pakitzapango Dam, which would wall off the Ene River with a 165-meter-high dam. The project is being developed by Brazilian construction giant Odebrecht and electric utility Eletrobras, which estimate that it will generate 2,000 megawatts (MW) mostly for export to Brazil. In addition to the Pakitzapango Dam, the Tambo 40, Tambo 60 and Sumabeni dams are also planned in the Ene-Tambo River Basin.

Ten Ashaninka communities with close to 10,000 people living on both sides of the Ene River would be displaced and their livelihoods harmed by Pakitzapango alone. The health of the Ene River is crucial for the Ashaninka indigenous people, who depend on its fish resources, the fertile soils of its floodplains, and the many foods and products in the surrounding forests. They also cultivate small plots of land on which they grow manioc, yams, peanuts, bananas and pineapples. The forest provides edible and medicinal roots, honey, and materials to make baskets and mats. Yet the reservoir would flood 734 square kilometers of forests, arable lands and water sources upon which the Ashaninka depend.

Even though Peru ratified Convention 169 of the International Labor Organization (ILO), which requires that indigenous and tribal peoples be consulted on issues that affect them, the Ashaninka people whose lands are legally protected have not been consulted about the Pakitzapango Dam.

The Ashaninka are one of the largest indigenous groups in the Peruvian Amazon, numbering close to 70,000. Although the Spaniards never conquered the Ashaninkas, the intrusion



Girl bathing on the Ene River, which is threatened by the Pakitzapango Dam. Photo: Jonathan McLeod

on their lands – first by rubber-tappers and missionaries, and later by settlers, guerrillas, coca growers and traffickers – brought about enslavement, torture, displacement and massacres. During the internal war in Peru in the 1980s and 1990s, the Maoist guerrilla group Shining Path gained control over areas of the Ene and Upper Tambo rivers. Many Ashaninka were forcibly displaced or enslaved, and close to 6,000 were killed. Thirty to forty communities disappeared.

Yet, the resiliency of the Ashaninka is extraordinary, and they maintain their ethnic identity. Today, they are fighting against illegal logging and coca growing, and are working on managing and protecting their forests. The Ashaninka Organization of the Rio Ene (CARE), initially created in 1993 to support the Ashaninkas after the war, is the leading Ashaninka organization working in defense of communities, forests, and lands, and to protect the Ene River.

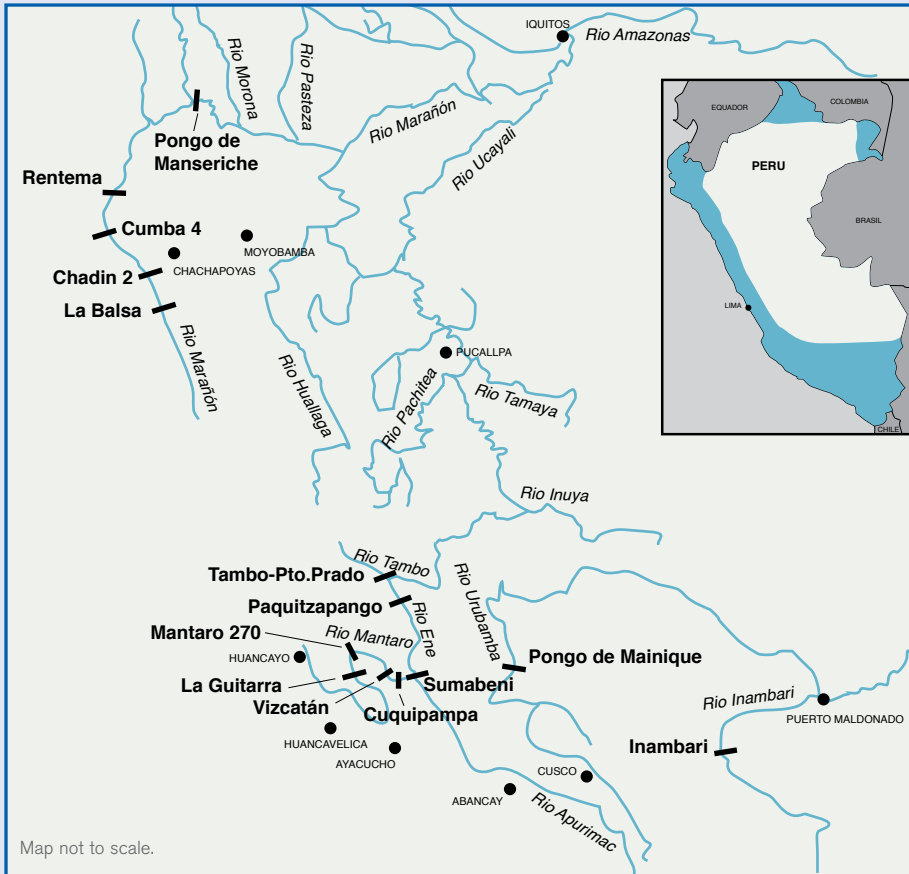
Pakitzapango Energia, S.A.C. obtained a temporary concession to conduct feasibility studies for the project in 2008. To counter this, CARE presented a legal administrative action against the project before the Ministry of Energy and Mines (MINEM) in 2010. MINEM established that the feasibility studies were not concluded within the time allowed, and resolved not to renew the temporary concession to Pakitzapango Energia. MINEM's decision has been appealed, and the case may end up in the Constitutional Court. Stopping construction of the Pakitzapango Dam and others planned for the Ene-Tambo River Basin is crucial for the survival of the Ashaninka as a people.

PAKITZAPANGO THREATENS AREAS OF HIGH BIODIVERSITY

Large areas of the region where the Pakitzapango Dam would be built are protected by the Otishi National Park, which connects to the Vilcabamba–Amoró Binational Corridor that links Peru and Bolivia, forming one of the last remaining contiguous forest ecosystems in the Andean-Amazonian region. Mainly mountainous with large areas of minimally disturbed forests, the area is endowed with astounding biodiversity characterized by endemic wild flora and fauna, some in danger of extinction.

Otishi (which means “summit” in Arawak) extends for 7,093 sq km, and was created in 2003 to conserve the stability and integrity of the soils and the waters of the Ene, Tambo and Urubamba river basins. Otishi National Park is home

Dams in the Peruvian Amazon



“For us the river does not generate money, the river gives us food, gives us life. The dam builders and oil, mining, and lumber companies want our resources, but we want development in concert with our culture. Dams are not a part of our development.”

– Ruth Buendia Mestoquiari, President of CARE



Ruth Buendia Mestoquiari.
Photo: Jonathan McLeod

to a large number of bird species, small and large mammals, amphibians, insects, butterflies, and much more. New species have been discovered here that are endemic to the region.

The Ashaninka Communal Reserve and the Machiguenga Communal Reserve were created as buffer zones to Otishi. Communities fear that construction of the Pakitzapango Dam and the associated transmission line corridor would open the buffer zones to logging and petroleum interests. Roads would make possible a wave of colonization, disrupting indigenous communities and causing environmental destruction, which eventually would reach Otishi.

INAMBARI DAM

Another project likely to be fast-tracked under the Brazil-Peru Energy Agreement is the Inambari Dam on the Inambari River in Puno, Cusco and Madre de Dios states, 300 km from the Brazil border. If built, the massive \$4 billion project would form a reservoir of 410 sq km. The dam would be the first in a proposed cascade which, as well as generating electricity, would also send water during times of

drought to Brazilian dams Jirau and Santo Antonio on the Madeira River. Companies in EGASUR – the Brazilian-Peruvian consortium created to build the project – have stated they have received promises of a \$2.5 million loan from the Brazilian National Development Bank (BNDES) for the project.

The Bahuaja-Sonene National Park, a world-class sanctuary of high biodiversity, would be threatened as new roads are built, leading to increased colonization, forest burning, cattle ranching and large farms, hunting, and erosion.

Fifty small towns would be either flooded by the dam or their economy and transportation harmed, and close to 15,000 people would be displaced. Most people are migrants from the highlands of Puno State, who began to arrive 50 years ago. The newcomers began to grow cacao, pineapple, bananas and manioc. Others do small-scale fishing, or artisanal gold mining along the Inambari. A 100 km stretch of the Inter-Oceanic Highway (built by Brazil, not yet paid for by Peru) would also be flooded.

Communities from towns like San Gaban – which would be destroyed by the construction of the wall of the Inambari Dam through it – have held numerous protests over several years. Road blockades on main roads that give access to cities are regular occurrences, and signs of “No to Inambari Dam” can be found in many towns along the river. The Native Federation of Madre de Dios River (FENAMAD), comprised of several indigenous groups and other downstream communities in Madre de Dios State, have demanded cancellation of the project. They say they have not been consulted, and are concerned about the risks of extinction that isolated indigenous people would face. Downstream communities have not been made aware of the impacts that cutting off the river’s flow would have on them.

Due to opposition to the project, required public consultations have not taken place, and the company has not been able to submit the Environmental Impact Assessment (EIA). EGASUR currently lacks permits to build the project, but if legislation that exempts companies from presenting an EIA are approved, EGASUR could obtain construction permits soon.

OTHER SOURCES OF ENERGY ARE POSSIBLE

The Peruvian government, which has yet to produce a long-term national energy plan, is now at a decision-making point for shaping the country’s energy plan for decades to come. The government has shown signs of seeking and developing alternative sources of energy. Peru is renewable energy-rich, with close to 30,000 MW of non-dam renewable energy potential.

In May 2008 the Peruvian government passed a law to create incentives for the development of biomass, wind, solar, tidal and geothermal energy, and of hydroelectric power plants under 20 MW. The law guarantees a 12% rate of return for investments and gives priority to their dispatch into the national grid. As their generation costs are higher than the average cost of the present mix of mainly hydroelectric and natural gas power stations, a small increase in electricity tariffs would pay for them.

The Wind Atlas of Peru shows that the country has 22,000 MW in wind power potential. Three wind farms on the Pacific coast with an installed capacity of 142 MW will begin operations in 2012 and other wind projects are expected to be developed in the short-term.

The southern coast of Peru has favorable conditions for solar energy development. In 2010, contracts were granted for four photovoltaic plants with a total installed capacity of 80 MW to supply energy over a period of 20 years. The four plants in the southern regions of Arequipa, Tacna and Moquegua are expected to begin operations in 2012.

In 2008, the “Promotion of Efficient Energy Use” law was

approved, aiming to develop a national culture for energy efficiency through programs and education, promotion of cogeneration and distributed generation. Additional regulation supports the replacement of incandescent lights by compact fluorescent bulbs. Energy efficiency labeling guidelines were recently issued to help consumers in their selection of efficient appliances. There is great potential for energy conservation in Peru, and with a concerted effort by government, substantial energy savings could be realized.

The government claims that the energy produced by the hydroelectric projects would be cheap for Peruvians, but this might not be the case. The feasibility study for the proposed Inambari Dam shows that the generation cost is higher than current national electricity tariffs. What’s more, the high social and environmental costs – which would be transferred to the Peruvian people – have not been taken into account.

While Peru claims it will generate much-needed foreign exchange for the country through selling power to Brazil, the high costs of damming the Peruvian Amazon may outweigh its benefits.

CAMPAIGN TO SAVE THE RIVERS OF THE PERUVIAN AMAZON

CARE is leading a powerful national and international campaign for the protection of the Ene River and Ashaninka communities, and in opposition to planned dams. Ashaninka communities demand that their rights as indigenous people are respected under international law. They have already filed legal actions that have temporarily halted construction of the project, and insist that the government of Brazil respect the decisions of the Ashaninka people and call off any negotiation regarding the Pakitzapango Dam.

Communities from the Puno area continue to hold marches, roadblocks, meetings and strikes pressing for cancellation of Inambari Dam. They are exploring legal actions to stop the project. Local group FENAMAD has made alliances with other affected peoples to strengthen their opposition. Local NGOs are lobbying congress to modify the energy agreement made between Peru and Brazil, and a strong movement for the protection of the Amazon rivers of Peru is growing.

Join the movement to protect the rivers of the Peruvian Amazon at internationalrivers.org/en/peru.

RESOURCES

For further information, visit the following websites:

Central Ashaninka del Rio Ene (CARE)
<http://ashanincare.org/>

Derecho, Ambiente y Recursos Naturales
<http://www.dar.org.pe/>

JOIN US!

For more information, visit: internationalrivers.org/en/peru

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y EL
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL PARA EL
SUMINISTRO DE ELECTRICIDAD AL PERÚ Y EXPORTACIÓN
DE EXCEDENTES AL BRASIL**

El Gobierno de la República del Perú

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil
(en adelante denominados "las Partes"),

Considerando:

El Memorándum de Entendimiento para el Establecimiento de una Comisión Mixta Permanente en Materia Energética, Geológica y de Minería entre el Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil y el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú, firmado en Brasilia, el día 9 de noviembre de 2006;

La Reunión de la Comisión Mixta Permanente en Materia Energética, Geológica y de Minería realizada en la ciudad de Lima, el día 28 de agosto de 2007, que creó el Grupo de Trabajo *ad hoc* de Integración Energética con el objetivo de preparar una propuesta de convenio bilateral para desarrollar estudios sobre el potencial de integración energética entre las Partes, incluyendo proyectos hidroeléctricos para la exportación de energía eléctrica del Perú para el Brasil;

El Convenio de Integración Energética entre el Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil y el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú, suscrito en Lima, el día 17 de mayo de 2008, cuyos objetivos incluyen desarrollar estudios sobre el potencial de integración energética entre los dos países, evaluar proyectos hidroeléctricos para la exportación de energía del Perú para el Brasil y el marco normativo regulatorio de cada país, y examinar la implementación de proyectos de conexiones eléctricas fronterizas, entre otros;

El Comunicado Conjunto de los Presidentes de la República Federativa del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, y de la República del Perú, Alan García Pérez, de fecha 17 de mayo de 2008, con ocasión de la visita oficial del Presidente de la República Federativa del Brasil al Perú, en la cual los mandatarios priorizaron, entre otros, la interconexión eléctrica de la agenda bilateral y reafirmaron el empeño de sus respectivos Gobiernos en promover mayor integración en el ámbito energético, especialmente en materia de interconexión eléctrica;



El Memorándum de Entendimiento entre el Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil y el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú, suscrito el 28 de abril de 2009, con el objetivo de desarrollar estudios de viabilidad para la interconexión eléctrica entre los dos países, para la exportación de energía del Perú para el Brasil y para el abastecimiento de energía eléctrica al mercado peruano, relacionados con los proyectos que sean determinados prioritarios por las Partes, vinculados al Convenio de Integración Energética entre ambos Ministerios, firmado el 17 de mayo de 2008;

El Comunicado Conjunto de los Presidentes de la República Federativa del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, y de la República del Perú, Alan García Pérez, de fecha 28 de abril de 2009, con ocasión de la visita al Brasil del Presidente de la República del Perú, en la ciudad de Río Branco, Estado del Acre, en la cual los mandatarios, entre otros, ratificaron el interés en la integración energética entre los dos países, instruyeron a los Ministerios Competentes en el sentido de que elaboren instrumento bilateral que establezca las condiciones necesarias para la integración eléctrica y resaltaron la importancia de promover la interconexión eléctrica entre las localidades de la frontera común, en el espíritu de fortalecer los vínculos entre las poblaciones de frontera y mejorar su calidad de vida;

El compromiso asumido por los Presidentes de los dos Estados en el Encuentro Presidencial realizado el día 11 de diciembre de 2009, en la ciudad de Lima, mediante el cual se encargó a los respectivos Ministerios del Sector de Energía del Perú y del Brasil para que presenten un proyecto de acuerdo que promueva el desarrollo de centrales de generación hidroeléctrica en territorio peruano para la producción de energía eléctrica para atender la demanda interna del Perú y la exportación de energía eléctrica al Brasil;

Los avances alcanzados en las reuniones técnicas realizadas por el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú y el Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil a fin de definir los aspectos técnicos y el marco regulatorio necesarios para dicho proyecto orientado al suministro prioritario de electricidad al Perú y la exportación de los excedentes de potencia y energía eléctrica asociada al Brasil; y

La importancia del desarrollo sostenible y la voluntad en avanzar en una integración energética que genere los mayores beneficios para ambos países, en particular para sus comunidades locales, conservando el ambiente y manejando eficientemente sus recursos hídricos,

Acuerdan:



Artículo 1 Declaración

Es de interés mutuo para las Partes el desarrollo de la infraestructura energética necesaria para el suministro prioritario de electricidad al Perú y la exportación de los excedentes de electricidad al Brasil, en un contexto de Desarrollo Sostenible, para viabilizar la interconexión de los sistemas eléctricos de los dos países.

Artículo 2 Objeto

1. El objeto del presente Acuerdo es establecer el marco legal que promueva el desarrollo de la infraestructura necesaria en el territorio peruano para la producción de electricidad destinada a su mercado interno y la exportación de los excedentes de potencia y energía eléctrica asociada al Brasil, con el objetivo de viabilizar la interconexión entre los sistemas interconectados nacionales de las Partes.
2. Los excedentes de potencia y energía eléctrica asociada destinados para la exportación al mercado brasileño serán definidos por el Estado peruano, según lo dispuesto en el inciso "c", numeral "v" del artículo 3 del presente Acuerdo.

Artículo 3 Marco General

Las Partes acuerdan establecer el siguiente marco general para el desarrollo de infraestructura de generación hidroeléctrica ubicada en el territorio peruano, en adelante denominada "Centrales de Generación", y de transmisión eléctrica asociada, en adelante denominada "Líneas de Transmisión":

- a) La capacidad acumulada de todas las Centrales de Generación que se puedan comprometer para la exportación al Brasil será como máximo 6 000 MW más una tolerancia del 20%;
- b) La potencia y energía eléctrica asociada a cada una de las Centrales de Generación, destinadas a cubrir las necesidades del mercado eléctrico peruano y a exportar los excedentes al mercado eléctrico brasileño, se comprometerán respetando el siguiente orden: (1ro) el Mercado Regulado peruano, (2do) el Mercado Libre peruano y (3ro) el mercado brasileño;



- c) Para determinar la cantidad de potencia y energía eléctrica asociada de las Centrales de Generación, que se comprometerán para cada uno de los mercados señalados en el inciso "b" del presente artículo se deberá proceder conforme a lo siguiente:
- i. Los titulares de los proyectos de las Centrales de Generación suministrarán, al Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú, la información técnica de los proyectos en la forma y oportunidad que éste establezca;
 - ii. El Estado peruano, previo al otorgamiento de la concesión definitiva y conforme a los estudios e informes realizados, establecerá la cantidad de potencia y energía eléctrica asociada destinadas al Mercado Regulado peruano y sus correspondientes precios, por un periodo de treinta (30) años;
 - iii. Los titulares de los proyectos de las Centrales de Generación efectuarán procesos públicos de oferta con el objeto de determinar la cantidad de potencia y energía eléctrica asociada que se comprometerá con el Mercado Libre peruano. El procedimiento a seguir será establecido por el Estado peruano;
 - iv. Definidas las potencias y energía eléctrica asociada que serán destinadas a los Mercados Regulado y Libre peruanos conjuntamente con sus respectivos precios y la expectativa de precios de exportación, los proyectos solamente serán llevados a cabo en caso tengan comprobada su viabilidad técnica, económica y socio ambiental;
 - v. A partir de la cantidad de potencia y energía eléctrica asociada comprometida con el mercado peruano, según lo dispuesto en los numerales "ii" y "iii" anteriores, el Estado peruano definirá los excedentes de potencia y energía eléctrica asociada, valores estos que constarán en los contratos de concesión de las Centrales de Generación, que se mantendrán fijos por un periodo de treinta (30) años y podrán ser comprometidos para exportación al mercado brasileño por el mismo periodo, contado desde el inicio del suministro al Brasil. El compromiso deberá ser comunicado al Estado brasileño por vía diplomática;
 - vi. Los concesionarios de las Centrales de Generación, por medio de agentes de exportación y/o importación de energía eléctrica del mercado brasileño, podrán vender en las subastas de compra de electricidad en el mercado regulado del Brasil, por un periodo de treinta (30) años, conforme la reglamentación y requisitos del proceso de licitación, hasta el límite de cantidad de potencia y energía eléctrica asociada definida conforme con el numeral "v"



anterior y ratificado por el Ministerio de Minas y Energía de la República del Brasil, en función a los estudios de factibilidad de importación de potencia y energía eléctrica asociada;

- vii. El Comité de Operación Económica del Sistema Eléctrico Interconectado Nacional del Perú, en adelante COES, dispondrá el despacho de las Centrales de Generación en forma tal de cumplir con la asignación de potencia y energía eléctrica asociada comprometida con la exportación al Brasil;
- d) Para el desarrollo, construcción y operación de las Centrales de Generación y Líneas de Transmisión ubicadas en territorio peruano será necesario obtener del Estado peruano concesiones de generación hidroeléctrica y de transmisión, las que se otorgarán por un plazo de treinta (30) años más los años que se requieran para la construcción de la Central. Conforme a los respectivos contratos de concesión, al vencimiento de dicho plazo, deberán transferirse al Estado peruano, sin costo alguno, los derechos eléctricos y la propiedad de la infraestructura;
- e) El costo de las instalaciones de transmisión que se construyan para conectar las Centrales de Generación con el sistema eléctrico brasileño, así como los gastos derivados de la utilización del sistema de transmisión del Brasil, serán sufragados por el vendedor en la subasta de compra de electricidad para el mercado brasileño, conforme al tratamiento del Sistema Interconectado Nacional del Brasil;
- f) El costo de las instalaciones de transmisión que se construyan para conectar las Centrales de Generación con el sistema eléctrico peruano será asumido por el mercado eléctrico peruano, siguiendo el tratamiento de su Sistema Garantizado de Transmisión;
- g) Los titulares de las Centrales de Generación y Líneas de Transmisión estarán sujetos a los mismos cargos y obligaciones que se apliquen a los demás generadores y transmisores en el Perú; y
- h) Los incisos anteriores deben cumplirse sin perjuicio de las condiciones señaladas en el Artículo 9 del presente Acuerdo.



Artículo 4
Compromisos de las Partes

Para el cumplimiento del presente Acuerdo, las Partes se comprometen a:

- a) Adecuar, en caso sea necesario, sus respectivos marcos legales y normas técnicas, así como promover soluciones para la implementación de la infraestructura en un contexto de Desarrollo Sostenible;
- b) Promover acuerdos operacionales y comerciales entre el Comité de Operación Económica del Sistema peruano (COES), el Operador Nacional del Sistema Eléctrico brasileño (ONS) y la Cámara de Comercialização de Energía Eléctrica (CCEE), bajo la supervisión del Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú y el de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil, para la coordinación, programación y operación de las transacciones internacionales de electricidad;
- c) Promover la cooperación técnica entre el COES y la Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bajo la supervisión del Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú y del Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil, para el intercambio de información con miras a Estudios de la Energía Eléctrica que sean necesarios para viabilizar la interconexión de los sistemas eléctricos de las Partes; y
- d) El Gobierno de la República del Perú implementará la normativa necesaria para asegurar que la energía de las Centrales de Generación, asignada al mercado regulado peruano, se distribuya entre las empresas de distribución de energía eléctrica.

Artículo 5
Cooperación Técnica

Las Partes se comprometen a llevar a cabo programas de cooperación en los campos de formación y capacitación profesional, intercambio tecnológico y asistencia técnica especializada, orientados a la planificación, Desarrollo Sostenible de proyectos hidroeléctricos, gestión integrada y sostenible de cuencas, operación de sistemas eléctricos interconectados, entre otros; para lo cual, las Partes asignarán los recursos correspondientes.



Artículo 6
Exceso de Oferta Temporal

El Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil podrán comercializar los excesos temporales de oferta de potencia y energía eléctrica que se puedan presentar en sus respectivos sistemas eléctricos, para lo cual las Partes deberán establecer los procedimientos específicos a que hubiere lugar.

Artículo 7
Situaciones de Emergencia

1. En condiciones de emergencia, inclusive hidrológica, o situaciones que puedan poner en peligro la seguridad del suministro eléctrico a los mercados de Perú y Brasil, ambas situaciones coyunturales, las Partes podrán, de común acuerdo y temporalmente, cambiar los valores de las exportaciones de electricidad comprometidos, teniendo en cuenta la seguridad energética del Perú y Brasil. En esta situación, las Partes acordarán las condiciones temporales extraordinarias que se aplicarán a estos casos, así como las compensaciones correspondientes.

2. Para los fines del párrafo 1 anterior y antes que se inicien las exportaciones de energía eléctrica al Brasil, el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú y el Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil definirán conjuntamente las condiciones de emergencia.

Artículo 8
Suficiencia de Generación

1. El Estado peruano deberá asegurar permanentemente un margen de reserva no menor de treinta por ciento (30%) de manera de disponer de una capacidad de generación para atender de manera segura su mercado interno y sus compromisos de exportación.

2. Para cumplir con lo establecido en el párrafo 1 precedente, el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú planificará las necesidades de abastecimiento futuro e implementará las licitaciones por energía y potencia que resulten necesarias para asegurar la construcción de la correspondiente infraestructura de generación, así como la asignación adecuada entre las empresas de distribución para el servicio público de electricidad.



Artículo 9
Desarrollo Sostenible

Todas las actividades que se realicen para el cumplimiento del objeto del presente Acuerdo, incluidas las etapas de planeamiento, construcción, operación y cierre de la infraestructura a que se refiere el Artículo 2 del presente Acuerdo, se efectuarán en un contexto de Desarrollo Sostenible y considerando los estándares ambientales que exigen los dispositivos legales de las Partes, incluyendo los acuerdos internacionales adoptados por las mismas.

Artículo 10
Normas Específicas

El Ministerio de Minas y Energía de la República Federativa del Brasil y el Ministerio de Energía y Minas de la República del Perú tramitarán la aprobación de las normas específicas que se requieran para la implementación del presente Acuerdo.

Artículo 11
Solución de Controversias

Toda diferencia relativa a la interpretación y ejecución de este Acuerdo o sus acuerdos específicos será resuelta por la vía diplomática, en forma amistosa y consensual y de acuerdo al espíritu del mismo.

Artículo 12
Duración

El presente Acuerdo tendrá una duración de cincuenta (50) años.

Artículo 13
Enmiendas

Todas las enmiendas a este Acuerdo se efectuarán por decisión mutua, por escrito y por la vía diplomática. Las Enmiendas entrarán en vigor de conformidad con los procedimientos establecidos en el Artículo 15 del presente Acuerdo.



Artículo 14
Denuncia

1. El Presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes, a través de los canales diplomáticos, luego de quince (15) años de su efectiva entrada en vigor. Para el caso de su denuncia, ésta surtirá efecto treinta (30) días después de haberse recibido formalmente la correspondiente notificación.

2. En caso de denuncia, las Partes se comprometen a garantizar el cumplimiento de sus compromisos ya asumidos y de las condiciones para el cumplimiento de los contratos firmados, incluidos los de concesión, para la exportación de energía de Perú al Brasil a que hace referencia el inciso "c", numeral "v", del Artículo 3 del presente Acuerdo.

Artículo 15
Entrada en Vigor

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recepción de la última notificación mediante la vía diplomática, a través de la cual las Partes se comunican sobre la culminación de los procedimientos normativos internos para su entrada en vigor.

Suscrito en Manaus, el 16 de junio de 2010, en dos ejemplares originales, en idiomas castellano y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos y válidos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
DEL PERÚ



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL







<http://www.goldmanprize.org>



Ruth Buendía

South and Central America 2014 Goldman Prize Recipient

- » Peru
- » Rivers & Dams

Share  

Overcoming a history of traumatic violence, Ruth Buendía united the Asháninka people in a powerful campaign against large-scale dams that would have once again uprooted indigenous communities still recovering from Peru’s civil war.

In 2010, the governments of Brazil and Peru signed a bilateral energy agreement that called for a series of large-scale hydroelectric dams in the Amazon. Under this agreement, most of the energy would be exported to Brazil. Few economic benefits would come back to local communities in Peru, whose ancestral territories would be flooded during construction.

Among the indigenous people living in the proposed construction site of the Pakitzapango dam along the Ene River are the Asháninka, who have made a home in the thickly forested “eyebrow of the jungle” practicing subsistence farming, hunting and fishing.

The energy agreement was pushed through without any input from the Asháninka, in direct violation of the International Labor Organization’s (ILO) treaty—which Peru ratified in 2006—that requires governments to consult with indigenous communities on any development projects in their territory.

Ruth Buendía was 12 years old when the Shining Path guerillas invaded Asháninka territory and set up political and military operations. Her father was killed during the violence that ensued, and her mother sent Buendía away to seek safety in Lima. Thousands of Asháninka were killed during the conflict; thousands more fled their ancestral lands.

Following her return home, Buendía worked at a juice shop in Satipo where she was approached by a customer who recognized her as a fellow Asháninka and encouraged her to join the Asháninka Center of the Ene River (CARE). Eager to reconnect with her roots and contribute to the Asháninka community's healing, she began volunteering with the organization, helping indigenous people obtain the documentation needed to attend school and access public services.

Traveling across the Ene River Valley, Buendía met several tribal chiefs who had known and respected her father—and felt at home for the first time. She thrived at CARE, and in 2005, a retirement in the organization's leadership led to an unexpected opportunity as Buendía, at 27 years old, was elected the first woman president of CARE.

Not long after the historic election, Buendía came across news coverage of the bilateral energy agreement and the proposed Pakitzapango Dam. CARE's requests to the Peruvian government for more information went unanswered, but it soon became clear that the massive dams would displace thousands of Asháninka—reopening old wounds from Peru's civil war a mere decade before.

Buendía and her team at CARE began reaching out to Asháninka communities, raising awareness about the dam and its threats using digital simulations of how the valley would be flooded during construction. They organized a region-wide assembly and united the Asháninka in opposition to the dam.

Buendía took the struggle to international leaders. She traveled to Washington DC as the representative of the Asháninka delegation and presented a report to the Inter-American Commission on Human Rights about the impact of Peruvian energy development on her people.

In December 2010, as a direct result of Buendía's advocacy, the Peruvian Ministry of Energy rejected a request from Pakitzapango Energy that would have allowed the dam to move forward. The following year, Odebrecht, the main shareholder in another dam, the Tambo 40, announced its withdrawal from the project, citing the need to respect the views of local communities.

With the Pakitzapango project tied up in court, Buendía is now working to firmly establish land rights for the Asháninka. She is developing a management plan for the Asháninka Communal Reserve that would protect their lands from future development while allowing local communities to pursue sustainable economic opportunities such as coffee and cacao farming.

Comments

0 comments

AGÊNCIA DE ATORES NÃO ESTATAIS EM PACTOS INTERGOVERNAMENTAIS NA AMÉRICA DO SUL: O ACORDO ENERGÉTICO BRASIL-PERU (2008-2014)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPITULO 1 - CONSTRUTIVISMO SOCIAL, REDES TRANSNACIONAIS DE DEFESA DE DIREITOS E COMUNIDADES EPISTÊMICAS.....	17
1.1. Características e Premissas Construtivistas.....	18
1.2. Contribuições Construtivistas para a análise de processo decisório.....	21
1.2.1. A construção do interesse dos Estados.....	22
1.2.2. O mundo globalizado e os níveis de análise.....	25
1.2.3. Aplicação do Método e da Abordagem Construtivista para a tese.....	29
1.3. Adequação da abordagem Construtivista para a tese.....	31
1.4. Categorias conceituais de atores da campanha transnacional contra o Acordo.....	33
1.4.1. Indivíduos e Redes Transnacionais de Defesa de Direitos.....	33
1.4.2. Empreendedores de Normas.....	38
1.4.3. Comunidades Epistêmicas, Conhecimento e o Construtivismo.....	39
1.5. Estratégias de Atuação dos Atores da Campanha: Redes Transnacionais de Defesa de Direitos, Comunidades Epistêmicas e empreendedores de normas.....	42
1.5.1. Uso de Informação (<i>Information politics</i>) e o processo de <i>Framing</i>	42
1.5.2. Política de simbolismo (<i>Symbolic politics</i>).....	44
1.5.3. Política de Alavancagem (<i>Leverage Politics</i>) e Envergonhamento (<i>Shaming</i>).....	44
1.5.4. Políticas de monitoramento / responsabilização (<i>Accountability</i>).....	46
Considerações Parciais.....	46
CAPÍTULO 2- MUDANÇAS CLIMÁTICAS, INTEGRAÇÃO SULAMERICANA, RELAÇÕES BRASIL-PERU E AS EMPREITEIRAS BRASILEIRAS.....	48
2.1. Integração Sulamericana Física e Energética e as Mudanças Climáticas.....	48
2.1.1. Integração Energética na América do Sul: Histórico, Desafios e as Mudanças Climáticas.....	48
2.1.2. Plano Decenal para Expansão de Energia 2023 do Brasil e a importação de eletricidade do Peru.....	60
2.1.3. Premissas para o Planejamento Energético e a Política de Clima no Brasil.....	66
2.1.4. Reformas na economia e a transformação de atores na gestão da energia elétrica: Do Estado para o Setor privado e a Parceria Pública-Privada.....	73
2.2. Contexto Comercial e Energético Peru - Brasil.....	76
2.2.1. Estreitamento das Relações Peru – Brasil e a IIRSA.....	76
2.2.2. Avanço das campeãs brasileiras no Peru e internacionalmente e o apoio do BNDES a partir de Lula.....	82
2.2.3. Peru: Início do processo da Internacionalização da Eletrobrás.....	90

2.2.4. Oferta e Demanda de Energia Brasil x Peru	94
Considerações Parciais – Seções 2.1. e 2.2.....	106
2.3. Empreiteiras Brasileiras e o Capitalismo de Laços com Estado Brasileiro: Contexto e a Influência no Acordo Energético Brasil-Peru	108
2.3.1. Empreiteiras e o Estado Brasileiro.....	109
a. Crescimento das empreiteiras e exclusividade na prestação de serviços de engenharia de 1969 a 1991	109
b. Financiamento de Campanhas Partidárias e Participação acionária do Estado	110
2.3.2. Participação da Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, Furnas, Engevix e Eletrobrás nos projetos hidrelétricos do Acordo Energético	117
2.3.3. Mecanismo de transparência, participação, governança e controle nos empreendimentos público-privado.....	120
Considerações Parciais	122
CAPÍTULO 3 - O ACORDO ENERGÉTICO BRASIL-PERU: HISTÓRICO, NEGOCIAÇÕES E PONTOS DE DISCÓRDIA.....	125
3.1. Esforços para a Integração Energética Brasil-Peru: Dos estudos à elaboração do Tratado.....	125
3.1.1. Propostas para exportação de eletricidade ao Brasil: Pontos de Discórdia e Conflito Regulatório.....	137
3.2. O Acordo Energético firmado entre Brasil-Peru em 16 de junho de 2010.....	146
3.3. Financiamento das Hidrelétricas no Peru	147
3.4. Hidrelétrica Inambari e Impasses políticos.....	148
Considerações Parciais	152
CAPÍTULO 4 - A CAMPANHA TRANSNACIONAL CONTRA O ACORDO ENERGÉTICO BRASIL-PERU: QUADRO NORMATIVO INTERNACIONAL, ATORES, ARGUMENTOS, ESTRATÉGIAS E FATORES CONJUNTURAIIS.....	153
4.1. Normas Internacionais Relevantes Aplicáveis ao Acordo Energético Brasil-Peru e Empreendedores de Normas.....	153
4.1.1. Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes nº. 169.....	154
4.1.2. A Comissão Mundial de Barragens	155
4.1.3. Não Aderência às normas da Comissão Mundial de Barragens e Protocolo de Sustentabilidade da Associação Internacional de Hidro energia	162
4.1.4. Utilização das Normas pela Campanha: Acusação contra Estado Peruano e os Empreendedores de Normas	167
Considerações Parciais.....	170
4.2. Identificação, atuação e Plataforma Organizacional para a Rede Transnacional de Defesa de Direitos e para a Comunidade Epistêmica: <i>Colectivo Amazonia e Hidrelétrica</i>	172
4.2.1. Conceitos Teóricos para esta Tese: Adequação e Adaptações	173
4.2.2. Plataforma organizacional para a rede transnacional de defesa de direitos <i>Colectivo Amazonia e Hidrelétricas</i>	173
4.2.3. Rede Transnacional de Defesa de Direitos	177
4.2.3. Comunidade Epistêmica	178

4.3. Argumentação da Campanha Transnacional contra o Acordo Energético	182
4.3.1 Ausência de demanda no Peru e <i>intrusão</i> do Estado Brasileiro na política energética peruana	182
4.3.2. Necessidade de reforma legal em um dos países	184
4.3.3. Transgressão dos limites planetários: Rompimento da Conectividade dos rios Andes- Amazônia e a ausência de planejamento regional hidro energético	186
4.3.4. Análise custo-benefício do projeto hidrelétrico Inambari para a sociedade peruana e o Custo das Linhas de Transmissão	203
4.3.5. Fortalecimento do modelo de desenvolvimento neo-extrativo	204
4.3.6. Comprometimento de territórios indígenas e violação de direitos indígenas	205
4.3.7. Ausência de transparência, participação e controle	206
4.3.8. O risco do BNDES financiar as hidrelétricas no Peru	207
Considerações Parciais sobre as Seções 4.2 e 4.3.....	207
4.4. Estratégias da Campanha Transnacional contra o Acordo	209
4.4.1. Uso político da Informação (<i>Information Politics</i>).....	209
(a) Ampliação do <i>Framing</i> Social + Ambiental	210
(b) Uso de Testemunhos, Construção de Aliados locais e o fluxo de informações atuais	210
(c) Construção de Aliados locais e informação atual	211
4.4.2. Política de Alavancagem (<i>Leverage Politics</i>).....	211
(a) Mídia: Contratação de Assessores de Imprensa, Jornalistas e Fotógrafos Profissionais.....	211
(b) Aproximação da RTDD com o BNDES para a Construção de Salvaguardas Socioambientais 213	
(c) Interlocução com o Parlamento Peruano – <i>Comision de Relaciones Exteriores</i>	213
(d) Esforços para construção de aliados na sociedade civil brasileira.....	214
(e) Tentativa de Aproximação com o Parlamento Brasileiro	214
(f) Submissão coletiva de Cartas a órgãos mais poderosos – CIDH e Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no Brasil.....	215
(g) Ação Judicial contra o Estado Peruano em razão das UHE planejadas em territórios indígenas Ashaninka (Paquitzapagno, Tambo 40 e Tambo 60) - <i>Accountability Politics</i>	215
(h) Aliança com Rondas Campesinas para manifestações públicas contra UHE Inambari	223
(i) Uso do livro do escritor peruano Mario Vargas Llosa contra a UHE Mainique	225
4.4.3. Uso Criativo e Simbólico da Informação (<i>Symbolic Information</i>).....	227
Uso Criativo das Informações em Materiais de Campanha.....	227
Considerações Parciais	230
4.5. Fatores Conjunturais e Históricos Relevantes no Peru e no Brasil que Influenciaram o Acordo Energético Peru-Brasil	231
4.5.1. Re-aproximação entre Peru e Chile: Gasoduto e a fixação de águas marítimas.....	231
4.5.2. Mudanças de Governos, crises de governança no Peru e crise econômica no Brasil - 2009- 2015	235
(a) Eleição de Ollanta Humana e conflitos sociais de Conga e Bagua	235
(b) Mudanças na macroeconomia do Brasil na era Cardoso, Lula e Dilma (1990-2014), desequilíbrio econômico estrutural e recessão em 2015.....	238
4.5.3. Paradoxos entre a prática externa das campeãs brasileiras apoiadas pelo Estado Brasileiro e os objetivos anunciados pela diplomacia brasileira na América do Sul na era Lula (2002-2010).....	242

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS DA CAMPANHA TRANSNACIONAL CONTRA O ACORDO E DOS FATORES CONJUNTURAIS DO PERÍODO (2008-2014).....247

5.1. Fortalecimento da sociedade civil ambientalista e indigenista, empoderamento e maior visibilidade dos Povos Indígenas e comunidades locais da Amazônia Peruana	247
5.1.1. Abertura de canais institucionais de diálogo entre sociedade civil e Poder Executivo	248
5.2. Rejeição do Acordo Energético pelo Congresso Peruano - <i>Dictamen</i>	250
5.2.1 Resumo da decisão do congresso que reprova acordo energético Brasil-Peru	251
5.4. Suspensão das UHE Paquitzapango, UHE Tambo 40, UHE Tambo 60	258
5.5. Cancelamento da UHE <i>Mainique 1</i>	259
5.6. Aprofundamento da desconfiança do Brasil e imagem negativa na sociedade peruana.....	260
5.7. Prêmio internacional “ <i>Goldman Environmental Prize</i> ” concedido à líder indígena Ruth Buendía Ashaninka	262

CONSIDERAÇÕES FINAIS264

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL268

ANEXOS

ANEXO I: Relação das principais entrevistas conduzidas em viagem de pesquisa de campo no Peru – agosto de 2014 e Perguntas Norteadoras

ANEXO II: Cartas da Odebrecht Informando a desistência do projeto hidrelétrico Tambo 40 endereçadas à imprensa, governo central e Governo Regional de Junin

ANEXO III: Materiais de Campanha:

- a. *Dam Project Threatens a Way of Life in Peru* – New York Times
- b. *El Pongo de Mario Vargas Llosa*
- c. *Brazil Eyes The Peruvian Amazon* (IRN)

ANEXO IV: Acuerdo Para el suministro de electricidad al Perú y exportación de excedentes al Brasil. Lima, 03 de maio de 2010 - Assinado

ANEXO V: *Goldman Environmental Prize* Concedido à Ruth Buendía Ashaninka - 2014

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Bacia Hidrográfica Amazônica em relação à Amazônia Legal Brasileira.	13
Mapa 2 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica na América do Sul	52
Mapa 3 IIRSA: Grupos do Eixo Peru-Brasil-Bolívia.	76
Mapa 4 Financiamento do BNDES em projetos de infraestrutura na América do Sul.....	86
Mapa 5. Peru: Localização de Projetos das Hidroelétricas (C.H.) com potencial de exportar eletricidade para o Brasil.	128
Mapa 6. Projetos Hidrelétricos de Interesse.	132
Mapa 7. Localização do polo hidroenergético para integração energética com Brasil.	133
Mapa 8. Localização das hidrelétricas escolhidas para exportação de energia ao Brasil e indicação do local de interconexão	144
Mapa 9. Localização dos Projetos Hidroelétricos considerados de interesse nacional na bacia hidrográfica do rio Marañon.....	151
Mapa 10. Hidrelétricas nos Andes e Amazônia segundo status (existentes e planejadas)	188
Mapa 11. Resultados da análise ecológica de níveis de impacto das hidrelétricas dos rios originários da Colômbia, Equador e norte do Peru andino e dos rios originários da Bolívia e sul do Peru andino.	189
Mapa 12. Rios priorizados pela sua importância para a hidro-conectividade (WWF).....	196
Mapa 13 Localização dos Territórios Ashaninka. Fonte: CARE, Central Asháninka del Río Ene. Kametsa Asaike: El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene. Agenda Política de la CARE. Lima – Peru, 2011. p.32.....	219
Mapas 14 Ameaças ao Território Ashaninka. Fonte: CARE, Central Asháninka del Río Ene. <i>Kametsa Asaike: El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene</i> . Agenda Política de la CARE. Lima – Peru, 2011. p.33.....	220
Mapa 15. Impacto do represamento do lago original de Paquitza.	221
Mapa 16. Localização do Gasoduto “Andino do Sul” de 1.080 km. Projetos da Odebrecht no Peru.	232
Mapa 17. Nova fronteira marítima chileno-peruana.....	233

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Participação acionária do projeto hidrelétrico Inambari. Fonte: Eletrobrás, 2009b.....	117
Figura 2. Consórcio para elaboração dos estudos de viabilidade.	118
Figura 3. Potencial hidrológico teórico do Peru.	126
Figura 4 Empresas do Consórcio para elaboração dos estudos de viabilidade com estudos já iniciados.	131
Figura 5 Sistemas Elétricos e Integração Energética.....	134
Figura 6 (Acima). Proposta peruana de percentuais de eletricidade destinada ao Brasil ao longo das três décadas (claro Brasil e escuro Peru).....	138
Figura 7. Evolução do Protocolo. “Emerging Experience: The Added Value of Protocol Assessment”.....	165
Figura 8. As 4 fases-chaves de aplicação do Protocolo.	167
Figura 9. Principais Empreendedores de Normas da Campanha.....	170
Figura 10. Membros da Rede Transnacional Colectivo Amazonia e Hidrelétricas (CAH), principal nó da Campanha contra o Acordo. Fonte: Elaboração própria.....	175
Figura 11. Financiadores e Apoiadores da Campanha contra o Acordo.....	176
Figura 12. Principais atores da Rede Transnacional de Defesa de Direitos.....	177
Figura 13. Comunidade Epistêmica da Campanha contra o Acordo.....	179
Figura 14. Ilustração dos Componentes da Campanha contra o Acordo Energético Brasil-Peru.....	181
Figure 15. Parâmetros utilizados pelo sistema de apoio à decisões para planejamento do uso dos recursos hídricos da região amazônica (WWF).	195
Figura 16. Passeatas contra Inambari.....	224
Figura 17 “El Gran Pongo de Vargas” reportagem com entrevistas de ativistas da campanha.....	226
Figura 18. Diversos exemplos de materiais criativos com uso simbólico de termos e imagens desenvolvidas pela campanha. Acima e abaixo.....	230
Figura 19. Revista sobre Conflitos Sociais da Oficina Nacional de Diálogo y Sostenibilidad.....	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Obras de Integração Energética na América do Sul em construção.	52
Tabela 2. Consumo final energético brasileiro.	62
Tabela 3. Consumo de eletricidade na rede, por classe de consumidor.....	63
Tabela 4. Capacidade instalada por tipo de fonte em 31/12/2013 no SIN.....	64
Tabela 5. Desenvolvimento de Recursos Energéticos Renováveis (RER).	101
Tabela 6. Oferta hidroelétrica 2014-2025, no cenário 6,5%.....	102
Tabela 7. Principais empresas brasileiras no Peru.	119
Tabela 8: Cronograma dos passos do Acordo energético Peru-Brasil.....	136
Tabela 9: Status dos projetos hidroelétricos previstos no Acordo de Integração energética Brasil-Peru.....	145

INTRODUÇÃO

No contexto de esforços para integração física e política da América do Sul, lideradas pela Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), posteriormente assumidos pela União de Nações Sulamericana (UNASUL), iniciativas para integração energética também ocorrem na região. Um dos grandes objetivos para integração energética entre países da mesma região citado na literatura de cunho geopolítico-estratégico é otimizar e garantir o fornecimento de eletricidade na região, possibilitando trocas de excedentes de eletricidade entre países próximos. Por parte do Estado Brasileiro, são mencionados pela diplomacia os objetivos de cooperação sul-sul, solidariedade, integração regional e por outro lado, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a internacionalização das empresas brasileiras. Como objetivos por parte das empreiteiras brasileiras, potenciais construtoras de obras para geração de energia elétrica em nossos países vizinhos, estão outros objetivos como exportar sua tecnologia, ampliar sua abrangência de atuação entre outros.

No âmbito energético, nota-se que ocorreram integrações apenas no nível bilateral na América do Sul e não ainda no nível regional como ocorreu na América Central e Europa, de maneira particularmente eficaz entre os países da Escandinávia. Assim, desde 1991 e mais intensamente a partir de 2006, verificamos registros de esforços e passos significativos tomados para o desenvolvimento de mecanismos de integração energética entre o Brasil e o Peru, ou ao menos de uma interconexão¹, por meio da construção de hidrelétricas na Amazônia peruana por empresas brasileiras. Esta integração visa à geração de eletricidade para o Peru e exportação de excedentes para o Brasil. Desde então, inúmeras tratativas diplomáticas e grupos de trabalho foram constituídos até ser finalmente firmado, em 16 de junho de 2010, na cidade de Manaus, o

¹ Vide item 2.1.1 do capítulo 2 para os diferentes conceitos.

“Acordo para geração de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil”² (aqui simplesmente denominado “Acordo”) pelo prazo de 50 anos.

O Acordo, firmado pelos respectivos ministros do Ministério de Minas e Energia de cada país, prevê a geração de no máximo 7.200 MW de eletricidade para exportação ao Brasil³. Nas negociações, verificou-se que tais obras seriam construídas por empresas brasileiras como Odebrecht, OAS, Furnas, Andrade Gutierrez, Engevix e Eletrobrás. Este Acordo é o instrumento “guarda-chuva” que ampara o estabelecimento de pelo menos cinco hidrelétricas⁴ para exportação de eletricidade ao Brasil. As obras das hidrelétricas que barrariam os rios Inambari, Urubamba, Junín, Ene e Tambo se encontram em áreas remotas da Amazônia peruana, perto da fronteira com o Brasil. São habitadas por Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, agricultores, plantadores de coca, garimpeiros entre outras populações locais e possuem alto índice de biodiversidade endêmica. Estes rios no Peru deságuam em território brasileiro no rio Madeira. Assim, o Peru, por ser um país posicionado a montante⁵ em relação aos demais países ribeirinhos amazônicos, é considerado estratégico para o Brasil. Neste contexto, construir alguma forma de acordo sobre o uso de suas águas rio acima, torna-se relevante para o Brasil em termos geopolíticos. É evidente também o benefício adicional de construir estas barragens nos rios a montante, para permitir um maior controle da vazão do rio Madeira (rio abaixo, a jusante), e por consequência, um melhor planejamento e controle do funcionamento das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau do Rio Madeira.

O acerto, envolvendo diversos atores interessados e impactados (grupos que habitam a região, acima descritos, governos locais, academia, dentre outros), foi e continua sendo objeto de

² Versão assinada em espanhol foi chamada de: “*Acuerdo para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil*”

³ Tal geração no Peru está prevista no Plano Decenal de Energia (PDE) elaborado pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil desde 2010. Para se ter uma idéia desta dimensão, a potência instalada de geração elétrica no Brasil, em 2013, foi de 124.000 MW. Já no Peru, foi de 11.051 MW. A demanda máxima de eletricidade em 2025 para o Peru está prevista de 12.300 MW (no cenário de crescimento de 6,5% PIB) e a previsão brasileira é de 689 TWh em 2023. E por fim, o consumo de eletricidade em 2013 no Peru foi de 40.000 GWh enquanto no Brasil, em 2014, foi de 481 TWh (vide item 2.2.4. do capítulo para análise da oferta e demanda de energia Brasil x Peru).

⁴ Paquitzapango (2.200 MW), Inambari (2.000 MW), Tambo 40 (1270 MW), Tambo 60 (579 MW) e Mainique 1 (607 MW).

⁵ Ou seja, os rios no Peru se encontram a um ponto acima subindo a correnteza do rio em relação aos brasileiros. Assim, os impactos produzidos a montante (rio acima) repercutirão necessariamente na quantidade, qualidade e regularidade das águas utilizadas pelos atores localizados a jusante (rio abaixo). (QUEIROZ, 2011, p. 81)

amplo debate pela sociedade peruana, e, também, de manifestações contrárias à construção de hidrelétricas amparadas pelo Acordo e contra a sua própria ratificação. Tais reações culminaram no surgimento de uma forte campanha transnacional da sociedade civil organizada contra o Acordo. Tal campanha, aliada a entraves de cunho socioambiental, político, regulatório e fatores conjunturais causaram a suspensão do processo de ratificação do Acordo em ambos os congressos nacionais, sendo as cinco obras paralisadas.

As manifestações ocorreram tanto na Amazônia quanto em Lima, desde passeatas até inúmeras cartas enviadas a autoridades peruanas, brasileiras e internacionais bem como ações judiciais. No Peru, a Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional resolveu, em 23 de maio de 2014, rejeitar o projeto de lei que propunha a ratificação do Acordo, determinando seu arquivamento. No Brasil, o Acordo foi devolvido pela Casa Civil ao Itamaraty onde se encontra arquivado.

Toda esta empreitada, tratativas de natureza política, diplomática, técnica, financeira, envolvendo linhas de financiamento específicas do BNDES a obras conduzidas no exterior por empresas brasileiras, somada à organização de uma forte campanha transnacional da sociedade civil contra as hidrelétricas e o Acordo, sem qualquer debate no Brasil a respeito, chamou bastante atenção da autora, motivando a presente pesquisa.

Desse modo, após a compreensão do contexto e conteúdo do Acordo, o **objeto deste estudo** é analisar, inicialmente a atuação de atores não estatais (empreiteiras, campeãs nacionais) para posteriormente, poder focar no objeto principal da pesquisa: analisar e entender a atuação dos atores não estatais da sociedade civil na formação da campanha transnacional da sociedade civil contra o acordo energético Brasil-Peru. Analisaremos seus atores (locais, nacionais e internacionais), normas e argumentos empregados, estratégias de atuação, fatores conjunturais que pesaram contra a ratificação do Acordo e por fim os resultados da campanha.

Para enriquecer a pesquisa e precisar o peso da atuação dos atores não estatais no progresso do Acordo, analisaremos os fatores conjunturais pertinentes na região latina americana e no sistema internacional, que por sua vez também impactaram o andamento da tratativa. Portanto, o objeto de estudo gira em torno da atuação de atores não estatais (forma, estratégia,

organização, articulação internacional), o peso de sua influência e poder de perfuração em uma tratativa intergovernamental. Para esta compreensão, usaremos a abordagem construtivista, analisando o peso das ideias, da argumentação no processo decisório, os conceitos de redes transnacionais de campanha, redes de defesa de direitos (*transnational advocacy networks*), empreendedores de normas e comunidade epistêmica. Para iluminar a compreensão dos argumentos da campanha, analisaremos as normas internacionais aplicáveis ao Acordo como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as orientações emanadas da Comissão Mundial de Barragens (CMB) e o Protocolo de Sustentabilidade da Associação Internacional de Hidro Energia (*International Hydropower Association -IHA*).

Justificativa

Quando a campanha empreitada por redes transnacionais de defesa de direitos (RTDD) é exitosa, ela se torna uma parte muito importante para explicação das mudanças na política mundial ou regional. Por isso, hoje em dia, em que é crescente o número de redes transnacionais, torna-se cada vez mais pertinente o seu estudo. Além disso, há poucas pesquisas sobre a forma de atuação, o papel e o impacto do trabalho das Organizações Não Governamentais (ONGs), atores não estatais nacionais e internacionais simultaneamente, que possuem uma ação proeminente nas redes transnacionais de defesa de direitos e em muitos casos, é tido como um mero voluntarismo internacional, na teoria das relações internacionais. Além disso, a maioria dos estudos sobre ONGs está no campo de estudos do desenvolvimento, ignorando sua interação com movimentos sociais, agências estatais e organizações internacionais ou é bastante limitada a análise política de sua atuação. Da mesma maneira, o estudo da atuação das grandes empreiteiras brasileiras (denominadas *campeãs nacionais*) e sua influência na política externa brasileira e peruana é pouco estudado e revelado, seja por receio de registrá-la, seja pela óbvia relação histórica de capitalismo de laços os governos destes países⁶.

Ademais, pesquisar como se deu a negociação para a integração energética entre o Brasil e o Peru, em termos físicos, tecnológicos (quem provê a tecnologia), financeiro (quem provê o financiamento), geopolíticos, em que termos a negociação se enquadra de fato no interesse

⁶ Vide itens 2.3.1 *Empreiteiras e o Estado Brasileiro* e 2.3.2 - *Participação da Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, Furnas, Engevix e Eletrobrás nos projetos hidrelétricos do Acordo Energético* do capítulo 2.

nacional de cada país, como e por quê ela foi suspensa, é um assunto até o momento não estudado na literatura acadêmica brasileira de relações internacionais⁷. Obter uma análise científica e discussão política da complexa matriz de interesses envolvidos nesta negociação é de suma importância para que a sociedade brasileira tenha conhecimento e consciência de como o Brasil está atuando em seu país vizinho em nome do interesse nacional e com a disponibilidade de financiamento público facilitado pelo nosso banco de desenvolvimento, o BNDES. Ademais, para ter uma visão objetiva da política externa brasileira que supere o discurso oficial propagandístico de uma integração solidária, é fundamental analisarmos como se deram as ações e as consequências do apoio do Estado Brasileiro a esta empreitada, a formulação da política externa desta *cooperação*, e o quanto ela foi e/ou está sendo influenciada pelos interesses das empresas empreiteiras⁸. É importante obtermos uma avaliação das contradições dos discursos diplomáticos com a prática de política externa brasileira, muitas vezes perpetrada por agentes como BNDES e empresas brasileiras transnacionais, e como as consequências desta atuação externa e contradições com os discursos oficiais refletem na construção da imagem do Brasil na sociedade peruana.

Além disso, há de se considerar que as hidrelétricas previstas no Acordo provocarão quebras bruscas e pioneiras dentro na bacia amazônica, gerando impactos considerados de alto nível em termos sociais e ambientais nas regiões Andina e Amazônica, segundo por diversos pesquisadores (FINER, M. & JENKINS, C.N., 2012, RIVEROS, 2008). A bacia amazônica engloba nove países e abriga mais de 20 milhões de pessoas. Foi demonstrado pelos pesquisadores FINER, M. & JENKINS, C.N (2012) que quebras bruscas na conectividade dos rios Andinos e Amazônicos podem trazer impactos severos e imprevisíveis, uma vez que o rio Amazonas está ligado com as montanhas dos Andes por mais de dez milhões de anos, sendo que os Andes fornecem sedimento, nutrientes e matéria orgânica para rios amazônicos, abastecendo de matéria-prima ao ecossistema considerado o mais produtivo do planeta. Ao todo para a bacia

⁷ No Peru houve estudos a respeito por ONGs como DAR e SPDA mas não no nível acadêmico. No Brasil foi escrita uma monografia sobre o assunto por Adriana Fiorotti Campos, em 2011, como trabalho de conclusão do curso para Instituto de Economia – Grupo de Estudos do Setor Elétrico, Programa de Pós- Graduação Lato Sensu em Análise Econômica do Setor Elétrico - Integração Energética da América Latina, GESEL/IE/UFRJ (CAMPOS, A. F. 2011).

⁸ Adotaremos nesta tese a definição ampla de *Cooperação* nos termos de Robert Keohane (1984, p. 53-54), para o qual a cooperação é um empreendimento altamente político, uma vez que padrões de comportamento devem ser alterados para que se consiga atingir a cooperação. Para isso, é necessário uma “policy coordination”, ou seja, ajustes políticos e adaptação de interesses mediante processos de negociação política entre os atores internacionais.

amazônica, estão planejadas mais de 60 grandes represas⁹, com graves impactos em termos socioambientais. Tendo em vista ainda, a previsão da diminuição de chuvas para a região amazônica frente às mudanças climáticas, torna-se cada vez mais necessária a análise do processo decisório e interesses envolvidos para cada empreendimento, bem como a pesquisa de fontes alternativas de geração de eletricidade.

Há de se considerar ainda a enorme dimensão física e geográfica da bacia hidrográfica amazônica que provoca sérias implicações do seu uso compartilhado em termos de segurança internacional e governança regional e global. Situada no centro-norte da América do Sul, recortando os territórios de Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (território ultramarino francês), a região amazônica ocupa em torno de 7.800.000 km², o que corresponde a 40% da área total do subcontinente. Ostentando em seus domínios cerca de 30% das florestas tropicais e 1/3 do estoque genético planetário, o bioma amazônico destaca-se como a maior reserva mundial de biodiversidade (SILVA, 2005; P. 67-69 *apud* QUEIROZ, p. 259).

Em relação à bacia hidrográfica do rio Amazonas, esta possui sete milhões de km² desde suas nascentes, nos Andes peruanos, até sua foz, no Atlântico, destacando-se pela grandiosidade conforme a seguir ilustrado. A Amazônia representa 20% do estoque global de água doce superficial disponível e um potencial hidráulico excepcional (BECKER, 2004; p. 43; ANA 2007; P.26-60 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 259). O rio Amazonas possui o maior curso fluvial em extensão e volume de água do mundo e uma vazão anual média de cerca de 209.000 m³/s, volume superior à soma das descargas dos outros nove maiores rios, em cinco vezes o Mississipi (17.000 m³/s), o maior da América do Norte, em dose vezes (FREITAS E CASTRO JÚNIOR, 2006; p.65; CAUBET, 2006; P.160 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 260).

O rio Amazonas e seus afluentes são típicos rios de planície, por isso, navegáveis ao longo de boa parte de sua extensão, algo em torno de 25 mil km, ou 60% da rede navegável no Brasil. Consequentemente, as vias fluviais são importantes meios de comunicação. Em geral, os rios não são encachoeirados como os rios de planalto da bacia do prata com quedas íngremes cujas características ensejam um maior interesse pelo seu potencial de geração de energia hidrelétrica.

⁹ www.dams-info.org

Porém, os rios da bacia amazônica possuem cachoeiras mais suaves e, conforme tecnologia dominada pelas grandes empresas brasileiras, é possível a construção de usinas hidrelétricas via fio d'água o que viabiliza a instalação destas plantas na Amazônia.

Desta maneira, fica evidente a importância estratégica da bacia amazônica para os processos de desenvolvimento econômico e social dos condôminos de suas águas. A importância dos recursos naturais da região que abriga a mais extensa rede hidrográfica do planeta, compartilhada por tantos países, chama a atenção para a discussão da existência de um mecanismo de planejamento e de governança para a região. A este respeito, Procópio afirma que a dimensão multilateral da hidropolítica nesta região é um assunto de *high politics* na agenda diplomática sul-americana (PROCOPIO, 2007; p. 272-73 *apud* QUEIROZ, 2011, p. 260):



Fonte: SCIELO. <http://www.scielo.br/img/revistas/ea/v19n53/24079f6.gif>

Mapa 1. Bacia Hidrográfica Amazônica em relação à Amazônia Legal Brasileira.

Assim, torna-se desnecessário mencionar que analisar e compreender uma negociação e planejamento de obras de tamanho impacto é de suma importância para o futuro da humanidade e principalmente para o futuro das populações andina e amazônica.

Para cumprir este objetivo, a tese está dividida em 5 capítulos. O arcabouço teórico utilizado para iluminar o processo decisório aqui analisado é desenvolvido no capítulo 1, trazendo a abordagem construtivista das relações internacionais e sua discussão de construção do

interesse nacional; as definições de redes transnacionais de defesa de direitos e suas formas de atuação, o conceito de empreendedores de normas e de comunidade epistêmica e o papel do conhecimento. O capítulo 2 traz uma ampla contextualização das tratativas para a cooperação energética Brasil-Peru: o contexto de mudanças climáticas e de integração regional; o de cenários energéticos e das relações comerciais Brasil-Peru; a internacionalização da Eletrobrás, do BNDES e das campeãs nacionais e uma análise da relação histórica de capitalismo de laços entre as *empreiteiras* com o Estado Brasileiro, tratando da influência destes atores não estatais na formulação dos projetos hidrelétricos previstos no Acordo energético Brasil-Peru. Em seguida, o capítulo 3 descreve o Acordo de cooperação energética Brasil-Peru analisando o histórico, negociações e pontos de discórdia. Dado estes elementos, será possível entrar no capítulo 4 para focar no objeto principal da pesquisa: a atuação dos atores não estatais da *sociedade civil* na formação da campanha transnacional da sociedade civil contra o acordo energético Brasil-Peru: atores (locais, nacionais e internacionais), normas e argumentos empregados, estratégias de atuação, fatores conjunturais que pesaram contra a ratificação do Acordo. Por fim os resultados da campanha estão analisados no capítulo 5. Após as conclusões obtidas, apresentam-se recomendações pontuais para pesquisas futuras, que por motivo de limite temporal, não foi possível abordar nesta pesquisa.

Método

Desta maneira, foi feita extensa revisão de literatura da ampla diversidade de temas envolvidos na pesquisa passando por questões de integração energética, integração sul-americana, política energética brasileira e peruana, governança regional e global, capitalismo de laços na gestão pública no Brasil, até direitos humanos e de comunidades tradicionais, mudanças climáticas e fronteiras planetárias, enfocando principalmente nos conceitos de agentes não estatais na transformação social (redes de defesa de direitos, indivíduos, comunidades epistêmicas e empreiteiras), processo decisório, construção de interesse nacional baseados na vertente moderada da abordagem construtivista.

Para buscar o máximo de exatidão e consistência dos dados empíricos coletados, foi feito o cruzamento de todas as informações recolhidas com o método da triangulação. Foram comparados documentos originais, correspondências, reportagens midiáticas com a revisão da

literatura, teses com entrevistas semi estruturadas a respeito do tema. Foram utilizados dados primários, provenientes de entrevistas realizadas com os negociadores da época das tratativas do Acordo, como Diretores e “Vice Ministros” de Ministérios relevantes no Peru (*Ministerio de Energia y Minas, Ministerio del Ambiente e Ministerio de Relaciones Exteriores*) e no Brasil (Ministério de Minas e Energia, Ministério de Relações Exteriores incluindo a embaixada brasileira em Lima), diretores e diretoras das empresas envolvidas e representantes das organizações da sociedade civil da campanha¹⁰. Procurou-se utilizar as fontes para entrevistas e literatura de maneira equilibrada em termos de fontes provenientes da iniciativa pública, privada e terceiro setor¹¹.

No decorrer da realização de entrevistas sobre a construção da campanha transnacional arquitetada pela sociedade civil, a autora desta tese foi convidada para trabalhar em uma das entidades internacionais articuladoras da campanha, a *International Rivers Network* (IRN), em seu escritório de Brasília. A pesquisadora trabalhou nesta organização por 10 meses (março de 2012 a janeiro de 2013), tendo a oportunidade de participar do *modus operandi*, construção de estratégias e de argumentos da campanha internacional contra o Acordo assim como aprender sobre a política energética brasileira e peruana¹². Neste sentido, a tese foi beneficiada pelo acesso a dados primários pela pesquisadora, obtidos em viagem para pesquisa de campo à Lima realizada no mês de agosto de 2014, entrevistando mais de 30 atores chaves do governo, iniciativa privada e sociedade civil (ONGs e academia) do país. Além disso, inúmeras entrevistas foram realizadas em Brasília, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina¹³.

¹⁰ Relação das entrevistas mais relevantes conduzidas está listada no Anexo I desta tese.

¹¹ Cópias dos documentos e materiais da campanha mais relevantes encontram-se no Anexo III.

¹² Para melhor clareza do leitor e por questão de ética, considero importante manifestar a minha opinião desde já, de que as negociações para um mecanismo de integração energética, principalmente em uma zona remota e repleta de comunidades tradicionais e Povos Indígenas, biodiversidade e espécies endêmicas, devem ser conduzidas com o máximo de transparência, conhecimento e participação destas populações, bem como planejamento e governança na região no nível supranacional entre os países membros das bacias hidrográficas afetadas. Estas são as condicionantes que chamo de socioambientais e de governança regional.

Além disso, é mister esclarecer que sou adepta da corrente liberal construtivista da teoria das relações internacionais. Por isso, esta tese também visa colaborar com dois objetivos: (1) Mostrar os efeitos decorrentes da forte organização da sociedade civil, como agentes de transformação social, perfurando e provocando alterações na estrutura, de acordo com o arcabouço institucional do construtivismo liberal e (2) Mostrar um problema, que pela sua possível consequência à bacia amazônica, gera interesse em outros sistemas e sociedades como na sociedade brasileira entre outras. Esta tese acabará colaborando com o ativismo destes grupos, já que o colocará em evidência.

¹³ Durante o IX Congresso Brasileiro de Planejamento Energético de 2014.

Nossa pesquisa se limitará ao período de 2008 a 2014, pois foram encontrados documentos disponíveis apenas a partir de 2008, sendo que 2014 foi o último ano da pesquisa empírica.

Por fim, espera-se que os resultados alcançados neste estudo contribuam para preencher a lacuna sobre o papel das ONGs e empreiteiras em tratativas entre governos de cunho energético da bacia amazônica.

CAPITULO 1 - CONSTRUTIVISMO SOCIAL, REDES TRANSNACIONAIS DE DEFESA DE DIREITOS E COMUNIDADES EPISTÊMICAS

Neste capítulo serão analisadas as abordagens teóricas das Relações Internacionais (RI), conceitos e tipos de atores que serão utilizados nesta tese. A abordagem teórica que será analisada é a do Construtivismo Social. As categorias teóricas serão: argumento, crença, ideias, ideias compartilhadas, identidade, construção do interesse nacional e normas sociais. Os atores relevantes para o nosso estudo são: Indivíduos, redes transnacionais e redes transnacionais de defesa de direitos (ou de advocacia, em inglês “*Transnational Advocacy Network*”), comunidades epistêmicas e empreendedores de normas, como originadores de ideias, conhecimentos especializados, argumentos e discurso. Estes atores alicerçaram e alavancaram a campanha transacional contra o Acordo Energético Peru-Brasil assinado pelo Poder Executivo em 2010 e arquivado pelo Congresso Peruano em 2014. Além destes conceitos, serão analisados os modelos teóricos sobre estratégias de atuação da campanha e seus instrumentos de alavancagem. Por fim, será discutida mais amplamente a metodologia construtivista utilizada nesta tese.

Quando a campanha empreitada por redes transacionais é exitosa, ela se torna parte com graus variados de importância para o entendimento de mudanças na política regional e mundial. Por isso, hoje em dia, em que é crescente o número de redes transacionais interconectadas, torna-se muito importante o seu estudo. Diante deste desafio, a análise das abordagens analíticas e categorias teóricas de relações internacionais acima mencionadas ajudarão a entender como se conformou o processo de desconstrução do Acordo Energético Peru-Brasil feito pela respectiva campanha, cujas estratégias, argumentos e atores serão analisados no capítulo 4. Desta maneira, este capítulo trará as bases teóricas e conceituais que iluminarão a compreensão de grande parte dos motivos que alteraram a orientação política do governo peruano após assinado o Acordo. Em resumo, arguimos que tal mudança política foi decorrente em larga medida do trabalho articulado entre atores não tradicionais (ONGs, academia, mídia, lideranças indígenas), organizados nacional e internacionalmente através de uma rede transnacional, que construiu um discurso

robusto e sofisticado contra o Acordo. Arguimos que tal discurso, elaborado socialmente de maneira logicamente argumentada, com informações científicas atualizadas, um *framing* cuidadosamente arquitetado por uma rede de defesa de direitos e comunidade epistêmica da campanha, que fez uso de recursos simbólicos fortes que continham o viés bom x mal, acabou permeando a intersubjetividade dos cidadãos peruanos, convencendo a maioria desta sociedade para o rechaço do Acordo energético com o Brasil. Tal convencimento da sociedade peruana perfurou o processo decisório do Estado Peruano para revisar sua decisão. Cabe acrescentar aqui que fatores conjunturais também contribuíram para que tal campanha tivesse mais penetração nas entidades estatais e provocasse a mudança de rumo da Administração Peruana, os quais serão analisados ao final do capítulo sobre a campanha (Capítulo 4).

Ao longo do presente capítulo serão aplicados as abordagens teóricas e conceitos trazidos ao estudo de caso, exercício que será posteriormente resgatado nos capítulos 4 e 5 com maior densidade de dados empíricos.

1.1. Características e Premissas Construtivistas

Um dos objetivos deste capítulo é analisar como a abordagem construtivista pode ajudar a demonstrar, por um lado, a importância do contexto interno peruano e por outro lado, a força política e ideacional de ONGs organizadas em uma rede transnacional para obtenção de uma importante reversão de tomada de decisão pelo governo peruano a respeito de suas relações externas com o país vizinho, o Brasil.

O Construtivismo é uma abordagem que pesquisa a natureza da vida social e da mudança social (FINNEMORE & SIKKINK, 2001). Segundo o professor Nicholas Onuf, a realidade social consiste naquilo que as pessoas constroem ou constituem como realidade social (ONUF, 1989, p. 35-65). Segundo ele, os termos *Construir e Constituir* são sinônimos no sentido em que as pessoas e a sociedade se constroem, ou se constituem, mutuamente.

Para as construtivistas Finnermore & Sikkink (2001), as perspectivas positivistas, essencialmente materialistas como a do Racionalismo contemporâneo em Relações

Internacionais (formado basicamente por neo-realistas e institucionalistas neoliberais), veem nas imagens, crenças, valores e instituições um papel meramente instrumental, afetando apenas o custo da tomada de diferentes ações e apontando, desta forma, aquela que maximize os ganhos e minimize as perdas – ou seja, a alternativa mais racional.

Segundo os construtivistas, o conhecimento socializado, as ideias compartilhadas¹⁴ ou o conhecimento social sobre a relação causa-efeito não apenas regula o comportamento mas constitui a própria identidade dos atores. Além disso, os construtivistas advogam que, ao contrário dos individualistas, os agentes humanos estão fortemente influenciados pelo seu ambiente social e seu sistema de significados compartilhados coletivamente. Isto quer dizer que em matéria de análise de processo decisório, não é possível existir uma decisão no modelo do Ator Racional, uma vez que é impossível o tomador de decisão ser isento de influências pelo ambiente externo. Na verdade, segundo os construtivistas, o próprio Ator, tido como Racional, está na posição de tomada de decisão em virtude de ter sido constituído pelo sistema, pelo ambiente, pela estrutura. E o ambiente, a estrutura, também são constituídos por este ator detentor do poder de tomar decisões. Esta é a vertente dialógica ou discursiva do Construtivismo Social. Os efeitos constitutivos das normas sociais apontam a diferença entre construtivismo social e a escolha pelo modelo do Ator-racional.

Os construtivistas veem o mundo que vivemos como socialmente construído. “*Socialmente*” quer dizer que os construtivistas dão mais valor às relações sociais do que ao material (como poder econômico e militar) na política mundial. “*Construído*” significa que os construtivistas entendem o mundo como sendo formado/construído através de um processo de interação entre agentes (indivíduos, estados e atores não estatais) e as estruturas de seus ambientes internos. Este mundo em permanente construção é constituído pelo o que os construtivistas chamam de “agentes”. Ao chamar de “agentes” internacionais, os construtivistas que assim se referem àqueles que agem internacionalmente, contrapondo ao sentido de “atores”, que estariam limitados a desempenhar papéis predeterminados. Assim, no construtivismo existe um processo de constituição mútua e permanente entre os agentes e estruturas. Por exemplo, ao invés de assumir que um determinado ator de política mundial tenha certos interesses, os

¹⁴ Segundo Risse (2000), ideias compartilhadas são *expectativas coletivas sobre qual comportamento ideal deve ocorrer para uma identidade*.

construtivistas exploram *como* estes interesses são construídos através de um processo de interação com um ambiente (contexto) mais amplo.

Segundo DOUGHERTY & J. PFALTZGRAFF (2003), o Construtivismo parte do reconhecimento de que a realidade social é uma construção resultante da interação de escolhas humanas em ambientes de maior ou menor liberdade ao longo das suas gerações. Rejeita-se a ideia de que os acontecimentos da história podem ser explicados como verdades necessárias, eventos exemplares do funcionamento de algum mecanismo fenomenal generalizante, de causas claras que independem de contextos espaço-temporais. As capacidades e a própria existência dos agentes estão necessariamente ligadas, de alguma forma, ao contexto social estrutural–dependentes, portanto, da socialidade humana. Assim, define-se a estrutura em termos gerativos, formada por um conjunto de relações que definem as interações das partes entre si e a posição desses agentes na estrutura. Desta maneira, a própria existência dessas estruturas depende do entendimento dos atores a respeito do que estão *praticando e gerando*. Essa é a dimensão discursiva: as estruturas só geram efeitos causais por meio da consciência prática dos agentes.

Ideias e Mudança Política

A área mais desenvolvida da literatura construtivista é no subcampo da economia política comparada para explicar a influência das ideias econômicas na elaboração das políticas econômicas.

A literatura sobre ideias faz as seguintes três perguntas principais (FINNEMORE & SIKKINK, 2001):

1. Como as novas ideias emergem e se tornam proeminentes?
2. Como as ideias se tornam institucionalizadas e ganham vida própria?
3. Como, por quê e quando as ideias importam em uma determinada circunstância?

Na resposta à primeira pergunta, a literatura construtivista explicitamente contesta a explicação comum de que as ideias são impostas por aqueles que detém poder político,

econômico e militar. Parte da literatura afirma que a força e continuidade das novas ideias dependem do grau em que são incorporadas por instituições. Uma parte importante da literatura explora como estas ideias se tornam institucionalizadas e qual diferença isto faz.

Risse (2000) afirma que a busca do consenso justificado e discutido auxilia os atores (no caso aqui analisado, o governo peruano) a superar muitas ações orquestradas através da ação coletiva justamente como campanhas, manifestações entre outras. Com efeito, arguimos que se a decisão é tomada de maneira conjunta e compartilhada com o máximo de *stakeholders* (atores interessados e/ou afetados pela decisão) possíveis, será menos provável que algum ator que tenha tomado a decisão conjuntamente se oponha ao seu cumprimento. Nesta linha, com o crescimento de redes nacionais e transnacionais cada vez mais bem organizadas, argumentamos que a forma de condução de um processo decisório que envolva questões com potenciais conflitos socioambientais, com transparência e participação dos *stakeholders* torna-se cada vez mais essencial para o seu êxito.

1.2. Contribuições Construtivistas para a análise de processo decisório

Segundo Jeffrey T. Checkel (2008), há três formas de análise dentro da abordagem construtivista que podem colaborar com a análise de processo decisório: (i) análise da construção do interesse das burocracias (Estados), (ii) análise da argumentação no processo decisório e (iii) análise do impacto da sociedade e suas normas na prática da política dos Estados. Com base nestas formas de análise, como veremos no capítulo 5, será possível perceber que a mudança no discurso e comportamento do Estado Peruano durante a campanha contra o Acordo Energético Brasil-Peru, foi influenciado pelos seguintes fatores: (a) novos valores e ideais que influenciaram o conteúdo e definição do interesse nacional peruano e sua externalização; (b) força da argumentação elaborada pela campanha transnacional e (c) impacto da sociedade civil internacional (rede transnacional de defesa de direitos, mídia, academia, comunidade epistêmica contra o Acordo) na condução e alteração do percurso do Acordo após sua assinatura em 2010.

A seguir discutiremos estas três formas pelas quais, segundo Checkel, o Construtivismo pode colaborar com a análise de processo decisório:

1.2.1. A construção do interesse dos Estados

A condução de políticas públicas e da política externa deve ser praticada de acordo com o dito “interesse nacional”. Os construtivistas se importam em como “se forma” o interesse nacional, o que não é geralmente explorado no estudo de relações internacionais. De um lado, para os analistas de relações internacionais (baseados no modelo do Ator racional), o “interesse nacional” é um elemento dado, não problematizado, e determina o comportamento do Estado (ator racional). Do outro lado, a análise de relações internacionais pelos construtivistas é sobre a efetiva forma em que se definem os interesses nacionais ao invés de sua mera defesa e implementação. Desta maneira, enquanto a tradicional análise das relações internacionais é sob o ângulo de como tornar exógenos - ou seja, externo, implementado - estes interesses nacionais, os construtivistas analisam as relações internacionais do ponto de vista de como tornar endógenos os interesses nacionais, ou seja, *explorando como tais interesses nacionais são construídos através de um processo de interação social*.

A respeito de interesse nacional, Alexander Wendt (1994) afirma que aquilo que acabou por ser definido como Estado ou interesses nacionais não é mais do que o resultado das identidades sociais dos atores. Além disso, tais interesses e identidades encontram-se em *constante fluxo* no interior das chamadas estruturas sistêmicas intersubjetivas que contêm o que Wendt designa por entendimentos partilhados (*shared understandings*), expectativas e conhecimento social (*social knowledge*).

Um dos argumentos e constatações dos construtivistas é que atores não governamentais nacionais e internacionais, além de estarem crescendo significativamente nos últimos anos, estão exercendo uma influência crescente no nível da política externa do Estado. Os expoentes construtivistas também analisam o que motiva as ações destas ONGs. O que eles respondem é: princípios morais ou valores e normas compartilhados. Assim, de acordo com esta lógica, as ONGs membros da campanha transnacional contra o Acordo, não possuem como motivo

principal de ação alguma preocupação material como ganhar dinheiro por suas operações, embora a procura por prestígio e poder difuso possa ser componentes de sua atuação.

Como veremos no capítulo que analisa a campanha (capítulo 4), estas ONGs procuram prioritariamente promover valores de bem estar de futuras gerações como a preservação de recursos naturais, biodiversidade, águas livres, direitos humanos e indígenas básicos na bacia hidrográfica Amazônica também de acordo com os limites planetários atualmente em discussão (VIOLA & FRANCHINI, 2012, ROCKSTROM et al, 2009). Checkel (2008) cita que muitos estudos têm documentado como ONGs exerceram influência nos atores estatais e em suas políticas em várias áreas de políticas públicas (direitos humanos, meio ambiente, segurança), objetivo que a presente pesquisa também visa contribuir.

Outro ator que tem crescentemente influenciado a política externa dos países são as empresas trans ou multinacionais como as companhias brasileiras presentes no estudo de caso (Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Furnas, Eletrobrás e Engevix)¹⁵. Nossa hipótese é que estas companhias, umas em maior medida que outras, influenciaram a formulação dos projetos hidrelétricos e o estabelecimento do próprio Acordo Energético conforme analisado nos capítulos 2 e 3.

Desta maneira, concordamos com Checkel ao advogar que a abordagem construtivista para a análise da política externa suplementa a abordagem tradicional, através da ampliação de atores considerados influentes na definição de política externa e das premissas que os leva a constituir os interesses estatais e a agir. Esta tese evidencia esta hipótese.

¹⁵ Concordamos com Checkel que nas operações destas empresas multinacionais, tem se preocupado cada vez mais com assuntos de direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, adotando inclusive códigos de responsabilidade social corporativa. Os construtivistas argumentam que a causa destas novas preocupações no ambiente corporativo é mais do que a mera maximização dos lucros, mas sim, o aprendizado através do seus ambientes sociais sobre a forma ética de agir num panorama em mudança nacional e global (Checkel 2008).

O peso da barganha e da argumentação no Processo Decisório

Checkel (2008) afirma que a política externa de um país não é apenas desenvolvida pelos vários atores considerados separadamente, mas também através de um processo decisório em que os atores participam coletivamente. Para analisar a contribuição construtivista nesta questão, primeiro o autor estabeleceu uma linha de base (*baseline*) equivalente a como o processo decisório é explicado tipicamente pela tradicional análise da política externa do modelo Ator-Racional. Nesta linha de base, os atores sabem o que querem e barganham para isto, são instrumentalmente racionais, calculistas em busca de maximizar seus interesses. Diferentemente, os construtivistas advogam que agentes não calculam os custos e benefícios, mas sim apresentam argumentos e tentam persuadir e convencer os demais. Assim, os indivíduos não vão para negociação com seu objetivo perfeitamente pré-definido. Pelo contrário, os seus interesses e preferências estão abertos para redefinição. Com este entendimento de racionalidade limitada, os indivíduos são profundamente sociais. Eles decidem através da deliberação em conjunto com os demais. Assim, argumentar se torna uma parte do processo decisório chave, suplementando a barganha. O propósito de negociar é descobrir o que os demais querem e/ou (re)definir seus interesses (nacionais).

O construtivismo tem dado respaldo empírico para advogar que argumentação e persuasão são partes importantes do processo decisório nacional e internacional conforme estudos de Checkel (2003 na Europa), na Ásia (Johnson, 2007) e outros lugares (Risse, Ropp, and Sikkink, Deitelhoff, 2006, todos citados na obra de Checkel, 2008).

Discurso, Argumento e Persuasão

O papel do argumento na construção social é explorado por uma linha de construtivistas como Habermas. Discurso elaborado com fortes argumentos pode persuadir e mudar a mente das pessoas sobre os objetivos que devem ser procurados e sobre qual papel estes indivíduos cumprem ou devem cumprir na vida social. Quando o discurso gera estes efeitos, está cumprindo

um importante papel de construção social, criando nova compreensão e novos fatos sociais que reconfigura política. (FINNEMORE & SIKKINK, 2001)

Conforme veremos adiante, o caso do processo decisório que culminou na não ratificação do Acordo, contou com a decisiva influência do discurso social internacionalizado praticado pela rede transnacional de campanha, que legitimou a reversão da tomada de decisão que estava sendo conduzida no decorrer do governo peruano - terceira forma de análise de processo decisório de Checkel.

1.2.2. O mundo globalizado e os níveis de análise

Com o mundo cada vez mais globalizado, países mais interdependentes, redes transnacionais atuando em vários países simultaneamente, o nexos entre os diferentes níveis de análise (local, regional subnacional, nacional, regional internacional) é cada vez mais evidente e consequentemente as fronteiras entre estes níveis menos cristalinas. O construtivismo, segundo apontado por Checkel, pode iluminar estes nexos, conceitualmente através da superação do problema de nível de análise e teoricamente, por meio da exploração de múltiplos mecanismos que conectam e integram os diversos níveis.

Níveis de análise apenas referem-se “para onde” olhamos ao explicar a política externa, ou seja, do ponto de vista individual, local, nacional, ou internacional. Misturar ou integrar os diferentes níveis de análise foi considerado um tabu por muitas décadas, pois o nível de análise determinado era uma clara linha de referência. Mas, atualmente, já existe um consenso mais amplo no sentido de que são necessárias abordagens sintéticas com níveis de análise misturados (ou integrados). Com efeito, Checkel cita Carlsnaes (2002) que afirma que: “*a divisão entre a política interna e a internacional é altamente questionável como uma linha de referência plausível para uma sub-disciplina que necessita problematizar esta fronteira*”. (CARLSNAES, 2002 *apud* CHECKEL, 2008).

A abordagem construtivista começou a questionar esta divisão, avançando em modelos de níveis misturados que enfatizam a simultaneidade do desenvolvimento internacional e interno.

Um exemplo é na área de direitos humanos, em que vários construtivistas argumentam que a fonte de inspiração para o desenvolvimento de políticas nacionais de direitos humanos é o sistema internacional que conta com redes transnacionais de ativistas e instituições de direitos humanos globais ou regionais (como a ONU ou o Conselho Europeu). Entretanto, Checkel afirma que a mudança nas políticas nacionais de direitos humanos é fruto das interações entre os atores nos variados níveis de análise: ativistas internos, ONGs internacionais, tomadores de decisão e organizações regionais. Esta análise é construtivista também uma vez que a mudança é decorrente da interação social e entendimentos compartilhados sobre o que é importante em política de direitos humanos. Apesar do poder ser central no estudo de relações internacionais e política externa, o construtivismo tem sido criticado pela *ausência da discussão do “Poder”* e da importância do papel do Poder multi-facetado (Coercitivo –direto; Institucional - indireto e Produtivo) na análise da política externa e relações internacionais. Um exemplo dado é do analista construtivista que analisa o processo decisório baseado no poder da argumentação em uma negociação de um acordo bilateral de comércio em que não se pode deixar de considerar a diferença de poder comercial, de oferta e demanda de produtos etc. Segundo Checkel, os construtivistas deveriam dar mais relevância para o Poder e adotar um entendimento do Poder mais “duro” e “multi-facetado”. A característica “dura” e compulsiva de poder é a habilidade de “A” conseguir que “B” faça o que não faria se não fosse o poder de “A”. O poder multi-facetado significa uma concepção mais ampla de poder que vai além dos princípios básicos de coerção compulsivas para uma dimensão institucional e produtiva. O poder “institucional” é o controle do ator de maneira indireta, onde instituições formais ou informais mediam as ações de “A” e “B”. Ou seja, através das regras feitas por estas instituições, “A” constrange as ações de “B”. E por fim, o Poder produtivo é aquele gerado através de discurso e o sistema de conhecimento em que o significado é produzido e transformado (BARNETT & DUVALL, 2005 *apud* CHECKEL, 2008).

Checkel advoga que o construtivismo oferece um “kit instrumental” valioso aos estudantes de processo decisório e política externa, podendo contribuir dando nova luz aos atores e processos na análise da política externa, seja no estudo dos Estados e organizações, dinâmicas de processo decisório, na relação entre instituições internacionais e política do Estado. Entretanto, não nos parece que abordagem construtivista seja apenas um kit instrumental auxiliar

para a análise de relações internacionais e de política externa. Pelo contrário, a abordagem construtivista deve ser prevalecte na análise do processo decisório trazido a tona em nosso estudo de caso.

Segundo o Construtivista Alexander Wendt: *“As estruturas sociais têm três elementos: conhecimento comum, recursos materiais e práticas. Assim, as estruturas sociais são definidas, em parte, por entendimentos, expectativas e conhecimento mútuo”*. Ainda: *“Common knowledge is nothing but beliefs in heads, nothing but shared mental models”* (WENDT, 1994, p.161).

Ou seja, segundo Wendt, a ideia sobre o que são as estruturas tem um peso maior do que o que são as próprias estruturas. Por exemplo, se penso que os Estados tem que resolver seus conflitos sem guerras e se este pensamento se torna comum, no construtivismo assim será o sistema. Da mesma maneira, se crenças como a “de que exportar eletricidade ao Brasil provoca degradação de recursos socioambientais peruanos e não vale a pena para o Peru”, se tornam compartilhadas entre grupos mais amplos da sociedade, pode ocorrer do Estado peruano alterar suas decisões sobre o Acordo de exportação. Outro exemplo é a difusão da ideia de pertencer a uma nação entre uma população de um local, especialmente no século XIX, no leste Europeu, em paralelo ao fortalecimento da educação e da alfabetização, ajudou as novas nações emergidas nesta região.

Em relação à guerra, os construtivistas acreditam que esta surge a partir de um desacordo, disputa, ou ainda um equívoco na comunicação, falta de comunicação ou algum desentendimento entre os sujeitos interlocutores. Assim, o conflito não é considerado um choque entre forças ou Estados (entidades Estatais como unidades de análise). Pelo contrário, o conflito é sempre um confronto entre mentes e as vontades das partes envolvidas (sujeitos como unidade de análise). Portanto, para entender um conflito, o Construtivista necessita analisar os diálogos e discursos ocorridos em um determinado fato para se revelar as fontes e intensidade da disputa, sentimentos, crenças, ideias por meio dos quais os conflitos são organizados e expressos. Em nosso trabalho demonstraremos que houve uma diferença de expectativas entre ganhos e perdas para Brasil e para o Peru decorrentes da implementação do Acordo Energético, fato difundido amplamente pela campanha, uma das razões pelas quais os desentendimentos iniciaram entre os Estados.

Alexander WENDT (1992) resumiu a essência do construtivismo nas relações internacionais na famosa frase que ao mesmo tempo revela sua crítica ao Neorrealismo: “a anarquia é o que os Estados fazem dela”. Em resumo, a vertente do Construtivismo que será utilizada na tese se baseia nos seguintes pressupostos bastante resumidos, das relações internacionais:

- a) Pensamentos e ideias são os fatores predominantes que constituem as relações humanas e as relações internacionais em comparação aos recursos materiais. As ideias, preferências, crenças e conhecimentos comuns entre as pessoas constituem o elemento ideológico central focado pelos construtivistas;
- b) As crenças comuns compõem e expressam os interesses e as identidades das pessoas sendo que as relações internacionais são estabelecidas através do conjunto dos interesses e identidades;
- c) O discurso pode persuadir e mudar a mente das pessoas sobre os objetivos que devem ser procurados e sobre qual papel estes indivíduos cumprem ou devem cumprir na vida social. Quando o discurso gera estes efeitos, está cumprindo um importante papel de construção social, criando nova compreensão e novos fatos sociais que reconfigura política.
- d) No fundamento de que o meio pelo qual as relações são estabelecidas, como as “instituições sociais coletivas”, como por exemplo, a soberania estatal, não é apenas uma realidade material, mas existe porque as pessoas acreditam em sua existência e agem de acordo. Ou seja, caso a crença nas instituições sociais seja significativamente erodida, elas podem ser parcialmente desconstruídas, assim como reconstruídas sob nova roupagem, ideologia, princípios, valores e conceito de governança (pensamentos e ideias)

Desta maneira, adotaremos a abordagem construtivista na vertente *moderada* apresentada por Alexander Wendt (1999, p. 4), onde o construtivismo é apresentado como um “meio termo” (ou “via média”), ou seja, uma versão “moderada” de construtivismo que pretende distanciar-se, por um lado, de formas mais radicais de idealismo (que argumentam que apenas as ideias

importam), e por outro, de versões puramente materialistas (que explicam a realidade apenas em função de fatores materiais).

1.2.3. Aplicação do Método e da Abordagem Construtivista para a tese

Método

Métodos dão ao pesquisador instrumentos práticos para responder as perguntas desta tese. É a parte da epistemologia que conecta o conhecimento ao mundo real. No construtivismo há uma assunção de que os atores são formados pelo meio social em que vivem. Assim, uma questão natural para eles é: Como esta formação (*shaping*) ocorre e com quais resultados? Entender como se dá o processo de surgimento assim como o de mudanças de identidades e de interesses é uma grande parte do programa de pesquisa construtivista. Nesta tese procuraremos compreender e explicar como se deu o processo de mudança de interesses e de preferências do governo peruano.

Para construtivistas, entender como as coisas são ajeitadas e como acontecem não é meramente uma descrição. Entender a constituição das coisas é essencial na explicação de como elas se comportam e quais são seus resultados políticos (FINNEMORE & SIKKINK, 2001).

Assim, entender como os direitos humanos, burocracias são constituídos socialmente permite aos construtivistas elaborar hipóteses sobre os seus efeitos na política mundial. A constituição é causal, e a forma que as coisas são feitas torna possível até provável, alguns tipos de comportamentos políticos e efeitos (WENDT, 1998 *apud* FINNEMORE & SIKKINK, 2001).

Construtivistas necessitam de métodos que podem capturar os significados intersubjetivos. Eles reconhecem que toda a pesquisa envolve interpretação, e que por isso não existe uma visão neutra de onde pode coletar conhecimento objetivo sobre o mundo.

Compartilhamos com os construtivistas modernos que afirmam que a visão de mundo é sempre interpretada, mas isso não implica que todas as interpretações ou explicações são iguais.

Alguns tipos de explicações e evidências são mais persuasivas ou lógicas e empiricamente plausíveis do que outras. Na avaliação das evidências e arbítrio das possíveis interpretações, os construtivistas usam critério similar de outros pesquisadores. Eles avaliam a interpretação da evidência comparando-a com outras explicações alternativas. Eles procuram evidências para confirmar ou não as alternativas e a explicação sob avaliação. Eles perguntam se a explicação é apoiada por dados múltiplos. É assim que trabalharemos nesta tese.

Mecanismos e processos de construção social

Uma grande questão para pesquisa pelos construtivistas é a identificação de mecanismos e processos pelos quais a construção social ocorre. Uma vez que é estabelecido que normas e estruturas sociais importam, o próximo passo é investigar como exatamente eles importam e como eles são criados. Aplicando esta problemática construtivista para a presente tese, o *Coletivo Hidrelétrica Amazonia* é o espaço em que o processo de construção social se desenvolveu (como veremos no capítulo 4). Alguns dos entendimentos coletivos compartilhados dentro deste espaço são: “*não construir grandes hidrelétricas em áreas habitadas por populações tradicionais*” e ainda “*Não exportar eletricidade para o Brasil, gigante imperialista*”. Nesta linha, os processos sociais ganharam importância na medida em que se conquista espaço no debate nacional, colaborando para a crise de governabilidade no Peru. Por fim, o processo social foi criado pela campanha transnacional contra o Acordo.

Nossa pesquisa busca explicar o processo social de construção e principalmente, de desconstrução social dos argumentos pró-Acordo. Quais foram as razões preponderantes que influenciaram na mudança de preferência e orientação política da Administração Peruana em relação ao Acordo é a pergunta principal da tese.

Para a presente pesquisa consideraremos a abordagem moderna do construtivismo. Para os construtivismos modernos, são utilizadas variadas ferramentas para capturar os significados intersubjetivos, como análise de discurso, mapeamento do processo causal, genealogia, entrevistas, observação participante, análise de conteúdo e comparações estruturadas. Nesta tese,

os métodos utilizados foram mapeamento de processo causal para mudança de preferências do governo peruano, histórico das negociações, entrevistas, observação participante, análise de conteúdo, documentos oficiais, correspondências, notícias de jornais e literatura a respeito.

O problema do método Construtivista é “como revelar e demonstrar os processos causais?”. Vale lembrar que a epistemologia pergunta “como chegamos ao conhecimento?”. Assim, para aplicar as ideias teóricas construtivistas é necessário um método. Entrevistas é chave, porém precisa de mais meios porque os entrevistados talvez digam apenas o que você quer escutar. A triangulação é o método que combina entrevistas e a verificação com registros de reuniões e de jornais (GHECIU, 2005 *apud* CHECKEL, 2008). É assim que esta tese trabalhará.

1.3. Adequação da abordagem Construtivista para a tese

Finnermore & Sikkink (2001) estudaram os programas de pesquisa construtivista existentes e concluíram que há muitos trabalhos fortes sobre os argumentos teóricos construtivistas mas nem tanto sobre a pesquisa empírica que deveria, para muitos internacionalistas, comprovar o sucesso da abordagem. Esta tese procura contribuir para sanar esta lacuna de pesquisa empírica para comprovar a abordagem construtivista.

É inegável que o modelo explanatório das relações internacionais e para análise da política externa baseada no ator racional foi bastante útil para explicar a atuação dos Estados e coalisões durante as duas grandes guerras e durante a Guerra Fria. No entanto, inúmeros elementos e fatos históricos ocorreram desde então que exigiram abordagens mais atuais e adequadas para explicar decisões de política externa contemporâneas. Mudanças na história recente tiveram forte impacto no processo de tomada de decisão em política externa de um país e em relações internacionais. Alguns exemplos são o avanço da globalização, simultaneidade dos níveis de análise, o avanço das comunicações, maior facilidade de acesso à informação pela sociedade civil, a capacidade de mobilização e atuação em redes internacionais assim como a habilidade de construção de propostas próprias para políticas nacionais e internacionais.

A história demonstrou que a evolução e rapidez com que a comunicação ocorre na sociedade entre diversos setores e atores, seja de maneira formal (por artigos e livros) ou informal (falado), ou instantânea através internet, tornou atores não estatais (como ONGs, academia, mídia e empresas) cada vez mais capazes de influenciar a política externa e interna de um Estado.

Para acompanhar este mundo em transformação, novas teorias e metodologias para tratar das relações internacionais e abordagens explanatórias de política externa foram desenvolvidas. Entre as novas teorias, abordagens e metodologias surgiu a abordagem do Construtivismo Social.

A vertente moderada da abordagem do Construtivismo social tende a ganhar maior relevância para explicar política externa e as relações internacionais num mundo de hoje cada vez mais globalizado, com capacidade de comunicação instantânea pelas sociedades de regiões geográficas longínquas. O facilitado e rápido acesso à informação, discurso, crenças e valores, externada por uma pluralidade de indivíduos, instituições e redes, provoca o debate e intercâmbio de valores, ideais, cultura e inegavelmente acabam influenciando na educação de um cidadão que frequentemente passa a compartilhar de alguns destes ideais. Este conjunto de cidadãos tende a transformar a sociedade em que vivem mais rapidamente.

O rápido acesso às informações do que se passa do outro lado do planeta possui o condão de unir cidadãos igualmente sensíveis a determinada causa¹⁶ e por conseqüência, se indignar e se esforçar para agir em prol da concretização de ideais comuns que, para eles, significam uma melhora de um *status quo*¹⁷. Para isso, as redes cibernéticas se tornaram meios extraordinariamente ágeis e eficientes para mobilização social a ponto de provocar mudanças no cenário regional de forças políticas. É importante lembrar que as redes cibernéticas podem estar associadas a dinâmicas internacionais de signo muito diferente ou até opostos, como a Primavera Árabe e as redes terroristas globais.

Como resultado desta veloz comunicação e acesso à informações, existe também hoje uma pressão pela sociedade para que haja mais transparência na gestão administrativa estatal.

¹⁶ Causa configurada por um processo de *Framing*.

¹⁷ Isto facilita aos cidadãos apoiarem ou se aliarem a uma campanha com a qual simpatizaram, se tornando parte dela e precioso recurso humano.

Nesta esteira, a análise dos resultados da Campanha transaccional contra o Acordo Energético Brasil-Peru mostrará isso (Capítulo 5).

De outra parte, argüimos que no processo decisório para a ratificação do Acordo não houve um Estado Unitário peruano, havendo uma clara mudança de preferência e orientação política a respeito da integração energética com Brasil entre 1998 e 2004, variação dependente de diversos fatores como: mandato governamental, equipes de gestão, atores não tradicionais de influência entre outros que serão analisados nesta tese. Desta maneira, temos que a abordagem construtivista é chave para o entendimento dos fenômenos do estudo de caso desta tese.

A seguir analisaremos as categorias conceituais dos atores envolvidos na campanha analisada nesta tese.

1.4. Categorias conceituais de atores da campanha transaccional contra o Acordo

1.4.1. Indivíduos e Redes Transnacionais de Defesa de Direitos

Levando em consideração o contexto relatado acima, o internacionalista James Rosenau argumenta que a revolução tecnológica (informativa, comunicação, transporte) gerou consequência para os indivíduos os tornando potenciais *atores no cenário global*, pois essa tem impacto em como eles percebem, compreendem, julgam, engajam—se, evitam e interagem com o mundo além da sua casa e do seu lugar de trabalho (ROSENAU, 1990, p.15). Ainda, tais indivíduos possuem suas capacidades expandidas através do pertencimento a redes locais ou transnacionais que reúnem indivíduos de inúmeros países diferentes unidos por conta do compartilhamento de ideais, conhecimento, ideias, valores ou ainda eventos ou empreendimentos. Segundo a Professora Cristina Yumie A. Inoue (2003), isso tem consequências para a política mundial, pois as redes de relações influenciam as percepções dos indivíduos, podendo representar tanto oportunidades quanto limites (INOUE, 2003, p.81). No estudo de caso ora analisado, advogamos que tais redes transnacionais influenciaram o curso da política regional Andina e Amazônica, colaborando para alterar o destino do Acordo Energético

Peru-Brasil e dos projetos hidrelétricos nele previstos, que preveem profundos impactos na geografia e sociobiodiversidade na bacia amazônica.

Segundo Keck e Sikkink (1998, p.29), redes transnacionais são estruturas comunicativas, com dimensão estruturada e estruturante na ação de agentes complexos, que, simultaneamente, participam em novas arenas políticas e ao mesmo tempo as moldam. Definem estas redes como “formas de organização caracterizada por padrões voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e intercâmbio”. Inclui aqueles atores que trabalham internacionalmente em um assunto e se agrupam com outros que compartilham valores e discurso, propiciando uma troca densa de informações e serviços (KECK E SIKKINK, 1998, p.2). A novidade trazida pelas redes é a capacidade de atores internacionais não tradicionais mobilizar informação rápida e estrategicamente para ajudar a criar novas questões (*framing*) e categorias para persuadir, pressionar e ganhar influência em organizações mais poderosas que elas e em governos. Trata-se de um instrumento para alavancagem e para “profissionalizar” a influência de atores não tradicionais como ONGs nas tratativas entre governos. Tais redes, em rápida expansão nos dias de hoje, possui, em geral, o objetivo de alterar o comportamento de Estados ou de organizações internacionais.

As autoras categorizam três tipos de redes transacionais de acordo com sua motivação:

1. Redes com *objetivos instrumentais* como corporações transnacionais e bancos;
2. Redes com *ideias causais e compartilhadas* como grupos científicos e comunidades epistêmicas e
2. Redes com objetivo de defesa de direitos (em inglês “transnational advocacy networks”), que são aquelas formadas por grupos que compartilham princípios e valores.

Esta tese concentrará a análise na última categoria, na rede transnacional de defesa de direitos (ou simplesmente “RTDD”), que por sua vez, agrega uma comunidade epistêmica, pela importância delas ao nosso estudo de caso.

Vale notar que na classificação das autoras, as redes transnacionais se diferenciam de acordo com a disponibilidade de recursos políticos e padrões de influência. Neste sentido,

INOUE afirma que o que mais importa para redes de corporações são os recursos econômicos, mas para as redes causais (comunidades epistêmicas) e para redes de defesa de direitos, o que mais importa é a especialidade técnica e a habilidade de convencer os formuladores de políticas públicas de seus argumentos. Estas últimas duas dependem de informação e o uso desta se torna estratégico (INOUE, 2003).

As autoras Keck e Sikkink definem redes transnacionais de defesa de direitos (ou de advocacia) como redes de ativistas distinguíveis largamente pela centralidade de suas ideias norteadores ou dos valores que motivaram sua formação. As RTDD podem existir nos níveis nacional e transnacional sendo que as redes transnacionais se beneficiam pelo acesso ao sistema internacional, construindo novas conexões entre atores na sociedade civil e organizações internacionais de diferentes regiões (KECK & SIKKINK, 1998, p.1)¹⁸ e podem mais facilmente chamar atenção da comunidade internacional para as questões levantadas em sua campanha.

Os atores de redes trazem novas ideias, normas e discursos para os debates políticos e servem como fontes de informação e testemunho. Normas, para Keck & Sikkink, seguem o uso dado por Peter Katzenstein:

"Normas servem para descrever expectativas coletivas para comportamento adequado de atores com uma dada identidade. Em algumas situações, normas operam como Regras que definem a identidade de um ator, portanto tendo "efeitos construtivos" que especificam que ações vão fazer com que atores relevantes reconheçam uma identidade particular." (KATZENSTEIN, 1996, apud KECK & SIKKINK, 1998).

As RTDD promovem implementação de normas através da pressão em atores alvo¹⁹ para adotar novas políticas através do monitoramento do cumprimento de leis, princípios, padrões internacionais e normas. Elas buscam maximizar sua influência e capturar as ações de seu alvo. Através destas ações, as redes contribuem para alterar percepções que tanto o Estado e atores societários possuem de suas identidades, interesses e preferências, para transformar seus discursos e finalmente alterar procedimentos, políticas e comportamento. Elaborando a partir dos

¹⁸ Inoue afirma que as comunidades epistêmicas também gozam do acesso multiplicado ao sistema internacional da mesma forma (INOUE, 2003, p.81).

¹⁹ No estudo de caso desta tese, os alvos são, nesta ordem: 1º) sociedade peruana; 2º) Estado Peruano; 3º) Sociedade Brasileira e 4º) Estado Brasileiro.

conceitos de Keck & Sikkink (1998), podemos afirmar, com base em nosso estudo de caso, que a rede aqui estudada trabalha para desconstruir o Acordo já firmado entre Brasil e Peru, pressionando por sua não ratificação e anulação com base na violação de direito internacional e por estar em desacordo com a configuração e novo *framing* de interesse nacional da maioria da população do Peru.

Neste sentido, Keck & Sikkink (1998) compartilham com Finnermore (1996), que afirma que atores e interesses são construídos através da interação social. Finnermore afirma que:

"Estados estão embebidos em redes densas de relações sociais transnacionais e internacionais que formatam (shape) suas percepções do mundo e seu papel no mundo. Estados são socializados para querer certas coisas através da sociedade internacional em que eles e o povo deles habita." (FINNERMORE, 1996. Tradução própria).

Pesquisadores buscam entender como estes grupos operam e que condições podem contribuir para o seu sucesso. Estes casos apresentam um “quebra-cabeça” interessante para a pesquisa porque os ativistas trabalhando pela mudança em geral possuem algumas alavancas de poder convencional relativo aqueles que controlam as estruturas existentes. Esta tese visa justamente contribuir para o entendimento de como os ativistas agiram na campanha contra o Acordo. Quando os ativistas são vitoriosos, estas situações não são facilmente explicadas pelas abordagens dominantes e abrem espaço para as alternativas construtivistas (FINNERMORE 2001).

Wapner (1996) demonstra que muito deste importante trabalho dos ativistas ambientalistas ocorre fora da arena do estado, onde os pesquisadores de RI tradicionalmente focam. Neste sentido, frequentemente a sociedade civil transnacional elabora as questões, ajuda a estabelecer as agendas e mobiliza públicos. Estados, em muitas circunstâncias, estão apenas reagindo às mudanças políticas fomentadas em uma sociedade civil cada vez mais transnacional. (WAPNER, 1996 *apud* FINNERMORE, 2001)

Os ativistas de uma rede que trata de um determinado assunto frequentemente estão engajados e são parte de comunidades políticas mais amplas que trabalham neste mesmo assunto,

mas sob outras perspectivas. No capítulo 4 será mostrada uma figura da RTDD analisada em nosso estudo de caso e seus inúmeros nós pela sociedade civil internacional.

Conceito de Campanha

Para o nosso estudo, utilizaremos o conceito de Keck & Sikkink (1998) de campanha que a caracteriza como “um conjunto de atividades estrategicamente desenhadas e planejadas em que membros de uma rede difusa com princípios específicos (com potencial de mobilização segundo a teoria do movimento social) desenvolvem vínculos explícitos, visíveis, com papéis mutuamente reconhecidos e com um propósito comum (e geralmente contra um alvo comum)”. Na campanha, os atores chaves da rede mobilizam outros atores e iniciam tarefas como as de integração estruturada e negociação cultural com os grupos da rede, busca de recursos, elaboração de propostas, preparação de atividades e condução de relações públicas. Eles também buscam conscientemente um “desenho comum de significado” entre as culturas diversas da rede transnacional. Campanhas são processos de construção de questões (*issues*) constrangidos pelo contexto em que são desenvolvidas: Ativistas identificam o problema, especificam e propõem uma solução, tudo com o objetivo de produção de mudanças substantivas, em procedimentos e em normas na sua área de atuação. Este processo de “retrato estratégico” e enquadramento da questão (*framing*) da campanha precisa funcionar para os diversos atores das redes e para as audiências alvo da campanha.

Não-campanhas

Algumas questões envolvem problemas, porém os ativistas decidem não desenvolver campanhas. São as questões “non-campaigns”. Analisando e confrontando estes casos com as campanhas de fato, Keck & Sikkink (1998) conseguiram identificar tipos de recursos que possibilitam que uma campanha ocorra: (i) Informação, (ii) Liderança, (iii) Material simbólico ou capital e (iv) Tipo de estruturas institucionais existentes nos níveis local e internacional que favorece ou impede tipos particulares de ativismo. Em nossa análise da campanha transnacional verificamos a presença dos primeiros três tipos de recurso, havendo fortes estruturas institucionais para hospedar a campanha.

Em áreas como meio ambiente e direitos humanos, tais redes disponibilizam recursos (como informação, estratégia de campanha etc.) para novos atores na política interna e nas lutas sociais. E isso acaba ofuscando as fronteiras entre um estado e seus nacionais e o recurso disponibilizado que tanto cidadãos e estados possuem no sistema internacional. Desta maneira, as redes acabam transformando o conceito e a prática da soberania nacional e de fronteira de um país. De fato, as RTDD buscam interações internacionais com atores não estatais de diversas regiões geográficas, enfatizando o surgimento de múltiplos canais de contato entre as sociedades. Isto enfraquece as linhas que separam política interna e internacional, misturando os níveis de análise das relações internacionais, conforme discutido anteriormente.

Para explorar estas questões, as autoras Keck e Sikkink (1998) analisaram diversas RTDD envolvendo áreas de meio ambiente, direitos humanos e direitos das mulheres. As autoras ressaltam que todas as campanhas por elas analisadas possuem aspectos comuns como: 1) centralidade de valores ou ideias baseadas em princípios, 2) crença de que indivíduos fazem diferença, 3) uso criativo de informação e 4) utilização de estratégias políticas sofisticadas para definição das campanhas por atores não governamentais. Na campanha analisada no presente estudo de caso estes quatro elementos estão presentes.

1.4.2. Empreendedores de Normas

Grande parte da pesquisa construtivista tem focado nos esforços propositais de indivíduos e grupos para mudar compreensões sociais²⁰. Pessoas que são contra as normas e regras em vigor em um Estado que se agrupam para tentar mudá-las são chamados por Finnermore & Sikkink de *empreendedores de normas* (FINNERMORE & SIKKINK, 2001 e FINNERMORE, 1996).

Uma vez registrado a importância destes atores não estatais, o próximo passo dos pesquisadores é desvendar as *ferramentas* que eles usam no trabalho de construção social, utilizando seus esforços de persuasão, socialização e de pressão.

²⁰ Nesta tese a pesquisa foca em como mudou a compreensão social de não exportar eletricidade ao Brasil.

KECK & SIKKING (1998) e RISSE-KAPPEN (1995) criaram uma tipologia para as táticas utilizadas por redes transnacionais de defesa de direitos. São elas: a) Uso de informação e o processo de *Framing*; b) Políticas simbólicas; c) Influência política e (d) transparência na política e o Envergonhamento público (*shaming*). Abaixo discutiremos cada uma delas.

1.4.3. Comunidades Epistêmicas, Conhecimento e o Construtivismo

A comunidade epistêmica analisada em nossa campanha caracteriza-se como agência movida por argumentos próprios compartilhados que questiona os paradigmas dominantes a favor da construção de hidrelétricas. Incumbe a esta comunidade o papel fundamental de complexificar e desenvolver argumentos para erodir o paradigma dominante questionando as virtudes de barragens trazidas por inúmeros economistas, engenheiros hidráulicos, especialistas em políticas públicas entre outros profissionais da área para os quais as grandes barragens são empreendimentos profundamente mais vantajosos e praticamente sem problemas para o desenvolvimento social de uma sociedade. O paradigma dominante pode ser traduzido no lema "*quanto mais produzir eletricidade em larga escala, maior economia gerada*", ocupando a comunidade epistêmica da campanha ora analisada uma posição secundária no cenário de forças regionais dominantes. Por estas razões, a comunidade epistêmica é peça fundamental para construção dos argumentos para a ação política empreendida pela RTDD contra o paradigma dominante, podendo ser entendida como um forte instrumento de alavancagem do poder da campanha.

A respeito da ação política coletiva empreendida pela campanha, ressaltamos que esta depende da medida em que um conjunto específico de premissas compartilhado no interior das instituições, estados e outros grupos e entre eles que pode ter níveis diferentes de compartilhamento, dependendo do estágio da evolução cognitiva. Em contraste com as teorias estáticas das relações internacionais, a evolução cognitiva representa um processo de inovação e de seleção política que tem o efeito de canalizar a ação em novas direções. A evolução cognitiva é composta essencialmente por três dimensões:

1. Inovação: a criação de novos valores e expectativas que são aceitas dentro de um grupo;

2. Seleção: na medida em que os valores e as expectativas se enraízam nas mentes dos membros do grupo; e

3. Difusão: o grau em que os novos valores e expectativas alastram de um grupo ou estado para outro grupo ou estado.

Ao longo do processo que constitui a evolução cognitiva, as comunidades epistêmicas, que dispõem de um entendimento partilhado de um determinado objeto e que desenvolvem estratégias para alcançar os seus objetivos, desempenham um papel inovador de grande relevância.

Segundo o autor Peter M. Haas, uma comunidade epistêmica *é uma rede de profissionais com reconhecida especialização e competência num domínio particular e com uma afirmação de autoridade sobre conhecimento politicamente (policy) relevante naquele domínio ou área.* Embora os profissionais desta comunidade tenham perfis e *backgrounds* diferentes, o expoente enumera quatro elementos comuns, quais sejam (HAAS, 1992, p.3):

- (1) Um conjunto comum de crenças normativas e de princípios, que provê uma *rationale* de base valorativa para ação social dos membros da comunidade;
- (2) Crenças causais, ou seja, aceitam as mesmas relações causais para problemas, que são derivadas de suas análises de práticas, gerando, ou contribuindo para um conjunto central de problemas no seu domínio e que servem, como base para elucidação de múltiplos laços entre ações políticas possíveis e resultados desejáveis;
- (3) Noções compartilhadas de validação, isto é, critérios intersubjetivos, internamente definidos para avaliar e validar conhecimento no domínio de sua especialidade;
- (4) Um empreendimento político (*policy*) comum, isto é, um conjunto de práticas comuns associadas com um conjunto de problemas para os quais sua competência profissional é dirigida, presumivelmente resultante da convicção que o bem estar humano será aumentado como uma consequência dessas práticas²¹.

²¹ A comunidade epistêmica do estudo de caso em tela é convicta que grandes hidrelétricas não são as melhores opções para geração de eletricidade para a bacia Amazônica, ainda mais em regiões habitadas por populações tradicionais.

O conceito de comunidade epistêmica traz à luz o papel do conhecimento científico na transformação social, através do relacionamento no âmbito interno ou transnacional entre vários profissionais, que por sua vez, possuem acesso a canais, que os ligam aos processos decisórios internos e intergovernamentais. Segundo Finnermore & Sikkink (2001), são grupos que detêm um conhecimento específico que desejam usá-lo para fins políticos. Podem se agrupar em grupos específicos ou não e utilizam o conhecimento para *alavancar* o poder de influência aos atores estatais ou empresas. Mais do que um conceito, trata-se de uma abordagem que enfatiza o “aprendizado internacional” ou uma das formas de articular teoricamente uma nova realidade, que é a formação e atuação de redes sócio-políticas, porém, não é a única, já que se trata de um modo específico de ação em rede baseada, principalmente, em conhecimento científico, ou ideias causais compartilhadas (Keck e Sikkink, 1988, p. 30).

Peter Haas (1992, p.3) afirma que a lógica causal da política epistêmica para influenciar mudanças políticas depende de três dinâmicas: 1) A incerteza, 2) a interpretação e 3) a institucionalização.

A incerteza decorre da alta complexidade de cada assunto que o tomador de decisão necessita lidar, o que por sua vez, causa dúvida e insegurança de sua parte, o levando a procurar especialistas no assunto. Tais especialistas são justamente aqueles que procurarão sanar as dúvidas dos tomadores de decisão com informações qualificadas, mas ao mesmo tempo, politicamente orientadas com a sua interpretação e convicção política.

A força desta influência aumenta na medida em que os tomadores de decisão passam eles mesmos a buscar o aconselhamento provido pelos especialistas, desta maneira institucionalizando esta influência e permitindo que suas interpretações e convicções penetrem na política nacional ou internacional de maneira mais ampla.

1.5. Estratégias de Atuação dos Atores da Campanha: Redes Transnacionais de Defesa de Direitos, Comunidades Epistêmicas e empreendedores de normas

Esta seção visa discutir as categorias conceituais de estratégias de atuação para dar as bases para que se possa, na seção 4.5 do capítulo 4, ser analisada as estratégias de campanha contra o Acordo de fato utilizadas pela Campanha com base nos dados empíricos levantados nesta pesquisa.

1.5.1. Uso de Informação (*Information politics*) e o processo de *Framing*

A teoria do Movimento Social é um sub campo estudado pelo construtivismo. A nova abordagem de movimento social dominante na América Latina e Europa reforça que as identidades coletivas foram essenciais para entender a emergência das ações dos movimentos sociais. Enquanto teóricos de Relações Internacionais falam sobre normas, as teorias de movimento social falam sobre as crenças coletivas ou compartilhadas. Eles se preocupam com o processo da criação e recriação do significado, que, desde 1990, se tornou uma parte central da teoria do movimento social. (KLANDERMANS, 1997 *apud* FINNEMORE, 2001).

A ferramenta da *Information politics*, que pode ser traduzido por *uso político de informação* ou *uso da informação para fins políticos*, é “tática” como denominado por Keck & Sikkink, para gerar informação *politicamente útil* e utilizável de *forma rápida e crível*, deslocando para onde produzirá mais efeito (fóruns, eventos, mídia, parlamento, tribunais, debates públicos, seminários, panfletos, cartazes). Esta estratégia pode recair sobre aliados externos da rede que difundem informações sobre as violações cometidas por governos e/ou empresas à opinião pública em geral, com a expectativa de gerar pressão externa nos governos locais (tática também chamada de *Boomerang*). Segundo Keck & Sikkink (1998, p. 19), para ser convincente, a informação produzida pelas redes precisa ser *atual* e ser *bem documentada*. Além disso, como estratégias para ganhar atenção, persuadir públicos mais amplos e tomadores de decisão para mudar suas preferências, a informação precisa ser embutida de boa dose de *dramaticidade*. Por fim, as redes têm envidado esforços para reunir histórias e testemunhos com

informações *estatísticas e técnicas* sobre o assunto em questão, para aumentar a *credibilidade e seriedade* do tema.

O processo de *enquadramento da questão* (ou *Framing*) é justamente o uso inteligente da informação, através de um trabalho interpretativo e inovador embutindo de outra roupagem determinado fato alvo da campanha, com uma dosagem certa de dramaticidade. Esta técnica visa influenciar um público maior, com uma cultura frequentemente distante do fato alvo da campanha²². Segundo McAdam et al, *Framing* significa "*esforços conscientes e estratégicos de grupos de pessoas para moldar (fashion) a compreensão compartilhada do mundo e deles próprios que legitima e motiva ação coletiva*". (MCADAM et al, 1996 *apud* KECK & SIKKINK, 1998). Os movimentos sociais ajudam a criar e recriar significados (ou “ressignificar”) através do processo do *framing* ou enquadramento da questão objeto de campanha. Atores estratégicos enquadram ("frame") uma determinada questão para torná-la mais compreensiva para um público alvo, atrair atenção, encorajar ação coletiva e se enquadrar em determinado espaço institucional adequado²³. Frequentemente, os ativistas interpretam fatos e testemunhas enquadrando as questões de maneira *mais simples possível*, envolvendo as conotações de *certo x errado* ou *bem x mal* para tentar persuadir públicos mais amplos e estimular a ação (KECK & SIKKINK, 1998, p.19).

Nesta linha, os movimentos sociais tornam novas ideias em *frames* que definem questões e a estratégia apropriada para ação. A consolidação do processo de *framing* ocorre quando os movimentos sociais se pronunciam e quando agem, através de suas conexões²⁴. Movimentos usam os *frames* para tentar mobilizar consenso, convencer outros de sua visão (KLANDERMANS, 1997 *apud* FINNEMORE, 2001). Neste trabalho, resumidamente podemos afirmar que a campanha construiu um *framing* de maneira a caracterizar o Acordo como apenas favorável aos interesses do Brasil e desfavoráveis aos interesses nacionais do Peru

²² Um exemplo lembrado por Keck & Sikkink é o ganho de novos aliados por ativistas quando a campanha de direitos a terra na Amazônia foi enquadrada com um *frame* de desmatamento ao invés de questões de justiça social ou desenvolvimento regional. (KECK & SIKKINK, 1998, p. 17). Outro exemplo é o uso da expressão de “mutilação” de órgão genital feminino pelos ativistas de direitos humanos, que foi crucial para criar uma questão de preocupação pública internacional (Idem, p. 20). Antes da campanha, as expressões utilizadas pela sociedade eram mais tecnicamente “neutras” como circuncisão feminina entre outras.

²³ No caso em tela, a campanha almejou a inserção no debate nacional entre a sociedade peruana (o espaço institucional buscado) dos temas do planejamento energético peruano e sobre direitos das comunidades afetadas.

²⁴ No estudo de caso aqui, na articulação da estratégia da campanha.

ou pelo menos da maioria da sociedade peruana informada e violador de direitos humanos, indígenas e socioambientais internacionalmente protegidos conforme se analisará no capítulo 4.

A informação atual e crível sobre ameaças e violações a direitos previstos em leis, normas e *standards* com os quais os países alvo de campanhas transnacionais se comprometeram é de suma importância. Desta maneira, torna-se imprescindível a construção de aliados locais pelas redes transnacionais que monitoram a ação do Estado e/ou empreiteiras alvo de campanha, alimentando periodicamente a rede com informações atualizadas e com baixo custo.

1.5.2. Política de simbolismo (*Symbolic politics*)

Esta ferramenta, políticas simbólicas ou política de simbolismo é a habilidade das redes de invocar símbolos, ações, palavras chaves ou histórias, que dão sentido a uma situação a um público frequentemente distante da população que a campanha deseja proteger. Exemplo desta linguagem é a utilização de palavras que denotam o sentido de Bem x Mal.

Segundo Keck & Sikkink (1998, p. 22), ativistas enquadram as questões identificando e fornecendo explicações convincentes para eventos poderosos e simbólicos que, por sua vez, possam se tornar catalisadores para o crescimento das redes. A interpretação simbólica é parte do processo de persuasão pelo qual as redes criam conscientização e expandem seu alcance.

1.5.3. Política de Alavancagem (*Leverage Politics*) e Envergonhamento (*Shaming*)

Keck & Sikkink (1998, p. 23) sustentam que redes de defesa de direitos buscam efetividade política em suas ações, como mudanças em políticas públicas por atores alvos, como governos, empresas ou instituições internacionais. Para atingir mudanças nestas políticas, as redes necessitam pressionar e persuadir atores poderosos. E para ganhar influência, as redes buscam meios de alavancagem (*leverage*) através da aliança, atração ou outro meio de conexão com atores (indivíduos ou instituições) mais poderosos para impactar uma situação na qual membros mais fracos de uma rede possuem poucas chances de exercer influência.

Por exemplo, em alguns casos o acesso às instituições externas como instituições

supranacionais possuem poder para corrigir abusos, aplicar sanções ou interpelar governos nacionais tornando-se eficientes canais para reivindicar direitos. Exemplos destes atores com mais poder do que redes são: *mídia*²⁵, *cineastas*, *parlamentares*, *tribunais nacionais e internacionais*²⁶, *ONGs maiores* e com mais recursos financeiros e de comunicação.

Uma importante vitória de ativistas é tornar questões como proteção ambiental ou de direitos humanos *negociáveis* e isso exige uma sequência de ações conforme explica Keck & Sikkink (1998, p. 23). Em primeiro lugar, os ativistas salientam a importância do assunto ou do fato (ameaça, violação a direitos humanos, leis ambientais etc.) através das táticas de informação e política simbólica anteriormente analisadas. Conseguem chamar atenção. Em segundo lugar, membros mais poderosos da rede devem condicionar a cooperação de um ator como financiador, algum outro Estado potencialmente cooperante a algo mais de valor como recurso financeiro, comércio ou prestígio. Exemplo exitoso na década de 80 foi a campanha de ambientalistas de tornar os empréstimos por bancos multilaterais de desenvolvimento condicionados ao Estado cumprir as leis ambientais de proteção e uma multiplicidade de salvaguardas. Esta vitória envolveu o convencimento de inúmeros senadores americanos que eram parte do corpo responsável pela aprovação de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial por exemplo.

Keck & Sikkink (1998, p. 23) conceituam a ferramenta de “envergonhamento público” ou *shaming* como uma tática de alavancagem de impacto (*leverage*) de ordem moral utilizada por redes baseada na presunção que os governos valorizam a opinião dos outros. Aqui as redes colocam sob escrutínio internacional o comportamento do ator alvo da campanha. Neste sentido, os ativistas demonstram que determinado Estado violou uma obrigação internacional ou que seu comportamento não condiz com seu discurso.

²⁵ Keck & Sikkink afirmam que, apesar da influência de ONGs depender frequentemente em assegurar aliados poderosos, sua credibilidade ainda depende em parte da habilidade de mobilizarem seus membros e impactar opinião pública através da *mídia* (1998, p.23).

²⁶ Importante observar, no entanto, que alguns atores não são suscetíveis a pressão de tribunais internacionais. Notável exemplo disso é o Estado Brasileiro, que não concordou em acatar as recomendações internacionais da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) que determinaram a paralisação da usina hidrelétrica de Belo Monte e a proteção dos Povos Indígenas afetados, atualmente sendo construída no rio Xingu no Estado do Pará.

1.5.4. Políticas de monitoramento / responsabilização (*Accountability*)

Este é o esforço de cobrar de atores poderosos suas políticas e princípios que foram por eles previamente declarados se comprometendo com eles (KECK & SIKKINK, 1998, p.16). A estratégia de monitoramento é uma variação da estratégia de política de informação em que os ativistas usam informações estrategicamente para assegurar o cumprimento de declarações públicas, padrões e legislação existente nacional e internacional nas quais um Estado ou empresa se comprometeu.

Todas estas técnicas de alavancagem foram utilizadas pela campanha aqui analisada conforme se verificará na seção 4.4 do capítulo 4 adiante.

Considerações Parciais

O capítulo descreveu e analisou abordagens teóricas, conceitos e tipos de atores em relações internacionais relevantes para a análise da campanha transnacional contra o Acordo Energético. Os conceitos de atores relevantes para campanha analisados foram: Indivíduos, redes transnacionais e redes transnacionais de defesa de direitos (ou de advocacia, em inglês “*Transnational Advocacy Network*”), comunidade epistêmica e empreendedores de normas, como originadores de ideias, conhecimentos especializados e argumentos. Estes foram os tipos de atores que alicerçaram e alavancaram a campanha transnacional contra o Acordo Energético Peru-Brasil assinado em 2010. As categorias teóricas analisadas foram principalmente a constituição do interesse nacional, normas, argumento, crenças, ideias e identidade pela abordagem construtivista. Foram analisados os modelos teóricos sobre estratégias de atuação da campanha e seus instrumentos de alavancagem. Também foi explanada a metodologia utilizada nesta tese.

A abordagem teórica analisada foi a do Construtivismo na sua vertente moderada. Este capítulo demonstrou que tanto a possibilidade de influência em política regional e pactos

intergovernamentais por uma pluralidade de agentes não estatais tais como indivíduos, Redes Transnacionais de Defesa de Direitos e Comunidades Epistêmicas quanto a forma como se dá a influência, através do discurso, construção de argumentos em uma campanha transnacionalmente orquestrada, podem ser compreendidas pela abordagem pós positivista do Construtivismo.

A análise das abordagens analíticas e categorias teóricas de relações internacionais auxiliarão na compreensão de como se conformou o processo de desconstrução do Acordo Energético Peru-Brasil feito pela respectiva campanha a ser analisada em detalhe e profundidade nos capítulos seguintes (Capítulos 4 e 5). Assim, este capítulo trouxe as bases teóricas e conceituais para a explicação de grande parte dos motivos que alteraram a orientação política do governo peruano após assinado o acordo.

Tendo analisando as principais abordagens teóricas e categorias conceituais relevantes para esta tese, no próximo capítulo 4 será feita a discussão da adequação e adaptações dos conceitos teóricos para o estudo de caso desta tese.

CAPÍTULO 2- MUDANÇAS CLIMÁTICAS, INTEGRAÇÃO SULAMERICANA, RELAÇÕES BRASIL-PERU E AS EMPREITEIRAS BRASILEIRAS

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar o contexto em que a campanha transnacional da sociedade civil contra o Acordo Energético Brasil-Peru foi construída. Em primeiro lugar, será feita a análise do contexto sul americano de integração física e energética levando em conta também os aspectos de planejamento energético, gestão da energia e as mudanças climáticas. Em seguida, será discutida a evolução da relação comercial entre Peru e Brasil bem como o histórico e projeções de consumo e demanda de energia destes países. Por fim, analisaremos o papel das empresas privadas de construção civil, denominadas empreiteiras, na formulação dos projetos hidrelétricos previstos para a integração energética com o Peru.

2.1. Integração Sulamericana Física e Energética e as Mudanças Climáticas

2.1.1. Integração Energética na América do Sul: Histórico, Desafios e as Mudanças Climáticas

Em primeiro lugar, é necessário distinguir os diferentes conceitos relativos ao tema da integração energética. Para Sanchez (2006, *apud* FRAGA, 2014, p.45) há diferenças entre os termos comércio, interconexão e integração energética. O termo “comércio” de energia representa apenas o intercâmbio de excedentes, já o termo “interconexão²⁷” refere-se à coordenação de regulações nacionais, planejamento do despacho e projeções conjuntas de oferta e demanda de energia. O termo “integração energética”, por sua vez, corresponde *a uma política*

²⁷ Segundo Nuti (2006 *apud* FRAGA, 2014), é possível encontrar a palavra interligação como sinônimo de interconexão. Ademais, Nuti esclarece a existência de variações de significados referindo-se à interconexão enquanto interligação por meio de linhas de transmissão entre sistemas elétricos. Embora haja diferentes entendimentos do termo, o garantido é que o termo integração energética sobrepõem-se a estes processos pontuais de interconexão e interligação, referindo-se a um projeto político de integração de infraestruturas.

energética comum, gerando a unificação de mercados e competências. Esse processo, portanto diz respeito a um comércio de energia sem restrições, e exige interesse no campo geopolítico. Em termos gerais o processo de integração energética visa promover a segurança energética da região, otimizando os custos dessa transação (FRAGA, 2014, p.45). Em nosso estudo de caso, trata-se atualmente de esforços para viabilizar uma interconexão elétrica entre Brasil e Peru, pois não existe até o momento uma política energética comum entre Brasil e Peru²⁸. Isto não quer dizer que em um segundo momento não haja uma verdadeira integração energética, mencionada diversas vezes no Acordo assinado entre Brasil e Peru.

As ideias para a integração energética na América do Sul tiveram início em meados da década de 1960 com a fundação em Montevideu da *Comissão de Integração Energética Regional (CIER)*, uma organização sem fins lucrativos. Nesta ocasião, a CIER criou um fórum técnico permanente para discussão do tema integração energética com a participação direta de profissionais das empresas do setor elétrico dos países membros. Em 1970, avançou-se com a fundação da *Organização Latino-Americana de Energia (OLADE)*, composta por Ministros de Energia dos respectivos países integrantes da América Latina com a finalidade de realizar estudos e cooperação no setor energético. Este órgão foi o primeiro organismo para promover o intercâmbio de informações, experiências e trabalhos técnicos entre empresas de energia elétrica da América do Sul. A CIER e a OLADE viabilizaram projetos pontuais e acordos regionais específicos de integração energética implementados nos anos posteriores e demonstraram o potencial das possibilidades de intercâmbio de fluxos de energia (CASTRO, 2009). O estudo mais recente é o Projeto CIER 15 – “*Estudio de Transacciones de Electricidad entre las Regiones Andina, América Central y Mercosur – Factibilidad de su Integración*” (CIER, 2010) que visa analisar, sob os aspectos técnico, comercial, regulatório e operativo, a viabilidade da implantação ou o aumento das transações de Energia Elétrica entre as regiões da América Central, Andina e do Mercosul e a possibilidade de integração entre elas.

²⁸ Vale ressaltar que os esforços para a interconexão Brasil-Peru *a priori*, escapa à lógica de integração de blocos sub regionais existentes da América Latina como o Mercosul, Comunidade Andina e América Central, sendo a América Central a região que possui mecanismos para integração energética bastante desenvolvido. O Peru pertence à Comunidade Andina e o Brasil ao Mercosul. Como se verá adiante, os esforços para interconexão Brasil-Peru são justificados em termos geopolíticos pela complementariedade dos ciclos hidrológicos da região, possibilidade de trocas de excedentes energéticos e pelo aumento do controle da vazão do Rio Madeira no Brasil.

No Brasil, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) representa o país na CIER, principalmente a partir de sua colaboração justamente no Projeto CIER 15. O financiamento deste Projeto foi feito pelo (i) CIER; (ii) Corporação Andina de Fomento (CAF); e (iii) Banco Mundial, e foi elaborado pelos consultores Mercados Energéticos (ME) da Argentina; SYNEX do Chile; e PSR Mercados Energéticos do Brasil (ONS, 2015). Foi concluída em 2007 a fase I com o relatório de levantamento de instrumentos exigidos para implementar uma integração, quais sejam: (i) vontade política (ii) desenvolvimento institucional (iii) adequada regulação de comércio entre fronteiras e (iv) infra-estrutura de interconexão. Em seguida, o relatório apontou também os *elementos chaves* na análise de uma integração energética, agrupando-os em três tipos de ferramentas (a) *Ferramentas legais e institucionais* (elementos chaves: mecanismos transacionais, institucionalidade mínima requerida, fluxos em trânsito, arbitragem, Equidade e Poder de Mercado e Alianças ou tratados); (b) *Ferramentas Comerciais* (elementos chaves: contratos de curto e longo prazo, aspectos comerciais e tarifas e metodologias de manejo de riscos e por fim, (c) *ferramentas operativas* que incluem os elementos chaves de análise de oferta e demanda regional e planejamento nacional e regional (Projeto CIER 15). Esta fase também elaborou o relatório do estado atual das interligações na América Latina pela consultoria brasileira PSR.

A Fase II foi iniciada no 2º semestre de 2008²⁹ e possui o objetivo de analisar em nível estratégico, técnico, comercial e regulatório sobre a viabilidade de incrementar as transações energéticas entre os países da América Latina. Esta fase também visa (a) identificar benefícios estruturais como: (i) redução dos custos operativos; (ii) aumento da confiabilidade do atendimento e (iii) redução da emissão de CO₂, (b) compartilhar estes benefícios entre os consumidores dos países envolvidos (modicidade tarifária) e (c) desenhar esquemas comerciais flexíveis que preservem a autonomia e política energética de cada país. A maioria dos países da América Latina participa do projeto CIER 15, representados por Delegados Nacionais, incluindo o Brasil e o Peru. Segundo Hermes Chipp, diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, “*a interligação Brasil – Peru, mediante a construção de aproveitamentos hidroelétricos em território peruano, é um dos principais projetos que vêm sendo estudados no âmbito do Projeto CIER 15*”. (CHIPP, 2009)

²⁹ Esta fase foi conduzida com a contratação do Consórcio de Consultores PSR – Mercados Energéticos – Synex Chile.

Segundo o Relatório CIER 15 (2010), a integração energética “*deve ser vista como instrumento que torna mais eficiente o fornecimento de eletricidade e gás natural em escala regional e que possibilita a redução das emissões de carbono*”. Por exemplo, a Argentina, que dispõe de grande estoque de gás natural, exporta este recurso ao Chile, que passa a substituir seu carvão e petróleo na geração de eletricidade e na indústria. A Venezuela dispõe da geração hidrelétrica da usina hidrelétrica (UHE) Guri que possibilita exportação de eletricidade a cidade de Boa Vista em Roraima, que por sua vez, passa a desativar seu parque térmico local via óleo combustível. De igual maneira, a importância da energia elétrica das usinas hidrelétricas a serem instaladas no Peru possui o potencial de fazer com que seja desnecessária a ativação de algumas usinas térmicas no Brasil. O estudo de transações de energia entre as regiões andina, América central e MERCOSUL da Fase I do Projeto CIER 15 indica que, com as integrações energéticas na América Latina podem diminuir em torno de US\$ 1 bilhão as tarifas de energia praticadas no continente, podendo ser repassadas ao consumidor. Segundo a Eletrobrás, investimentos em obras de geração e transmissão de energia poderiam ter sido evitados em algo na casa de US\$ 9,4 bilhões, exatamente em virtude da gestão ótima e integrada dos sistemas. (ELETROBRÁS, 2010)

Em termos concretos, do ano de 1965 até 2012, as interconexões elétricas aumentaram cerca de dez vezes, passando de 500 MW a 5 mil MW de capacidade instalada (CHIPP, 2012). Em 1965, foi firmado um convênio para intercâmbio de energia em quatro pontos da fronteira entre as empresas estatais Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Brasil e Usinas Eléctricas y Teléfonos del Estado (UTE) do Uruguai. Em 1969 foram estabelecidas interligações entre o Paraguai e o Paraná e em 1973 a energia gerada pela usina de Aracay no Paraguai começou a ser fornecida ao Brasil por interligação.

O Mapa 2 abaixo mostra as obras de interconexão executadas e em planejamento na América do Sul:

Tabela 1. Obras de Integração Energética na América do Sul em construção.

Empresa	Obra	Localização
ELETROBRAS	UHE Espírito Santo, de 600 MW,	Colômbia
	UHE Cachoeira Esperanza	Bolívia
	UHE Kecalabo	Suriname
	LTs ISA-Interconexões Elétricas	Colômbia
	Linhas de transmissão (LT) Itaipu-Assunção-Yacyretá	Brasil, Paraguai
ELETROSUL	Linhas de transmissão (LT) San Carlos-Candiota	
	Parques eólicos no Uruguai	Parceria brasileiro-uruguaia
	usinas hidrelétricas de Garabi-Panambi	Brasil-Argentina
Participação em vários projetos de óleo e gás da PETROBRAS, ENAP, ECOPEPETROL e PDVSA em execução em diferentes países sul-americanos		
Projetos de usinas termelétricas a carvão da Colômbia da EBX e da VALE		

Fonte: Adaptação de SALOMÃO, 2012a.

As linhas de transmissão de eletricidade existentes e em estudo estão retratadas no mapa abaixo. O estudo de caso desta tese, entre Peru e Brasil é o numero 10, representado com uma linha pontilhada:



Fonte: CHIPP, H. 2009.

Mapa 2 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica na América do Sul

(operação e em estudo).

O que de fato ocorreu até o momento foram projetos binacionais onde cada país detinha metade da capacidade instalada e da produção, podendo ou não negociar as sobras de eletricidade gerada, como é o caso típico de Itaipu Binacional. Estas obras não expressam um plano energético nem uma integração multilateral, mas sim motivações pontuais entre dois países como bem assevera Prof. Nivalde Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ (CASTRO, N., 2009).

Assim, a década de 1970 foi marcada pela construção de três grandes aproveitamentos hidrelétricos binacionais em rios fronteiriços da América do Sul: (1) Hidrelétrica Itaipu: Brasil-Paraguai que fornece 20 % do consumo total da eletricidade do Brasil e (2) Hidrelétrica Salto Grande entre Argentina-Uruguai e (3) Hidrelétrica Yacyretá entre Paraguai-Argentina. Estes são os grandes exemplos de centrais hidroelétricas no âmbito bilateral impulsionadas pelos Estados, então proprietários exclusivos das empresas envolvidas em sua construção e operação. A 1ª fase das obras não gerou integração de mercados, sendo que a 2ª fase integrou os mercados pela venda de excedentes através das linhas de transmissão.

Desafios para Integração Energética Regional

Na perspectiva de Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), a integração regional de mercados energéticos pressupõe a compatibilização dos mercados de energia elétrica dos países e a mitigação de assimetrias comerciais, tributárias, técnicas e regulatórias sendo em geral, dependente de longo processo de amadurecimento desses condicionantes (ONS, 2009, p.11).

Na perspectiva de CASTRO (2009), os três maiores desafios para uma efetiva integração energética na região sulamericana são os seguintes: (i) harmonização dos mercados e das legislações dos países; (ii) obtenção de acordos entre os operadores dos sistemas e o estabelecimento de tratados entre os Estados e (iii) a construção de um arcabouço institucional supranacional com a fixação de regras transparentes, coerentes e consistentes. O professor Luiz Alfredo Salomão (SALOMÃO, 2012a) acrescenta outros desafios a esta lista, quais sejam: (i)

falta de planejamento energético regional; (ii) harmonização dos marcos legais e regulatórios nacionais, inclusive e especialmente *no que diz respeito à fixação de tarifas*; (iii) financiamento dos empreendimentos que promovam a integração energética, e a integração física em geral e (iv) concessão de garantias para financiamentos por parte de instituições garantidoras.

Documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2005)³⁰ também confirma que os principais problemas em relação à falta de um maior desenvolvimento da integração energética na região não foram a carência de recursos ou de redes, mas sim a dificuldade de articular regras e políticas congruentes com o estímulo ao investimento e à interdependência energética da região. O documento da CEPAL afirma ainda que considerando que temos na América do Sul um cenário de excedente de insumos energéticos, há a necessidade de formar-se um arcabouço institucional que permita a integração *econômica* do setor elétrico do continente, visando atender os objetivos das políticas dos diferentes países envolvidos (CEPAL, 2005).

SALOMÃO (2012b, p.30) acrescenta que a integração energética regional parece estar sofrendo os efeitos da adequação às novas formas de gerenciamento do setor. Explica que a modalidade de integração durante as décadas de 1980 e 1990 era associada a uma estratégia de liberalização dos mercados que buscava favorecer os interesses empresariais. Sobre a estratégia liberalizante, no ano de 2003 a CEPAL a descreveu da seguinte maneira:

“Os processos de integração recente na América Latina não são o resultado de um desejo pré-determinado dos governos de um conjunto de países, tal como ocorreu na União Européia, nem de um modelo de transferências de tecnologias em cadeia, como no caso asiático, mas sim a consequência de um conjunto de relações práticas onde as empresas privadas e os governos interagem gerando a dinâmica da integração” (CEPAL apud SALOMÃO 2012b, p. 30, grifos nossos).

Por exemplo, constatou-se que, ao contrário do que se possa inferir, a atuação da PETROBRÁS nos países sul-americanos, depois de ter adquirido a empresa argentina Perez-Companc *não contribuiu para a integração energética multilateral da região*. A ação da Petrobrás tem sido local, voltada exclusivamente para seus interesses empresariais, sem nenhuma vinculação com qualquer projeto de cooperação na área regional de energia. Salomão destaca

³⁰ CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]. Estratégia Energética Sustentable Centroamericana 2020. Santiago (Chile): CEPAL, 30 de Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/31977/L828.pdf>. Acesso em 05/06/2011

que o mesmo ocorre com empresas de atuação multinacional como a Vale, a Camargo Correa, a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, e outras de menor porte, acrescentando:

“Mesmo a ELETROBRAS está interessada em desenvolver projetos bilaterais (Garabi, com Argentina - Inambari, Paquitzapango, Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan, com o Peru – e C. Esperanza, com a Bolívia) voltados para atender o crescimento do mercado brasileiro de energia elétrica³¹”.
(SALOMÃO 2012b, p. 30, grifos nossos)

Com a chegada do novo século, o professor afirma que os países sul-americanos iniciaram um processo de retomada do controle do setor e a integração energética neste novo contexto requer uma forma mais centralizada. A ideia de uma conexão internacional com livre acesso às redes e às fontes energéticas é compatível com uma modalidade de livre funcionamento dos mercados. Porém, diante da ação dos governos que desejam ter maior presença no processo, Salomão reforça que a integração exige coordenação política, de alguma forma. (SALOMÃO, 2012b, p.30)

Além destes fatores, podemos acrescentar que uma das razões cruciais que impede avanços na integração energética é que ainda na América do Sul, cada país tende a olhar muito para as suas necessidades dentro de seus limites territoriais, havendo dificuldade de desenvolver uma visão para uma integração energética cooperativa e que gere benefícios para todo o continente.

Nesta linha, o Brasil é o país que mais se diferencia pois, o país firmou acordos de cooperação energética com vários de seus vizinhos e planeja firmar mais (MME/EPE, PDE 2023, 2014). Porém, contrariando o discurso diplomático de integração regional, solidariedade e cooperação sul-sul, estas tratativas bilaterais conduzidas pelo Brasil visam na realidade satisfazer predominantemente a demanda energética de seu próprio território, uma vez que o país possui necessidades energéticas superiores ao permitido pela legislação nacional sobre a exploração de recursos naturais para hidro energia em seu território e por esta razão quer utilizar os potenciais energéticos dos países vizinhos.

³¹ A este respeito, vide discussão do item 2.3 a seguir (“Empreiteiras Brasileiras: Influência na Elaboração dos Projetos Hidrelétricos previstos no Acordo Energético Brasil-Peru”) bem como o capítulo seguinte sobre a construção do Acordo Energético.

De acordo com Castro (2009), a obtenção de um arcabouço institucional supranacional sul americano é crucial para percepção da realização, da manutenção e da expansão dos investimentos nos setores energéticos na região, em especial porque o potencial de centrais binacionais está praticamente esgotado. Castro relata que Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e Peru demandam mais energia, o que poderia ser atendido através da integração dos mercados de energia elétrica. Nesta linha, o autor sugere que deve-se evoluir para uma terceira fase, a da integração de mercados que permitiria que empreendimentos de maior porte em países com mercados internos menores possam se tornar factíveis economicamente ao atenderem a demanda de energia elétrica integrada de mais países.

Castro aponta um potencial expressivo para projetos de integração elétrica entre os países da América do Sul em função de existir (i) uma demanda crescente por energia elétrica, (ii) um desequilíbrio entre oferta e demanda causado pela perda de capacidade de planejamento da política energética na região e (iii) grande potencial de recursos energéticos, com destaque para a fonte hídrica. Castro destaca que para a integração ocorrer, serão necessários acordos diplomáticos e contratos específicos, de preferência com igualdade de condições entre países soberanos, reconhecendo, no entanto que gozam de condições desiguais (CASTRO, 2009). Assim sendo, a vontade política de cada um dos países parceiros que irá definir a forma e velocidade da cooperação.

Integração Energética da América do Sul e as Mudanças Climáticas

Um aspecto fundamental do processo de integração é o planejamento regional adequado entre os países envolvidos. Nesse sentido, deve ser lembrado que a integração energética constituiu um dos objetivos prioritários da UNASUL³². A vontade política dos governos da região para materializar as questões inerentes à evolução desse processo manifestou-se em abril de 2007, na ilha de Margarita (Venezuela), durante a Primeira Cimeira Energética Presidencial Sul-Americana. Pela primeira vez os líderes dos países se reuniram para delinear as bases de

³² O tema energia teve marcante presença, mesmo antes da aprovação do seu Tratado Constitutivo. O documento final da Comissão Estratégica de Reflexão da Comunidade Sul-Americana de Nações, que deu origem a UNASUL, já definia o setor energético – juntamente com outros três: o social, o financeiro, e o de infraestrutura, como fundamentais para a integração regional.

uma estratégia consensual em torno da segurança e do suprimento energético (“Declaração de Margarita”). Ficou acordado a institucionalização de reuniões de ministros de energia, através do Conselho Energético Sul-Americano, para elaborarem propostas buscando conformar uma Estratégia Energética Sul-Americana, um Plano de Ação, e um Tratado de Segurança Energética para a região.

Em 2009, também no âmbito da UNASUL, criou-se o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN³³) composto pelos ministros das áreas de planejamento, energia, transportes e comunicações dos doze países da América do Sul. A missão do COSIPLAN é de viabilizar e monitorar a implantação dos projetos de grande impacto para a integração física e o desenvolvimento da região. O COSIPLAN construiu dois instrumentos que visam estruturar seu trabalho nos próximos dez anos: o Plano de Ação Estratégico (PAE) 2012-2022 e a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) com 31 projetos (IIRSA 2009, COSIPLAN, 2011 e API, 2011). Entretanto, verificou-se que dentro do eixo de integração Peru-Brasil-Bolívia, existe apenas um projeto que entrou na API, que é a “Conexão Porto Velho - Litoral Peruano” terrestre. As obras de integração energética entre Peru e Brasil não estão na API. A este respeito, inúmeros autores criticam a API por não priorizar a integração energética da região (OLIVEIRA, 2010), o que acabou deixando espaço para os países encaminharem a integração em nível bilateral.

Todavia, a integração energética regional elaborada com o devido planejamento regional do uso dos recursos naturais de maneira integrada no continente sul-americano e preenchimento das condicionantes socioambientais, poderá trazer uma série de benefícios para o continente, a saber: (1) complementariedade hidrológica; (2) maior nível de confiabilidade e eficiência do ponto de vista econômico; (3) possibilidade de troca de sobras, excedentes de eletricidade entre países; (4) otimização e garantia de fornecimento de eletricidade na região; (5) evitar mudanças de rumos no meio da execução de obras e, conseqüentemente, desperdício de dinheiro; (6) redução de impactos socioambientais de obras em nível de bacias e sub bacias hidrográficas como a bacia Amazônica; e (7) avanços na construção de uma governança supranacional

³³ O COSIPLAN incluiu a IIRSA, criada em 2000, como seu fórum técnico de infraestrutura.

necessária para dirimir conflitos locais e transfronteiriços frequentes como é o caso da iniciativa para integração energética Brasil-Peru.

Segundo Castro et al. (2009), a Bacia Amazônica, maior bacia hidrográfica do mundo, estende-se pelos territórios do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela e é cortada pela linha do Equador, o que ocasiona dupla captação das cheias de verão: de novembro a abril no hemisfério sul e de maio a outubro no hemisfério norte. Esse duplo regime de chuvas na Bacia Amazônica confere importante complementaridade hidrológica à América do Sul. A este respeito, compartilhamos com o entendimento de Pedro Bara (2014), de que no atual contexto de mudanças climáticas com alteração do regime de chuvas, a medida de adaptação climática mais atrativa é a integração energética amazônica, região da chamada última “grande fronteira hidrelétrica sul-americana”. Estudos recentes já modelaram os impactos das mudanças climáticas nos índices pluviométricos para a região sulamericana e portanto o setor de planejamento energético do Governo brasileiro tem dado sinais de que outras fontes renováveis além de hidroelétricas devem ser mais consideradas.

A este respeito, o estudo “*Brasil 2040: Cenários de Adaptação à Mudança do Clima*” (2015), coordenado pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) fez um exercício de regionalização de modelos climáticos globais feitos pelo IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), o painel do clima das Nações Unidas. Os mapas decorrentes deste estudo indicam que Sudeste e Centro-Oeste ficarão mais secos em 25 anos; vazões de rios na Amazônia poderão ter redução. Tais cenários climáticos regionalizados se referem ao período de 2010 a 2100 e são comparáveis com o clima observado desde 1969 até o presente, demonstrando as tendências de indicadores de extremos climáticos, a distribuição de frequência de temperatura e a precipitação em recortes temporais de 2011 a 2040; 2041 a 2070; e 2071 a 2100³⁴. Os mapas gerados abrangem todo o território brasileiro, a América do Sul, a América Central e o Caribe, com resolução de 20 km x 20 km, e apresentam um foco específico para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com definição de 5 km x 5 km. O objetivo final desta ferramenta é oferecer o respaldo necessário para o dimensionamento dos riscos climáticos no planejamento e desenvolvimento do país. Por meio dessa ferramenta, o Brasil pode conhecer

³⁴ SAE: *Saiba como acessar oHs mapas climáticos do Brasil*, Site institucional <http://www.sae.gov.br/site/?p=26692#ixzz3U04Ayf00> acesso em 10/03/2015.

os cenários para preparar-se a tempo e aumentar a sua resiliência ante os impactos projetados das mudanças do clima³⁵.

Desta maneira, diante das mudanças climáticas e consequente diminuição dos índices pluviométricos da região, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de explorar outras alternativas para geração de energia elétrica, como por exemplo, a energia solar, eólica, das marés e biomassa conforme abundam inúmeros estudos científicos e recomendações de especialistas na área além do planejamento e gestão da demanda de energia (MOREIRA, 2012a, MOREIRA, 2012b, BARA, P. 2013, SAE, 2015)³⁶.

Outra vantagem da integração de mercados apontada por Castro et al (2009) é o maior nível de confiabilidade e eficiência do ponto de vista econômico, uma vez que a integração permitiria compensar eventuais disparidades e insuficiências hidrológicas com a energia excedente de outros países.

Entretanto, levando em consideração as dificuldades de alcançar um arcabouço supranacional para integração energética da região e os demais desafios acima discutidos, o bilateralismo torna-se o primeiro passo mais factível em busca de uma maior integração energética na região sul americana. Ocorre que mesmo a integração bilateral encontra enormes dificuldades para implantação. O estudo de caso aqui revelará inúmeros entraves neste processo arguidos pela campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru que não estão permitindo que a integração hidroenergética desfrute de tais benefícios. No capítulo 4 serão analisados cada argumento da campanha.

Vale lembrar que o processo de integração econômica relativamente é recente nas economias modernas e carece de expressivos aperfeiçoamentos. A integração do setor elétrico é ainda mais recente e implica significativas dificuldades de cunho institucional, físico, social, ambiental, tecnológico e de mercado.

³⁵ Os mapas climáticos são resultantes da parceria entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e estão no site da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

³⁶ Este é também um dos argumentos construídos pela campanha contra o Acordo Energético (capítulo 4).

A professora Adriana Fiorotti Campos bem ressalta que apesar da integração energética trazer inúmeros benefícios, é necessário que haja uma plena consciência, por parte dos países interessados, de que a integração amplia a interdependência entre os países e, desta forma, pode conflitar com a ideia de soberania nacional relacionada a questões delicadas, tais como, segurança de suprimento, *modicidade tarifaria, transparência e não discriminariiedade* (CAMPOS A., 2011).

2.1.2. Plano Decenal para Expansão de Energia 2023 (PDE) do Brasil e a importação de eletricidade do Peru

Dada à magnitude do potencial hidrelétrico peruano e ainda a capacidade de margem de reserva^{37 e 38}, verifica-se que desde 2010, os Planos Decenais para Expansão de Energia (PDEs) elaborados pela EPE (Empresa de Planejamento Energético do MME) do Brasil já consideravam a eletricidade a ser gerada no Peru e a importação desta pelo Brasil através do acordo de Integração Energética. Vejamos:

“Na busca pelo desenvolvimento da integração energética dos países latino-americanos, o governo brasileiro vem realizando acordos e empresas brasileiras vêm participando de estudos com países das Américas Central e do Sul. A associação do Brasil a esses países se verifica predominantemente com fontes que geram energia limpa e mais barata, como é o caso das hidrelétricas. Entre os projetos, destacam-se seis usinas hidrelétricas no Peru, que totalizam aproximadamente 7 GW de capacidade instalada. A conclusão dos estudos está prevista para 2011, sendo que a usina de Inambari de 2 GW encontra-se em estágio mais avançado. Estes estudos indicam possibilidade de exportação de energia excedente para o Brasil com a interligação dos sistemas elétricos se dando no estado de Rondônia. (MME/EPE, 2010)”

³⁷ De acordo com Estudio Evaluacion del Potencial Hidroelectrico Nacional, feito no final da década de 1970 pela GTZ Cooperacion Técnica Aleman, o Peru possui o potencial hidrológico teórico de geração de 200.000 MW somando as bacias do Pacífico, Titicaca e Atlântico. Importante ressaltar que desde 2012, o país está realizando uma atualização deste estudo, que deve terminar em 2014 sendo que o governo brasileiro considera 180 GW conforme seu último PDE 2022 (2013).

³⁸ A atualização do estudo do potencial está sendo financiado pela CAF e banco KfW e possui duas fases: (i) avaliação do potencial hidroelétrico do Peru e (ii) obtenção de uma carteira de possíveis projetos de centrais hidrelétricas, a partir da otimização do uso de bacias hidrográficas do Peru que se desenvolverá com apoio de uma consultoria especializada (DAR, 2014).

No atual Plano Decenal para Expansão de Energia 2023 (“PDE 2023”, publicado em dezembro de 2014), verificamos que a redação foi ligeiramente alterada provavelmente em virtude das incertezas e inseguranças jurídicas que as obras vêm apresentando, conforme veremos nos próximos capítulos. Esta é a nova redação no PDE 2023:

No que se refere à integração energética com outros países latino-americanos, o governo brasileiro, através de suas empresas, vem realizando acordos e participando de estudos em países das Américas, Central e do Sul. A integração energética do Brasil com estes países proporcionará diversos benefícios para ambas às partes, como o aproveitamento da complementaridade dos regimes hidráulicos e o aumento da confiabilidade e da segurança do suprimento. Apenas 25% da capacidade hidráulica dos países que fazem fronteira com o Brasil foi aproveitada. A associação do Brasil a esses países se verifica predominantemente com a utilização de fontes que geram energia renovável e de baixo custo variável, como é o caso das hidrelétricas.

Existem projetos para a construção de seis usinas hidrelétricas no Peru, que totalizam cerca de 7 GW de capacidade instalada. O aproveitamento de Inambari, de 2,2 GW, é o que está em estágio mais avançado. Os estudos de inventário e viabilidade para construção da usina já estão concluídos e encontra-se em análise pelos governos dos dois países um tratado de comercialização da energia produzida. Estes estudos, que priorizam o atendimento à demanda local, indicam a possibilidade de exportação de energia excedente para o Brasil com a interligação dos sistemas elétricos ocorrendo no estado de Rondônia. (Grifos nossos, interligação dos sistemas elétricos se dando no estado de Rondônia. (MME/EPE, 2014, p. 70).

O PDE 2023 (2014), projeta a expansão do PIB médio em 4,3% a.a. até 2023 de forma que se projetou que o consumo energético brasileiro cresça a uma taxa média de 3,7% a.a. acompanhando aproximadamente a taxa projetada do PIB nacional. Vale mencionar que a previsão da Empresa de Planejamento Energético é bastante otimista tendo em vista a atual recessão do país, no qual o crescimento do PIB para 2015 estava estimado em 0,55% em dezembro de 2014³⁹ está hoje estimado para -2,01% e para 2016 de -0,15% segundo o Boletim Focus do Banco Central de agosto de 2015⁴⁰ (BCB 2014 e BCB, 2015).

A esta taxa de crescimento de demanda por energia projetada pela EPE, a demanda de energia para 2023 será de 351 mil tpe/toe (tonelada equivalente de petróleo). A Tabela 2 abaixo

³⁹ Conforme *Boletim Focus - Relatório de Mercado*, Banco Central do Brasil, Gerin, de 26 de dezembro de 2014. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20141226.pdf> acesso em 22/08/2015

⁴⁰ Idem do ano anterior. Conforme *Boletim Focus - Relatório de Mercado*, Banco Central do Brasil, Gerin, de 14 de agosto de 2015. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20150814.pdf> acesso em 20/08/2015

mostra a projeção do consumo final energético brasileiro distribuído por fonte mostrando que a eletricidade corresponde a 19%, derivados de petróleo (39%) e gás natural (9%) do consumo final energético entre 2014 e 2023.

Tabela 2. Consumo final energético brasileiro.

Fonte / <i>Energy Source</i>	2014		2018		2023	
	10 ³ tep/toe	%	10 ³ tep/toe	%	10 ³ tep/toe	%
Gás natural / <i>Natural gas</i>	18.101	7,1	26.413	8,8	33.002	9,4
Carvão mineral e coque / <i>Coal and coke</i>	13.693	5,4	15.910	5,3	15.850	4,5
Lenha / <i>Firewood</i>	16.616	6,5	14.825	4,9	14.057	4,0
Carvão vegetal / <i>Charcoal</i>	5.306	2,1	6.435	2,1	6.570	1,9
Bagaço de cana / <i>Sugar Cane Bagasse</i>	29.156	11,5	34.583	11,5	40.471	11,5
Eletricidade / <i>Electricity</i>	46.028	18,1	55.193	18,3	67.116	19,1
Etanol / <i>Ethanol</i>	12.467	4,9	17.170	5,7	22.189	6,3
Biodiesel	2.588	1,0	3.891	1,3	4.602	1,3
Outros / <i>Other Energy Sources</i>	6.140	2,4	7.748	2,6	9.296	2,6
Derivados de petróleo / <i>Oil Products</i>	104.402	41,0	119.668	39,6	138.197	39,3
Óleo diesel / <i>Diesel Fuel</i>	48.836	19,2	57.188	18,9	67.618	19,2
Óleo combustível / <i>Fuel Oil</i>	4.444	1,7	5.120	1,7	5.630	1,6
Gasolina / <i>Gasoline</i>	26.502	10,4	29.478	9,8	32.426	9,2
GLP / <i>Liquefied Petroleum Gas (LPG)</i>	8.306	3,3	8.953	3,0	9.768	2,8
Querosene / <i>Kerosene</i>	4.080	1,6	4.708	1,6	5.730	1,6
Outros derivados de petróleo / <i>Other Oil products</i>	12.234	4,8	14.220	4,7	17.024	4,8
Total	254.497	100,0	301.835	100,0	351.350	100,0

Fonte: MME/EPE, 2014, p.9

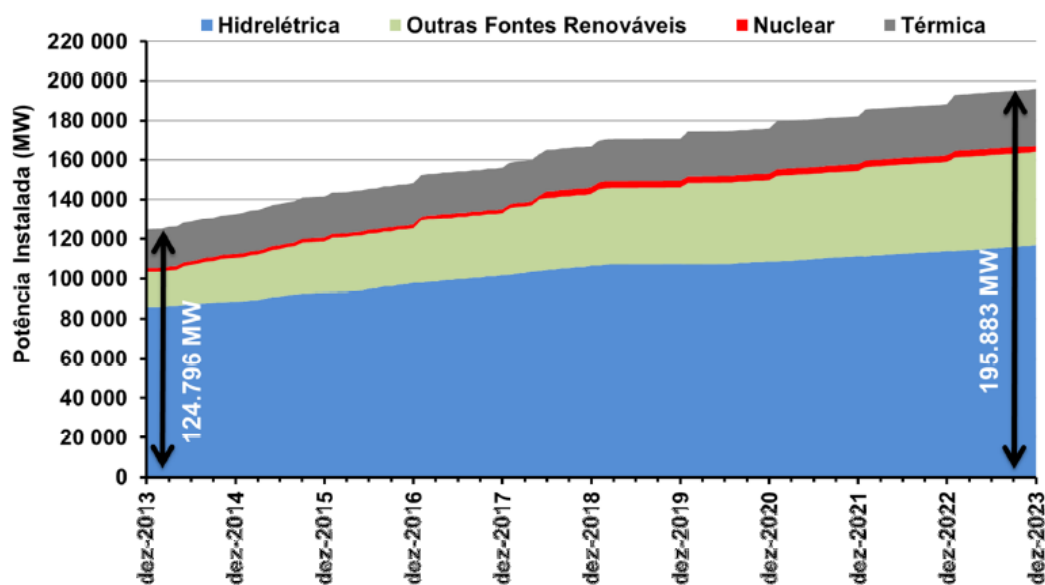
Segundo o PDE 2023, dentro do consumo final energético, o consumo nacional de energia elétrica na rede (isto é, exclusive autoprodução) atingirá 689 TWh ao fim de 2023, a uma taxa média de crescimento de 4,0% ao ano. Em 2014 foi consumido 481 TWh (PDE, 12:2014). A Tabela 3 abaixo demonstra a projeção do consumo de eletricidade na rede por classe de consumidor.

Tabela 3. Consumo de eletricidade na rede, por classe de consumidor.

Ano / Year	Residencial / Residential	Industrial	Comercial / Commercial	Outros / Others	Total
	GWh				
2014	129.983	191.333	87.378	72.691	481.385
2018	154.879	222.148	108.359	83.271	568.657
2023	189.934	257.714	142.660	98.682	688.990
Período / Period	Variação (% a.a.) / % change per year				
2013-2018	4,4	3,8	5,3	3,4	4,2
2018-2023	4,2	3,0	5,7	3,5	3,9
2013-2023	4,3	3,4	5,5	3,4	4,0

Fonte: MME/EPE, 2014, p.12.

O gráfico abaixo demonstra que a capacidade instalada hidrotérmica de 124.000 MW, em 2013, vai para aproximadamente 196.000 MW em 2023.



FORNTE: EPE.

Fonte: MME/EPE, 2014, p.79.

Gráfico 1. Evolução da capacidade instalada hidrotérmica do Sistema Interconectado Nacional (SIN).

Em 2013, o Brasil teve a seguinte capacidade instalada em termos de fontes de eletricidade:

Tabela 4. Capacidade instalada por tipo de fonte em 31/12/2013 no SIN

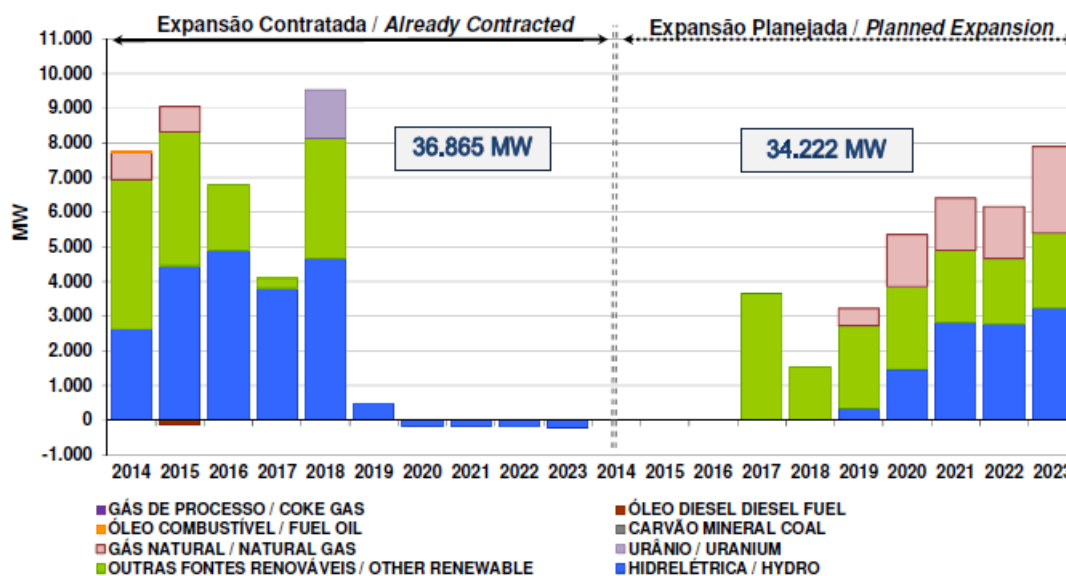
Fonte / Source	MW	Participação / Share (%)
Hidráulica / Hydro ^(a)	79.835	64
Térmica / Thermal	19.299	15
Nuclear	1.990	2
Outras Fontes Renováveis / Other Renewables ^(c)	17.366	14
Importação Contratada / Imports ^(b)	6.120	5
Total	124.610	100

Notas / Notes: (a) Inclui a parte brasileira da UHE Itaipu (7.000 MW). / It includes the Brazilian share in UHE Itaipu (7,000 MW).
 (b) Importação da UHE Itaipu não consumida pelo sistema elétrico Paraguai. / Imports from the UHE Itaipu (Paraguay's share).
 (c) Inclui 1 MW de usina solar em operação. / It includes 1 MW of a solar power plant in operation.

Fonte / Source: ONS.

Fonte: MME/EPE, 2014, p.18

A figura abaixo ilustra a expansão contratada (36 mil MW) e a planejada (34 mil MW) por tipo de fonte.



Fonte: MME/EPE, 2014

Gráfico 2. Acréscimo de capacidade instalada anual por fonte.

Verifica-se que a expansão do sistema elétrico para atender à demanda projetada concentra-se predominantemente na construção de grandes hidrelétricas (44%). O plano prevê a construção de 31 mil MW em hidrelétricas.

Percebe-se a presença bem-vinda da energia solar no cenário, que conta com previsão de 3,5GW de capacidade instalada até 2023. Em relação a fonte eólica, a maior parte dos novos GW a serem instalados (13GW já contratos e 16 planejados) estão localizados no Nordeste, que, em termos de capacidade instalada, tem uma expansão de 28% em relação ao planejamento anterior, indo de aproximadamente 17,5GW em 2022 para 22,5GW em 2023.

O plano atual, provavelmente em virtude das severas secas em decorrência das mudanças climáticas, reverte a tendência de progressiva redução da expansão de usinas termelétricas, e aumenta sua expansão para 9.000 MW. A expansão é totalmente concentrada em usinas a gás, apesar do alto custo de sua contratação em leilões e das restrições da demanda do combustível para os setores elétrico e industrial.

Importante considerar ainda que a centralização de oferta de energia na fonte hidrelétrica deixa a matriz elétrica vulnerável a períodos secos, com consequências diretas no uso de combustíveis fósseis e no aumento das tarifas de eletricidade, como se vem verificando nos últimos dois anos. Cabe acrescentar que do total de usinas planejadas, 27.600 MW estarão na região amazônica, que apresenta um ecossistema demasiadamente frágil para abrigar obras de infraestrutura desse porte e implica em grandes custos para viabilizar a transmissão dessa energia aos maiores centros consumidores do país do sul do país⁴¹.

Vale observar que a priorização de investimentos em combustíveis fósseis permaneceu. Houve um tremendo desequilíbrio entre investimentos previstos para óleo e gás (71%) em comparação a biocombustíveis (6,5%) ou energias renováveis complementares (9,5%). Infelizmente, os investimentos em combustíveis fósseis conduzem certamente a um cenário certo de intensificação de emissões de gases de efeito estufa e posicionam o país como conservador moderado no regime internacional do clima conforme classificação de VIOLA & BASSO (2015) melhor discutido a seguir (item 1.2.3).

⁴¹ Ainda que o total tenha se reduzido em relação ao exercício anterior (com a exclusão de duas usinas no Baixo Juruena) por limitações socioambientais, é nítida a priorização, ainda, por grandes sistemas hidrelétricos, localizados essencialmente na região amazônica, mesmo com inúmeros problemas sociais e ambientais e implicações técnicas.

2.1.3. Premissas para o Planejamento Energético e a Política de Clima no Brasil

A respeito do planejamento energético do Brasil, é impossível deixar de questionar algumas premissas adotadas na definição de cenários futuros de demanda energética pelo governo brasileiro exclusivamente a partir de projeções de crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), desconsiderando questões essenciais como a eficiência energética, o destino da energia e o próprio PIB.

Um aspecto relevante nesse contexto é que, em média 8% da energia elétrica consumida no Brasil deixa o país incorporada no minério de ferro, em produtos siderúrgicos, nos lingotes de alumínio, nas ligas de ferro e no papel e celulose, que são exportados com baixo valor agregado, pouca geração de empregos e elevado custo socioambiental (BERMANN, C., 2012a e 2012b).

A eficiência energética e a redução de desperdícios de eletricidade devem ser tratados com prioridade no planejamento energético a longo prazo. A eficiência econômica do setor elétrico é elemento essencial da inovação tecnológica e da competitividade industrial, mas é nítida a falta de incentivos para isso. Até 2020, o setor de petróleo e gás receberá R\$ 590 bilhões e a construção de novas hidrelétricas terá R\$ 190 bilhões em investimentos do governo federal, enquanto a eficiência energética sequer tem um valor definido no PDE⁴². Este desequilíbrio nos investimentos públicos contribui para a falta de competitividade da produção industrial brasileira, entre outros efeitos negativos. A principal alternativa à expansão de usinas com elevados impactos socioambientais, a adoção de medidas de eficiência energética, segue sendo minimizada no último plano decenal PDE 2023. A expectativa da redução do consumo energético como consequência da implementação de ações de eficiência abaixou para 5,2% até 2023.

⁴² KISHINAMI, Roberto A Eficiência Energética como componente da Eficiência Econômica p.38 in O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios, Org. MOREIRA, P.F., p.38 / Brasília: Ed. International Rivers Network. 2012

Planejamento Energético e o PIB

Indicador de um sistema finito

Num mundo em que ficam cada vez mais claros os limites planetários para o sustento da humanidade e das futuras gerações (VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías 2012a), é evidente a inadequação da atual métrica econômica utilizada para medir as “riquezas” de um país, o PIB – Produto Interno Bruto. O grande problema do PIB é que ele não registra a quantidade de riquezas não renováveis que estamos retirando das futuras gerações e, por consequência, não registra as perdas irreversíveis decorrentes do esgotamento do uso de recursos não renováveis. No último meio século, a economia global, medida pelo somatório do PIB dos países, cresceu cinco vezes. Em contrapartida, aproximadamente 60% dos ecossistemas mundiais foram degradados. Este fato é reflexo de uma regra bastante óbvia: a economia é um subsistema de um sistema ecológico finito, o planeta. Logo, se um subsistema está em expansão contínua dentro de um sistema limitado, pode-se concluir que é apenas uma questão de tempo para que o subsistema entre em colapso.

A superação do PIB como indicador de progresso

O PIB representa a soma de todos os valores monetários dos bens e serviços finais, produzidos numa determinada região, durante um período, excluindo da conta todos os bens de consumo de intermediário. Assim, o PIB considera a produção de riqueza constante em bens e serviços finais, porém não contabiliza as condições em que estes foram criados. Ou seja, o PIB não registra o quanto de energia, água, ar, solo, floresta, minerais, biodiversidade e vidas foram gastos, nem contabiliza monetariamente a deterioração de recursos naturais e de comunidades afetadas pela atividade da produção de tais bens e serviços.

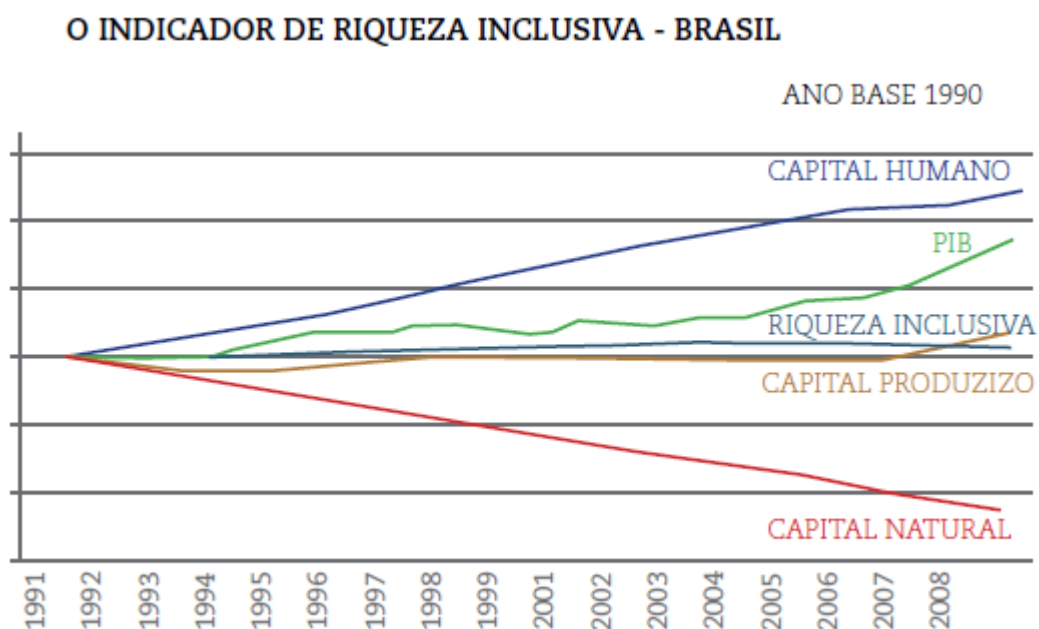
Paradoxalmente, de acordo com esta sistemática, se um país está em guerra e milhares de soldados e civis inocentes morrem, isso pode ser considerado “progresso” e “desenvolvimento” e ainda, crescimento econômico, porque as armas produzidas aumentam o PIB, enquanto as mortes das pessoas elevam a renda per capita. Na mesma linha, os motoristas que utilizam seus veículos sem outros passageiros e ficam parados no congestionamento, colaboram para aumentar o PIB

porque sobe o consumo de gasolina per capita (JACKSON, 2012 e STIGLITZ, J.E., SEN, A. & FITOUSSI, J.P. 2010).

A fixação pelo PIB desloca a atenção exclusivamente para os bens e serviços de consumo finais, distanciando cada vez mais da natureza os seres humanos que os produzem. Esta é a lógica do consumo. O distanciamento do ser humano do meio ambiente acaba provocando o uso ilimitado dos recursos naturais do planeta e aumenta a desigualdade social decorrente do acesso desigual a bens de consumo. Contraditoriamente, o aumento no investimento em mais hospitais, escolas, transporte coletivo, saneamento, eficiência energética, que se traduzem em inegável melhora na qualidade de vida da sociedade, não alteram o PIB de um país. A projeção de crescimento do PIB, além de ser frequentemente superestimada pelo governo como analisamos acima, retrata uma situação fictícia ao público uma vez que oculta o fato de que aumentos sucessivos do PIB isoladamente provocarão na realidade tremendas perdas em termos sociais e ambientais para as futuras gerações.

Diante da precariedade do PIB e inadequação desta métrica para o planejamento energético em um planeta cujos limites de recursos naturais e diversidade cultural são cada vez mais evidentes, vale a pena lembrar que estão em vigor e em desenvolvimento outras métricas que podem ser mais realistas para medir a riqueza de um país como o índice da riqueza inclusiva, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Felicidade Bruta, a Economia Verde, o da Prosperidade sem Crescimento, o do Crescimento Zero, o Decrescimento para um mundo mais feliz, o Ócio Criativo, o medidor “MIS – Medindo Nossas Vidas”, Produto Econológico – ético, econômico e ecológico, entre outros. Entre eles, o índice de Felicidade Interna Bruta adaptado à realidade brasileira, que pesquisadores da FGV desenvolveram; as contas econômicas-ambientais que a Agência Nacional da Água e o IBGE prepararam. Entre outros, também merece destaque o indicador de *Riqueza Inclusiva* que está sendo desenvolvido pelo Programa Internacional das Dimensões Humanas em Mudança Ambiental Global da ONU (International Human Dimensions Programme on Global Environment Change” (UNU-IHDP), ligado à Universidade das Nações Unidas. O indicador de Riqueza Inclusiva é calculado através

da média entre a combinação de (i) capital humano, (ii) capital natural, (iii), PIB e (iv) capital produzido.⁴³ O gráfico abaixo ilustra o cálculo de Riqueza Inclusiva feito para o Brasil⁴⁴:



Fonte: UNU-IHDP & UNEP, 2014.

Gráfico 3. Evolução da Riqueza inclusiva do Brasil.

Como resultado, a evolução da “riqueza inclusiva” brasileira no período entre 1990 a 2008 foi apenas 3%. O país consumiu sua “riqueza natural” nestes 18 anos praticamente no mesmo ritmo em que aumentou sua riqueza humana e econômica. A conclusão implícita é que o crescimento do PIB brasileiro nas últimas duas décadas se deu à custa da diminuição de seu estoque de florestas, reservas minerais e de combustíveis fósseis. Desta forma, os resultados mostram que PIB é inadequado e enganador enquanto indicador de progresso que reconheça a realidade de limites planetários a longo prazo, pois um país poderia exaurir completamente todos seus recursos naturais ao mesmo tempo em que seu PIB cresce.

⁴³ Para aprofundamento desta análise, vide MOREIRA, P.F. 2012a, Planejamento Energético e o PIB”, Cap. 1.2 de O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios, Org. MOREIRA, P.F., p.23-28 / Brasília: Ed. International Rivers Network e as referências.

⁴⁴ “Brasil inicia estudos para medir felicidade”, 09/04/2012, Folha de São Paulo (online) <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/36041-brasil-inicia-estudos-para-medir-felicidade.shtml>. Acesso em 10/0/2012.

Planejamento Energético infinito em um planeta finito

Atualmente a oferta de energia é calculada em função do crescimento previsto do hegemônico PIB. É evidente que o planejamento energético precisa apoiar-se em um indicador mais plural que não o PIB, sob pena do planejamento energético ocorrer dentro de um subsistema econômico falsamente infinito, posto que limitado pelos finitude do planeta.

Medindo riquezas e custos reais na geração de energia elétrica

Assim como o aumento do PIB gera uma falsa impressão de progresso e de riquezas para uma região, é também ilusório o sucesso de alguns empreendimentos energéticos a longo prazo e para uma sociedade como um todo com base no argumento do ganho de economia de escala de grandes usinas hidrelétricas. Vejamos como exemplo o planejamento e construção de algumas hidrelétricas. Independentemente dos impactos ecológicos e planetários como os gases de efeito estufa decorrentes das hidrelétricas, são evidentes os graves impactos sociais às populações que tiram seu sustento e têm seu modo de vida, rituais e costumes estritamente dependentes dos rios que as agüam, que por sua vez são barrados nestas obras ou tem seus cursos desviados. Porém, para calcular os custos e viabilidade econômica de um projeto hidrelétrico não é contabilizada a maior parte das externalidades negativas relativas aos custos dos impactos sociais, culturais e ambientais irreversíveis que pagarão as comunidades locais e a sociedade em geral, inclusive as gerações futuras. Pelo contrário, apenas consideram-se, através da ótica do empreendedor, os custos para construção física da hidrelétrica e para os programas de compensação para reduzir os seus efeitos adversos, impactos frequentemente subdimensionados na fase de seus estudos porque, de acordo com a lei brasileira, são elaborados pelos próprios empreendedores. A este proposito, os economistas VEGA, J. S.; MALKY, A. & REID, J. (2012) elaboraram o cálculo dos custos socioambientais decorrentes da implementação da hidrelétrica de Inambari no Departamento de Madre Dios, planejada no âmbito do Acordo de Cooperação Energética Brasil-Peru, conforme se discutirá no item 4.3.5 (Capítulo 4). Este estudo científico, elaborado por

membros da comunidade epistêmica da campanha, se tornou um dos argumentos mais impactantes contra o Acordo Energético Brasil-Peru.

O fato é que o desenvolvimento de indicadores de sucesso para hidrelétricas e qualquer empreendimento de geração energética deve considerar uma combinação de fatores além da mera capacidade instalada de *gigawatts* para atender a uma pretensa previsão de aumento do questionado PIB. Questões como o respeito aos direitos humanos (inclusive o direito à consulta livre, prévia e informada de Povos Indígenas e comunidades tradicionais), impactos sobre os meios de vida de populações no meio rural (especulação fundiária e violência gerada, impactos sobre a pesca, agricultura de várzea, extrativismo), impactos sobre ecossistemas (conectividade entre rios, várzeas, igapós), impactos sobre a biodiversidade (inclusive espécies endêmicas e ameaçadas), impactos em áreas urbanas (especulação imobiliária, saneamento básico, saúde e educação, assaltos e crimes violentos, prostituição infantil etc.) e impactos cumulativos entre empreendimentos, como “cascatas” de barragens, hidrovias e expansão de indústrias de mineração eletro-intensivas. E principalmente, a decisão de tocar um empreendimento deve considerar o fato que, a título de geração de eletricidade para as gerações atuais, estamos provocando extinção de costumes de comunidades tradicionais e portanto, roubando das futuras gerações a oportunidade de conhecer um ritual indígena, uma língua, uma civilização. No contexto atual, isso passará despercebido porque não está sendo deduzido do hegemônico PIB. Se, através do uso de métricas alternativas internalizássemos esses custos na geração de cada tipo de energia, talvez tais empreendimentos nunca fossem construídos ou seriam preteridos em função de outras fontes de energia e/ou investimento em eficiência energética.

Desta forma, fica evidente que é necessário o conhecimento e transparência de dados como os custos sociais e ambientais de cada fonte de energia assim como os diversos tipos de geração possíveis. Ademais, outros índices mais adequados como os acima citados devem ser aprofundados para fornecer estes dados com transparência à sociedade. Isso possibilitará uma avaliação crítica pela sociedade a ponto de ser possível responder à seguinte questão: é este tipo de geração de energia que queremos, ou existem outras opções com menos custos socioambientais e portanto, garantidoras de mais riquezas sociais e ambientais para as futuras gerações? Além disso, tais índices alternativos seguramente possuem o condão de auxiliar o governo na formulação de políticas públicas em um contexto de mudanças climáticas e

agravamento da transgressão das fronteiras planetárias para garantia de um espaço seguro e operacional para a humanidade, conforme será discutido adiante no item 4.3.3.

Política de Clima no Brasil

Em relação ao PDE 2023 e a notável predominância do investimento energético baseado em combustível fóssil e seu baixo investimento em eficiência energética, vale a pena refletir sobre se de fato o Brasil vem trilhando um caminho para uma economia de baixo carbono e até sobre sua posição climática no regime de clima.

VIOLA & BASSO (2015) bem resumiram três perfis de trajetórias do Brasil na governança global do clima de 2004 até 2014 que não são muito otimistas. São elas: Até 2004, o país foi conservador bloqueando avanços no regime do clima por medo que a pressão internacional pela diminuição do desmatamento na Amazônia pudesse interferir em seu domínio sobre ela. Entre 2005 e 2010, houve uma complexa transição para uma posição denominada pelos autores de reformistas moderados instigados pela aliança entre o ministério do meio ambiente, comunidade acadêmica, sociedade civil, algumas empresas e a mídia. E entre 2011 e 2014, o Brasil tomou um passo atrás, do reformismo moderado para um conservadorismo moderado em virtude da descoberta das reservas do Pré-Sal, uso do preço das reservas de petróleo como política heterodoxa para manter índices altos de crescimento econômico. Desta maneira, apesar do país ter diminuído as emissões de desmatamento e por isso reduzido as emissões por capita, é muito cedo para afirmar que o país embarcou no caminho para um desenvolvimento de baixo carbono. Emissões de energia, processos industriais e agricultura emergem no Brasil e portanto deixam a política de clima mais complexa. Estes setores precisam cumprir as metas de redução de emissão para o país internalizar o paradigma do desenvolvimento de baixo carbono. Os autores afirmam ainda que não há sinais de que a descarbonização será uma prioridade no governo de Dilma (VIOLA & BASSO, 2015, p.18-19).

2.1.4. Reformas na economia e a transformação de atores na gestão da energia elétrica: Do Estado para o Setor privado e a Parceria Pública-Privada

Os modelos de gestão da energia elétrica na América do Sul variaram no tempo e possuem origens e explicações complexas, transformando-se conforme a preponderância da gestão pública ou privada e ainda público-privada, cada tipo de gestão com suas vantagens e desvantagens. Enquanto no Brasil, houve uma forte gestão empresarial que posteriormente passou para as mãos do Estado e depois passou para uma gestão híbrida público-privada; no Peru, a gestão continua fortemente feita pelos atores privados com pouca intervenção do Estado.

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, a lógica econômica do país era pautada na necessidade de industrialização como lema para “atingir o desenvolvimento”, época em que a demanda de energia elétrica deu um salto de maneira que foi necessário desenvolver um planejamento de fornecimento de eletricidade. Neste sentido, o Plano Nacional de Eletrificação brasileiro foi desenvolvido por Getúlio Vargas, que foi a base do atual sistema integrado nacional. Até a crise econômica internacional de 1982⁴⁵, o Estado que financiava as obras para alimentar o sistema. Neste contexto, Getúlio criou a Eletrobrás com o mandato de elaborar o planejamento energético do país. A Eletrobrás montou o sistema interligado em escala nacional baseado em usinas hidrelétricas. Nesta época, a Eletrobrás era uma empresa verticalizada, responsável ao mesmo tempo pela *geração, a distribuição e a transmissão*.

Entretanto, segundo CASTRO, N.J. LEITE, A. L. S. e ROSENAL, R. (2012), a crise econômica internacional iniciada em 1982 desarticulou o planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB), pois provocou a queda de demanda de eletricidade e as usinas planejadas previstas ficaram paralisadas.

A crise internacional também colaborou para diminuir a capacidade de financiamento público do Estado, levando o SEB repensar o modelo do setor elétrico para ser mais eficiente e ter maior diversificação da matriz energética. Desta forma, na década de 1990 acontece uma grande medida de privatizações de empresas públicas do setor elétrico através do Programa

⁴⁵ Vale lembrar que a crise de 1982 foi a da dívida externa que levou o Brasil à iminência de um racionamento de combustíveis.

Nacional de Privatização (Lei 8.031/1990). Este programa foi voltado para o equilíbrio fiscal do Estado com o objetivo de atrair investidores. E em 1995, houve a promulgação da Lei das Concessões (Lei 8.987/95) para a construção de um novo ambiente de marco regulatório. Em seguida a Lei 9.074/95 antecipou as bases do modelo competitivo, introduzindo princípios de renovação e leilões de empresas geradoras. Em 1996 foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia federal com a missão de “*proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade*”.

A respeito da estrutura acionária no setor elétrico antes das privatizações, FERREIRA (2000, p.181) aponta que:

“O setor de serviços públicos era todo de propriedade pública, mas o governo federal era proprietário dos ativos da geração de transmissão, enquanto só governos estaduais eram proprietários das empresas de distribuição bem como algumas empresas de serviços públicos com integração vertical. O Presidente FHC decidiu pela privatização do setor elétrico no início do seu primeiro mandato em 1995. Críticos acreditavam que não seria bem sucedido pois o núcleo central do sistema elétrico não poderia ser desmembrado ou descentralizado. Houve um processo de desverticalização e desmembramento do setor elétrico para geração e distribuição de energia elétrica. Em 3 anos após o início da privatização dos ativos do setor, os governos federal e estaduais receberam US 20,8 bilhões da privatização dos serviços públicos. Foi criado um novo sistema regulatório e um mercado atacadista de energia elétrica gradualmente em processo de introdução.” (Grifos nossos).

CASTRO, N.J. LEITE, A. L. S. e ROSENAL, R. (2012) ressaltam que esta dinâmica ocorreu em toda América Latina e que em alguns países como na Argentina, a escala de privatização das empresas públicas foi tão alta a ponto de o Estado perder sua capacidade de elaboração da política energética e de realizar o planejamento energético a longo prazo. No Brasil, apesar da privatização da distribuição demorar oito anos, houve seguidas crises econômicas que tornaram impossível a privatização de todas as atividades da Eletrobrás, o que, para muitos estudiosos, foi melhor para o futuro do país.

Em 2003-2004, um ano após o apagão, é introduzido no país um novo modelo de gestão do setor elétrico que permite investimentos estatais em parceria com empresas privadas (“modelo de parceria público-privada”). Desta maneira, as obras não são inteiramente estatais como ocorreu na 1ª fase com Itaipu, por exemplo, nem feitas totalmente por empresas privadas como

ocorreu com a privatização após a crise internacional. Nesse novo modelo, suspendeu-se o processo de privatização das empresas estatais de energia elétrica e inicia-se a formação de *consórcios para construção de usinas hidrelétricas* onde o capital é público-privado e os sócios possuem o objetivo em comum de construir uma usina, obra decidida a partir de um planejamento de demanda energética feito pela Empresa de Planejamento Energético, a EPE.

A criação da EPE, em 2004, resgatou a importância e a elaboração dos planejamentos de demanda energética a longo prazo como função essencial do Estado para garantir equilíbrio dinâmico entre crescimento da demanda e da oferta. Com a criação da EPE, foi retirada a função de planejamento da Eletrobrás que se tornou menos verticalizada. Assim, a EPE desenvolve estudos de planejamento de 30 anos (Plano Nacional de Energia - PNE) e 10 anos (Plano Decenal de Energia - PDE) sendo que os PDEs são realizados e atualizados a cada ano.

Neste contexto de evolução regulatória, as usinas como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau estão sendo construídas através deste modelo de parceria público-privada. Ocorre porém que este modelo, apesar de envolver o setor privado, o número de empresas privadas elegíveis e envolvidas pelo governo *é extremamente limitado e frequentemente não variam*. Portanto, percebe-se que há neste modelo pouca competição efetiva e alta concentração de capital em mãos de poucas empresas.

Em relação ao Acordo Energético Peru-Brasil, verificou-se que a partir dos anos 70 havia apenas estudos de levantamento do potencial energético em território peruano, porém somente no ano 2010 foi finalmente assinado tal Acordo. Desta forma, o contexto da celebração do Acordo se deu em um ambiente concorrencial (apesar de ser pouca competição efetiva), a partir do planejamento de demanda energética feito pela EPE e com o *modus operandi* “parcerias público-privadas” como veremos em maior profundidade no Capítulo 3 sobre o Acordo.

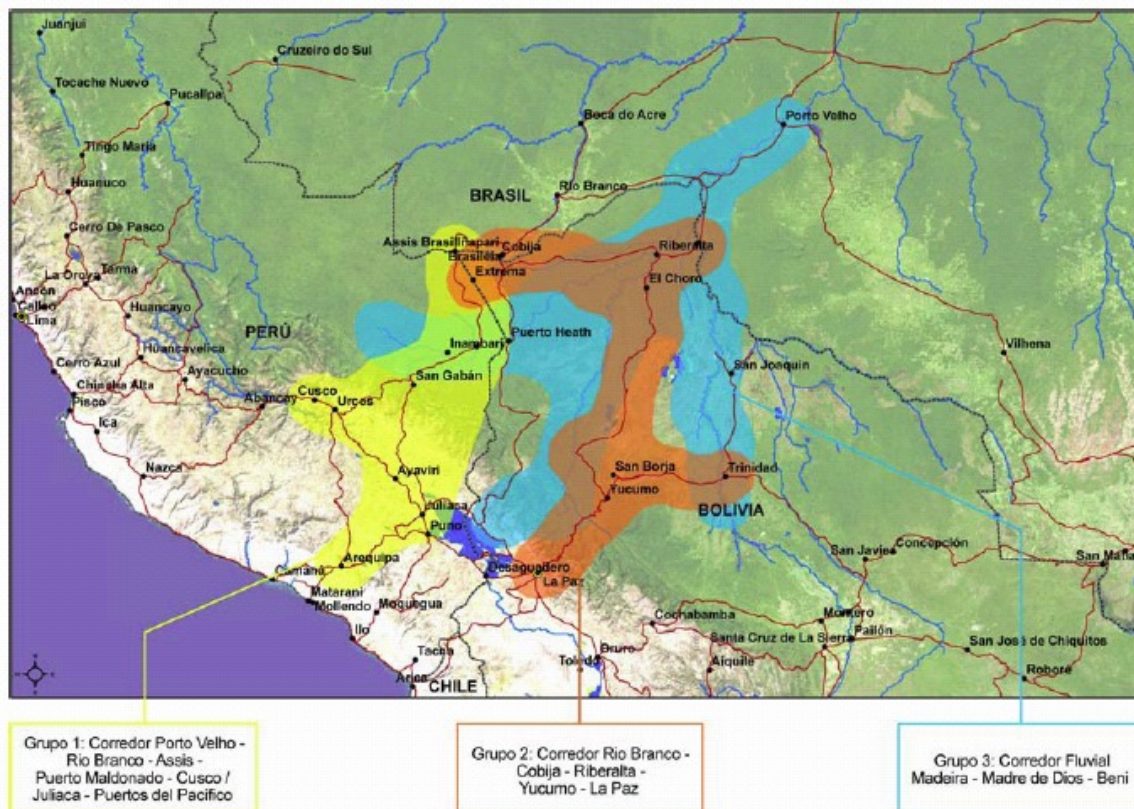
Por outro lado, no Peru até hoje vemos a dificuldade do Estado construir um planejamento energético de longo prazo. Apenas no final de 2014, foi publicado o primeiro “*Plan Energético Nacional - 2014 -2024*”, prevendo o crescimento da demanda de acordo com dois cenários de crescimento do PIB (4,5% e 6,5%) do país e segregando como sanar a demanda de acordo com as fontes de geração. Além disso, a Constituição Política Peruana e a atual Lei de Concessões

Elétricas preconizam o modelo de garantia ao livre mercado, livre comércio e indústria que não facultam ao Estado dirigir o destino da produção de energia.

2.2. Contexto Comercial e Energético Peru - Brasil

2.2.1. Estreitamento das Relações Peru – Brasil e a IIRSA

Nos últimos anos, a relação entre o Brasil e o Peru tem se intensificado comercialmente e principalmente quanto aos projetos vinculados à área de infraestrutura. Dentro os dez eixos de infraestrutura previstos na IIRSA, os projetos do eixo Peru-Brasil-Bolívia encontram-se nas áreas de transporte (pontes, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos) e energia (linhas de transmissão e projetos hidrelétricos). Na figura abaixo, são mostrados os grupos de infraestrutura do eixo Peru-Brasil-Bolívia (PBB).



Fonte: IIRSA, 2010.

Mapa 3 IIRSA: Grupos do Eixo Peru-Brasil-Bolívia.

Rodovia Porto Velho – Litoral Peruano (“Transoceânica”)

Dentro do eixo PBB, o projeto mais relevante é a estrada “Transoceânica⁴⁶”, que construiu e reabilitou 2.603 km de vias terrestres que ligam o Acre com as cidades Ilo, Matarani e San Juan de Marcona no Peru construído pela brasileira Odebrecht durante os governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e de García (2006-2011). Trata-se da ligação, por meio de construção e/ou melhoramento de rodovias, que vão da fronteira Brasil-Peru até a costa peruana. Segundo Adriana Campos (2011), tal projeto promoverá um maior intercâmbio entre os países possibilitando também uma maior troca com o mercado asiático. No mapa abaixo, tem-se o Corredor Transoceânico. Este projeto é o único que constava na carteira de projetos da IIRSA relacionado ao Eixo Peru - Brasil - Bolívia (PBB)⁴⁷ que foi selecionado para a Agenda de Projetos Prioritários (API), que por sua vez, foi rebatizado de “Conexão Porto Velho – Litoral Peruano”.



Peruano”.

Mapa 1 Mapa do Corredor Transoceânico Fonte: Campos, 2011.

⁴⁶ Também chamada de *Corredor Vial Interoceânico Sur (CVIS)*, *Carretera Bioacânica*, ou *Interoceânica*.

⁴⁷ Este é originalmente o Eixo n.2 da IIRSA, com o maior orçamento previsto (em 2007, era em torno de US\$ 20 bilhões). Para se ter uma dimensão desse montante, o PIB boliviano em 2007 foi de US\$ 27 bilhões (SWITKES, 2008; p.26).

Este empreendimento foi de grande importância para a integração física entre Brasil e Peru (e a Ásia) e acabou promovendo maior estreitamento de relações entre tais países. Ademais, vale observar que a Odebrecht, empresa brasileira que construiu o corredor transoceânico, ganhou significativo conhecimento das regiões cortadas pela estrada, departamentos de Madre de Dios, Puno e Cusco, justamente onde a maior parte das hidrelétricas previstas no Acordo energético Brasil-Peru estão previstas⁴⁸.

IIRSA: A quem interessa?

É fundamental frisarmos que a IIRSA é uma iniciativa que reúne interesses de atores multifacetados e cujo financiamento frequentemente não é evidenciado e que por isso recebe críticas de diversas matizes. De fato, não podemos afirmar que a IIRSA é simplesmente uma iniciativa supranacional, que responde aos interesses de todos os países da região de maneira equitativa e que verdadeiramente desejam se integrar entre si através desta iniciativa. Concordamos com Clarissa Carvalho quando ela afirma que “não há convergência sobre a validade da IIRSA como instrumento de adensamento do processo integracionista” (CARVALHO, 2012).

Neste sentido, entre as críticas à IIRSA mais recorrentes, estão sua identificação como uma ferramenta para atender aos interesses de setores da economia brasileira como os exportadores de commodities (agrícolas e de mineração) e as grandes empresas de construção civil, uma vez que são construídos corredores de exportação aos recursos naturais do continente favorecendo os grandes produtores de commodities brasileiros que desejam exportar seus produtos através do oceano pacífico, obras que ampliam significativamente o mercado para as grandes empresas de construção civil (LUCE, 2007). Além dos produtores de commodities agrícolas, os corredores de exportação também beneficiam as empresas transnacionais que extraem os recursos naturais do continente e poderão exportar mais facilmente pelo pacífico. À sua carteira de projetos também é atribuída grande capacidade de gerar fortes impactos sociais e

⁴⁸ Conforme veremos a seguir, a Odebrecht também possui expertise na construção de grandes hidroelétricas e faz parte do grupo de empresas brasileiras que elaborou os projetos hidrelétricos previstos no Acordo energético Brasil-Peru.

ambientais, devido aos investimentos em obras de geração de energia e interconexão física. Desta maneira, alguns autores criticam a concepção de desenvolvimento sob a qual a iniciativa se assenta, chegando a ser denominada de ‘arma imperialista/sub-imperialista inteligente com embalagem de desenvolvimento e integração’ (NOVOA, L.F. 2009, p. 200).

A respeito das críticas à IIRSA, o ambientalista peruano, Prof. Dr. Marc Dourojeanni⁴⁹ sustenta que o Brasil aproveitou a IIRSA para impulsionar seus três objetivos essenciais, além de ampliar oportunidades de negócios para suas empresas e para o BNDES. O autor revela os objetivos do Brasil através das obras previstas IIRSA:

1. Acessar a um custo menor os mercados asiáticos usando os portos peruanos no Pacífico
2. Desfrutar das fontes generosas de energia hidráulica disponíveis nos Andes orientais e
3. Usar as jazidas valiosas de fosfato de Piura, utilizados para potencializar sua produção agrícola e assim para manter a competitividade de sua agricultura de exportação (DOUROJEANNI, 2009b)⁵⁰

Desta forma, apesar das estradas conectarem as regiões e os povos, servindo de um instrumento de integração regional⁵¹, é inegável que a IIRSA reforça o modelo de desenvolvimento extrativo dos recursos naturais e de potenciais hidro energéticos, dinamizando sua logística de exportação entre países da América do Sul e Ásia e por consequência aumentando a velocidade de extração destes recursos. Nesta linha, o modelo contradiz as bases para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, que não extrapole as fronteiras planetárias e que deixe recursos naturais para o uso de futuras gerações⁵².

⁴⁹ Dourojeanni é um dos cientistas membros da comunidade epistêmica da Campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru como se verificará no capítulo 4.

⁵⁰ “Hidroelétricas brasileiras na Amazônia peruana”, por Marc Dourojeanni em O ECO. Disponível em <http://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/21987-hidroeletricas-brasileiras-na-amazonia-peruana/> publicado em 29/06/2009. Acesso em 02/10/2011.

⁵¹ Vale ressaltar que as obras da IIRSA foram elaboradas e aprovadas pelos doze países do continente, os quais continuaram mostrando seus compromissos com a iniciativa nos anos posteriores a sua criação. Por exemplo, uma primeira reafirmação aconteceu na III Reunião de Presidentes Sul-americanos em 2004, onde foi criada a Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010, e em 2008 durante a criação da União das Nações Sul-americanas, que inseriu em seu tratado constitutivo a importância de desenvolver uma infraestrutura que conecte as regiões e os povos. Isto mostra que a construção do interesse nacional destes países é dificilmente influenciada por agentes ambientalistas.

⁵² Conforme discutido anteriormente no item 2.1.3. (Premissas para o Planejamento Energético e a Política de

Crescimento das relações Comerciais Brasil e Peru

Em 2003, foi assinada a Aliança Estratégica entre Peru e Brasil, formalizada por Declaração Presidencial Conjunta de 25 de agosto de 2003. Desde a assinatura da citada parceria, as importações têm se quadruplicado em um período de dez anos, passando de US\$ 554 milhões, em 2003, a um pico de US\$ 2 bilhões e US\$ 579 milhões no ano de 2012 (INESC, 2015, p.84).

De acordo com o Censo do Capital Brasileiro no Exterior do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque acumulado de IED no exterior acima de 10% do capital votante de empresas brasileiras foi, em 2009, de US\$ 132 bilhões. Para a América do Sul, o estoque atingiu, para o mesmo ano, a cifra de US\$ 9.4 bilhões. Foi mantida a centralidade dos países do Mercosul enquanto destino do IED brasileiro para a América do Sul apesar de a partir de 2000, novos países adquirirem relevância enquanto destinos do IED brasileiro no subcontinente como *Peru*, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela (ALVEZ, 2011). Neste sentido, entre 2003 e 2011, o intercâmbio comercial entre Brasil e Peru aumentou de cerca de US\$ 700 milhões para US\$ 3,6 bilhões. As vendas do Peru ao Brasil expandiram-se 200% entre 2005 e 2011⁵³. Em 2012, dois anos após a assinatura do Acordo, o Brasil já era o terceiro maior parceiro comercial do Peru⁵⁴. Em 2011, o investimento brasileiro direto no exterior subiu para US\$ 202,6 bilhões segundo o censo Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) do Banco Central (BC)⁵⁵ sendo que o estoque de investimento direto do Brasil no Peru é estimado em cerca de US\$ 5 bilhões, com ênfase nos setores de serviços e mineração.

Cabe mencionar também o Acordo de Complementação Econômica (ACE 58) entre o Brasil e Peru. Segundo dados da Embaixada do Brasil no Peru, devido a esse acordo de complementação econômica, a corrente de comércio bilateral Peru-Brasil aumentou 24% em 2011, passando de US\$ 2,9 bilhões, em 2010, para US\$ 3,6 bilhões (recorde histórico),

Clima no Brasil) e a seguir em fronteiras planetárias (item 4.4.3 do Capítulo 4).

⁵³ Vide notícia “Estoque investido pelo Brasil no Peru cresceu 286% em quatro anos” In: Folha de São Paulo, 27/12/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1026441-estoque-investido-pelo-brasil-no-peru-cresceu-286-em-quatro-anos.shtml>. Acesso em 27.12.2012.

⁵⁴ “Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, ao Peru - Lima, 6 de agosto de 2012”, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-ao-peru-lima-6-de-agosto-de-2012> acesso em 28.12.2012.

⁵⁵ “Investimento brasileiro no exterior ultrapassa US\$ 200 bi pela 1ª vez” de 24 de abril de 2012”, disponível em http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201204242002_TRR_81128081 acesso em 28.12.2012.

convertendo-se no terceiro maior sócio do Peru depois da China e dos Estados Unidos. A partir de 1º de janeiro de 2012, o citado acordo permitiu, também, que praticamente todas as linhas alfandegárias dos produtos exportados para o Brasil alcançassem 100% de preferência (tarifa zero). No caso do programa de liberação comercial outorgado pelo Peru ao Brasil, fica estabelecido que, a partir de janeiro de 2012, há uma preferência de 80% para os produtos brasileiros e, em 2019, haverá uma liberação completa (INESC, 2015, p.85).

Na mesma esteira, as relações econômicas e diplomáticas entre Peru e Brasil cresceram significativamente nas últimas décadas com o pico em 2010⁵⁶, ainda que as importações do Peru representaram monetariamente mais do que o dobro do que suas exportações ao Brasil (ALVEZ, 2011) gerando um significativo déficit comercial por parte do Peru. A este respeito, diminuir tal déficit comercial com o Brasil foi uma das justificativas levantadas pelo Itamaraty para amparar o envolvimento do Peru na exportação de energia para o Brasil.

⁵⁶ Andina (2010) “Relaciones con Brasil están en el punto más alto y creativo de la historia de ambos países, asegura Jefe del Estado” disponível em <http://www.andina.com.pe/espanol/Noticia.aspx?id=hplylNgTqMc>, acso em 11 de setembro de 2010.

2.2.2. Avanço das campeãs brasileiras no Peru e internacionalmente e o apoio do BNDES a partir de Lula

“A Integração Sul-Americana, um dos principais pilares da política externa brasileira, passou a ser parte da missão do BNDES, a partir de 2003, tendo em vista que a expansão dos mercados nacionais e do comércio entre os países é fundamental para acelerar o desenvolvimento econômico com justiça social.”

Trecho retirado do Informe BNDES, nº 187, nov. 2004.⁵⁷

Papel do BNDES no apoio à Internacionalização das Campeãs Nacionais e no financiamento da infraestrutura regional

O carisma do presidente Lula e a elaboração de uma nova política externa menos voltada para os Estados Unidos e a Europa, e mais para a América Latina e a África também contribuíram para o crescimento econômico dos grupos brasileiros⁵⁸. Ao longo de seus dois mandatos (2003-2010), o presidente Lula viajou, por exemplo, para vinte países da África e abriu o continente a 37 embaixadas e consulados. A cada vez, o BNDES ofereceu empréstimos para as empresas brasileiras ganharem mercados, especialmente contra a concorrência chinesa (VIGNA, 2014). Este é o efeito do apoio introduzido no governo Lula de promover as empresas “campeãs nacionais”, que possam revelar-se competitivas no cenário internacional, conforme será discutido aqui. O fato das empreiteiras campeãs nacionais serem apoiadas para internacionalização de seus negócios pelo aparelho estatal também é uma de suas principais características.⁵⁹

Desta maneira, desde 2003, com a eleição de Lula para presidente e a priorização da integração sul americana como lema de Estado, o fortalecimento da integração da América do Sul passou também a fazer parte da missão do BNDES. A partir deste ano, os objetivos principais do banco passaram a ser: a expansão do comércio entre os países; a atração de

⁵⁷ BNDES, 2004. “Integração da América do Sul: o BNDES como agente da política externa brasileira”.

⁵⁸ O incentivo à promoção das campeãs nacionais continuou após o término do mandato de Lula, através da sua atuação pessoal por meio do Instituto Lula. A atuação de Dilma neste sentido é tímida e discutida no item 4.5.2 (b).

⁵⁹ Em dois anos, o banco financiou cerca de R\$ 5,4 bilhões em projetos realizados pela Odebrecht na África e na América Latina.

investimentos, sobretudo em infraestrutura; o ganho de escala na produção; capacitação tecnológica e humana mediante cooperação e o fortalecimento do poder de negociação dos países (BNDES, 2004).

Neste sentido, durante o governo Lula, o BNDES foi chamado a participar como agente financeiro em diversos empreendimentos. Segundo Carvalho (2012), os eixos de maior repercussão da atuação do BNDES foram o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, que teve na América do Sul um dos principais destinos do recebimento desses investimentos, e o financiamento de obras de infraestrutura na região. Adicionalmente, outro eixo frequentemente ignorado com importância significativa na atuação do BNDES na integração regional, é a sua participação em órgãos regionais do processo integracionista e em grupos interministeriais para elaboração de políticas voltadas para a integração.

O BNDES participa do financiamento da infraestrutura regional através de três formas: i) financiando projetos da carteira da Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA)⁶⁰; ii) em parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e iii) na concessão de financiamento direto às empresas⁶¹. Em todas essas frentes, a atuação do BNDES ocorre, em última instância, pela disponibilização de recursos às empresas brasileiras para exportação de bens e serviços, categoria na qual se incluem os serviços de engenharia e construção. (adaptado de CARVALHO, 2012).

Não existe consenso na literatura especializada sobre o impacto dos financiamentos do BNDES para o aprofundamento da integração regional. Por um lado, conforme já mencionado, falta convergência sobre a validade da IIRSA como instrumento de adensamento do processo integracionista. Por outro lado, não se encontra disponível ao público, uma base de dados clara e exaustiva sobre todas as obras financiadas pelo BNDES na América do Sul, sob o argumento de respeito ao sigilo bancário das empresas⁶². Nem tão pouco está transparente ao público se

⁶⁰ A IIRSA parte da constatação de que há uma grande defasagem infraestrutural em toda a região, tanto dentro dos países como entre eles, a qual precisa ser superada a fim de possibilitar maior crescimento às economias nacionais e maior comércio e conexão entre estas. Desse modo, é a partir dessas reflexões que o envolvimento do BNDES nessa iniciativa é considerado como um dos referenciais para qualificar sua participação no aprofundamento da integração sulamericana. (CARVALHO, 2012)

⁶¹ Estes financiamentos a empresas podem ser para a produção, na forma de *supplier credit* ou para a comercialização, refinanciando o importador, com a modalidade de *buyer credit*. (CARVALHO, 3:2004).

⁶² Vale ressaltar que em 2015, tal sigilo bancário passa a ser questionado judicialmente pelo Ministério Público Federal e Câmara dos Deputados, sendo que o STF determinou que o BNDES detalhe algumas operações financeiras. Notícia em <http://www.prdf.mpf.mp.br/imprensa/22-04-2015-mpf-df-recomenda-que-bndes-de->

existem ou quais seriam as condicionantes e salvaguardas socioambientais praticadas pelo banco para que o empreendimento financiado tenha o menor impacto negativo possível em termos socioambientais⁶³. Apesar de, desde 1976, setores do BNDES se esforçarem para construir uma série de salvaguardas socioambientais, o banco não é signatário nem dos Princípios do Equador, um conjunto de princípios e critérios sociais e ambientais que uma série de bancos internacionais exige como requisito para possibilitar o seu financiamento a uma determinada obra⁶⁴.

Em virtude destas salvaguardas não existirem no BNDES, a campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru que analisaremos nos capítulos 4 e 5 ressalta que a construção das hidrelétricas envolvidas nestas tratativas, por envolverem empresas brasileiras e por isso potencial financiamento do BNDES, não estará sujeita às salvaguardas socioambientais e padrões internacionais. Sobre a formulação de salvaguardas socioambientais pelo BNDES, desde 2011, existe um grupo de ONGs sul americanas e internacionais chamado *BNDES en mira* tentando um diálogo com o banco a respeito e que está propondo uma série de salvaguardas já praticadas, por exemplo, pelo Banco Mundial. Tal grupo é liderado pelas organizações Inesc, Ibase (Brasil) e DAR (Peru) e tem produzido diversos estudos comparando as salvaguardas em vigor entre os bancos de desenvolvimento regionais como China, Brasil e os multilaterais⁶⁵.

[transparencia-aos-relatorios-socioambientais](http://www.alvarodias.com.br/2015/04/aprovado-projeto-que-derruba-o-sigilo-dos-emprestimos-do-bndes) Além disso, um projeto de lei da Câmara dos Deputados veta o sigilo bancário aos empréstimos públicos do BNDES. Notícia “Aprovado projeto que derruba o sigilo dos empréstimos do BNDES” publicada em 23 de abril de 2015, em <http://www.alvarodias.com.br/2015/04/aprovado-projeto-que-derruba-o-sigilo-dos-emprestimos-do-bndes>. Porém, tal projeto foi vetado por Dilma em 22/5/2015, alegando que “o banco tem políticas de transparência e que a divulgação irrestrita de informações sobre as operações bancárias feriria sigilos e prejudicaria o empresariado ao propagar dados sobre a política de preços praticada”. Notícia disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/488637-DILMA-VETA-FIM-DE-SIGILO-DO-BNDES-E-AUMENTO-DE-LIMITE-DO-CREDITO-CONSIGNADO.html>

⁶³ A este respeito, foi fundado em 2015 o grupo *Coalición Regional por la Transparencia y Participación* por membros de ONGs na América do Sul para fomentar o diálogo, transparência e participação em governos e instituições financeiras e principalmente no BNDES conforme será discutido nos itens 4.3.8. (em argumentos da campanha) e 4.4.2. (estratégia da campanha) do capítulo 4.

⁶⁴ A propósito, a matéria *Na Pan-Amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira*, de 28/11/2013, O ECO, por FONSECA, B.; MOTA, J. 2013b. Disponível em <http://www.oeco.org.br/especiais/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira/>

⁶⁵ *Altas y bajas en las salvaguardas ¿Cómo actúan BNDES, China ExIm Bank, CAF y BID?* Resumen Ejecutivo. Lima: DAR, 2014. Coalición Regional por la Transparencia y la participación. Outubro, 2014. Disponível em http://www.cedla.org/sites/default/files/Como_actuan_BNDES_China_ExIm_Bank_CAF_y_BID_0.pdf. Acesso em 01/11/2014 e CONECTAS, “Desenvolvimento para as pessoas? O financiamento do BNDES e os direitos humanos”, 2014, publicado em 18.8.2014. Disponível em [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Conectas_BNDES%20e%20Direitos%20Humanos_Completo_Final_Transpar%C3%Aancia\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Conectas_BNDES%20e%20Direitos%20Humanos_Completo_Final_Transpar%C3%Aancia(1).pdf)

Muitos dos membros deste grupo também pertencem à rede que constituiu a campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru, sendo que esta estratégia de acusação, seguida de diálogo com o banco, é uma das formas de atuação de sua campanha analisada no capítulo 4⁶⁶.

Desde 2003, a economia brasileira passou por um grande e rápido processo de internacionalização por meio de realização de investimento externo direto (IED). Essa fase é influenciada por fatores internos, regionais e globais. Para os internos, o cenário de estabilidade macroeconômica do Brasil neste período colaborou para que as empresas acessassem uma estrutura financeira pública e privada propícia ao crédito e por consequência, com para o seu crescimento. A este respeito, o BNDES incorporou em 2003 à sua missão o objetivo estratégico de atuar como uma instituição financeira para a integração sul-americana, inaugurando uma linha de crédito específica para internacionalização de empresas brasileiras para “contribuir com o desenvolvimento social e econômico do Brasil através da criação de novos mercados, aprendendo novas tecnologias e promovendo o país”.

Segundo WRI, o BNDES é a máquina financeira por trás do *boom* doméstico, com um papel pioneiro no crescimento da presença internacional do Brasil e um player chave no desenvolvimento sul-sul na era Lula. No relatório do BNDES de 2011, neste ano o BNDES superou os demais bancos públicos (como Banco Mundial, asiático, BID, Africano) em volume de empréstimos com aproximadamente US\$ 70 bilhões. Dentro deste montante, o maior setor beneficiado com os empréstimos foi infraestrutura que recebeu 40% dos empréstimos, pois o BNDES passou a apoiar empresas brasileiras que participam de leilões públicos internacionais relacionados a projetos de infraestrutura. Vide mapa abaixo.

⁶⁶ O diálogo e aproximação com outros atores mais poderosos como o BNDES é uma das estratégias utilizadas pela campanha transnacional contra o Acordo, categorizada como *Leverage Politics* por Keck & Sikkink (1998), conforme discutido no capítulo 1.



Fonte: *World Resources Institute (WRI)*, 2012a.

Mapa 4 Financiamento do BNDES em projetos de infraestrutura na América do Sul.

O BNDES também se converteu em acionista de várias empresas entre elas a da Eletrobrás através do BNDES PARTICIPAÇÕES, “BNDESPAR” e esta criou um escritório em Lima.

Existe uma interface de interesses entre o Estado, representado por esse órgão público - BNDES, e as empresas brasileiras. Por lei, o BNDES não pode financiar projetos no exterior a não ser que estejam envolvidas em exportações de serviços ou de bens brasileiros. Os *recursos disponibilizados só são emprestados de fato aos outros países se os serviços forem executados por empresas brasileiras.*

Outra questão essencial refere-se à forma de financiamento da expansão de atividades da Eletrobrás, inclusive para o processo de internacionalização conforme será discutido a seguir. Neste caso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenhou papel fundamental. É notório que o BNDES incorporou a integração sul-americana como uma das prioridades de sua estratégia de atuação, visto que em sua área de comércio exterior há um

departamento especificamente voltado a analisar e a acompanhar as operações de financiamento para os países da América do Sul, procurando dar um tratamento diferenciado à região⁶⁷.

Em relação à mudança institucional do BNDES após a eleição de Lula, é necessário resgatar um pouco do histórico do banco. Chegando ao governo Lula, o papel desenvolvimentista do BNDES começa a ser resgatado, rompendo com o padrão de atuação que a instituição vinha desenvolvendo desde os 1990 de diminuição da intervenção do Estado na economia. A intervenção estatal volta a ser uma bandeira do Presidente da República e a escolha de Carlos Lessa para presidente do BNDES é reveladora do papel atribuído ao Banco nesse governo. Nesse novo contexto, favorecido por uma conjuntura internacional em expansão, principalmente entre os países em desenvolvimento, o BNDES teve seus recursos aumentados a um patamar sem precedentes, tornando-se um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. T tamanha capacidade de intervenção econômica foi instrumentalizada para apoiar o crescimento da economia desde o início do governo e foi ainda mais incisiva durante a crise internacional de 2008. *Uma dessas medidas foi a política do Banco para apoiar a criação e o fortalecimento de empresas brasileiras multinacionais (desde que seu capital fosse nacional), escolhida aqui por seu elo com a política externa de integração regional.* Através dessa diretriz, construtoras brasileiras passaram a poder receber aportes significativos de recursos para realizar obras de infraestrutura na América do Sul (CARVALHO, 2012).

Desse modo, CARVALHO (2012) afirma que “o vínculo entre a política doméstica de fomento à internacionalização das empresas com a estratégia de política externa de priorizar a integração sul-americana foi estabelecido”.

Cabe notar que ao lado desse reposicionamento do banco, o conceito de integração regional sofreu mudanças durante a década de 2000 influenciado pela ascensão de diversos presidentes de esquerda, que propunham um processo integracionista que fosse além das relações comerciais que marcaram a década anterior. Com esta ampliação dos temas de integração, a necessidade de ações conjuntas para rever a situação precária da infraestrutura regional ocupou lugar de destaque, que passam a ser alinhadas com o discurso de solidariedade e de cooperação sul-sul levado a cabo por Lula e Amorim.

⁶⁷ Durante esta pesquisa, foi entrevistada a equipe responsável por operações no exterior do BNDES colhendo subsídios para este capítulo.

Dentro do governo brasileiro, essa mudança na concepção de integração da América do Sul foi acompanhada por uma novidade. Pela primeira vez, além de atuar na busca pelo desenvolvimento nacional, o BNDES seria incumbido de participar na política externa do governo fortalecendo a integração regional. A este respeito, CARVALHO apura que a atuação do BNDES no financiamento de obras pertencentes à Iniciativa para a IIRSA, na parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e no financiamento de empresas brasileiras, foi decisiva para que a região pudesse contar com um estoque significativo de recursos para investir em infraestrutura (CARVALHO, 2012).

Carvalho defende que a ação do BNDES no governo Lula articula os objetivos da política doméstica de desenvolvimento com a estratégia de política externa de priorizar a América do Sul, tornando-se um agente de política externa do governo. Destaca que a política de incentivos para as empresas brasileiras realizarem obras de infraestrutura nos países vizinhos e entre eles e o Brasil, é o vínculo que une os dois objetivos. É certo que a política externa brasileira sempre esteve fortemente articulada com as diretrizes de desenvolvimento nacional. A novidade é que no governo Lula este entrelaçamento se torna mais intenso e o BNDES é instado a participar também da política externa. Cabe acrescentar à conclusão de Carvalho que o BNDES é instado a participar da política externa regional através dos braços operacionais das empresas campeãs brasileiras.

Ausência de estratégia para internacionalização das campeãs nacionais

Entretanto, apesar do BNDES ter iniciado seus financiamentos no exterior através do apoio à internacionalização das campeãs nacionais, não existe até o momento o delineamento de uma estratégia transversal a todos os agentes de política externa para a internacionalização de empresas por parte do Estado Brasileiro. Apesar disso, setores do governo como o Ministério de Indústria Desenvolvimento e Comércio (MIDIC) e BNDES se pronunciaram em 2009 a respeito da priorização absoluta da internacionalização de empresas brasileiras na política externa brasileira. O Presidente do BNDES Luciano Coutinho e o MDIC afirmaram que a internacionalização das empresas brasileiras *é peça chave das políticas de desenvolvimento*

nacional, alterando substancialmente, a estratégia de inserção internacional brasileira⁶⁸. Com efeito, segundo Coutinho:

“A internacionalização das empresas brasileiras é uma política de Estado a favor da qual devem se utilizar todos os recursos de poder, dos mercados de capitais até os investimentos em infraestrutura, o desenvolvimento tecnológico e a plena utilização da diplomacia. O delineamento de estratégias permite definição clara de prioridades e problemas, oportunidades e obstáculos, bem como a definição da atuação e da coordenação das ações pertinentes tanto do setor público como do privado e academia no apoio à internacionalização das empresas. Nessa perspectiva, o governo brasileiro tem ciência de que é necessária a adoção de políticas mais ativas em relação ao tema. No entanto, a remoção prévia de algumas barreiras, com a devida análise de impacto e viabilidade, já pode ter desdobramentos significativos, no incentivo à internacionalização. **Cabe ao governo debater qual modelo de política de internacionalização deve ser adotado,** levando em conta os objetivos pretendidos e os constrangimentos decorrentes da escassez de recursos financeiros humanos característica do Estado Brasileiro.”

(COUTINHO *apud* RIBEIRO & KFURI, 2011, p.109, Grifos nossos).

A afirmação de Coutinho acima confirma a ausência de delineamento de uma estratégia brasileira para a internacionalização de empresas. A este respeito, Ribeiro confirma que de fato a internacionalização de empresas brasileiras tem sido resultado muito mais do amadurecimento da empresa do que de políticas governamentais voltadas para o apoio e a promoção de investimentos (RIBEIRO & KFURI, 2011). Na mesma linha, Alvez (2011) afirma que não há ainda uma visão estratégica que possa construir um conjunto de políticas bem definidas para a internacionalização de empresas, apenas para o comércio exterior. Em contrapartida, a ausência de uma estratégia clara para a atuação externa de grandes empresas brasileiras aliada a sua crescente expansão no exterior e a falta de alinhamento com o discurso diplomático, podem gerar desconfiança por parte da população dos Estados sul-americanos em relação e ao verdadeiro objetivo na integração regional do Estado Brasileiro, que parece, aos olhos desta população, ser a internacionalização das empresas brasileiras e a consequente maximização dos lucros⁶⁹. E como

⁶⁸ Vide documento intitulado “Termo de referência: Internacionalização de Empresas Brasileiras” lançado em dezembro de 2009, pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) e pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do MIDIC durante evento organizado na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) em São Paulo. Citado em RIBEIRO, 2011. Pg. 110.

⁶⁹ Os objetivos da atuação brasileira na América do Sul, segundo discurso da Diplomacia Brasileira, são: Integração

veremos a seguir, a internacionalização destas empresas contou com o decisivo apoio do BNDES.

2.2.3. Peru: Início do processo da Internacionalização da Eletrobrás

Os processos de internacionalização da Eletrobrás, iniciado em 2008, e a possibilidade do BNDES de financiar projetos no exterior desenvolvidos por empresas brasileiras, contribuíram fortemente para o avanço das empresas brasileiras no Peru e para a intensificação das negociações para a celebração do Acordo Energético Brasil-Peru. A internacionalização da Eletrobrás foi chave neste processo. Esta internacionalização foi possibilitada legalmente através de alterações em sua legislação institucional, conforme será analisado a seguir.

Em termos de alteração legislativa para concretizar a internacionalização, através da Lei 11.651, de 7 de abril de 2008⁷⁰, houve a permissão para a empresa atuar no mercado internacional segundo determina a nova redação legal:

O artigo 15, 1º ficou conforme segue:

“A Eletrobrás, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, poder-se-á associar, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica.” (grifos nossos)

Segundo informado em seu website institucional, atualmente, a companhia está focada no continente americano - na interligação energética da América Latina, em particular em países que fazem fronteira com o território brasileiro, buscando oportunidades de investimento no setor

Regional, Cooperação Sul-Sul e Solidariedade. Entretanto, importante notar que o apoio brasileiro para a atuação das campeãs nacionais para utilização do potencial energético e extração de recursos naturais em territórios estrangeiros especialmente em países como o Peru que possui regras mais flexíveis para operação nestes setores do que o Brasil, é razão bastante significativa para o crescimento dos seus lucros. Esta contradição com os valores do discurso da Diplomacia Brasileira é explorada pela campanha transnacional contra o Acordo Energético conforme discutido no item 4.5.3 no capítulo referente à campanha.

⁷⁰ Que alterou a lei nº 3.890-a, de 25 de abril de 1961, que criou a Eletrobrás.

de energia elétrica em outros países, tanto na área de geração - preferencialmente onde exista oportunidade de investir em usinas hidroelétricas - e na área de transmissão⁷¹.

Em março de 2010 a empresa divulgou seu novo plano estratégico para o período de 2010- 2020 cuja missão foi alterada para “*Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável*” e sua visão tornou-se: “*Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável as melhores empresas do setor elétrico*” (ELETROBRAS, 2010, p. 22 e 26, grifo nosso). Neste plano estratégico de 2010-2020, foram apontados as seguintes principais invariantes e tendências consolidadas no ambiente externo: “o crescimento econômico mundial pressionando os recursos energéticos, alimentícios e hídricos; crescimento da demanda de energia elétrica; diversificação da matriz energética nacional, com aumento da participação de novas fontes renováveis, destacando-se os biocombustíveis, e o crescimento da participação da energia nuclear; predominância da hidreletricidade na geração de energia elétrica no Brasil, com novas usinas hidrelétricas utilizando reservatórios menores; estímulo à maior eficiência energética e à conservação de energia; manutenção da presença do Estado no setor elétrico, tanto como planejador da expansão quanto como empreendedor e financiador de novos projetos; preocupação crescente da sociedade com mudanças climáticas, aumentando as exigências ambientais e obtenção de licenças; incorporação dos requisitos de sustentabilidade nas empresas e nos novos projetos estratégicos” (ELETROBRAS, 2010, pág 6).

Neste sentido, verificamos que o Comunicado sobre a sua internacionalização enviado pela empresa ao mercado realizado em 28.07.2010, estabelece o Peru como um dos países que a empresa deverá focar os estudos para oportunidade de negócios no continente americano, junto com Colômbia, EUA e Argentina. O comunicado estabelece que os empreendimentos a serem explorados deverão atender a seus interesses empresariais e a uma criteriosa avaliação *de riscos e oportunidades*, e que a avaliação de cada projeto para futuro investimento no exterior será pautada por indicadores e critérios como *lucratividade, rentabilidade e retorno dos investimentos*. Vejamos:

⁷¹ Conforme informações disponíveis no informe “Eletrobrás no Mundo” em <http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?ViewID=%7B6C415599-C212-44B7-BC88-6A52C44E0DAA%7D¶ms=itemID=%7B8262E14B-72CC-4EC1-B5E6-A636779A72B2%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D> . Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

"Em atenção às diversas matérias veiculadas pela imprensa a respeito de futuros investimentos da Eletrobrás no exterior, visando à equalização das informações aos senhores acionistas e ao mercado em geral, esclarecemos que a internacionalização dos negócios da Eletrobrás faz parte do plano estratégico da Companhia, objetivando expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, com foco nas Américas. O Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, divulgado em 17 de março de 2010, contém a seguinte declaração:

3.2.5. Internacionalização O Sistema Eletrobrás atuará no mercado internacional de energia elétrica, diretamente ou em consórcio com empresas nacionais ou estrangeiras, para implantação e exploração de empreendimentos, prioritariamente em geração hidráulica e transmissão de energia, desde que atendam a seus interesses empresariais e a uma criteriosa avaliação de riscos e oportunidades. A atuação do Sistema no mercado internacional deve ter igualmente em perspectiva a criação de novas oportunidades de investimentos em outros países e a geração de novos mercados para o segmento de fornecedores de bens e serviços. Deverá focar principalmente as oportunidades de negócios no continente americano, notadamente, na Argentina, na Colômbia, nos Estados Unidos e no Peru. (pg 20, Eletrobrás, 2009)

A análise dos projetos para futuro investimento no exterior, cada um deles em diferentes fases de avaliação, será pautada por indicadores e critérios como lucratividade, rentabilidade e retorno dos investimentos, não sendo possível, neste momento, a definição precisa do volume destes investimentos para os próximos anos, que resultarão da conclusão dos estudos. (Grifos nossos)⁷²"

Segundo análise de CASTRO et al (2011), a estratégia de internacionalização das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foi criada a partir de um estado desenvolvimentista e intervencionista que objetivou atuar na construção de grandes projetos de infra-estrutura, lançando-se no mercado externo com objetivos estratégicos vinculados a retornos financeiros, mas também como *instrumento de uma política integracionista do governo brasileiro* (CASTRO, J.C. et al, 2011). Castro afirma que a Eletrobrás é considerada uma Campeã Nacional do setor elétrico, nos termos do conceito apresentado em Levêque (2006) *apud* Castro, 2011), uma vez que atua tanto como instrumento de política do Estado, mas também busca novos

⁷² Comunicado feito pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Armando Casado de Araújo, Divisão de Relação com Investidores. Disponível em <http://www.eletrobras.com/elb/main.asp?ViewID=%7BEB7EA1A1-360E-40FA-9360-742E53C8C220%7D¶ms=itemID=%7BFF869FD2-1114-4312-A421-47B838054D77%7D;&UIPartUID=%7B9E178D3B-9E55-414B-A540-EB790C1DF788%7D>
Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

espaços para valorização do capital. (CASTRO, J.C. *et al* (2011). Leite e Castro (2009) e Pinto Jr. e Dias (2005) citados em CASTRO *et al* (2011), destacam que há um processo de oligopolização em escala internacional no setor elétrico. Nos cenários internos, em particular nos países europeus, os autores mostram que há políticas de incentivo à formação das Campeãs Nacionais, que são empresas, conforme Lévêque (2006), quer públicas ou privadas, que estão *sendo formadas e/ou fortalecidas a partir de políticas de Estado, o que denota a forte influência governamental no setor*⁷³(LEITE & CASTRO, 2009 *apud* CASTRO *et al* 2011). A participação do Estado sempre foi relevante historicamente, assumindo a responsabilidade planejar, operar, coordenar e administrar a indústria de infraestrutura (PINTO JR. *et. al*, 2007 *apud* CASTRO, 2011). Tal estratégia governamental se dá pelo fato de os modelos institucionais vigentes no setor elétrico, em distintos países ou regiões, terem como objetivo principal a garantia no suprimento de eletricidade.

Considerações Parciais

Após a internacionalização da Eletrobrás iniciada em 2008 e consequente instalação de seu escritório em Lima para tratar da América do Sul, foi evidente a intensificação do processo das negociações para a cooperação energética do Brasil, sendo o acordo assinado em 2010⁷⁴.

Em relação à política externa brasileira, a internacionalização da Eletrobrás e das campeãs brasileiras significa “projeção do Brasil no exterior”, porém não é isenta de conflitos e contradições. Neste sentido, concordamos com a Prof. Patrícia Vasconcelos, que afirma que “Apesar das contradições e possíveis conflitos, *a internacionalização das empresas corresponde a uma estratégia do Brasil para se projetar regionalmente e internacionalmente*, o que insere uma nova perspectiva na relação do Brasil com os países da América do Sul.” (VASCONCELOS, P.M.C.,2014, p.12).”

⁷³ A presente tese não se propõe a analisar profundamente o conceito de campeãs nacionais de Leveque, 2006. Porém, é evidente que esta política de favorecimento do Estado às campeãs nacionais consolida fortes grupos empresariais e concentração de capital. Vale ressaltar ainda que esta política está sendo colocada “em xeque”, uma vez que foram denunciados inúmeros ilícitos ocorridos justamente entre representantes das campeãs nacionais e representantes do governo, como as denunciadas nas operações de Lava Jato em 2015.

⁷⁴ A intensificação das negociações para o Acordo foi confirmada através da análise dos dados das negociações e também através de entrevista com Diretor do escritório andino da Eletrobrás, Saul Santana, realizada em 3 de agosto de 2014.

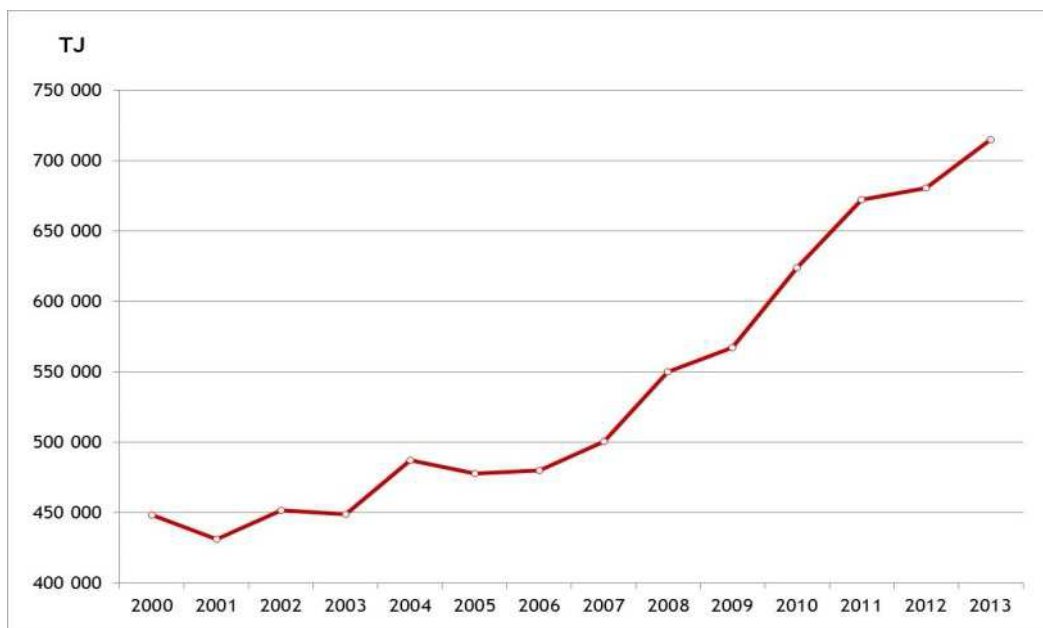
De fato, a internacionalização de empresas, apesar de suscitar possíveis conflitos com o Estado Brasileiro e contradições com o discurso oficial estatal⁷⁵, gera novos desafios para a corporação, como a necessidade de formação de quadros de profissionais sob uma nova cultura e, com conhecimentos voltados a novas tecnologias, meio ambiente, etc. é verdade que ao enfrentar estes desafios, a Eletrobrás se capacita para enfrentar os novos *players* internacionais que passaram a atuar no Brasil. Desta maneira, a internacionalização de uma empresa permite que desenvolva estratégias para disputar parcerias nos novos empreendimentos. Neste sentido, em 2015 e 2016, a Eletrobrás está mais focada em operações no Uruguai e nas Guianas e em relação ao Peru, aguarda uma mudança de cenário político por parte do governo Peruano no sentido favorável a retomada dos projetos hidrelétricos planejados no âmbito do Acordo Energético.

2.2.4. Oferta e Demanda de Energia Brasil x Peru

Conforme vimos acima, o Acordo prevê a geração de no máximo 7.200 MW/h de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil. Tal geração em território peruano está prevista no Plano Decenal de Energia (PDE) elaborado pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil desde 2010 na seção sobre integração energética. Para se ter uma ideia desta dimensão, esta geração é maior do que a totalidade da demanda de energia elétrica no Peru do ano de 2014, que foi de 5.800 MW (MINEM, 2014). Entretanto, é fundamental destacar o significativo crescimento econômico peruano na última década, de 5,5% ao ano, que representa o segundo maior da América Latina (O GLOBO, 2014) e do setor mineiro do país, que leva a uma perspectiva de aumento da demanda por energia e água⁷⁶. O gráfico abaixo confirma o rápido crescimento do consumo de energia na década passada no Peru:

⁷⁵ Tais contradições serão discutidas mais adiante no capítulo 4 referente à análise da campanha contra o acordo: Item 4.5.3. “Internacionalização de empresas brasileiras e os valores discursivos da Diplomacia Brasileira na era Lula (2002-2010)”.

⁷⁶ Neste sentido, o debate sobre a não ratificação do Acordo pelo congresso peruano é de suma importância ante uma possível crise de abastecimento energética em 2016 por conta da falta de entrada de projetos hidrelétricos e as vulnerabilidades das provisões de gás de Camisea.

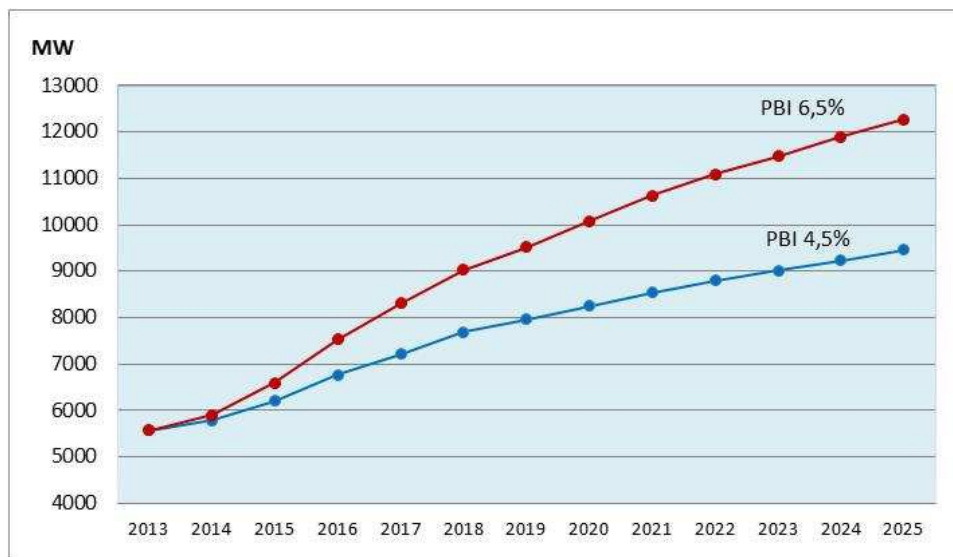


Fonte: Plan de Energía 2013-2015 (2014, p.30).

Gráfico 4. Consumo Final de Energia período 2000-2013. Peru.

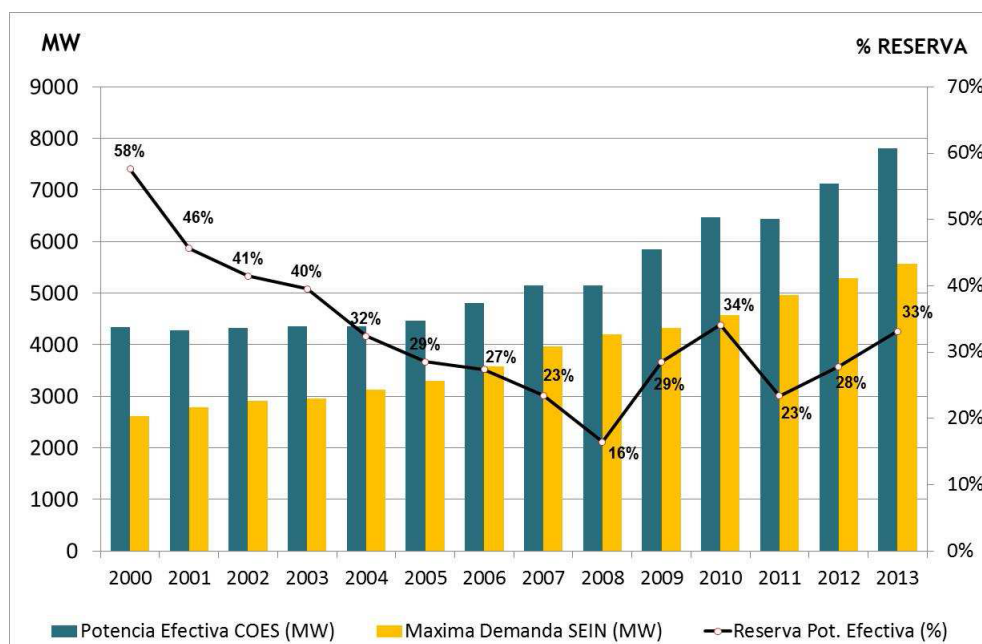
Neste sentido, o “Plan Energético Nacional - 2014 -2024” publicado em novembro de 2014 contempla pela primeira vez a projeção do consumo de energia final e o aumento de demanda por energia no Peru e como saná-la de acordo com as fontes de energia e eletricidade no país. Segundo tal plano, espera-se que a demanda passe dos atuais 5.800 MW para algo entre 9.500 MW e 12.300 MW até 2025, segundo os dois cenários de crescimento do PIB de 4,5% e 6,5% respectivamente (pg. 14)⁷⁷ conforme o gráfico abaixo:

⁷⁷ A título de comparação, a potência instalada de geração elétrica no Brasil, em 2013, foi de 124 mil MW. Já no Peru, foi de 11 mil MW, ou seja, aproximadamente 11 vezes menor que a brasileira.



Fonte: MINEM, 2014a, p.14.

Gráfico 5. Projeção máxima de demanda 2014-2025. Peru.



Fonte: MINEM, 2014a, p.31.

Gráfico 6. Evolução da potência, máxima demanda e reserva. Peru.

Segundo o plano, o crescimento da demanda se deve principalmente aos projetos de mineração e industriais, a facilitação de investimentos e o desenvolvimento das principais cidades do país, continuando com a tendência dos últimos 20 anos.

Na década passada, nota-se que houve uma reserva contínua para geração de eletricidade (a potencia efetiva maior do que a máxima demanda por eletricidade) ao longo dos anos, chegando a 34% em 2010, no ano de assinatura do Acordo. Em 2013, a máxima demanda elétrica foi de 5.575 MW, a potencia efetiva chegou perto de 8.000 MW e a energia anual gerada foi de 43.331 GWh, havendo uma margem de reserva para geração de 33% em condições de geração e transmissão ótimas, conforme o gráfico 3 acima mostra:

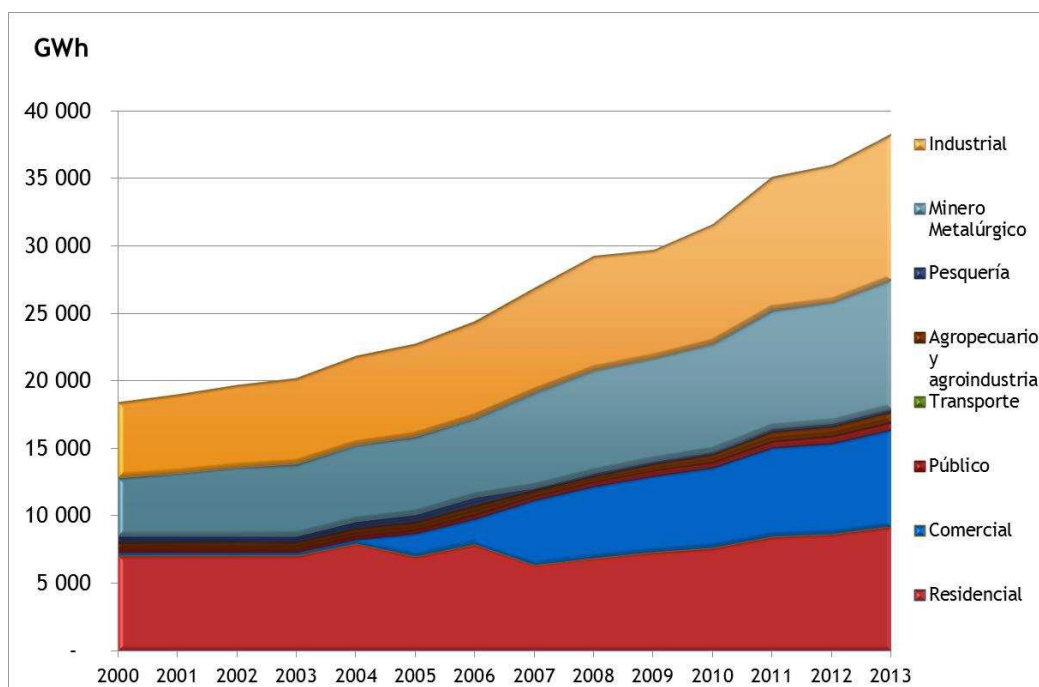
O consumo de eletricidade durante o período de 2000-2013 cresceu a média anual de 5,8% devido ao crescimento econômico e aumento do consumo dos peruanos. De acordo com a estrutura de participação do consumo de eletricidade de 2013, o setor industrial representou 28%, setor residencial 24%, o setor mineiro metalúrgico 25% e o setor comercial 19%, mas não passou de 40.000 GW, conforme o gráfico 4 a seguir demonstra (MINEM-1 - Balance Nacional de Energía (BNE), 2014, p.33).

O Peru está apostando fortemente no incremento do consumo de gás natural, fortalecendo a infraestrutura logística de distribuição do combustível para abastecer os mercados regionais. O plano prevê que em 2025 a demanda de gás natural, incluindo o consumo final mais o exigido para a geração de eletricidade para o desenvolvimento de uma petroquímica será de 1,9 a 2,4 milhões de pés cúbicos por dia (MMPCD). Para tal se exigirá um sistema nacional de gasodutos para o seu abastamento⁷⁸. Importante ressaltar porém, que, levando em conta a vulnerabilidade do duto de Camisea, há setores da sociedade peruana concluindo que deverá haver um crescimento da demanda por hidroeletricidade para diminuir a dependência do vulnerável gás de Camisea (FALLA, 14:2014)⁷⁹. O gráfico 5 abaixo mostra o histórico e a projeção do crescimento da demanda de gás natural no Peru.

Nota-se que a matriz energética peruana possui a participação crescente e maioritária dos hidrocarburos, crescendo de 67% em 2000, até 80% em 2013 principalmente pelo aumento do consumo de gás natural.

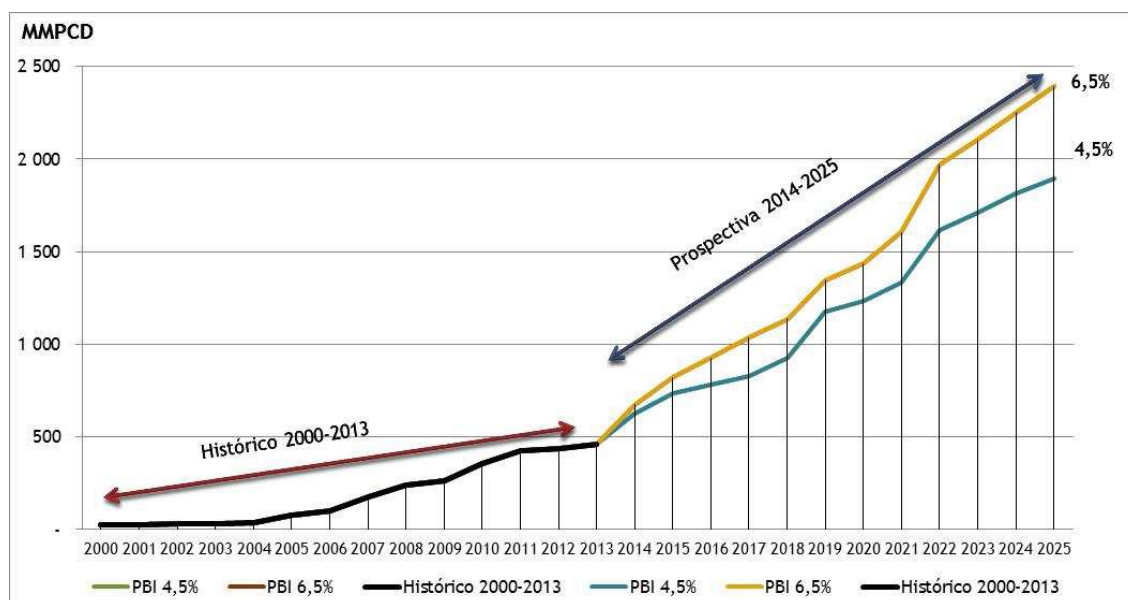
⁷⁸ Neste sentido, está sendo construído, desde 2014, um gasoduto para o sul do Peru pela Odebrecht.

⁷⁹ Um resumo das vulnerabilidades, riscos e escala da extração do gás de Camisea pode ser acessado em: The many faces of the Camisea natural gas project, WWF Peru, disponível em http://wwf.panda.org/what_we_do/where_we_work/amazon/problems/other_threats/oil_and_gas_extraction_amazon/camisea_amazon.cfm acesso em 18/08/15.



Fonte: MINEM, 2014a, p.14.

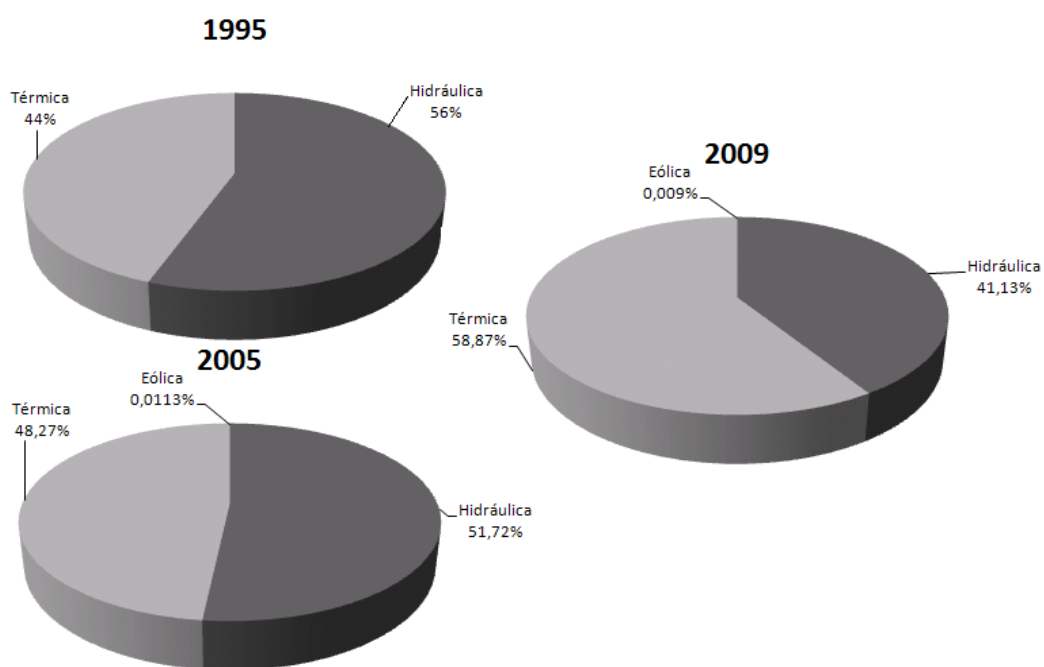
Gráfico 7. Evolução do consumo de energia elétrica por setores 2000-2013.



Fonte: MINEM, 2014a, p.13.

Gráfico 8. Histórico do crescimento e projeção da demanda de gás natural.

Analisando a evolução da potência instalada nos últimos vinte anos da indústria de eletricidade no Peru, verifica-se que houve um aumento mais significativo do parque térmico do que o parque hidrelétrico, especialmente pelo aumento das reservas de gás natural e, conseqüente, uso na geração de térmica a gás. Na Figura abaixo, mostra-se que a participação térmica na potencia instalada passou de 44% em 1995 para 59% em 2009 enquanto a participação hidráulica passou de 56% em 1995 para 41% em 2009. Dados do Ministério de Energia e Minas do Peru mostram que enquanto a potencia instalada hídrica cresceu 32,19%, a térmica cresceu, no mesmo período, 137,52% (Campos, A. 2011).

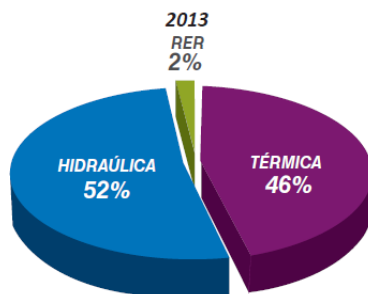
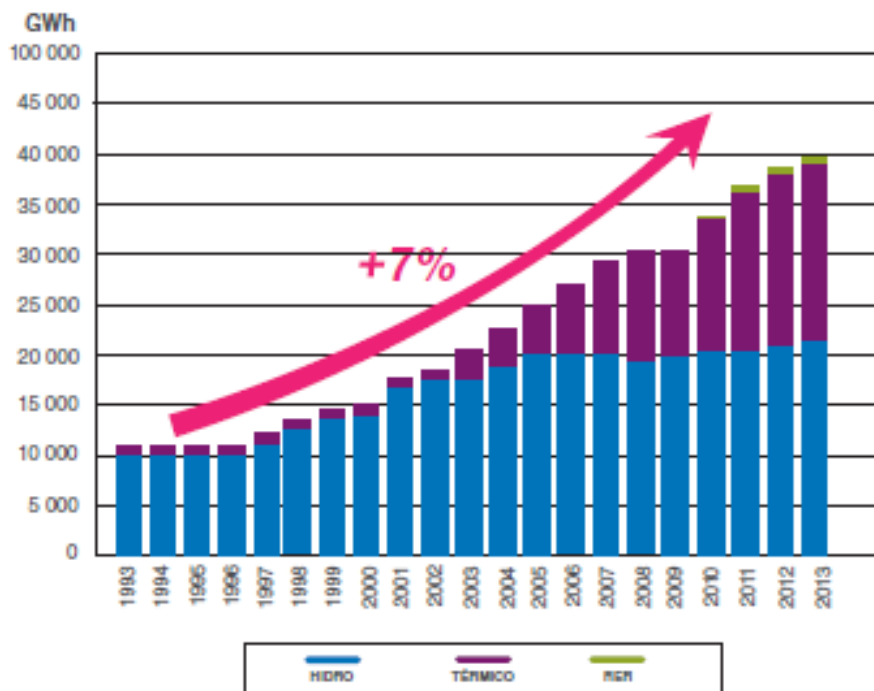


Fonte: CAMPOS, A., 2011.

Gráfico 9. Peru: Participação por Fonte na Potência Instalada – 1995, 2005 e 2009

No sentido contrário, em relação à geração de eletricidade produzida, de 2000 a 2013, é possível verificar a evolução da proporção entre geração de eletricidade via térmica (46%) e via hidráulica (52%) no ano de 2013 conforme gráfico 7 a seguir.

Isto mostra que apesar da potência instalada de usinas térmicas ser maior do que de usinas hidrelétricas, o uso efetivo de usinas hidrelétricas para geração de eletricidade é maior do que o de usinas térmicas.



Fonte: MINEM (2014a, p.13).

Gráfico 10. Geração Nacional de eletricidade.

Legenda Complementar: RER Recurso Energético Renovável (verde)

O Peru chama de recursos energéticos renováveis não convencionais as fontes provenientes de energia eólica, solar e outras fontes de renováveis que não a hidroelétrica. Estas energias renováveis não convencionais foram desenvolvidas com leilões realizados por tipo de tecnologia, alcançando 756 MW conforme o tabela abaixo:

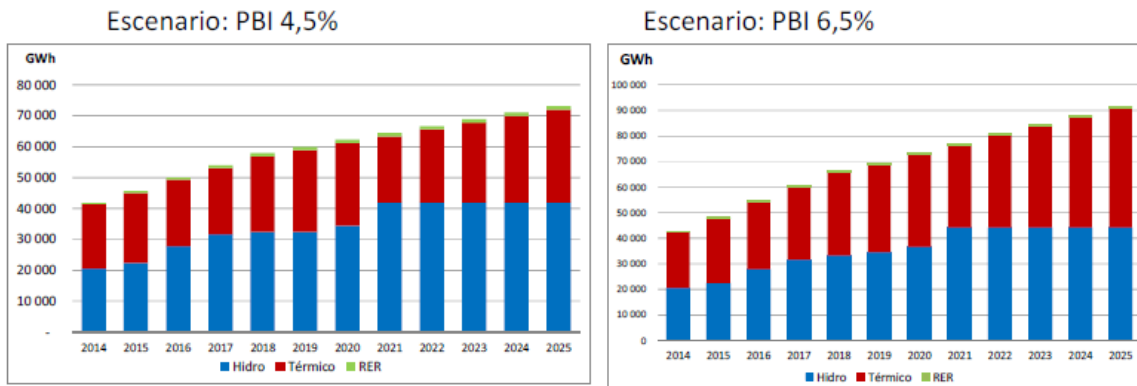
Tabela 5. Desenvolvimento de Recursos Energéticos Renováveis (RER).

Tecnología	Potencia (MW)
Hidroeléctricas < 20 MW	391
Eólicas	232
Solares	96
Otros	27
Total	746

Fonte: MINEM (2014a, p.13).

Em seguida verifica-se a projeção para geração de eletricidade por fonte, até 2025, segundo o Plano Nacional Energético 2025:

Gráfico Nº 8: Producción de Electricidad por Fuente



Fonte: MINEM

Fonte: MINEM (2014a, p.13).

Gráfico 11. Projeção para geração de eletricidade por fonte.

Legenda complementar: RER: Recursos Energéticos Renováveis (eólica, solar e outras fontes de renováveis não convencionais como hidroelétrica).

Observa-se que na década seguinte, o Peru espera que a geração de energia elétrica seja provida em maior proporção através de hidroeletricidade, incrementando-se a participação de fontes renováveis não convencionais através de leilões e em função dos custos competitivos que utilizam. No caso da geração térmica se utilizará tecnologias mais eficientes como gás natural.

O plano menciona que o desenvolvimento das fontes de geração para a próxima década já foi iniciado. Neste sentido, a geração termoelétrica no nodo energético do sul com 2.000 MW foi iniciada. Neste sentido, a geração termoelétrica no nodo energético do sul com 2.000 MW com turbinas em ciclo com gás natural, podendo alcançar 3.000MW em ciclo combinado, consolidando a geração descentralizada no sul do Peru⁸⁰.

⁸⁰ Conforme se analisará no item sobre os Fatores Conjunturais (4.5), será desenvolvido um polo petroquímico no

Importante ressaltar que na seção que descreve os atuais e futuros projetos hidrelétricos necessários dentro do cenário de crescimento do PIB de 4,5% e no outro cenário de crescimento de 6,5%, nenhuma das cinco hidroelétricas previstas no Acordo estão listadas. Aqui vai a lista maior do cenário de 6,5%:

Tabela 6. Oferta hidroelétrica 2014-2025, no cenário 6,5%.

Legenda Complementar: C.H. = Central Hidrelétrica

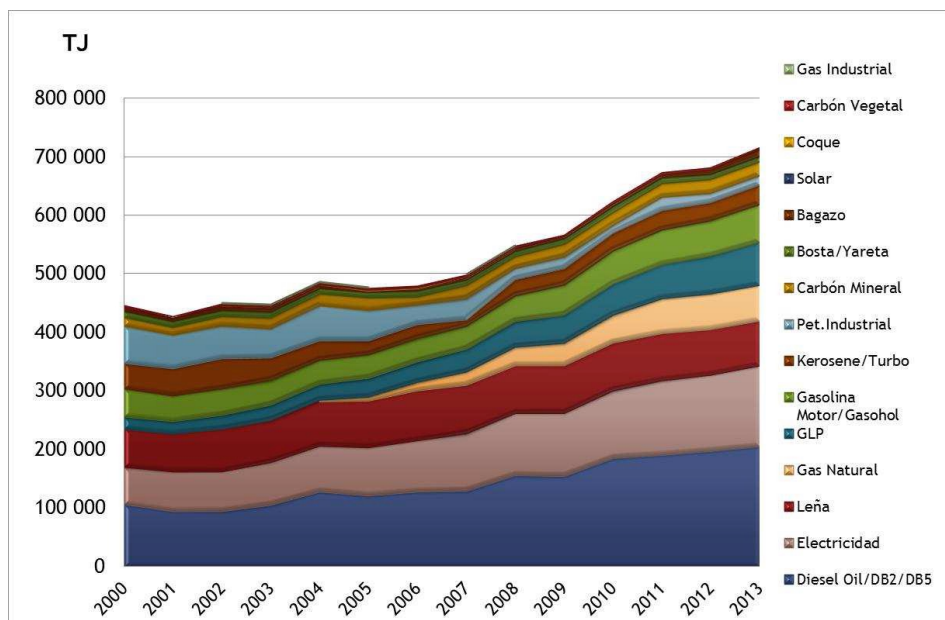
Año	Tipo Central	Nombre Central	Ubicación	Potencia	Potencia Total
2014	C.H.	Huanza (G1 - G2)	Lima	90	92
	C.B.	La Gringa V (Biomasa)	Lima	2	
2015	C.H.	Machupiochu II	Cusco	100	303
	C.H.	Quitarcasa	Áncash	112	
	C.H. (*)	Manta	Áncash	20	
	C.H.	Canchayllo	Junin	5	
	C.H. (*)	Huatziroki	Junin	11	
	C.H.	Runatullo II	Junin	20	
	C.H.	Runatullo III	Junin	19	
	C.S.	Moquegua	Moquegua	16	
2016	C.H.	Santa Teresa	Cusco	98	853
	C.H.	Cheves	Lima	168	
	C.H.	La Virgen	Junin	65	
	C.H.	Chaglla	Huánuco	456	
	C.H.	Chanoay	Lima	19	
	C.H.	Renovandes H1	Junin	20	
	C.H.	8 de Agosto	Huánuco	19	
	C.H.	El Carmen	Huánuco	8	
2017	C.H.	Cerro del Águila	Huancavelica	525	613
	C.H.	Marañon	Junin	88	
2018	C.H.	Angel I	Puno	20	514
	C.H.	Angel II	Puno	20	
	C.H.	Angel III	Puno	20	
	C.H.	Olmos I	Lambayeque	50	
	C.H.	Nuevas Centrales Hidráulicas 1		404	

Fonte: MINEM (2014a, p.84).

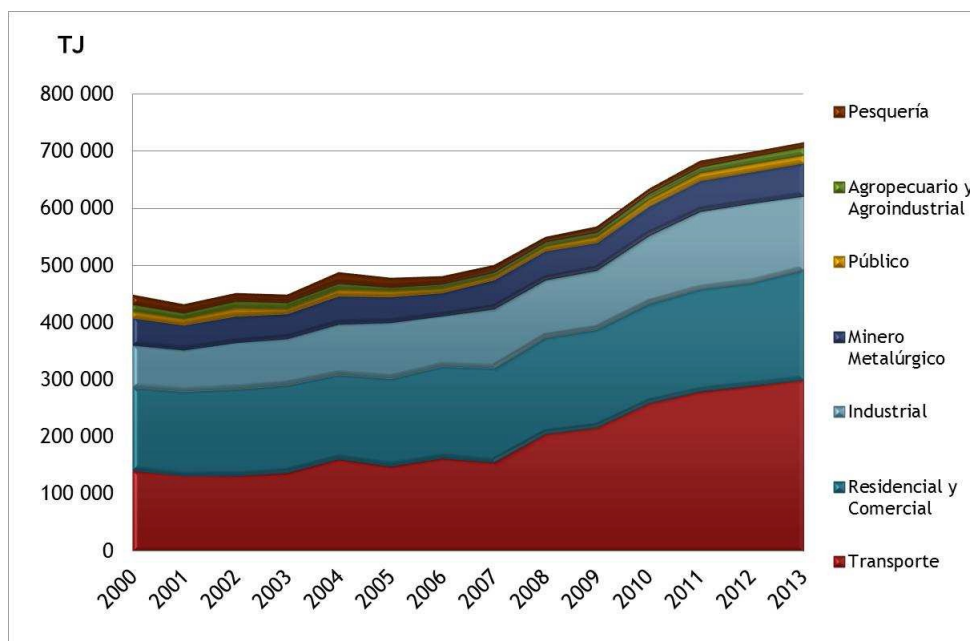
sul do país, que demandará gás natural. O gasoduto para o sul do país está sendo construído pela Odebrecht.

Com relação a possíveis associações para fins de *integração energética regional*, o Plan Energético Nacional 2014-2025 reconhece que o Peru conta com recursos energéticos para ser considerado um importante "HUB" para a integração energética regional. O texto bem destaca que a integração fortalece o sistema contra mudanças inesperadas do clima, afirmando que uma interconexão com os países vizinhos e a criação de um mercado regional incorporaria os benefícios da complementariedade climática e aproveitamento das reservas. Afirma ainda que no período até 2025 serão fortalecidos projetos de integração energética com Equador, Brasil, Chile Colômbia e Bolívia. Segundo o documento, “estas interconexões possuem características similares, porém a infraestrutura existente e/ou por construir faz com que alguns dos arranjos sejam mais factíveis e rentáveis a curto prazo do que outros e isso determina as prioridades”. Menciona ainda que atualmente houve progresso em um arranjo elétrico de 500kV com o Equador, permitindo uma troca permanente dos excedentes de cada país a preços de mercado. Projeta que para o futuro, se aspira que o setor de energia peruano se converta em um HUB energético da região, que tão logo abasteça a demanda interna, possa passar a exportar energia de maneira sustentável. (*Plan Energetico Nacional 2014-2015*, pg.23:2014). Deste trecho, denota-se a intenção do governo atual de avançar em arranjos para integração que gere benefícios econômicos ao Peru e tratando a energia de maneira aproximada a uma commodity.

Por fim, em termos de produção energética no Peru, vale chamar atenção para alguns números apontados no Plano Energético. Dentro dos 700 mil Tj (terra joules) de consumo de energia em 2013, as fontes com maior participação foi o diesel DB2/DB5 (28%), a eletricidade (19%) e a lenha (10%). O gráfico abaixo mostra a evolução de 2000 a 2013 do consumo de energia por tipo de fonte energética:



Fonte: Balance Nacional de Energía (BNE) *In*: MINEM (2014a, p.31).
Gráfico 12. Consumo de Energía por tipo de fuente energética.



Fonte: MINEM (2014a, p.14).
Gráfico 13. Evolução do consumo de energia por setores.

Já na estrutura da demanda final total de energia por setores de consumo final, percebe-se que os setores com a maior participação é o setor de transporte (42%), residencial e comercial (27%) e o industrial (18%). O gráfico 10 acima mostra a evolução do consumo de energia por setores:

Em relação ao coeficiente de eletrificação, este cresceu de 68% em 2000 para 90% em 2013. Os departamentos menos eletrificados foram Loreto, Ucayali e Cajamarca. Interessante notar que o Peru planeja alcançar 100% de eletrificação, por meio de sistemas fotovoltaicos off-grid (fora do sistema interconectado) nas áreas rurais e fazendas. Já quanto ao abastecimento de energia elétrica, a potência instalada em nível nacional cresceu 4,7% no período de 2000 a 2013, sendo em 2013 a capacidade instalada no país foi de 11.051 MW, valor 13,9% superior ao parque elétrico do ano de 2012.

Levando em consideração as magnitudes acima discutidas, torna-se evidente que o Peru tem um enorme potencial para exportar hidroenergia aos seus países vizinhos. A priorização do país dependerá de um alinhamento político e ideológico entre seus governantes e sociedade, aliada a condições econômicas, regulatórias, geográficas, sociais e ambientais mais favoráveis. Após o apagão de 2001-2002, o Peru foi o país vizinho que o Brasil optou para iniciar novas tratativas para arranjos de cooperação energética, tendo em vista que já tinha arranjos de cooperação energética com os demais países vizinhos. Além disso, estrategicamente o Peru é o país mais a montante em relação aos rios do Brasil, portanto, um regulador natural do fluxo das águas nos demais dentro de território brasileiro e demais países ribeirinhos.

O setor elétrico no Brasil e no Peru, como em outros países da América do Sul, passaram por reformulações setoriais e tiveram problemas com os seus novos modelos regulatórios, apesar de terem optado por caminhos diferenciados. No Brasil, observa-se a configuração de um modelo híbrido cujo Estado tem uma participação bastante significativa, especialmente quanto ao planejamento setorial (o PDE, Plano Decenal de Energia e o PNE, Plano Nacional de Energia). Já no Peru, observa-se uma maior abertura ao capital privado em todos os segmentos (geração, transmissão e distribuição) e, especialmente, a não aprovação de nenhum plano de longo prazo pelo governo até novembro de 2014, o que foi motivo de preocupação nas discussões para o desenvolvimento do acordo de integração elétrica. De fato, a *Nueva Matriz Energética Sostenible* para el Peru, não foi aprovada pelo Executivo peruano

ainda, mas foi considerado como base para a elaboração do Plano Energético Nacional (PEN) 2013-2022 pelo MINEM (DAR, 2014). Esta grande diferença entre as regulações em nível de planejamento torna a integração ainda mais desafiadora.

Na próxima seção analisaremos especificamente a influência que as empresas brasileiras tiveram na construção e desconstrução do acordo energético Brasil-Peru e no capítulo seguinte analisaremos o Acordo assinado em si, suas diferentes propostas e como ao final chegaram à assinatura.

Considerações Parciais – Seções 2.1. e 2.2

Estas seções analisaram em que contexto de integração regional se deu as tratativas para integração energética entre Brasil e Peru. O projeto de integração energética Brasil-Peru está entre as centenas de projetos de infraestrutura do COSIPLAN, porém não foi incorporado em sua agenda prioritária (API), portanto ficando por conta dos países tomarem a iniciativa.

Os processos de internacionalização da Eletrobrás, iniciado em 2008, e a possibilidade do BNDES de financiar projetos no exterior desenvolvidos por empresas brasileiras, a promoção pelo Estado da política de apoio às campeãs nacionais a partir de 2003, contribuíram fortemente para o avanço das empresas brasileiras no Peru e para a intensificação das negociações para a celebração do Acordo Energético Brasil-Peru assinado em 2010.

Em relação ao contexto energético brasileiro e peruano, vimos que as magnitudes analisadas dos setores elétricos do Peru e do Brasil, evidenciam que o Peru tem um enorme potencial para exportar hidroenergia aos seus países vizinhos. Entretanto, a priorização do país dependerá de um alinhamento político e ideológico entre seus governantes e sociedade, aliada a condições econômicas, regulatórias, geográficas, sociais e ambientais mais favoráveis. Após o apagão de 2002-2003, o Peru foi o país vizinho que o Brasil optou para iniciar novas tratativas para arranjos de cooperação energética, tendo em vista que já tinha arranjos de cooperação energética com os demais países vizinhos. É possível afirmar que a integração hidro energética Brasil-Peru, a princípio pode gerar uma série de benefícios significativos para os dois países;

possibilitando para o Peru, a produção de mais energia, a aquisição de tecnologia e infraestrutura e o ganho de receitas com a exportação do excedente energético ao Brasil. Já no caso brasileiro, a integração ajudaria a satisfazer parte da demanda de energia. Entretanto, diferenças regulatórias, de modelo de economia mostraram que as ideias para uma verdadeira integração energética regional encontram imensas dificuldades para sair do papel até os dias de hoje e requerem um planejamento mais profundo e regional e um dimensionamento detalhado sobre suas peculiaridades sociais e ambientais e suas consequências, conforme será discutido nesta tese.

O setor elétrico no Brasil e no Peru, como em outros países da América do Sul, passaram por reformulações setoriais e tiveram problemas com os seus novos modelos regulatórios, apesar de terem optado por caminhos diferenciados. No Brasil, observa-se a configuração de um modelo híbrido cujo Estado tem uma participação bastante significativa, especialmente quanto ao planejamento setorial (o PDE, Plano Decenal de Energia e o PNE, Plano Nacional de Energia). Já no Peru, observa-se uma maior abertura ao capital privado em todos os segmentos (geração, transmissão e distribuição) e, especialmente, a não aprovação de nenhum plano de longo prazo pelo governo até novembro de 2014, o que foi motivo de preocupação nas discussões para o desenvolvimento do acordo de integração elétrica.

Analisando a matriz energética e planejamento brasileiro, vale observar que a priorização de investimentos em combustíveis fósseis permaneceu no planejamento decenal para 2023. Houve um tremendo desequilíbrio entre investimentos previstos para óleo e gás (71%) em comparação a biocombustíveis (6,5%) ou energias renováveis complementares (9,5%). Infelizmente, os investimentos em combustíveis fósseis conduzem certamente a um cenário de intensificação de emissões de gases de efeito estufa e posicionam o país como conservador moderado no regime internacional do clima conforme classificação de VIOLA & BASSO (2015). Este perfil de conservador moderado abre diversos pontos críticos ao cidadão. A matriz e consumo atual energético nos faz questionar a destinação da energia como o consumo em produtos eletro-intensivos e a exportação de grande parte deles com baixo valor agregado ao Brasil. O planejamento energético com base exclusivamente na projeção do PIB oculta sérios custos como os sociais e os ambientais o que frequentemente, em uma métrica alternativa mais próxima da realidade, deixa o país mais pobre. Além disso, o planejamento energético foi feito

com base em uma taxa não realista de aumento do PIB (3,7%) em virtude da atual crise econômica e institucional que apontam para uma projeção de PIB negativa em 2015 e 2016.

2.3. Empreiteiras Brasileiras e o Capitalismo de Laços com Estado Brasileiro: Contexto e a Influência no Acordo Energético Brasil-Peru

“Empreiteiro é aquele que convenceu o faraó a empilhar umas pedras no deserto.”

GASPARI, E, 2011.

Esta seção visa analisar como foram construídas as relações entre o Estado Brasileiro e as atuais grandes empresas de construção civil do Brasil (ou de “infraestrutura”, ou “empreiteiras” conforme a seguir conceituado), e como foi o processo de rápido crescimento delas iniciado notavelmente na década de 60 até os dias de hoje. O objetivo de analisar esta relação é compreender a raiz da atual simbiose na relação Estado-Empresa de Infraestrutura, buscando elementos objetivos para sustentar nossa premissa de que o processo de formulação dos projetos hidrelétricos previstos no Acordo Energético, assim como o próprio Acordo teve forte influência das empresas envolvidas, que ao final, seriam as licitantes das obras. As empresas envolvidas na tratativa, a Eletrobrás, Odebrecht, OAS Ltda, Andrade Gutierrez, Engevix coincidem com as atuais denominadas “campeãs brasileiras”, por terem acesso privilegiado ao Estado e aos empréstimos do BNDES conforme a seguir será discutido. Buscaremos identificar as principais características destas empresas⁸¹.

⁸¹ Em relação à Odebrecht, será feita uma discussão mais aprofundada em virtude da importância da empresa para o nosso estudo de caso, tanto pelo fato de ter mais de 30 anos de atuação no Peru, quanto pela relação próxima ao então presidente Lula, na época que liderou as negociações.

2.3.1. Empreiteiras e o Estado Brasileiro

Em primeiro lugar, faz-se necessário esclarecer o termo “Empreiteiras” utilizado nesta tese. A denominação é correlacionada à atividade específica que empresa privada produz, destinada a um comprador específico (o Estado). Usamos nesta tese a definição trazida por Pedro Campos a seguir:

“O ramo da construção civil é um setor industrial da economia, produtor de valor e de mercadorias. Trata-se de uma atividade exercida por empresas que produzem obras de grande envergadura, da chamada infraestrutura, como estradas, usinas de eletricidade e empreendimentos públicos em geral. Trata-se de uma mercadoria particular – a obra pronta – (...) que conta em geral com um comprador monopsônico – o aparelho de Estado⁸²”.

(CAMPOS, P., 2012a, p. 32)

Em seguida, discutiremos as principais características das empreiteiras brasileiras bem como seus antecedentes:

a. Crescimento das empreiteiras e exclusividade na prestação de serviços de engenharia de 1969 a 1991

Analisando história das relações entre o Estado Brasileiro e as empresas brasileiras de consultoria técnica e de engenharia, verificou-se que houve um grande crescimento delas no período da ditadura militar. Isto se deve ao fato de, a partir da década de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, e durante a ditadura militar (1964-1985), a estratégia de desenvolvimento econômico autônomo e substituição das importações levou o Estado Brasileiro a incentivar novos grupos industriais ou expansão daqueles já existentes rumo a novos tipos de produção, mais arriscados – o conhecido milagre econômico. Este crescimento teve como grande força motriz o decreto presidencial 64.345, de 10 de abril de 1969 aprovado pelo então presidente Artur da Costa e Silva, que vetou a possibilidade de empresas não brasileiras de conduzirem obras de infraestrutura no país. Vejamos:

⁸² Atualmente o termo “empreiteira” carrega para alguns uma denotação negativa por conta de escândalos de corrupção ocorrido por algumas delas. No entanto, não é esta negatividade que a tese procurar trazer.

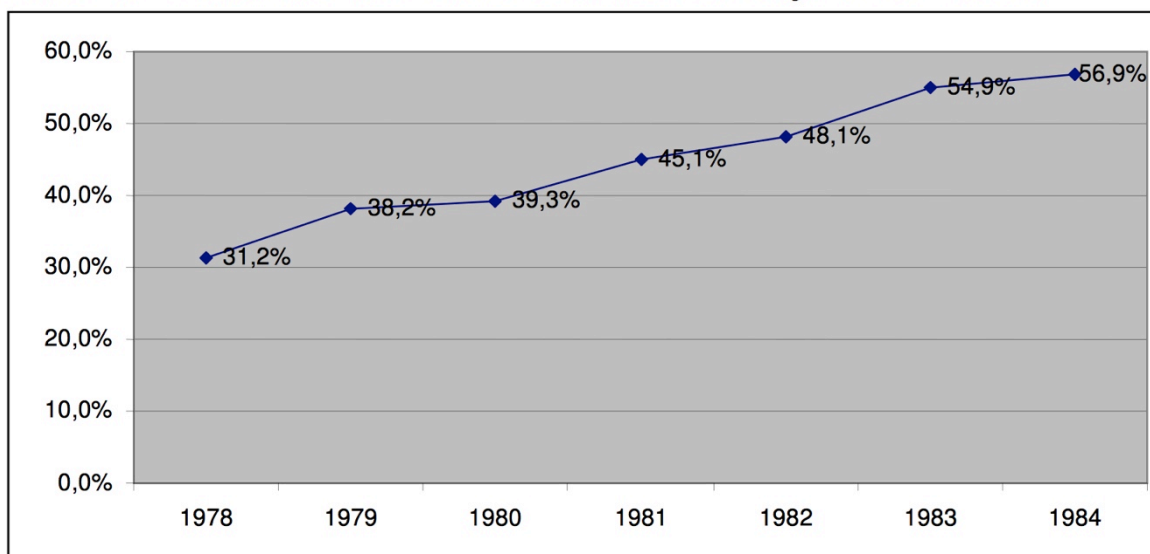
“Art. 1º Os órgãos da Administração Federal, inclusive as entidades da Administração Indireta, só poderão contratar a prestação de serviços de consultoria técnica e de Engenharia com empresas estrangeiras nos casos em que não houver empresa nacional devidamente capacitada e qualificada para o desempenho dos serviços a contratar”.

Esse decreto da ditadura vigorou até 14 de maio de 1991, quando o então presidente Fernando Collor o revogou. A partir desse decreto de 1969, pode-se dizer que criou-se uma reserva de mercado para empreiteiras nacionais sendo que o crescimento delas nestes 22 anos foi suficiente para que em 1991, já pudessem operar de forma a impedir a competição estrangeira – ou mesmo para alguma empresa de fora do grupo das principais nacionais. Desta maneira, o Estado Brasileiro estaria cumprindo o papel de “parteiro” na emergência de novos grupos industriais, na denominação de Peter Evans (EVANS, 1995 *apud* VIGNA, 2014).

b. Financiamento de Campanhas Partidárias e Participação acionária do Estado

Evidentemente, junto com a promoção das empresas brasileiras veio também a concentração nas mãos de poucos empresários, que ficaram cada vez mais poderosos a partir da ditadura militar. O historiador Pedro Campos traz dois quadros reveladores sobre como o dinheiro das obras públicas serviu para construir gigantes nacionais que concentravam grande parte do dinheiro público (CAMPOS, P. 2012):

Gráfico 1.8 – Faturamento das 5 maiores construtoras em relação às 100 maiores:



Fonte: Revista O Empreiteiro. Edição de julho de 1985, nº 212.

Fonte: Revista O Empreiteiro, *apud* CAMPOS, P., 2012.

Gráfico 14. Faturamento das 5 maiores construtoras em relação às 100 maiores.

O estreitamento de relações entre o público e o privado na época da ditadura se dava com a colocação de militares em cargos de direção nas empresas que forneciam para obras de infraestrutura. Os generais passavam a figurar em diretorias e conselhos de grandes corporações.

A respeito do financiamento de campanhas partidárias pelas campeãs Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (frequentemente denominadas como “Quatro Irmãs”), apurou-se que entre as eleições de 2002 e 2012, juntas, as quatro empresas investiram aproximadamente R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas pelo Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, o PMDB é o partido mais beneficiado, com R\$ 6,27 milhões, mais que a soma dos quatro seguintes: PT, PSDB, PV e DEM. Porém os repasses podem ser ainda superiores em anos não-eleitorais. Em 2013, somente a Odebrecht repassou R\$ 11 milhões dos R\$ 17 milhões arrecadados pelo PMDB (BELISÁRIO, 2014). O gráfico abaixo mostra a evolução das doações de acordo com a empresa campeã nacional:



Fonte: Belisário, 2014, p.3.

Gráfico 15: Evolução das Doações a partidos de acordo com a Empreiteira.

Em relação ao financiamento público via BNDES, foi apurado que, entre 2004 e 2013, o banco realizou 1.665 transferências para as construtoras das “quatro irmãs”, totalizando mais de R\$ 1,7 bilhão em empréstimos. Deste total, a Odebrecht e Andrade Gutierrez foram as maiores beneficiadas, levando R\$ 1,1 bilhão. As duas também lideraram o ranking de desembolsos para operações de exportação entre 2009 e março de 2014. Juntas, levaram mais de U\$ 5,8 bilhões em empréstimos neste segmento (BELISÁRIO, 2014).

Atualmente, este modelo de financiamento de obras público-privado beneficiando apenas as campeãs nacionais⁸³, ou “capitalismo de laços” está sendo colocado em xeque. A concorrência forjada e formação de cartéis em licitações públicas entre as campeãs nacionais está sendo investigada pelo Ministério Público Federal e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na operação denominada Lava Jato. Até agosto de 2015, foi revelada a participação em cartel para licitações da Petrobrás, participação admitida pela empresa Camargo Correa, que concordou em indenizar mais de R\$ 104 milhões à Petrobrás. A confissão foi feita pelo ex-presidente da Camargo Correia, Dalton dos Santos Avancini, que contribuiu para comprovar a participação das outras campeãs nacionais, Odebrecht e da Andrade Gutierrez, no cartel das empreiteiras nas licitações da Petrobrás, em um acordo de delação premiada com a Justiça.⁸⁴ Na recente avaliação do Prof. Lazzarini, com maior pressão para transparência e punição, não há mais espaço para esse modelo de capitalismo de laços. Vejamos:

“É fato que corrupção e transações opacas no Brasil sempre existiram. Mas, até pouco tempo, o discurso era de que "é assim que o Brasil funciona". Se quisermos mudar o que aí está, muitos diziam, o País correria o risco de parar. É claro, um discurso que interessava tanto a uma elite empresarial entrelaçada com o governo quanto a uma elite política dependente de patrocínio empresarial o cerne do nosso capitalismo de laços. Com maior pressão para transparência e punição, entretanto, não há mais espaço para esse modelo. É hora de repensarmos nossas estratégias privadas, orientando as para maior produtividade e menos dependência de suporte público, e as formas de atuação do governo, buscando maior disciplina na análise dos custos e benefícios de suas políticas⁸⁵”.

LAZZARINI, SERGIO G. **Escancarando o capitalismo de laços**. In: O Estado de S. Paulo, 25/6/2015 (grifos nossos).

Em resumo, as grandes empresas brasileiras de infraestrutura possuem em geral as seguintes características: 1) Crescimento inicial incentivado pelo Estado Brasileiro, 2) Controle familiar e portanto alta concentração de renda, 3) Financiamento empresarial maciço da campanhas políticas partidárias, 4) Forte financiamento público facilitado através de

⁸³ Também chamado de “As donas do Brasil”, por LAZZARINI, 2010.

⁸⁴ Segundo o Cade, a indenização aos cofres públicos é a maior já estabelecida em um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) – que suspende o processo administrativo contra a empresa em troca da confissão de culpa. Este também é o primeiro acordo de cessação de conduta na investigação de cartel em licitações da Petrobrás. O acordo de leniência permite a quem pratica o cartel fazer uma denúncia às autoridades antitruste e cooperar com as investigações, recebendo, em troca, redução da punição. Fonte: Camargo Corrêa admite cartel e pagará mais de R\$ 104 milhões de 19/08/2015, O Globo, disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/camargo-correa-admite-culpa-em-cartel-e-paga-mais-de-r-104-milhoes.html> acesso em 22/08/2015.

⁸⁵ LAZZARINI, SERGIO G. **Escancarando o capitalismo de laços**, O ESTADO DE S.PAULO, publicado em 25 Junho 2015, disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,escancarandocapitalismodelacosimp,1713039>, acesso em 03/07/2015.

empréstimos do BNDES assim como investimento direto via BNDES Participações (BNDESPAR), utilização do FGTS e fundos de pensão.

Estas características levam inegavelmente a uma relação privilegiada e imensamente promíscua com o Estado brasileiro. E agora pode-se acrescentar a esta lista de características a formação de cartel permitindo amplo superfaturamento em licitações com estatais.

Breve Histórico da Odebrecht no Brasil até os dias de hoje

Tendo em vista a relevância da Odebrecht para o nosso estudo de caso, será resgatado um pouco do seu histórico no Brasil e mais adiante no Peru.

Até o final dos anos 60, a Odebrecht era apenas uma empresa local da Bahia. Depois do decreto de Costa e Silva, despontou para o sucesso construindo o prédio-sede da Petrobrás no Rio de Janeiro (em 1971) e aproximando-se inclusive dos militares que comandavam a estatal (CAMPOS, P., 2012-B).

A história da empresa começa com a chegada de Emil Odebrecht ao Brasil, em 1856. Em terras tropicais, o engenheiro alemão trabalhou na construção de estradas no sul do país. Tempos depois, seu neto Emílio Odebrecht fundou uma empresa neste ramo em Recife, em 1923. O negócio faliu, mas inspirou o bisneto Norberto Odebrecht a fundar a Construtora Norberto Odebrecht. (BELISARIO, A. 2014)

Até 2013, a Odebrecht possuía mais de R\$ 142,3 bilhões em ativos, de acordo com seu relatório financeiro⁸⁶. Ao todo, são mais de 175 mil funcionários trabalhando em 25 países dos cinco continentes, sendo 27% estrangeiros. Inicialmente com companhia de engenharia civil a companhia diversificou tremendamente os seus segmentos de atuação, atuando hoje nos ramos de petróleo, agronegócio, meio ambiente, defesa, transporte, finanças, imobiliário entre outros.

Com o fim do “milagre econômico”, veio a retração dos investimentos públicos em obras. Então, já como uma das maiores empreiteiras do país, a Odebrecht passa a comprar empresas no

⁸⁶ Disponível no site institucional da companhia.

setor petroquímico. Segundo o site da companhia⁸⁷, “a estratégia adotada pela Odebrecht para construir uma petroquímica brasileira líder no setor na América Latina envolveu uma série de outras aquisições. Muitas possibilitadas pelo Programa Nacional de Desestatização, iniciado na década de 90, no qual o Governo Federal vendeu participações em empresas da área”. Reunindo todas as empresas do ramo incorporadas, em 2000 a Odebrecht cria a petroquímica Braskem. Apesar de reconhecida principalmente como empreiteira, grande parte de sua receita não vem do ramo de construções ou do mercado imobiliário, mas por meio do refino do petróleo brasileiro, segmento que originou a criação justamente de sua subsidiária Braskem que desenvolve plástico a partir do refino de petróleo (ODEBRECHT, 2015).

Após a era Collor e FHC de abertura econômica, a Odebrecht reencontrou sua relação privilegiada com o Estado após a eleição de Lula em 2003. Para a surpresa de muitos, Lula buscou contatos e apoio dentro de um setor industrial que, se sentia abalado pelas políticas de livre-comércio de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (VIGNA, A. 2014). Com Lula, o capital privatizado ao longo da década de 1990 volta a ter uma relação extremamente promíscua com o Estado brasileiro, típica do Capitalismo de Laços, conceituado pelo professor Sergio Lazzarini (LAZZARINI, 2010)⁸⁸. O capital da Odebrecht se relaciona com o Estado Brasileiro através do BNDES, da Petrobrás e dos grandes fundos de pensão (Previ, Funcep e Petros) em que o Estado brasileiro está hoje presente em 119 grupos, contra 30 em 1996 (CAMPOS, P. 2014b e LAZZARINI, 2010). Desta maneira, o grupo Odebrecht pode contar com o dinheiro do fundo de garantia FI-FGTS – que indeniza os desempregados brasileiros e possui 27% da Odebrecht Ambiental e 30% da Odebrecht Transport – ou do BNDES, que desde 2009 controla 30% da Odebrecht Agroindustrial. Por fim, a Petrobrás é acionista da Braskem, com 38% de participação (VIGNA, 2014). A respeito desta transição na maneira de gestão pelo Estado, segundo Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini, a onda de liberalização que varreu os mercados nas décadas de 1980 e 1990 afetou as maneiras como os governos gerenciam as suas economias. Nesta linha, houve uma ascensão de uma *nova espécie de capitalismo de Estado*, em

⁸⁷ “Odebrecht, negócios e participações Braskem”, disponível em www.odebrecht.com.br/negocios-e-participacoes/branken acesso em 05/02/2015. Odebrecht, 2015.

⁸⁸ O capitalismo de laços é um sistema que se realiza mediante a criação de alianças e emaranhados comerciais estabelecidos entre grupos privados com o governo. O autor vislumbrou por exemplo, que o maior proprietário da Vale do Rio Doce é o Estado Brasileiro. Fonte: LAZZARINI, SERGIO G. Capitalismo de Laços, Os donos do Brasil e suas conexões, 2010.

que os governos interagem com os investidores privados e, muitas vezes, usam sua influência para auxiliar setores ou empresas “de olho em dividendos políticos”. Entre os exemplos estudados por Aldo Musacchio e Sergio G. Lazzarini estão o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobras e a Vale.

No Governo Lula, a Braskem, controlada pela Odebrecht, consolidou o domínio do setor petroquímico no Brasil, tendo a Petrobrás e o BNDES como acionistas do negócio. Concorrendo apenas com empresas estrangeiras, em um país com um dos maiores impostos do mundo para importação de resinas termoplásticas, a Braskem controla o preço de derivados de petróleo. A este respeito, no ano passado, em requerimento para a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para a redução das taxas de importação, o deputado Sandro Mabel (PMDB) considerou a Braskem um “monopólio com mais de 80% do mercado de resinas termoplásticas”, cujo poder de mercado cria “inflação nos produtos que são consumidos pela classe mais necessitada” (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Além disso, a Odebrecht vem recebendo grandes financiamentos do BNDES: entre 2004 e 2013, a Fundação Odebrecht, a construtora e a Odebrecht Óleo e Gás receberam juntas mais de R\$ 498 milhões, segundo levantamento feito por BELISSARIO (2014) com dados obtidos no site da empresa e por Lei de Acesso à Informação. A Braskem recebeu entre 2008 e 2013 aproximadamente R\$ 4,1 bilhões em empréstimos. A Odebrecht é ainda a maior beneficiada com desembolsos do BNDES para operações de exportação. Entre 2009 e março de 2014, foram repassados mais de US\$ 5 bilhões para a empresa.

No Brasil, atualmente a Odebrecht foi encarregada da construção dos principais estádios que sediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014 (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador) e recebeu os maiores projetos dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: o complexo olímpico, a nova linha de metrô, a urbanização do porto. Com tamanha concentração de poder econômico, Marcio Pochmann, ex Diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) destacou que:

“Dadas às dimensões das grandes empresas, cujo volume de negócios muitas vezes ultrapassa o PIB de algumas nações, já não são os países que dispõem de empresas, mas as empresas que dispõem de países.”

Marcio Pochmann, 2010, IPEA, apud VIGNA, 2014

2.3.2. Participação da Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, Furnas, Engevix e Eletrobrás nos projetos hidrelétricos do Acordo Energético

No que concerne ao acordo energético entre Brasil e Peru, existem cinco grandes empresas brasileiras, dentre as campeãs nacionais, que se envolveram para formular no Peru as cinco usinas hidrelétricas planejadas no âmbito de tal Acordo Energético. As empresas Odebrecht, Construtora OAS Ltda., Andrade Gutierrez, Furnas, Engevix e a estatal Eletrobrás, estão envolvidas respectivamente na formulação do projeto e na construção das usinas de Paquitzapango (2.200 MW), Tambo 60 (579 MW), Tambo 40 (1270 MW), Mainique 1 (607 MW) e o consórcio entre OAS, Eletrobrás e Furnas estão juntos na formulação e construção da usina hidrelétrica Inambari (2.000 MW), a mais perto do Brasil, todas obras sob o guarda-chuva institucional do Acordo energético Brasil-Peru assinado em 2010.

As empresas brasileiras Construtora OAS LTDA., Eletrobrás Furnas e Eletrobrás formaram a empresa *Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur* (EGASUR S. A.) para atuar na área de energia elétrica, que recebeu a concessão temporária e apresentou o estudo de viabilidade (*Estudio de Prefactibilidad*) para o projeto hidrelétrico Inambari, a principal obra no âmbito do Acordo de integração energética Brasil-Peru. A figura abaixo mostra a composição acionária da EGASUR, sediada no Peru, mas 100% controlada por empresas brasileiras:

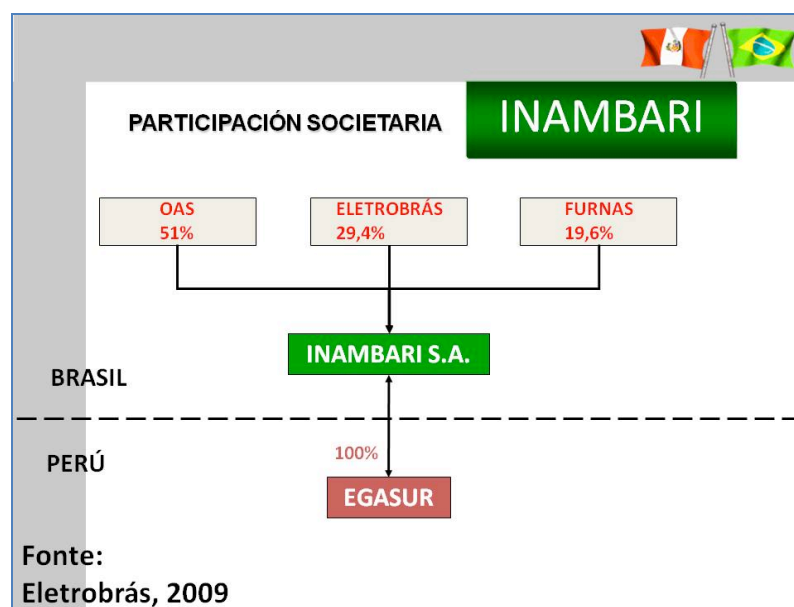


Figura 1 Participação acionária do projeto hidrelétrico Inambari. Fonte: Eletrobrás, 2009b.

As empresas Eletrobrás, Engevix, Andrade Gutierrez e Odebrecht formaram um consórcio para a elaboração dos “*Estudios de Prefactibilidad*” exigido pela legislação peruana para o projeto hidrelétrico Paquitzapango e outros 4 projetos que posteriormente foram descartados – Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan (ELETROBRÁS, 2009)



Fonte: Eletrobrás, 2009b.

Figura 2. Consórcio para elaboração dos estudos de viabilidade.

Vale ressaltar ainda que entre 2005 e 2009, notícias amplamente divulgadas na mídia brasileira em 2015 dão conta que o ex-ministro da Casa Civil do primeiro mandato de Lula, José Dirceu, que passou a atuar como empresário de sua empresa JD Assessoria e Consultoria, viajou a Lima diversas vezes se encontrando com representantes do governo peruano do alto escalão para prospectar e alavancar a presença das empresas brasileiras no país⁸⁹. A presença pessoal de Dirceu certamente colaborou para articular os contatos e encontros necessários entre

⁸⁹ Em delação premiada para colaborar com as investigações da Lava Jato, foi noticiado que o empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC, revelou que “Dirceu foi contratado pela UTC para prospectar negócios no Peru e na Espanha”. Fonte: Folha *on line*. “Dirceu criou esquema na Petrobras, diz investigação; ex-ministro foi preso”, 03/08/2015, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1663770-pf-prende-jose-dirceu-em-brasilia.shtml>. Acesso em 03/08/2015.

representantes de empresas e dos governos e incrementar a entrada de empresas brasileiras no país vizinho⁹⁰.

Outras empresas como Petrobrás, Camargo Correia, Votorantim também têm aumentado presença no Peru. Para contextualizar o envolvimento de empresas brasileiras no Peru na época dos esforços para implementação do Acordo, abaixo estão as principais empresas brasileiras no Peru, o setor que operam e o montante em termos de investimentos segundo LA ROSA (2011):

Tabela 7. Principais empresas brasileiras no Peru.

Investidor	Empresa de investimento	Setor	Montante
Votorantim Metais Ltda.	Votorantim Metais - Cajamarquilla S.A	Mineração Acordo	690,741,970.00
Gerdau S.A	Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - SIDERPERU	Industria	201,226,364.49
Industria Constructora Norberto Odebrecht S.A.	Concesionaria Interoceánica sur - tramo 2 S.A	Construção civil	2,148,984.18
	Concesionaria Interoceánica sur - tramo 3 S.A.	Construção Civil	3,324,023.22
	Concesionaria Trasvase Olmos S.A.	Construção Civil	7,119,019.43
	Constructora Norberto Odebrecht Perú S.A.	Construção Civil	1,096,153.93
	Empresa Minera Especial Iscaycruz S.A.-Minera Iscaycruz S.A.	Mineração	400,000.00
	Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C.	Construção Civil	17,818,432.14
Petrobras Energía	Petrobras Energía	Petróleo	30,000,980.00

⁹⁰Conforme notícia relatando que “Ex-premiê peruano nega vínculo com José Dirceu e corrupção no Brasil”.
 Fonte: UOL, 06/08/2015, disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/08/06/ex-premie-peruano-nega-vinculo-com-jose-dirceu-e-corrupcao-no-brasil-193375.php>, e CARMO, Marcia, *Investigação sobre Dirceu na Lava Jato causa agitação política no Peru*, In: BBC-FOLHA DE SÃO PAULO, 06/08/2015. Acesso em 10/08/2015 e VEJA *Video: em reuniões no Peru, Dirceu falou de Lula e Petrobras*, acesso em 10/08/2015, disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/videoemreunioesnooperudirceufaloudelulaepetrobras>

S.A.	Perú S.A. (antes Perez Companc)		
Vale do rio doce	Vale Exploration Perú S.A.C.	Mineração	16,091,796.83
Construcoes e Comercio Camargo Correa S.A.	Construcoes e Comercio Camargo Correa S.A. Sucursal Perú	Construção Civil	1,500,000.00
	Intersur Concesiones S.A.	Construção Civil	870,000.00
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Construtora Andrade Gutierrez S.A. Sucursal del Perú	Construção Civil	10,000.00
	Intersur Concesiones S.A.	Construção Civil	870,000.00
Construtora Queiroz Galvao S.A.	Intersur Concesiones S.A.	Construção Civil	870,000.00
Construtora OAS LTDA.	Egasur S.A.	Energia	573,808.24
	Empresa Peruana de Aguas S.A.	Construção Civil	250,000.00
OAS Engenharia e Participacoes LTDA.	Empresa Peruana de Aguas S.A.	Construção Civil	750,000.00
Electrobras	Egasur S.A.	Energia	573,808.24
Electrobras Furnas	Egasur S.A.	Energia	573,808.24
Multitrade S.A.	Constructora Norberto Odebrecht Peru S.A.	Construção Civil	5,253.00
Odebrecht Engenharia de Minas LTDA.	Constructora Norberto Odebrecht Peru S.A.	Construção Civil	5,253.00

Fonte: LA ROSA (2011, p. 29).

2.3.3. Mecanismo de transparência, participação, governança e controle nos empreendimentos público-privado

Verifica-se que a relação de simbiose que foi construída historicamente entre o Estado Brasileiro e grandes empreiteiras brasileiras, posteriormente transformadas em campeãs nacionais, com política de indução própria para sua internacionalização, não foi acompanhada de um mecanismo eficiente de *checks and balance*, controle, governança, para verificação de sua atuação em benefício da sociedade e de acordo com as leis. Prova disso são as atuais denúncias de cartéis, propinas, corrupção entre representantes das campeãs nacionais e o Estado Brasileiro. Por isso, arguimos que deveria existir um mecanismo para garantir a transparência destes

empreendimentos, como um conselho de acompanhamento das obras, composto com a eleição de membros da sociedade civil, governo, empresas e academia. Tais conselhos existem em inúmeros organismos multilaterais que manejam recursos financeiros muito menores dos que atualmente são geridos pelas campeãs nacionais. Conselhos, fóruns, comitês incluindo uma representação altamente diversa de membros da sociedade civil estão sendo eficazes para promover o diálogo, a transparência, participação, consulta e a governança destes investimentos⁹¹.

A tendência é que o Brasil, país emergente e hoje a 7ª maior economia do mundo, com a economia estabilizada até 2013 (com severos desequilíbrios econômicos em 2014-15), eleições democráticas, bancos de desenvolvimento consolidado e estável (BNDES), talvez continue aumentando seus investimentos no exterior depois de um período doloroso de re-balanceamento da economia e condenação da corrupção em empresas privadas e estatais. Sendo assim, é indiscutível a necessidade de aumentar o escrutínio das decisões e investimentos tomados em nossos vizinhos como a verificação se estes investimentos estão de acordo com o discurso, valores e princípios enunciados pelo Governo Brasileiro através da criação de um instrumento de governança. Na construção da estratégia para internacionalização de empresas, devem ser estabelecidos princípios e critérios mínimos que sejam parâmetros de referência e possam servir para a construção de uma governança mínima sul-americana. Por exemplo, a participação e financiamento do Brasil poderia ser condicionada ao cumprimento de requisitos mínimos e salvaguardas como participação de todos os envolvidos, salvaguardas socioambientais, respeito aos direitos humanos e indígenas, às autonomias durante o processo decisório que culminou no Acordo Energético.

Se não existem instâncias às quais é possível apelar no caso de controvérsia, é preciso criá-las. O mecanismo de governança deve ser construído pelos atores envolvidos e afetados, ou seja, pelos Estados Peru e Brasil com os representantes dos ministérios envolvidos, em conjunto com as empresas envolvidas, representantes das comunidades locais afetadas, Estados e

⁹¹ Muitos programas de proteção florestal do Banco Mundial como o FIP (Forest Investment Programme), o programa da ONU para redução de emissões de desmatamento (UNREDD) possuem eficientes órgãos de governança com transparência e ampla participação da sociedade civil e academia. Por exemplo, em 2009-2011, a autora cumpriu mandato de representante da sociedade civil latino americana eleita para Conselho Normativo do Programa da ONU de Redução de Emissão de Desmatamento para estabelecer as regras e aprovar os financiamentos. (Vide em MOREIRA, P.F. 2011). Estes programas de cooperação internacional movimentam valores muito menores do que os envolvidos pelas campeãs nacionais.

municípios envolvidos. Somente com um arranjo diversificado que uma situação como essa requer, haverá legitimidade e implementação pacífica e exitosa deste acordo.

As incoerências entre a democracia (mesmo que de baixa qualidade) obtida internamente e a falta de transparência de sua política externa, que toma as mais diversas ações sob o argumento de integração regional são evidentes ao analista atento. A governança deste acordo energético é relevante também para a cidadania dos brasileiros porque afeta diretamente o bolso dos cidadãos uma vez que o maciço crescimento das empresas brasileiras que aumentam seus investimentos no exterior foi conquistado com financiamento público.

Considerando o acima mencionado, é possível afirmar que a abordagem *bottom-up* para tomada de decisões que afetam um grande número de setores e comunidades locais é a mais adequada e efetiva, que ao mesmo tempo minimiza os possíveis conflitos inerentes. Esta abordagem não foi utilizada para celebrar o Acordo Energético entre o Peru e Brasil. Pelo contrário, a abordagem *top-down*, fortemente centrada na hierarquia dos representantes dos Estados, impondo à população os efeitos do acordo celebrado sem qualquer transparência sobre o processo decisório. Como conseqüência natural das abordagens utilizadas, inúmeros conflitos se sucederam.

Considerações Parciais

Os fatos de estas empresas terem sido incentivadas e crescido por incentivo do Estado Brasileiro nos períodos de ditadura, financiar campanhas de candidatos e de partidos, terem participação acionaria estatal, financiamento do banco público de desenvolvimento e possuir uma relação de poder econômico maior do que algumas nações são mais do que suficientes para consolidar uma relação privilegiada com o Estado Brasileiro. A relação de aconselhamento técnico sobre hidrelétricas, por especialistas pertencentes a estas empresas, a ser analisada no capítulo 3, também revela uma relação institucional de simbiose.

As grandes empreiteiras brasileiras de engenharia e construção de hidrelétricas são atores fundamentais para o presente estudo de caso. Desta maneira, a compreensão de sua atuação em relação às tratativas para a formulação dos projetos hidrelétricos e na elaboração do Acordo Energético é parte muito importante desta pesquisa.

Levando em consideração a relação favorecida com o Estado Brasileiro e as grandes empreiteiras brasileiras consolidada historicamente e mantida até os dias de hoje conforme analisado acima, arguimos que o *processo de formulação e planejamento* dos projetos de hidrelétricas previstos assim como o próprio processo de decisão para a elaboração do Acordo de Cooperação assinado pelos países teve forte participação destas empresas de engenharia que posteriormente seriam as licitantes das obras no Peru: Odebrecht, OAS, Engevix, Furnas e Andrade Gutierrez conforme será analisado no próximo capítulo. Entretanto, este processo atropelou a sociedade peruana que não participou de planejamento só tomando conhecimento das tratativas após a assinatura do Acordo Energético divulgado nos jornais e rádios. Diante da falta de transparência e participação dos atores potencialmente afetados (comunidades locais e Povos Indígenas) e de setores da sociedade civil envolvidos nas discussões de planejamento energético do país e nas questões socioambientais nacionais (como academia, ONGs, *think tanks*, ativistas) e por não concordarem com os projetos e Acordo Energético, estes atores acabaram organizando a campanha contra o Acordo em nível nacional que acabou alcançando uma escala transnacional, analisada nos capítulos 4 e 5, dimensão não esperada pelas empresas brasileiras nem pelo Estado peruano e muito menos pelo Estado brasileiro.

Em virtude do aumento de risco de investimento privado provocado pela instabilidade política que a campanha gerou, nossa hipótese é que as próprias empresas brasileiras, decidiram desistir de seu respectivo projeto hidrelétrico, fazendo com que o Estado brasileiro também recuasse seu interesse.

Levando este contexto em consideração, arguimos que a atuação externa do Estado Brasileiro facilitando e impulsionando o investimento, participação e financiamento de obras no Peru pelas empresas e pelo banco público BNDES não reflete o interesse da maioria da população brasileira, mas sim os interesses dos sócios destas empresas, que aumentam seus lucros na medida da sua expansão exitosa de conquistas de novas obras. Evidentemente, esta relação de simbiose entre o Estado brasileiro e as grandes empreiteiras brasileiras (denominadas campeãs) não colabora com a diminuição de desigualdades do país, mas favorece a concentração de renda, modelo de desenvolvimento que seria exportado ao Peru por via do Acordo Energético. Apesar de ser inegável os benefícios dos inúmeros projetos socioambientais implantados por

algumas empreiteiras nas regiões que atuam, a potencial geração de empregos de alta qualificação, a tecnologia desenvolvida; este contexto de concentração de riquezas, falta de transparência, participação, concorrência e diálogo por parte dos Estados peruano e brasileiro e empreiteiras com a sociedade civil nas tratativas favoreceu o surgimento da resistência ora analisada. Conforme vimos acima, atualmente, este modelo de financiamento de obras público-privado que beneficia predominantemente as campeãs nacionais, está em xeque. Arguimos a necessidade de garantir transparência, participação, controle externo nos empreendimentos de infraestrutura para garantia de concorrência e conseqüentemente o melhor serviço para a sociedade. Entretanto, esta mudança depende do fortalecimento da participação dos cidadãos na política do país, maior controle dos governantes eleitos e amadurecimento da democracia, condições que infelizmente o Brasil ainda está engatinhando. Da mesma maneira, esta tese verificou em seus dados colhidos durante a pesquisa no Peru que a atuação da diplomacia brasileira é fortemente voltada para atender aos interesses das campeãs nacionais e aumentar sua internacionalização, principalmente tendo em vista a orientação do BNDES e MIDIC analisada neste capítulo – atuação que deve ser revisada diante dos resultados da operação Lava Jato noticiados no Brasil, no Peru e de maneira ampla internacionalmente em 2015.

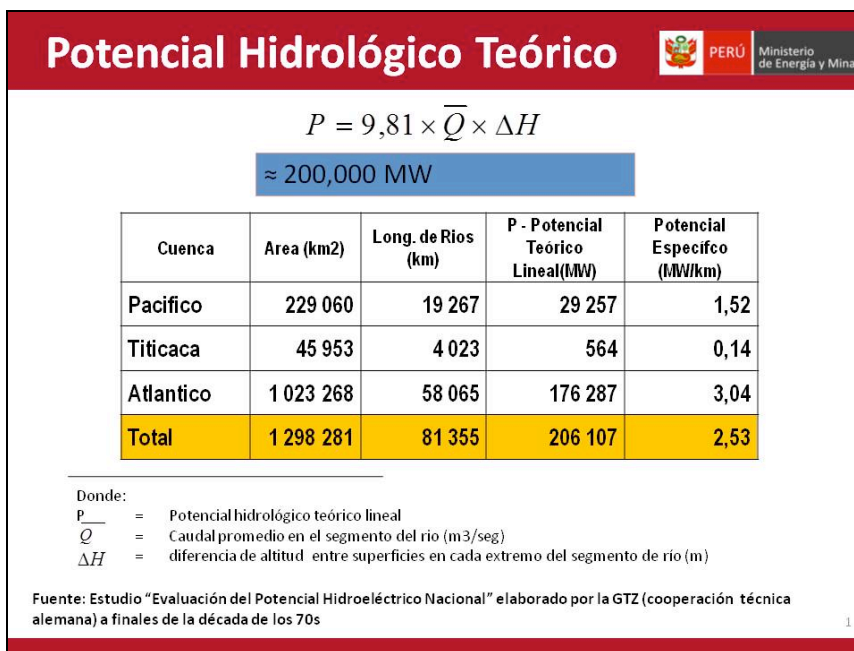
CAPÍTULO 3 - O ACORDO ENERGÉTICO BRASIL-PERU: HISTÓRICO, NEGOCIAÇÕES E PONTOS DE DISCÓRDIA

Este capítulo objetiva analisar a origem e contexto das negociações para integração energética Brasil-Peru, divergências diplomáticas assim como ao final das negociações, as cláusulas fundamentais finalmente acordadas. Para descrever e analisar a evolução das tratativas, foram utilizadas entrevistas, documentos formais assinados pelos governos e apresentações em powerpoint utilizados em dois seminários sobre integração elétrica Brasil-Peru organizados pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), UFRJ, financiados pela Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia.

Esta seção é fundamental para a compreensão dos capítulos seguintes 4 e 5 nos quais analisaremos a percepção da sociedade peruana sobre tais esforços de integração assim como sua resposta em forma de campanha contra o acordo energético.

3.1. Esforços para a Integração Energética Brasil-Peru: Dos estudos à elaboração do Tratado

As últimas décadas foram caracterizadas por um rápido processo de ocupação da Amazônia peruana, através da implementação de infra-estrutura viária, exploração petrolífera e aurífera e forte expansão das atividades agropecuárias e florestais. Durante este processo, verificou-se a oportunidade para exploração de potencial hidroelétrico da Amazônia Peruana através de estudos desenvolvidos nos anos 1970 pela empresa *Lahmeyer-Salzgitter* e financiados pela cooperação alemã (então *GTZ*) e pelo *Banco Mundial*. O estudo revelou que existe aproximadamente 200 mil MW disponível para ser explorado de potencial energético dos rios, conforme a seguir demonstrado pelo então Vice Ministro de Energia y Minas do Peru Daniel Camac durante *Seminário Internacional de Integracion Energetica Peru-Brasil*, realizado em maio de 2009 no Rio de Janeiro pela Gesel:



Fonte: MINEM, 2009.

Figura 3. Potencial hidrológico teórico do Peru.

Diante da magnitude de potencial e o fato do Peru ter baixa demanda (uma média de 5.8000 MW) e usar predominantemente o gás para geração de eletricidade, cujas jazidas estão longe do esgotamento, se tornou evidente que o país não utilizaria este potencial tão cedo. De acordo com o modelo de economia aberto voltada para o mercado e com pouca intervenção do Estado na economia, reforçado nas gestões presidenciais de Toledo e Alan Garcia, este potencial de recurso natural energético pode ser tratado como uma commodity que pode ser vendida a interessados desde que a operação seja feita com expertise e traga recursos financeiros incluindo receita de impostos ao país⁹².

Apesar da oportunidade de estreitar consistentemente a cooperação energética com Lima ser vislumbrada desde o início da década de 1990⁹³, o ponto de partida para as análises realizadas

⁹² Conforme entrevistas conduzidas com o atual e ex-vice ministro do Ministério de Minas e Energia do Peru.

⁹³ Conforme extensivo levantamento histórico realizado pelo pesquisador Prof. Dr. Fábio Queiroz (QUEIROZ, 2011, p. 332), verifica-se que: "Em 1991, o embaixador Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro endereçou ao Itamaraty um ofício com detalhes sobre os planos de expansão do setor elétrico no país. Ressaltava que, na busca desse intento, o Governo pretendia conduzir, em parceria com o setor privado, sete projetos: as centrais hidrelétricas de Gallito Ciego, Jicamarca, El Platanal, Mayua, Huaura, San Gabán e Cayacuyan. Apesar da iniciativa de abrir espaço para o capital privado, o embaixador Leite Ribeiro avaliou como sendo pouco provável haver qualquer interesse do empresariado local nos projetos, ainda que com suporte financeiro internacional. Isso porque o país vinha atravessando uma crise no consumo de energia que repercutiu negativamente em toda a cadeia produtiva. Como dissera à época o então Ministro de Minas e Energia do Peru, Fernando Sánchez Albavera, era

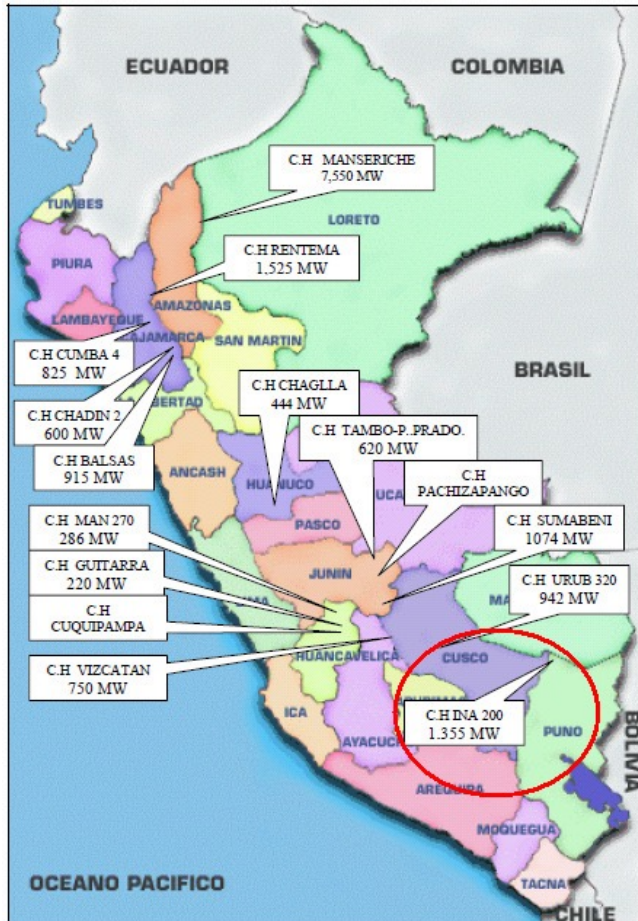
nesta tese das negociações formais entre Peru e Brasil voltadas para a obtenção do Acordo Energético Brasil Peru se iniciou em 2006⁹⁴. O primeiro documento firmado é um Memorando de Entendimento assinado em Brasília em 9 de novembro de 2006 para o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração entre os ministérios de minas e energia de ambos os países. Este memorando *já previa a permissão ao Brasil para estudar, financiar, construir e operar até seis grandes hidroelétricas em território peruano para abastecer suas necessidades de energia, comprando do Peru grande parte da energia produzida.*

Dando prosseguimento as negociações, criou-se, em 2007, o “*Grupo de Trabalho Ad Hoc de Integração Energética*”, com a incumbência de preparar uma proposta de convênio bilateral para desenvolver estudos sobre o potencial de integração energética e sobre os projetos hidrelétricos para a exportação de energia elétrica do Peru ao Brasil.

Ainda no final de 2007, o Ministerio de Energía y Minas (MINEM) do Peru elaborou um estudo que apresentava as centrais hidrelétricas com potencial de exportação para o Brasil. Os 15 projetos de centrais hidrelétricas deste estudo podem ser visualizados no mapa 4 abaixo e no círculo vermelho, verifica-se o projeto “C.H. INA 200” que, nos anos 2000, deu origem ao denominado Projeto da Central Hidrelétrica de Inambari, um dos maiores em termos de potencial de geração de eletricidade e ao mesmo tempo o mais próximo da fronteira com o Brasil.

muito preocupante o fato de que o consumo energético no país fosse de apenas 512 quilowatts/hora per capita, praticamente o mesmo nível registrado dezessete anos antes, em 1974. Vislumbrando um terreno fértil para a consecução dos interesses nacionais, Leite Ribeiro solicitou ao MRE que divulgasse estas notícias a potenciais interessados no Brasil, sobretudo a empresas como Mendes Júnior, Geotécnica e Odebrecht. Voltando ao quadro atual, vê-se que, essencialmente, pouco mudou quanto à situação descrita por Leite Ribeiro dezoito anos atrás. O Peru não dispõe dos recursos financeiros necessários para executar grandes projetos hidrelétricos sozinho e sua atual demanda por energia - 4.200 MW no ano de 2010 - ainda é insuficiente para consumir no curto e médio prazo os cerca de 7.000 MW iniciais a serem gerados a partir das hidrelétricas aventadas.”

⁹⁴ Vide adiante a Tabela 8: Cronograma dos passos do Acordo energético Peru-Brasil. Esta data é de quando a pesquisadora conseguiu obter os primeiros documentos das negociações – obtidos em Lima.



Fonte: MINEM, 2009.

Mapa 5. Peru: Localização de Projetos das Hidroelétricas (C.H.) com potencial de exportar eletricidade para o Brasil.

Dentre as aproximadamente trinta e cinco hidrelétricas sendo planejadas e/ou sendo construídas no Peru (as chamadas “centrais de geração” pelo Acordo), cinco delas possuem potencial para exportar eletricidade ao Brasil e portanto estariam sob as regras deste acordo.

Dentre os projetos mencionados, Inambari foi resgatado e posteriormente inserido nas negociações de integração energética entre os dois países no âmbito da celebração do acordo bilateral. A pesquisadora Vanessa Cueto LA ROSA confirma o resgate do caso da hidrelétrica de Inambari, a terceira maior em termos de potencial de geração de eletricidade em MW:

“Este proyecto [Central Hidroeléctrica Inambari] data de los años 70 cuando la Dirección de Electricidad del Ministerio de Energía y Minas, con apoyo de la Cooperación Técnica Alemana (GTZ), realizó la Evaluación del Potencial Hidroeléctrico Nacional, eligiendo al río Inambari (Puno, Cusco y Madre de Dios) como uno de los posibles ríos en donde se podrían implementar hidroeléctricas. Es así que con el pasar de los años este proyecto fue rescatado e insertado en las negociaciones del Perú y Brasil.” (LA ROSA, 2011, p. 32, grifos nossos).

Em 17 de maio de 2008, foi assinado o *Convênio de Integração Energética* entre os Ministérios de Energia e Minas (MINEN) do Peru e o do Brasil (MME), na cidade de Lima cujos principais objetivos foram *desenvolver estudos sobre o potencial de integração energética entre os países, avaliar projetos hidrelétricos para a exportação de energia do Peru para o Brasil e o marco normativo regulatório de cada país, examinar a implementação de projetos de conexão transfronteiriços.*

Posteriormente, os então presidentes Alan García e Luis Inácio Lula da Silva assinaram em 28 de abril de 2009, os “Memorando de entendimento para apoio de Estudos de Interconexão Brasil Peru” entre MINEM e MME com o *objetivo de desenvolver estudos de viabilidade para a interconexão elétrica entre os países para exportação de energia do Peru para o Brasil e para o abastecimento de energia elétrica ao mercado peruano relacionados aos projetos hidrelétricos que se determinem como prioritários pelas Partes, vinculados ao Convenio de Integração Energética firmado em 17 de maio de 2008.* Tal memorando, entre outros protocolos que preveem o Acordo de integração econômica e social entre o Brasil e o Peru, ficou conhecido como o “Compromisso de Rio Branco”. (VENTURA, 2009, slide 16).

Para a condução dos estudos de viabilidade foram constituídos os seguintes Grupos de Trabalho:

1-) GT A – para desenvolver estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos de geração;

2-) GT B – para analisar os requisitos legais e regulatórios da importação de energia elétrica pelo Brasil. (VENTURA, 2009)

Com isto, foi lançada formalmente, a proposta que culminou no avanço do planejamento das hidrelétricas de reservatórios nos rios da Amazônia alta peruana⁹⁵ para construção.

⁹⁵ Região entre os Andes e abaixo Amazônia.

Arguimos que as empresas brasileiras *Eletrobrás, Engevix, Furnas, Andrade Gutierrez e Odebrecht* já estavam completamente envolvidas nestas tratativas a esta altura das negociações e antes da assinatura do Acordo em 2010⁹⁶. Esta forte participação é facilmente comprovada, pois elas já estavam compromissadas através de um consórcio entre elas para a elaboração dos “*Estudios de Prefactibilidad*” iniciados em 15 de maio de 2009⁹⁷. Tal estudo é exigido pela legislação peruana para projeto hidrelétricos e foram conduzidos para o projeto Paquitzapango e outros quatro projetos (ELETROBRÁS, 2009). Desta maneira, verifica-se que o memorando assinado em 28 de abril de 2009 acima mencionado, “Memorando de entendimento para apoio de Estudos de Interconexão Brasil Peru” com o *objetivo de desenvolver estudos de viabilidade para a interconexão elétrica* foi o documento que forneceu a segurança institucional por parte de ambos governos às empresas para prosseguirem com a elaboração de tais estudos. Por orientação do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia estes estudos de viabilidade seriam coordenados pela Eletrobrás (VENTURA, 2009, slide 14). A seguir a Eletrobrás mostra em sua apresentação tal consórcio no seminário sobre a integração:

⁹⁶ Entrevistas dão conta que representantes da Andrade Gutierrez, por exemplo, participavam de reuniões entre os diplomatas dos dois países.

⁹⁷ Tal hipótese também é corroborada pelo Informante 2 em entrevista realizada no dia 4 de agosto de 2014 em Lima. Além disso, a pesquisadora teve acesso a atas de algumas reuniões organizadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME sobre a Interligação Brasil-Peru com a participação de representantes das empresas OAS, Furnas.



Fonte: ELETROBRÁS. 2009b.

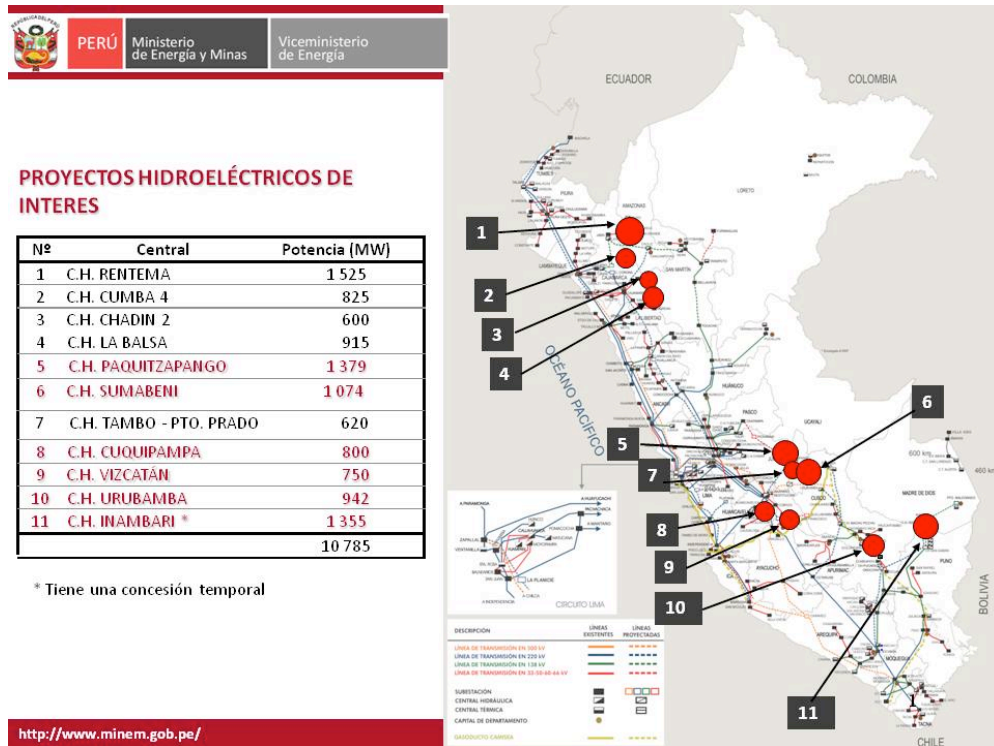
Figura 4 Empresas do Consórcio para elaboração dos estudos de viabilidade com estudos já iniciados.
Interesse Peruano em exportar eletricidade ao Brasil

Em maio de 2009 na gestão de Alan Garcia, foi realizado o *Seminario Internacional de Integración Energética PERÚ – BRASIL* pelo GESEL-Grupo de Estudos do Setor Elétrico-UFRJ em que os atores de ambos governos, BNDES e numero restrito de representantes da academia puderam apresentar seus pontos de vista. Neste seminário, Daniel Camac, então Vice Ministro de Energía do MINEM deixou inequívoco o interesse do então governo peruano em avançar nas negociações para celebração do Acordo Energético conforme a seguir revelada em sua apresentação.

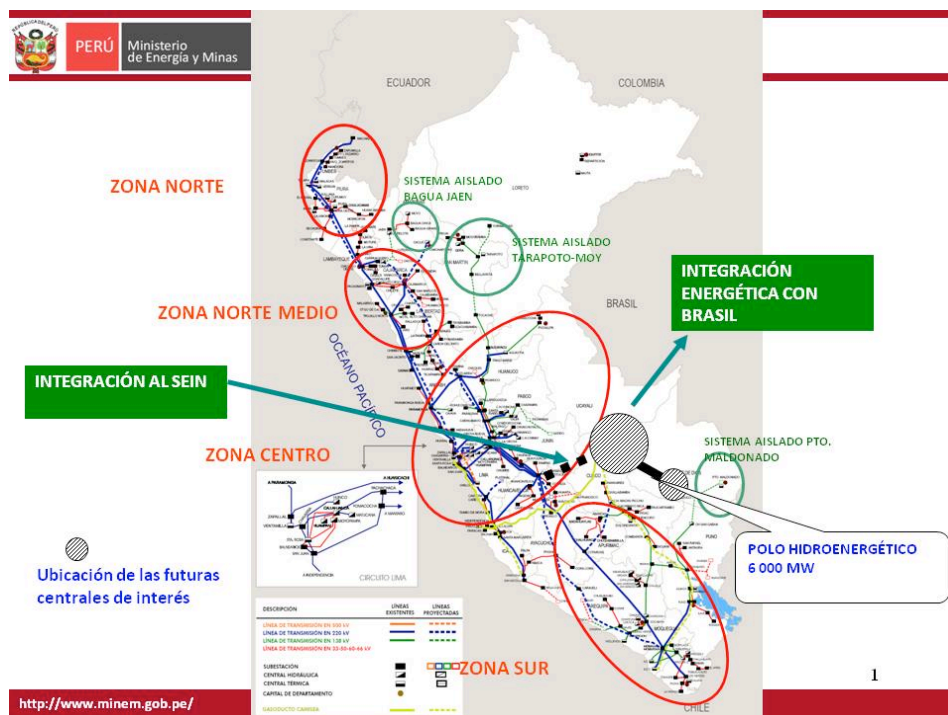
“Es interés de este Ministerio, impulsar la construcción de proyectos hidroeléctricos ubicados al lado oriental de la Cordillera de los Andes, a fin de desarrollar y utilizar el gran potencial hidroeléctrico con que cuenta el Perú. Este recurso renovable es escasamente aprovechado (5%). Por la gran magnitud de los proyectos, resultan altamente atractivos no solo para alimentar la demanda de Perú, sino también la demanda de energía eléctrica de Brasil.”

DANIEL CAMAC GUTIÉRREZ, Vice Ministro de Energía
Seminario Internacional de Integración Energética PERÚ – BRASIL,
Mayo, 2009 (CAMAC, 2009, grifos nossos)

A seguir, Camac aponta quais seriam os projetos hidrelétricos que o Peru possui interesse em inserir no Acordo de Integração Energética com o Brasil (na tabela os números 5, 6, 8, 9, 10 e 11):



Mapa 6. Projetos Hidrelétricos de Interesse.
Fonte: MINEM. 2009



Mapa 7. Localização do polo hidroenergético para integração energética com Brasil.
 Fonte: MINEM. 2009.

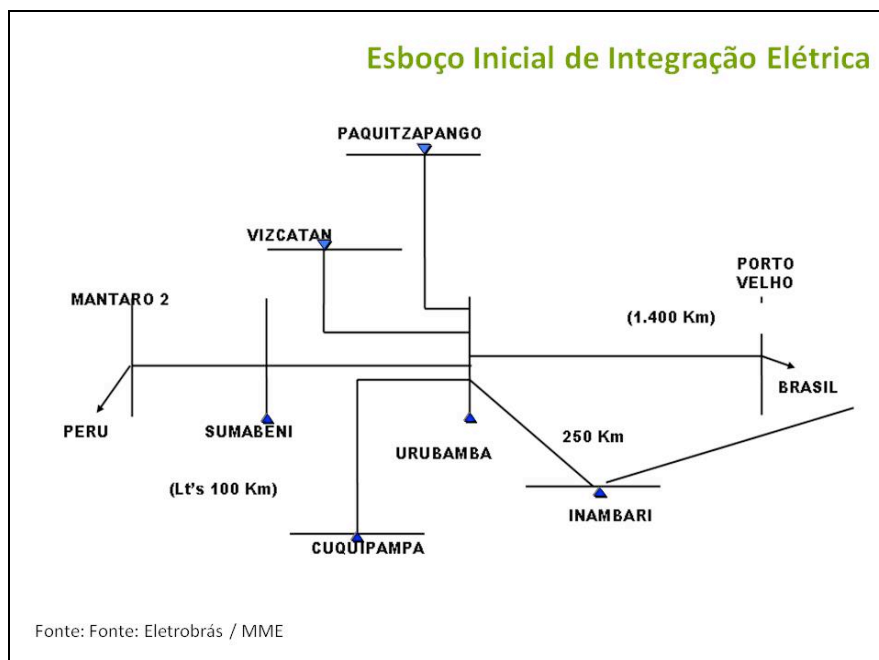
No mapa 6 acima Camac ilustra a localização dos projetos de hidrelétricas do Acordo de integração energética com o Brasil (círculos listados de preto) e a primeira linha de conexão dentro do território peruano para unir com Inambari e posteriormente com o território brasileiro.

Arguimos que a pessoa de Daniel Camac na posição de vice ministro de energia de Alan Garcia, profundo conhecedor do tema de hidrelétricas e do Brasil⁹⁸, entusiasta e promotor da ideia a integração, foi fundamental para angariar esforços e aliados para promoção da assinatura final do acordo. Hoje ele trabalha como gerente comercial de operações de eletricidade no escritório de Lima da empresa brasileira GDF Suez, uma das maiores empresas de energia⁹⁹.

⁹⁸ Vale observar que o Sr. Daniel Camac morou aproximadamente 10 anos no Brasil, conduzindo seu doutorado na PUC RJ e posteriormente trabalhos de consultoria em energia no Rio de Janeiro desta maneira construindo relações muito próximas com o Brasil.

⁹⁹ CAMAC concedeu duas entrevistas à autora desta tese em Lima.

Verificou-se na apresentação de Hermes Chipp, diretor geral da ONS no Brasil, que as linhas de transmissão seriam construídas da seguinte maneira:



Fonte: CHIPP, 2009.

Figura 5 Sistemas Elétricos e Integração Energética.

Posteriormente, se deu um compromisso pelos Presidentes dos Estados realizado em 11 de dezembro de 2009 em Lima, que encarregou os respectivos setores energéticos de ambos os países a responsabilidade de apresentar um *projeto de Acordo que promova o desenvolvimento de centrais de geração hidrelétrica em território peruano para a produção de energia elétrica para atender a demanda do território peruano e exportação para o Brasil*. Inúmeras comunicações com o objetivo de elaborar a proposta do tratado internacional foram trocadas e na Tabela 9 se encontra uma sequência cronológica das ações realizadas para obtenção do Tratado Energético Brasil-Peru. (LA ROSA 2011, p.37):

Data	Processo de Aprovação do Convênio
09/11/2006	Memorando de Entendimento para criar a Comissão Mista Permanente para estabelecer um programa de cooperação em matéria energética, geológica e mineira entre o MINEM do Peru e o MME do Brasil.
08/01/2007	RM 009-2007-MEM/DM, o MINEM criou uma Comissão Permanente em Matéria Energética, Geológica que tinha como função implementar o memorando de entendimento.
28/08/2007	Comunicado Conjunto I Reunião da Comissão. Cria-se o Grupo de Trabalho <i>Ad Hoc</i> de Integração com o objetivo de preparar uma proposta de convênio bilateral para desenvolver estudos sobre o potencial de integração energética incluindo projetos hidroelétricos com a finalidade de exportar energia elétrica do Peru para o Brasil.
Novembro de 2007	A DGE do MINEM apresentou o informe final "Elaboración de Resúmenes Ejecutivos y Fichas de Estudios de Centrales Hidroeléctricas con Potencial para la Exportación a Brasil", que informa sobre os projetos de 15 centrais hidroelétricas com potências maiores de 200MW, as que somariam uma potência instalada de 19.285MW.
15/05/2008	Convênio de Integração Energética entre Peru e Brasil. Enumeram-se os objetivos do potencial Convênio de Integração Energética, se avaliam os projetos de exportação de energia do Peru ao Brasil, entre outros (Art. I), se indica quem pode participar do Grupo de Trabalho (Art. II), frequência das reuniões, custos, intercâmbio de informação, limites dos grupos de trabalho, validade do convênio, término, entre outros. (Vigência de cinco anos).
21/07/2008	Minuta da Reunião das Delegações do Peru e do Brasil. Contem o Acordo das delegações do Peru e do Brasil sobre a conformidade das duas delegações Grupo A para ver os aspectos técnicos dos projetos e o Grupo B que se encarregará de ver os aspectos regulatórios e normativos para preparar um projeto de convênio; além disso, também serão designados coordenadores e mencionam os interesses da ELETROBRÁS.
28/04/2009	Memorando de Entendimento para o Apoio aos Estudos de Interconexão. Contem o objetivo que é o desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a Interconexão Elétrica entre o Peru e o Brasil, trata também sobre os coordenadores de ambas as partes, prazo contido do Plano de Trabalho, entre outros.
17/07/2009	Ofício nº 226-2009-MEM/VME dirigido ao MME do Brasil. Anexa-se ao Ofício dirigido ao MME do Brasil, a proposta do MINEM do Peru sobre temas relevantes para o Tratado de Interconexão Elétrica Peru-Brasil.
07/08/2009	Ata da Primeira Reunião Ministerial de Acordo ao Memorando de Entendimento.
22/09/2009	Ofício nº 142/SPE/MME dirigido ao MINEM do Peru. Sustentação da obrigatoriedade da aprovação da Proposta Acordo para a Oferta de Eletricidade ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil por parte do congresso peruano. Trata sobre temas relevantes para o Tratado de Integração Energética entre o Brasil e o Peru.
10/10/2009	Ata de Reunião sobre a criação de sub Grupo de Trabalho. Criação de sub Grupo de Trabalho para Estudos referentes à quantidade de energia que poderia ser destinada ao sistema peruano com base nas centrais hidroelétricas que poderiam

	interno na fase de consultas aos diversos setores e dependências envolvidas na matéria do referido Acordo, a fim de elaborar a documentação pertinente que sustentará sua aprovação e/ou ratificação e cujo prazo é indeterminado por ser um processo que envolve diversos elementos.
11/01/2011	Decreto de Urgência nº 001-2011. Mediante o qual se ditam as medidas extraordinárias a serem aplicadas durante 2011, para facilitar a promoção do investimento privado em determinados projetos de investimento, parcerias público-privadas e concessão de obras públicas de infraestrutura e de serviços públicos.
16/01/2011	RM nº 018-2011-MEM/DM. Criação de comissão para tratar de aspectos contemplados no Acordo Energético Peru-Brasil.

Fonte: LA ROSA, 2011, p. 37-39, *apud* CAMPOS, A, 2011.

Tabela 8: Cronograma dos passos do Acordo energético Peru-Brasil.

Importante lembrar que estas negociações foram guardadas em sigilo pelos atores envolvidos, tanto por parte do governo brasileiro e peruano quanto pelas empresas. A sociedade civil peruana e brasileira e grupos potencialmente afetados pelas cinco hidrelétricas de interesse, somente obtiveram informações a respeito após a assinatura do Tratado de integração em 16 de junho de 2010, pelo rádio ou por jornais do Peru.

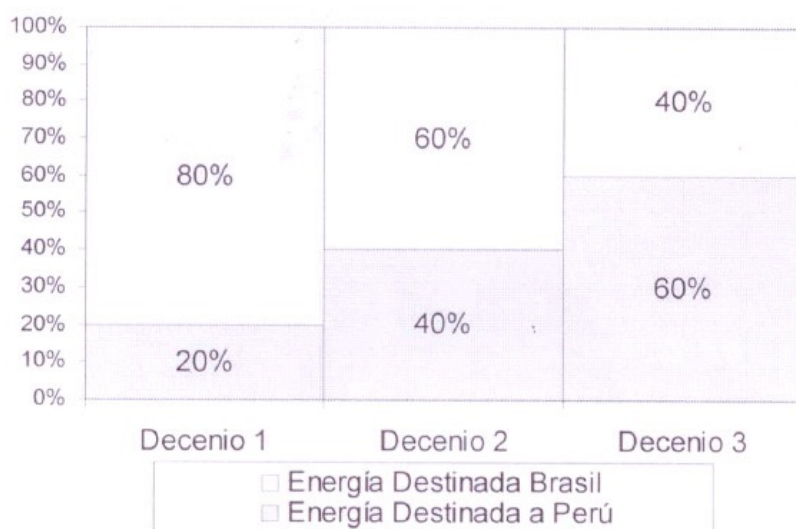
Quantidade de Eletricidade a ser exportada ao Brasil e escolha das Centrais Hidrelétricas

Quanto aos estudos referentes ao Acordo assinado entre o Peru e o Brasil, inicialmente o MME brasileiro (2009) indicava que o montante total de potências efetivas de todas as centrais hidrelétricas que seriam desenvolvidas a partir dele seria de *20.000 MW*. Entretanto, de acordo com La Cruz (2010), devido a vários questionamentos, especialmente por parte da sociedade civil peruana e por parte do Colégio de Engenheiros do Peru, o acordo energético assinado no dia 16 de junho de 2010, estabeleceu que o Peru irá exportar para o Brasil *6.000 MW*, com uma tolerância de 20% para mais, o que resultaria em no máximo *7.200 MW*. De acordo com o MME (2009), os primeiros estudos que seriam realizados sobre os aproveitamentos de potenciais hidrelétricos do Peru seriam Inambari, Paquitzapango, Mainique 1, Tambo 40 e Tambo 60, com previsão de conclusão da viabilidade até 2010 e implantação até 2016. Em contrapartida, para a

Eletrobrás, os primeiros projetos a serem estudados seriam Inambari, Paquizapango, Sumabeni, Urubamba, Vizcatan e Cuquipampa. A diferença entre as diferentes versões (do MME Brasileiro e da Eletrobrás) dos aproveitamentos de potenciais hidrelétricos em desenvolvimento de estudos se dá, provavelmente, em virtude dos debates e das críticas que tais projetos já começavam a sofrer internamente no Peru. (Campos, A. 2011)

3.1.1. Propostas para exportação de eletricidade ao Brasil: Pontos de Discórdia e Conflito Regulatório

A primeira proposta do MINEM ao MME referente à quantidade de eletricidade a ser exportada na integração energética Peru- Brasil foi enviada em julho de 2009 no anexo do Ofício no 226-2009-MEM/VME, propondo que a energia de cada central hidrelétrica em território peruano seria enviada ao mercado brasileiro de forma escalonada: 80% da produção de cada central durante os dez primeiros anos de vigência do Acordo, 60% durante o segundo decênio e 40% durante os últimos dez anos (Figura 6 abaixo). A diferença seria destinada ao mercado peruano, sendo que ao concluir o prazo de concessão de 30 anos, 100% da produção seria destinado ao mercado peruano. Adicionalmente, o Ofício mostra que as potências efetivas de todas as centrais hidrelétricas que fossem desenvolvidas no marco do Acordo Peru-Brasil seriam no mínimo de 2.000MW e no máximo de 6.000MW. A proposta peruana de fixação e escalonamento de exportação ao Brasil está demonstrada abaixo:



Fonte: MINEM. 2009b.

Figura 6 (Acima). Proposta peruana de percentuais de eletricidade destinada ao Brasil ao longo das três décadas (claro Brasil e escuro Peru)

Porém, estes percentuais decrescentes foram questionados pelo Brasil porque o modelo de comercialização de energia elétrica para o mercado regulado brasileiro (contratação de energia nova pelas distribuidoras) requer uma quantidade constante de energia firme pelo prazo de 30 anos (AVANZINI,2010, p.49). Este foi sem dúvida uma das maiores batalhas diplomáticas a vencer para chegar a assinatura do convenio. Sem obter um consenso, a versão assinada não menciona quantidade mínima nem máxima de eletricidade a exportar ao Brasil ao longo do tempo, determinando porém, uma sequencia de prioridades no abastecimento.

A cláusula 3, “b” do acordo determina que a partir da geração, o fornecimento de eletricidade será oferecido segundo a seguinte ordem de prioridade:

1) Oferece ao mercado regulado peruano. Caso houver sobras de eletricidade, passa para a 2ª prioridade:

2) Oferece ao mercado livre peruano. Caso ainda houver sobras de eletricidade, passará a ser ofertada a 3ª prioridade:

3) Oferece à exportação ao Brasil *pelo prazo de 30 anos*.

A forma de determinação da quantidade de potência e energia elétrica associada de cada uma das Centrais de Geração que será comprometida com cada um destes três mercados está estabelecida no item “c” da cláusula 3.

Veremos o texto assinado:

Artigo 3

Marco geral

As Partes acordam em estabelecer o seguinte marco geral para desenvolver a infraestrutura de geração hidrelétrica localizada em território peruano, doravante denominada “Centrais de Geração”, e de transmissão de energia elétrica associada, doravante denominada “Linhas de Transmissão”:

- a) a capacidade acumulada de todas as Centrais de Geração que possam ser comprometidas com a exportação ao Brasil será, no máximo, de 6.000 MegaWatts (MW), com tolerância de 20%;
- b) a potência e a energia elétrica associada de cada uma das Centrais de Geração, destinadas ao atendimento das necessidades do mercado elétrico peruano e à exportação de excedentes ao mercado elétrico brasileiro, serão comprometidas conforme a seguinte ordem: (i) o Mercado Regulado peruano, (ii) o Mercado Livre peruano e (iii) o Mercado brasileiro;
- c) para determinar a quantidade de potência e energia elétrica associada de cada uma das Centrais de Geração que será comprometida com cada um dos mercados referidos na alínea “b” do presente Artigo, proceder-se-á conforme o seguinte:
 - i. os titulares dos projetos das Centrais de Geração fornecerão ao Ministério de Energia e Minas da República do Peru as informações técnicas relativas aos projetos na forma e no prazo definidos por esse Ministério;
 - ii. o Estado peruano, antes de outorgar a concessão definitiva, estabelecerá, com base em estudos e relatórios, a quantidade de potência e de energia elétrica associada que será destinada ao Mercado Regulado peruano e seus respectivos preços, por período de trinta (30) anos;

- iii. os titulares dos projetos das Centrais de Geração realizarão processos de oferta pública com o objetivo de determinar a quantidade de potência e de energia elétrica associada que será comprometida com o Mercado Livre peruano, conforme procedimento estabelecido pelo Estado peruano;
- iv. definidas as potências e energia elétrica associada que serão destinadas aos Mercados Regulado e Livre peruanos, bem como os respectivos preços e a expectativa de preços de exportação, os projetos somente serão implementados caso tenham comprovada a sua viabilidade técnica, econômica e socioambiental;
- v. a partir da quantidade de potência e energia elétrica associada comprometida com o mercado peruano, segundo o disposto nas subalíneas “ii” e “iii” da presente alínea, o Estado peruano definirá os excedentes de potência e energia elétrica associada, valores estes que constarão dos contratos de concessão das Centrais de Geração, que serão mantidos fixos por prazo de trinta (30) anos e poderão ser comprometidos com a exportação para o mercado brasileiro por igual período, contado do início do suprimento ao Brasil. O compromisso deverá ser comunicado ao Estado brasileiro por via diplomática;
- vi. os concessionários das Centrais de Geração, por meio de agente de exportação ou importação de energia elétrica do mercado brasileiro, poderão comercializar nos leilões de compra de energia elétrica no Mercado Regulado brasileiro, por período de trinta (30) anos, conforme regulamentação e exigências do processo licitatório, até o limite da quantidade de potência e energia elétrica associada definida de acordo com a subalínea “v” da presente alínea e ratificada pelo Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, em função dos estudos de viabilidade da importação de potência e energia elétrica associada;
- vii. o Comitê de Operação Econômica do Sistema Elétrico Interconectado Nacional do Peru, doravante denominado “COES”, determinará a execução das Centrais de Geração de modo a garantir os valores de potência e energia elétrica associada comprometidos com a exportação para o Brasil;

- d) Para desenvolver, construir e operar as Centrais de Geração e as Linhas de Transmissão localizadas no território peruano será necessário obter do Estado peruano concessões de geração hidrelétrica e de transmissão, as quais serão outorgadas por um prazo de trinta (30) anos, mais os anos necessários para a construção da Central. Quando do vencimento desse prazo, em conformidade com os respectivos contratos de concessão, os direitos ao uso da eletricidade e a propriedade da infraestrutura deverão ser transferidos ao Estado peruano, sem custo algum;

- e) Os custos das instalações de transmissão que sejam construídas para conectar as Centrais de Geração com o sistema elétrico brasileiro, bem como o custo decorrente do uso do sistema de transmissão brasileiro, serão assumidos pelo vendedor no leilão de compra de energia elétrica para o mercado brasileiro, conforme tratamento do Sistema Interligado Nacional do Brasil;
- f) O custo das instalações de transmissão que sejam construídas para conectar as Centrais de Geração com o sistema elétrico peruano será assumido pelo mercado elétrico peruano, conforme o tratamento do Sistema Garantido de Transmissão do Peru;
- g) Os titulares das Centrais de Geração e Linhas de Transmissão estarão sujeitos aos mesmos encargos e obrigações aplicados aos demais geradores e transmissores no Peru; e
- h) As alíneas do presente parágrafo serão cumpridas sem prejuízo das condições definidas no Artigo 9 do presente Acordo.

Aqui há de se fazer uma importante observação em termos de diferença de regulação do setor elétrico entre os dois países. Se por um lado, para fins de segurança energética de longo prazo, o Brasil desenvolveu uma Lei de Concessões Elétricas que exige a garantia de um fornecimento pelo gerador de eletricidade por um prazo de 30 anos para um determinado concessionário; por outro lado, a Lei de Concessões Elétricas e a Constituição Política peruanas deixam o mercado livre para determinar o destinatário daquela eletricidade e o prazo de concessão.

Desta maneira, o Estado peruano não tem a competência legal para determinar que uma certa quantidade de eletricidade gerada nos projetos no âmbito do Acordo seja destinada ao mercado brasileiro de eletricidade. Esta diferença exige que, para a implementação do acordo, *seja necessária uma reforma legal no Estado Peruano e/ou no Estado Brasileiro*, condição dificilmente de ser cumprida nas atuais circunstâncias políticas dos países em questão conforme se verificará na seção 4.5. referente aos Fatores Conjunturais mais adiante.

De acordo com cláusulas acima¹⁰⁰, ficou acordado que a quantidade de excesso de eletricidade deve ser pré-estabelecida a cada geração de energia. Este pré-estabelecimento de quantidade de eletricidade para exportação é um dos principais obstáculos para ratificação no Congresso do Peru. Os congressistas da *Comission de Relaciones Exteriores*, liderada por Martin Belaunde, argumentam que não é possível pela legislação peruana obrigar uma empresa, nas regras do livre mercado, a vender seu produto para um determinado comprador, muito menos pelo prazo de 30 anos. Argumentam que este pré-estabelecimento fere a constituição peruana e seus preceitos fundamentais sobre a ordem econômica do Estado. Isto representa um potencial problema para o Peru pois limita o uso de seu potencial se houver demanda. Se a demanda peruana crescer durante o período em que a quantidade de excesso de eletricidade para exportação já havia sido determinada, o Estado peruano pode ficar “preso” a 30 anos de comprometimento de exportações de eletricidade ao Brasil de uma quantidade pré-fixada. Se isto ocorrer, não há cláusula no acordo prevendo uma solução para o problema peruano. Há apenas uma cláusula de emergência no caso de crise hídrica, as partes vão combinar como proceder. A análise aprofundada desta questão é encontrada no capítulo 5 na discussão do “*Dictamen*” (parecer, vide item 5.2) sobre o Acordo Energético emitido pelo Congresso peruano, que, por esta e outras razões, determinou o arquivamento do Acordo em maio de 2014.

Em 2010, antes do Acordo Peru-Brasil ter sido firmado, verificaram-se três documentos neste processo de negociação: a Nota nº 5-2-M/055 de 17 de fevereiro, o Proceso de Negociación Perú-Brasil nº 144 de 12 de março e a Revisión de 03 de maio. Por fim, o *Acuerdo para El Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil* foi assinado em 16 de junho de 2010 pelos ministros de energia e minas de ambos¹⁰¹, e desde então encontra-se em discussão, no Peru, no Congresso da República, como Proyecto de Ley (PL) nº 4750/2010-PE para sua ratificação. No Brasil, a Casa Civil não chegou a enviar ao Congresso Nacional para apreciação, sendo devolvido ao Itamaraty onde se encontra arquivado.

Dentre os pontos de questionamento de tal Acordo no Peru a serem analisados no capítulo 4 (seção 4.3.2.), encontra-se a necessidade de *possíveis mudanças no marco regulatório peruano para se adequar ao brasileiro*, no caso da venda para o mercado regulado brasileiro dos

¹⁰⁰ Principalmente o item “v” da alinha “c” da cláusula 3.

¹⁰¹ Ao contrario de como saiu nas fotos jornais, o acordo não foi assinado pelos presidentes, mas sim por seus ministros. (CASTRO, MARIANO, 2014)

excedentes de energia elétrica gerada. Como veremos neste capítulo, setores da sociedade peruana questionaram a real necessidade destes projetos para o mercado elétrico peruano, uma vez que no Peru ainda não há esta tamanha demanda de eletricidade. Até o momento da assinatura do Acordo, não havia sido estabelecido uma projeção adequada da demanda de energia elétrica e há outras possibilidades de geração com menores impactos ao meio ambiente e às sociedades locais. Ao final de 2014, a situação das centrais hidrelétricas apresentadas como possíveis exportadoras de excedente de energia para o Brasil pode ser vista na tabela 10 abaixo.

Conforme se desprende da análise da coluna *status* da tabela, *todos os projetos estão paralisados*, o que evidencia a insegurança jurídica do Acordo e o grande risco de investimento que as empresas brasileiras e o Estado Brasileiro incorreram desde o início das tratativas. Os capítulos 4 e 5 analisarão os argumentos e resultados da campanha transnacional contra o Acordo Energético.

As linhas de transmissão correspondentes que seriam integradas ao sistema interligado nacional (SIN) brasileiro são de extensão de aproximadamente 4 mil km (vide Mapa 8 abaixo).



Fonte: Adaptação de Eletrobrás, 2012.

Mapa 8. Localização das hidrelétricas escolhidas para exportação de energia ao Brasil e indicação do local de interconexão

Tabela 9: Status dos projetos hidroelétricos previstos no Acordo de Integração energética Brasil-Peru na Amazônia Peruana. (Fonte: Desenvolvimento próprio.)

Empreiteira Brasileira envolvida	Hidroelétrica	Localização	Status¹⁰²
Andrade Gutierrez, a Engevix e Odebrecht parceiras da Eletrobrás (Consórcio)	Tambo 60 (579 MW)	Rio Tambo, Junín, Amazônia Peruana	Sem licença (“concessão temporal”) Em terras do Povo Indígena Ashaninkas que rechaça o projeto.
	Tambo 40 (1.270 MW)	Rio Tambo, Junín, Amazônia Peruana	A Odebrecht se manifestou em novembro de 2011 desistir do projeto em virtude dos protestos de Povos Indígenas locais. Concessão temporal outorgada em 08/11/2010 localizado em zona de amortecimento da Reserva Comunal Ashaninka.
	Paquitzapango (2.200 MW)	Rio Ene, Junín, Amazônia Peruana	Em territórios do Povo Asháninka, com ações judiciais movidas por CARE (Central dos Ashaninkas do Rio Ene) em 2009, ante a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH). Declarou-se improcedente a renovação da concessão temporal.
	Mainique (607 MW)	Rio Urubamba, Cusco	Este projeto foi declarado incompatível pelo SERNANP ¹⁰³ . Concessão temporal anulada. Localizada na zona de amortecimento do Santuário Nacional Megantoni, 13 km aguas acima do Pongo de Mainique.
Construtora OAS Furnas e Eletrobrás, (consórcio).	Inambari (2.000 MW)	Rio Inambari, Puno, Amazônia Peruana	Suspensa pelo governo peruano (Puno) em junho 2011 em função de fortes protestos de comunidades locais. Concessão Temporal finalizada (2010), trâmite do EIA declarado em abandono.

¹⁰² O capítulo 9 analisa o *status* de cada projeto em detalhe.

¹⁰³ O *Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado - SERNANP*, é equivalente ao nosso Icmbio.

3.2. O Acordo Energético firmado entre Brasil-Peru em 16 de junho de 2010

Depois de aproximadamente treze anos desde os estudos de levantamento de potencial hidrelétrico, e aproximadamente quatro anos de tratativas¹⁰⁴ como constituição de grupos de trabalho, visitas de chefes de estado entre Brasil e Peru e negociações diplomáticas, em 16 de junho de 2010 foi assinado na cidade de Manaus, o acordo para fornecimento de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil pelo prazo de 50 anos¹⁰⁵ pelos Ministros de Energia do Brasil e do Peru (*“Acuerdo para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil”*). Segundo o seu artigo 2º, o objetivo do Acordo é *estabelecer o marco legal que promova o desenvolvimento de infra-estrutura necessária em território peruano para a produção de eletricidade destinada ao seu mercado interno e para exportação dos excedentes de potência e energia elétrica associada ao Brasil, viabilizando a ligação entre os sistemas interconectados nacionais das Partes*. O artigo 3º estabelece como referência geral para o desenvolvimento da infraestrutura localizada em território peruano, a capacidade acumulada de todas as Centrais de Geração que se podem comprometer para exportação ao Brasil, de no máximo 6.000 MW, mais uma tolerância máxima de 20%¹⁰⁶.

A respeito dos compromissos entre as Partes, o artigo 4º determina que o Peru implementará uma norma necessária para assegurar que a energia das Centrais de Geração designada para o mercado regulado peruano se distribua entre as empresas de distribuição de energia elétrica.

Em relação à suficiência de geração, o Peru se comprometeu a assegurar permanentemente uma margem de reserva não menor de 30% de maneira a dispor uma capacidade de geração para atender de forma segura seu mercado interno e compromissos de exportação. E para cumprir isso, o acordo diz que o *Ministério de Minas e Energia Peruano planejará as necessidades de abastecimento futuro e implementará as licitações para energia e potência que resultem necessárias para assegurar a construção da correspondente*

¹⁰⁴ A pesquisadora desta tese encontrou evidências escritas das tratativas apenas a partir de 2006 e principalmente no Peru. Em pesquisa nos Itamaraty houve dificuldade de acesso às correspondências do processo de negociação.

¹⁰⁵ Artigo 12 do Acordo.

¹⁰⁶ O que resulta em no máximo 7200 MW.

infraestrutura de geração, assim como as licitações adequadas entre as empresas de distribuição para o serviço público de eletricidade.

No tocante à cooperação técnica, o artigo 5º determina que as partes se comprometem a levar a cabo programas de cooperação nos campos de formação e capacidade profissional, intercâmbio tecnológico e assistência técnica especializada, orientados ao planejamento, desenvolvimento sustentável de projetos hidrelétricos, gestão integrada e sustentável de bacias, operação de sistemas elétricos interconectados entre outros para os quais, as partes designarão os recursos correspondentes.

3.3. Financiamento das Hidrelétricas no Peru

A combinação feita foi que as hidrelétricas serão construídas com capital brasileiro mediante capital privado, financiamento do BNDES e participação da estatal Eletrobrás, sendo que após o prazo de 30 anos, todas as instalações construídas, incluindo as linhas de transmissão, *terão a propriedade transferida para o governo peruano, sem custo financeiro*¹⁰⁷. Vale lembrar que este é um dos tantos motivos de crítica do Acordo pela sociedade e academia peruana, uma vez que uma hidrelétrica pode perder sua capacidade de geração de eletricidade pelo depósito de sedimentos nos reservatórios ainda mais se tratando de rios que veem dos Andes para Amazônia. Estes rios trazem grande numero de sedimentos dos Andes, que nutrem a fauna e flora da bacia amazônica (FINER, M. & JENKINS, C.N, 2011). Este argumento será melhor analisado no capítulo 4 a respeito dos argumentos utilizadas pela campanha transnacional contra o Acordo.

O custo total das cinco obras está orçado em aproximadamente 16 bilhões de dólares e o primeiro projeto selecionado é o do rio Inambari, na confluência dos Estados de Madre de Dios (fronteira com o Estado do Acre), Cuzco e Puno, o qual custaria aproximadamente quatro bilhões de dólares. Apenas para dar uma ideia do que se trata, Inambari seria, em termos de geração de energia, a maior barragem do Peru e a quinta maior da América Latina, com área de inundação de mais de 46.000 hectares (DOUROJEANNI, 2009¹⁰⁸).

¹⁰⁷ Conforme artigo 3, “D” do Acordo, vide pg. XX desta tese.

¹⁰⁸ O valor de 16 bilhões de dólares foi apenas encontrado no texto de Dourojeanni (2009) uma vez que o BNDES nem as empresas membros do consórcio de Inambari não disponibilizaram tais valores até a conclusão desta

3.4. Hidrelétrica Inambari e Impasses políticos

Esta é a hidrelétrica que está mais adiantada uma vez que todas fases técnicas de licenciamento já foram concluídas sendo que a potência gerada, segundo o Itamaraty, justifica custo de construção das 4 mil km de linhas de transmissão ao Brasil¹⁰⁹.

Porém, a resistência da sociedade local acompanhada pela campanha transnacional contra o Acordo desencadeou a decisão política de suspender o processo pelo governo do Departamento (Estado) de Madre de Dios. A obra havia tido a concessão temporal finalizada e apresentou ao MINEM o *Estudo de Factibilidadade* do projeto, sendo que as dimensões do projeto, os aspectos socioambientais, institucionais e regulatórios relevantes ainda continuam sendo discutidas. Segundo opinião do Itamaraty, o desfecho desta obra deverá seguir a resolução do caso de mineração de Conga¹¹⁰ que também conta com resistência local, conflitos, participação de empresas brasileiras e inclusive contaminação da água.

No texto abaixo, salienta-se que o Projeto Inambari encontra-se, desde 2011, suspenso, mas que deve ser retomado:

“Actualmente, el Proyecto de la Central Hidroeléctrica de Inambari se encuentra aparentemente suspendido. Aunque oficialmente esta información no ha sido confirmada, existen razonables indicios que dicho proyecto se llevará adelante. Un indicio de ello es el parcialmente derogado Decreto de Urgencia n° 001-2011, modificado por el Decreto de Urgencia n° 002-2011, que postergaba la realización del Estudio de Impacto Ambiental a un momento posterior a la entrega de la Concesión Definitiva. Dicho decreto que modificaba el artículo 25 numeral de la Ley de Concesiones Eléctricas, Decreto Ley n° 25.844, claramente allanaba el camino hacia la concesión definitiva del Proyecto Central Hidroeléctrica de Inambari a la Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur (EGASUR), que continúa realizando sus estudios ambientales, al margen que su concesión temporal ya haya caducado dado que la regulación eléctrica actual se lo permite.” (SANDOVAL, 2011, p.13).

Segundo a professora Adriana Fiorotti Campos, o processo não está indo em conformidade com o marco regulatório peruano, quanto aos prazos e as exigências estipuladas na *Ley de Concesiones Eléctricas* (norma sobre os procedimentos estabelecidos para a outorga de

pesquisa.

¹⁰⁹ Segundo entrevistas realizadas com o diplomata brasileiro Cesar Buonamigo que participou do processo de negociação no Peru e Samuel Pinheiro Guimaraes, em 2012.

¹¹⁰ A análise do conflito de Conga se encontra no capítulo 8 referente a Fatores Conjunturais.

concessões elétricas, tanto temporais quanto definitivas), na Resolución Ministerial n° 223-2010-MEM/DM (norma sobre a participação cidadã nas atividades elétricas) e Decreto Supremo n° 29-94-EM (norma sobre a avaliação do impacto ambiental). (Campos, A. 2011).

Do ponto de vista da Inambari Geração de Energia S.A. (EGASUR), todavia, o problema é a constante mudança do marco regulatório, que no meio do processo de implantação dos projetos, passou a exigir a participação cidadã¹¹¹.

Este foi o contexto que lançou as bases para o acordo acima descrito, resultando na instalação, no Peru, de duas novas empresas formadas por consórcios brasileiros. A primeira é a *Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur (EGASUR)*, que reúne empresas privadas de estudos, notoriamente a Engevix e, a *Inambari Geração de Energia* que inclui Eletrobrás, Furnas e a empresa Construtora OAS Ltda.

Segundo informações circuladas pelas próprias empresas, a primeira iniciou os estudos para a obra de Inambari com base em uma resolução ministerial outorgada em junho de 2008 e a segunda conta com um crédito de 2,5 bilhões de dólares do BNDES para trabalhar (Dourojeanni, 2010).

Por problemas socioambientais e resistência das comunidades locais somado a campanha transnacional contra o Acordo, os demais projetos de hidrelétricas envolvidas no acordo também encontram-se suspensos conforme se verifica na tabela 10 anteriormente assinalada, campanha que será analisada nos capítulos seguintes.

Hidrelétricas na bacia do Marañón, Peru

Após a desistência da Odebrecht das usinas previstas no Acordo, verificou-se que a empresa deslocou seus esforços de atuação para iniciar a construção de novas usinas ao norte do Peru, na região do Rio Marañón situado fora da Amazônia. Nesta vasta área (vide mapa abaixo), a Odebrecht será operadora de energia de aproximadamente 20 centrais hidrelétricas a serem construídas. O projeto Chaglia o maior de todos já está em plena construção. Tais obras *foram declaradas como de interesse nacional e social* através de *Decreto Supremo N° 020-201-EM* publicada em 27 de Abril de 2011 pelo Presidente Humala.

¹¹¹ Conforme entrevistas realizadas com a equipe da Eletrobrás no Brasil e em Lima.

No Decreto, o Estado assinala ainda que é dever do Estado:

“(...) promover la inversión y desarrollo de infraestructura energética, sobre todo aquella considerada limpia, mediante la construcción de centrales hidroeléctricas, las cuales producen energía con fuentes renovables y con impactos mínimos o nulos sobre el medio ambiente; y que respalden el desarrollo productivo del Perú hasta el año 2050, iniciando la Revolución Energética Nacional de largo plazo”

*Decreto Supremo N° 020-2011-EM
publicada el 27 de Abril de 2011 do Presidente Humala (grifos nossos).*

Tal decreto colaborou para dar maior segurança política para a companhia concentrar suas atividades nesta nova região. Vale mencionar que muitas das hidrelétricas sendo construídas no Rio Marañon constantes no Decreto Supremo são parte dos 25 projetos hidrelétricos priorizados pelo governo do Peru para a negociação com o Brasil, portanto passíveis de estarem abarcados no Acordo Peru-Brasil para exportação. Por isso, o Acordo assinado não menciona quais centrais estão envolvidas nas operações de exportação de energia de modo a não engessar possibilidades futuras. Entretanto, é evidente que as linhas de transmissão seriam muito mais trabalhosas e custosas por conta da maior distância do Brasil.



Fonte: MINEM *apud* CARDÓ, 2012

Mapa 9. Localização dos Projetos Hidroelétricos considerados de interesse nacional na bacia hidrográfica do rio Marañon.

Considerações Parciais

Este capítulo evidenciou que, apesar do atual Governo, Parlamento e sociedade peruana criticar e rejeitar fortemente o Acordo de Cooperação Energética com Brasil, houve sólido interesse por parte do Governo Peruano, na gestão de Alan Garcia de celebrar e implementar o Tratado. Os capítulos 4 e 5 revelarão as razões para tal mudança de orientação política.

Esta seção também deixou clara a participação das empresas brasileiras Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Furnas e Eletrobrás na formulação dos projetos hidrelétricos e os demais Convênios e Memorandos específicos acima destacados. Estas ferramentas jurídicas deram o respaldo político necessário para permitir que elas continuassem trabalhando nos custosos estudos de viabilidade (“*pré-factibilidad*”) dos projetos hidrelétricos e gastando recursos financeiros para realizá-los¹¹². Foi evidenciada a participação destas empresas nos estudos de viabilidade muito antes da assinatura do Acordo.

Revelamos que o texto do acordo foi concluído de maneira vaga e esvaziada em função da pressão para assinatura do Tratado dentro dos mandatos dos então presidentes Alan Garcia e Lula, cuja aproximação e alinhamento político e ideológico era suficiente para avançar nesta complexa tratativa. Desta maneira, o texto final acabou deixando inúmeras lacunas. Nota-se que após duras negociações, a quantidade de eletricidade de exportação nunca foi ponto consensual de maneira que este importante item não foi determinado na redação final do acordo. Verificou-se ainda que a redação do Acordo se deu mais em consonância com a atual legislação brasileira do que a legislação peruana, exigindo alterações das leis peruanas do setor elétrico para ser ratificado.

Por fim, percebeu-se que além da relação próxima entre os então presidentes Lula-Alan Garcia, a pessoa que ocupou o Vice Ministério de Energia e Minas no Peru, Daniel Camac, foi importante para facilitar a condução das tratativas para o Acordo Energético com o Brasil, por ter relação pessoal e histórica com o Brasil.

Este capítulo é fundamental para a compreensão dos capítulos 4 e 5 nos quais analisaremos a percepção da sociedade peruana sobre tais esforços de integração assim como sua resposta em forma de campanha transnacional contra o acordo energético.

¹¹² Segundo entrevista com o Informante 1 realizada em 5 de agosto de 2014 em Lima, foi gasto mais de US\$ 50 milhões de dólares pela Construtora OAS para os estudos de viabilidade de Inambari e manutenção do escritório na cidade.

CAPÍTULO 4 - A CAMPANHA TRANSNACIONAL CONTRA O ACORDO ENERGÉTICO BRASIL-PERU: QUADRO NORMATIVO INTERNACIONAL, ATORES, ARGUMENTOS, ESTRATÉGIAS E FATORES CONJUNTURAIS

Este capítulo objetiva analisar a constituição e forma de atuação da campanha através de cinco principais aspectos, nesta ordem: (1) Normas internacionais utilizadas pela campanha; (2) Atores da sociedade civil membros da campanha e formas de articulação; (3) Argumentos construídos; (4) Estratégias de atuação e por fim (4) Fatores conjunturais que acabaram influenciando o progresso do Acordo Energético Brasil-Peru.

4.1. Normas Internacionais Relevantes Aplicáveis ao Acordo Energético Brasil-Peru e Empreendedores de Normas

Esta seção visa analisar, embora de uma maneira breve, algumas das principais normas e padrões internacionais aplicáveis às barragens de hidrelétricas em rios habitados por população ribeirinha tradicional e indígena. Esta seção auxiliará na compreensão dos argumentos da campanha internacional contra o Acordo e também das exigências impostas por grande parte dos agentes financiadores de usinas hidrelétricas.

Esta tese analisará o processo de desenvolvimento e um resumo das guias emanadas da Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes n°. 169, Comissão Mundial de Barragens (CMB), e do Protocolo de Sustentabilidade da IHA (International Hydropower Association) de empreendimentos de hidro energia, efetuando uma breve comparação entre os dois instrumentos¹¹³.

¹¹³ A intenção inicialmente da pesquisa era analisar neste capítulo de maneira aprofundada as normas da OIT 169 referente à participação, consentimento livre prévio e informado da população nativa afetada, os Princípios do Equador e a Diretiva da União Européia a respeito (*EU Linking Directive compliance system*). Entretanto, infelizmente em virtude de limitação de tempo disponível, a pesquisa sobre estas normas e instrumentos de

A hidro energia é apontada por diversas instituições de peso como a melhor fonte de energia limpa e portanto a grande resposta à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Desta maneira, torna-se cada vez mais importante a atenção aos impactos socioambientais das decisões de financiar e apoiar hidro energia em grandes hidrelétricas¹¹⁴.

4.1.1. Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes nº. 169

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, apresenta importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas coletivos, com significativos aspectos de direitos econômicos, sociais e culturais. A Convenção nº 169 é, atualmente, o instrumento internacional mais atualizado e abrangente em respeito às condições de vida e trabalho dos indígenas e, sendo um tratado internacional ratificado pelo Estado tem caráter vinculante.

De acordo com a Convenção, as terras indígenas devem ser concebidas como a integralidade do meio ambiente das áreas ocupadas ou usadas pelos povos indígenas abarcando portanto aspectos de natureza coletiva e de direitos econômicos, sociais e culturais além dos direitos civis. Os Artigos 15 e 14 da Convenção enfatizam o direito de consulta e participação dos povos indígenas no uso, gestão (inclusive controle de acesso) e conservação de seus territórios. Além disso, prevê o direito a indenização por danos e proteção contra despejos e remoções de suas terras tradicionais.

Em linha com a Constituição Federal brasileira de 1988, a Convenção OIT nº 169 também reconhece que os povos indígenas têm uma relação especial com a terra, base de sua sobrevivência cultural e econômica. De acordo com a Convenção OIT nº. 169, no caso de povos

avaliação assim como potenciais comparações entre tais normas e instrumentos de avaliação de empreendimentos de hidro energia aplicáveis aos projetos previstos no Acordo Peru-Brasil e um maior aprofundamento sobre o tema, ficará para pesquisas futuras da pesquisadora. A pesquisadora também tem a intenção de pesquisar estes instrumentos aplicáveis aos projetos de hidro energia de integração energética Bolívia-Brasil.

¹¹⁴ Relatório recente do IIED informou que o financiamento a grandes hidrelétricas é crescente, elevando de US\$ 250 milhões por ano entre 2002 e 2004 para US\$ 1 bilhão em 2008, sendo que o Banco Mundial espera que o empréstimo anual seja de US\$ 2 bilhões para projetos de hidro energia nos próximos anos. Fonte: Skinner, J. and Haas, L.J. (2014) *Watered down? A review of social and environmental safeguards for large dam projects*. Natural Resource Issues No. 28. IIED, London. 2014.

indígenas, o direito de propriedade deve ser compatível com a compreensão de um direito à terra composto de preocupações da ordem econômica, social e cultural.

A aprovação da Convenção OIT n° 169 no Brasil e no Peru

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n° 34/93, que sancionou o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - agência da Organização das Nações Unidas (ONU) - sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, *foi aprovado no dia 19 de junho de 2002*. Assim, estabelece no Brasil as diretrizes do primeiro documento internacional a tratar de temas fundamentais em relação às populações tradicionais. Entre os direitos reconhecidos na Convenção n.169 destacam-se o direito dos povos indígenas à terra e aos recursos naturais, à não-discriminação e a viverem e se desenvolverem de maneira diferenciada, segundo seus costumes.

Para o Brasil, ter a Convenção 169 ratificada, hoje, significa ajustar a legislação do país aos tratados internacionais. Além disso, o Brasil reforça a posição política do bloco de países da América Latina e Caribe para a Rio + 10, o qual integra junto a outras nações que já ratificaram a Convenção, como México, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Paraguai, Peru, Honduras, Guatemala, Argentina e Venezuela¹¹⁵.

No Peru a OIT foi incorporada ao ordenamento peruano em 2 de fevereiro de 1995¹¹⁶.

4.1.2. A Comissão Mundial de Barragens (CMB) ou *World Commission on Dams (WCD)*

Em primeiro lugar, analisaremos como a CMB surgiu e suas recomendações para posteriormente analisar se suas recomendações podem ser aplicadas e se foram incorporadas no Acordo e/ou projetos envolvidos no Acordo. Apuramos que a campanha transnacional utiliza as recomendações para criticar o Acordo e seus projetos. Será também analisado como é a utilização das recomendações previstas pela CMB pelo Brasil.

¹¹⁵ Adaptado de “Povos Indígenas do Brasil”, Instituto Socioambiental, texto disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/internacional/convencao-oit-sobre-povos-indigenas-e-tribais-em-paises-independentes-n%20.-169>

¹¹⁶ Vide ação judicial da campanha utilizando a OIT 169 no item 4.4.1 (f).

Em resumo, apesar das recomendações da CMB serem extremamente bemvindas e construídas de maneira cuidadosa para obtenção de uma barragem com o mínimo de conflito socioambiental possível, como a Comissão foi criada majoritadamente pela sociedade civil com pouca participação do setor empresarial ou de governos, muitos governos acreditam que suas recomendações não são validas para serem obedecidas. Como uma suposta reação ou decorrência, surgiu o Protocolo de Sustentabilidade elaborado pela International Hydropower Association (IHA), hoje aplicado em larga medida voluntariamente pelas empreiteiras. Vejamos os dois instrumentos de avaliação de um projeto hidrelétrico.

Contexto e Origem da CMB - 1997

A CMB surgiu num contexto em que o debate sobre as grandes barragens revelava claramente a evolução do papel atribuído ao Estado, à sociedade civil e ao setor privado em um mundo em crescente globalização. Neste âmbito, o financiamento privado assumia cada vez maior importância na construção de barragens, aumentando conseqüentemente o número de atores privados tomando decisões fundamentais no planejamento de tais obras. Neste contexto, movimentos sociais, e organizações não governamentais (ONGs), populações locais afetadas têm fortemente criticado a falta de transparência por parte desses atores contestando suas decisões e levando ao número crescente de manifestações públicas clamando para um debate. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de alternativas de fornecimento de serviços de energia e água que prometem uma melhor relação custo benefício do que as grandes barragens incrementou os debates.

É neste contexto que nasce, em 1997, a Comissão Mundial de Barragens, dedicada a trilhar novos rumos no contencioso debate em torno das mesmas (WRI, 2010). A Comissão Mundial de Barragens (CMB) nasceu em uma reunião na Suíça, onde uma ampla gama de entidades interessadas se reuniram para discutir o passado e o futuro das grandes barragens. Esse encontro foi convocado na seqüência de um processo iniciado pelo Banco Mundial e a '*International Union for Conservation of Nature (IUCN)*', como resposta ao crescente movimento mundial protestando in loco contra a construção de barragens.

Embora inicialmente apenas dedicado a examinar o desempenho do Banco Mundial financiando projetos de construção de barragens, o processo evoluiu e terminou sendo uma *revisão independente que avaliou a totalidade de experiências globais relacionadas com tais grandes barragens*. A CMB procurou, assim, criar um banco de dados integral sobre a *eficácia das contribuições que ditas grandes barragens trouxeram ao processo de desenvolvimento em geral*; e tentou produzir *um conjunto de critérios e guias normativas que poderiam servir para melhor informar e aconselhar futuros responsáveis encarregados de tomar decisões sobre a possível execução de barragens projetadas* (WRI, 2000).

Participação de vozes locais

O processo levado a cabo pela CMB é considerado largamente como inovador e pioneiro. A Comissão deu voz a muitos que haviam sido rigorosamente excluídos e impedidos de participar em nível de tais comissões globais. A CMB enfatizou e comprovou a viabilidade e seus desafios inerentes de ampliar a gama de interlocutores em consultas públicas, tido como essencial para fins de maximizar a transparência do plano de trabalho.

Objetivos Principais da CMB

A comissão teve como mandato principal "determinar a eficácia das barragens na geração do desenvolvimento" e teve três objetivos primordiais:

1. Uma revisão global da potencial eficácia de projetos de grandes barragens para com o processo de desenvolvimento geral, e avaliações de possíveis alternativas.
2. Confeccionar uma matriz para a avaliação de possíveis opções, e processos inerentes a tomadas-de-decisão sobre questões de recursos hídricos e a provisão de serviços energéticos e seu desenvolvimento.
3. Produzir um pacote de critérios e normas que sejam internacionalmente-aceitos para fins de reger todo o processo de planejamento, desenho, construção, operação, monitoramento e desbarramento (conforme relatório Interino da CMB Julho-99 em WCD, 2000 e SOUSA JUNIOR, 2010)

Avaliação da CMB

Tal comissão sofreu uma avaliação integral independente em 2010 por um comitê formado por representantes da *World Resources Institute* (WRI EUA), Lokayan (Índia) e a

'Lawyers Environmental Action Team' da Tanzânia. O comitê identificou os êxitos na tentativa de ultrapassar as atuais divergências no debate sobre questões relacionadas a barragens; a utilidade da CMB como modelo-padrão na tomada de decisões políticas de âmbito global, potencialmente aplicável a outros embates que hoje são travados em vários fóruns a respeito de diferentes opções de desenvolvimento (WRI, 2010).

Relatório Barragens e Desenvolvimento – 2000

Desta maneira, a Comissão produziu um relatório consensual denominado "Barragens e Desenvolvimento", uma obra conjunta preparada por Comissários co-autores de diversas origens. O relatório analisou a hidrelétrica de Tucuruí¹¹⁷.

Estrutura da CMB

A Comissão que assumiu a responsabilidade como autora do relatório final e das respectivas normas, incorporou 12 membros, de diversas origens. Os Comissários foram escolhidos após uma série de disputas entre representantes do Banco Mundial, a IUCN, o setor ligado a construção de barragens e organizações não-governamentais que participaram do seminário na Suíça. O destaque na composição da comissão foi que a CMB *não utilizou* o tradicional modelo de compor tais comissões globais com "pessoas - eminentes", tipicamente idosos estadistas finalizando longas e prestigiosas carreiras no funcionalismo público. Pelo contrário, os Comissários escolhidos para a CMB tinham em comum uma proeminência ativa nos seus respectivos países em organizações não governamentais, movimentos sociais, empresariais ou em agencias governamentais (WRI, 2000).

*Relatório de Recomendações para Grandes Barragens (“conjunto de critérios e guias normativas”)*¹¹⁸

A Comissão interpretou o seu mandato - de determinar a eficácia das barragens na geração do desenvolvimento - com um objetivo amplo que exigia o levantamento de vastas informações pertinentes. Desta maneira, a CMB compilou dados sobre as grandes barragens mas

¹¹⁷ O Prof. José Goldenberg (USP) foi um dos seus autores em 2000.

¹¹⁸ Resumo disponível em http://pdf.wri.org/wcd_portuguese_summary.pdf

não avançou muito na definição para medir a "eficácia nas barragens em relação ao desenvolvimento". A CMB se esforçou para dar a todos diretamente interessados sobre o assunto de barragens toda a liberdade para se pronunciar sobre como tinham sido afetados pelas mesmas.

Assim, o programa de trabalho realizou 10 estudos de caso relativos a barragens e bacias fluviais, 17 estudos temáticos de temas contenciosos sobre barragens, e consultas regionais com atores diretamente interessados no Sul e Leste da Ásia, na América Latina, na África e no Oriente Médio. A CMB produziu ainda um processo de apresentações públicas e um levantamento informativo sobre tendências em 125 grandes barragens. (WRI, 2000)

A CMB existiu por 30 meses, e usou seu orçamento de US\$10 milhões para abrir o processo consultivo, engajar o apoio de partes interessadas no mundo inteiro, recebendo e sintetizando seus insumos como parte de uma compreensiva base de conhecimentos e, posteriormente, preparando e distribuindo seu relatório final.

Ao final, o relatório sabiamente afirma que não é realista que conflitos profundamente enraizados entre grupos defendendo interesses diversos - inclusive esses que opõem governos nacionais e grupos de pessoas deslocadas - possam ser resolvidos em curto prazo. Afirma por fim, que a promessa em processos que tentam, como a CMB, abranger uma gama diversa de partes interessadas gira em torno de seu potencial *efeito democratizante, no planejamento e execução de projetos de desenvolvimento*, sejam eles locais, nacionais ou até globais.

Mensagens Principais da CMB

Abaixo destacamos as principais recomendações e mensagens emanadas do trabalho da CMB:

1. "As barragens têm fornecido importantes e significativas contribuições ao desenvolvimento humano, e produziram benefícios substanciais.
2. Demasiados casos, contudo, existem onde um preço inaceitável, e frequentemente desnecessário, teve que ser pago para adquirir tais benefícios, especialmente em termos

sociais e ambientais, pelas populações deslocadas, por comunidades à jusante, pelos contribuintes em geral e pelo meio-ambiente natural.

3. A falta de equidade na distribuição de benefícios colocou em dúvida o valor real de muitas barragens na geração de bens necessários ao desenvolvimento, como recursos hídricos e energéticos, possivelmente mais eficazmente produzidas por outras alternativas. (grifos nossos)
4. Ao reunir todas as partes cujos direitos são diretamente afetados pelos riscos inerentes às opções escolhidas para o desenvolvimento dos recursos hídricos e energéticos, foram criadas as condições necessárias para a resolução positiva de eventuais conflitos entre interesses divergentes.
5. A negociação prévia muito contribuiria para o desenvolvimento de projetos hídricos e energéticos, ao eliminar antecipadamente projetos pouco propícios, e, assim, oferecendo aos atores mais diretamente interessados somente as opções que eles mesmos tenham designado como mais relevantes respondendo as necessidades em jogo". (p.xxviii)¹¹⁹.

O Estado Brasileiro: participação e aderência à CMB

O Prof. Wilson Souza Junior (SOUZA JUNIOR, 2010) sustenta que o setor elétrico no Brasil criou, durante seu desenvolvimento, uma burocracia fundamentada em argumentos técnicos que acabou garantindo para si uma hegemonia das decisões sobre a energia hidrelétrica, em detrimento de outras instituições e setores que debatem o aproveitamento dos recursos naturais no país. Neste contexto, assumiram grande importância a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, além das grandes estatais geradoras de energia elétrica, com destaque para a ELETROBRÁS e a ELETRONORTE, nos planos de expansão amazônicos.

¹¹⁹ Texto extraído diretamente do relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB), Barragens e Desenvolvimento: Uma matriz nova para a tomada de Decisões (Londres: Earthscan, 2000)

Entretanto, em 1997, em função da multiplicidade de usos das águas, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97) garantiu *a participação da sociedade* de alguma forma, na determinação das ações e regras operativas. Isto fez com que o setor elétrico perdesse a exclusividade na gestão associada aos grandes reservatórios hidrelétricos. Porém, na prática, a relação de poder econômico e de influência entre os atores envolvidos, empreiteiras, governo, grupos impactados na gestão hidroenergética e das águas continua sendo assimétrica.

Segundo SOUSA JUNIOR (2010), a existência de duas instâncias de decisão política envolvendo água e energia, evidencia estruturas burocráticas com pouca convergência entre si. Esta cisão ilustra um dos motivos pelos quais se poderia justificar a “*não aderência dos projetos de hidrelétrica, especialmente das maiores usinas, às recomendações internacionais de melhores práticas no projeto e construção de grandes reservatórios de geração de energia elétrica*”.

Crítica Brasileira à CMB – Governança

A Agência Nacional de Águas – ANA foi a representante do governo brasileiro na comissão, e participou dos trabalhos do grupo “*Dams and Development Project*”, sendo membro do *Steering Committee*.

No entanto, três anos após a divulgação do documento final da comissão, a ANA publicou nota com caráter complementar ao documento, *apresentando diversas críticas à condução das atividades e ao próprio conteúdo do relatório final*. Dentre os pontos de crítica estariam:

- i) a ausência de mecanismos de engajamento dos estados participantes e da iniciativa privada;
- ii) o fato de que os estudos de caso da comissão trataram de reservatórios velhos, com notórios – e assumidos – problemas socioambientais; e
- iii) o fato de que não teriam sido considerados, nem realizados, pela CMB estudos comparativos sobre os usos múltiplos dos grandes reservatórios, os quais comparariam os reservatórios com outras alternativas exequíveis para prover ao

mesmo tempo eletricidade, proteção de cheias, navegação, abastecimento doméstico e industrial de água e serviços de produção agrícola.

Segundo SOUSA JUNIOR (2010), o documento, encaminhado à CMB pela ANA¹²⁰, revela a preocupação do setor elétrico com o que poderia representar um obstáculo adicional à expansão do setor.

4.1.3. Não Aderência às normas da Comissão Mundial de Barragens (CMB) e Protocolo de Sustentabilidade da Associação Internacional de Hidro energia – HSAP/ IHA

A não aderência dos projetos de grandes hidrelétricas aos princípios da CMB ocorre em outros países além do Brasil, com maior ou menor distância entre o recomendado e o realizado. Diversas razões colaboram para isso, sendo talvez a principal delas a origem do financiamento do empreendimento. Uma das razões apontadas para a não aderência é a ampliação do investimento privado e a independência de alguns agentes públicos, em termos de financiamento. Ou seja, a redução da dependência por crédito externo, geralmente mais sujeito a pressões por governança corporativa e sustentabilidade.

No atual momento, a capacidade de sustentação financeira do Governo, as condições de cooptação política de empresas estatais e fundos de pensão destas, além da parceria com a iniciativa privada local, podem ser determinantes para a não aderência aos princípios apontados pela CMB, os quais continuam sendo referência de sustentabilidade socioambiental dos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Apesar de não ser um colegiado multilateral *strictu sensu*, a CMB teve um papel relevante em termos de governança global, além de ter tido como dois dos principais apoiadores o próprio Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, organismos essencialmente

¹²⁰A ANA naquela ocasião era presidida por Jerson Kelman, o qual viria a ser, posteriormente, presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e hoje preside o Grupo Light S/A, holding do setor elétrico. (SOUSA JUNIOR, 2010)

multilaterais. Neste sentido é importante argumentar que a ausência de um mecanismo de formalização da participação dos Estados nacionais pode ter sido um dos motivos da baixa aderência de projetos de grandes hidrelétricas aos princípios emanados pela comissão em diversos países, como aconteceu no Brasil. SOUZA JUNIOR (2010) afirma que reanalisar esta formatação, bem como desenvolver mecanismos desta natureza, podem ampliar a base de aplicação das premissas estabelecidas.

A CMB produziu um relatório consensual, propondo um limiar para futuros projetos de barragens. Segundo o WRI, os atores mais diretamente interessados no debate sobre tais barragens têm estudado seu relatório mundialmente, e vertido publicamente suas reações para com o mesmo. A WRI registra em seu relatório que “até os seus menos entusiasmados leitores, como o Banco Mundial e vários governos de países do dito "Sul", manifestaram que a CMB adquiriu suficiente credibilidade para que seu relatório fosse considerado com merecida seriedade. Além do qual, a manifesta vontade, por parte de coalizões da sociedade civil, grupos e indivíduos ligados a agências de desenvolvimento internacional (como o PNUMA e várias agências bilaterais), de fazer avançar as recomendações da CMB, demonstrou que o processo escolhido por essa entidade - de cultivar o apoio prévio de vários importantes grupos interessados - muito influenciou na sua subsequente promoção em prol da implementação dos resultados desejados por a CMB.”

Ocorre porém que, conforme dados obtidos em entrevistas e literatura para esta tese, existe uma grande dificuldade de implementação das recomendações da CMB por parte de empresas e governos em virtude da maioria das orientações não serem objetivamente aplicáveis (SOUZA JUNIOR, 2015 e entrevistas realizadas com a Odebrecht em 2015).

Neste sentido, em 2011 foi lançado oficialmente o *Protocolo de Sustentabilidade da IHA (Hydropower Sustainability Assessment Protocol “HSAP” da International Hydropower Association)*¹²¹ que está sendo aplicado por algumas construtoras de hidrelétricas de maneira voluntária e com auditoria externa da IHA. A IHA é uma organização sem fins lucrativos, fundada nos anos 1990, com o apoio da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A avaliação é feita com base em quatro modelos de protocolo:

¹²¹ www.hydrosustainability.org

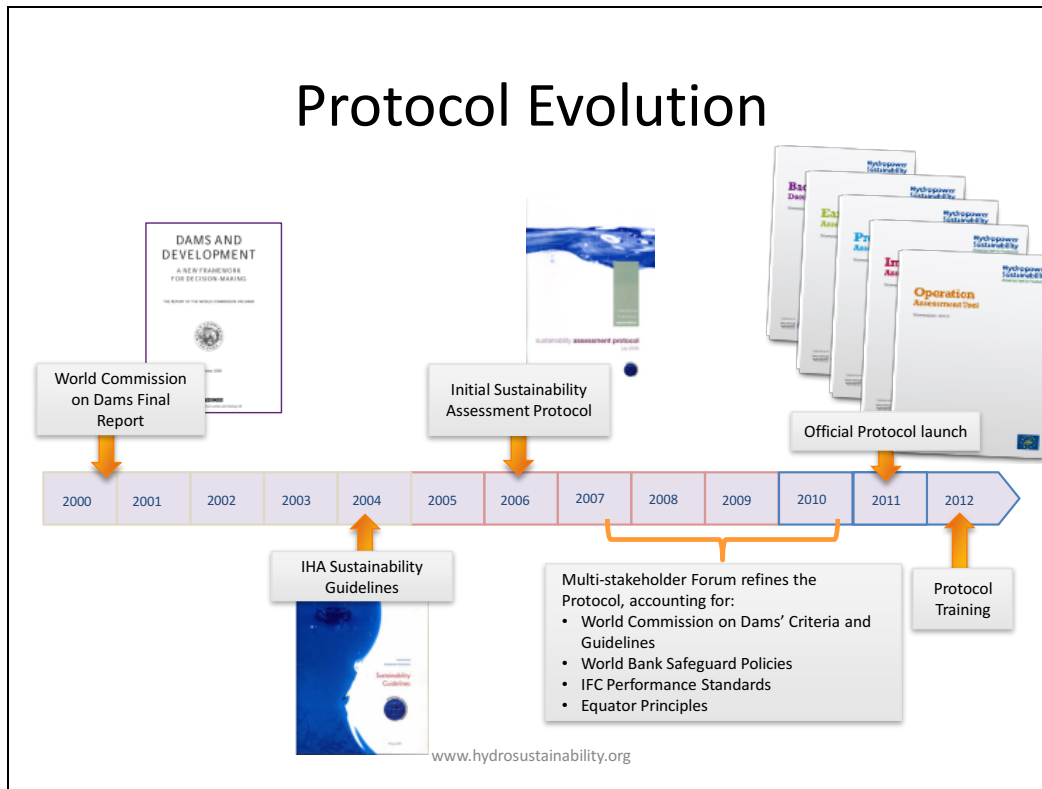
projetos em estágio inicial, em preparação, implantação e operação. Sua especialidade é medir a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos¹²². A elaboração de tal protocolo utilizou como *pontos de referência para os diferentes tópicos e temas referidos no Protocolo o relatório da Comissão Mundial sobre Barragens de 2000*, o Projeto de Desenvolvimento & Barragens PNUMA, as Normas de Desempenho da IFC¹²³, Princípios do Equador, o Banco Mundial e outras políticas de salvaguardas multilaterais, normas ISO e várias declarações e convenções da ONU. O Protocolo foi desenvolvido por um fórum com a participação bem diversa contando de ONGs ambientalistas como WWF e The Nature Conservancy (que inclusive fizeram doações ao Fórum), ONGs sociais como Oxfam e Transparência Internacional, e representantes do setor financeiro e energético, alguns países desenvolvidos (Noruega, Islandia e Alemanha) e em desenvolvimento (China e Zambia). Os membros do Fórum de Avaliação de Sustentabilidade da Energia Hídrica levaram dois anos e meio em pesquisas, negociação de conteúdo e pesquisa de soluções para pontos de vista divergentes para chegar no Protocolo final. (Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade da Energia Hídrica, 2011, pg. 12¹²⁴).

A figura 8 abaixo mostra a evolução para elaboração final do Protocolo de Sustentabilidade de Barragens, após a elaboração da CMB (2000) e Relatório de Barragens e Desenvolvimento (2002).

¹²² Este protocolo teve como base a experiência de utilização do Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade IHA de 2006 e realização dos testes da Versão Preliminar do Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade de 2009.

¹²³ International Finance Corporation do Banco Mundial

¹²⁴ Conforme informações disponíveis no website institucional http://www.hydrosustainability.org/IHAHydro4Life/media/PDFs/AssessmentReports/Protocol_PT_Nov-13_Draft.pdf?ext=.pdf acesso em 14.11.2014.



Fonte: Hydropower Sustainability Assessment Protocol, 2015.

Figura 7. Evolução do Protocolo. “Emerging Experience: The Added Value of Protocol Assessment”

Segundo entrevista obtida com o Diretor de Sustentabilidade da ODEBRECHT, tal empresa prefere utilizar o Protocolo de Sustentabilidade da IHA, mas utiliza também as recomendações do CMB de maneira voluntária e explica por quê:

“A nível corporativo conhecemos bem as recomendações da WCD mas, assim como a grande maioria das instituições, não as adotamos conforme proposto para as nossas operações. Os princípios da WCD são adequados e praticados por nossa Organização, no entanto o desdobramento prático destes princípios nas recomendações apresentadas no relatório final não foi aceito pela maioria das instituições e governos envolvidos com o processo da WCD. Eu acredito que o relatório da WCD ofereceu uma base conceitual importante e desde então outros instrumentos, mais recentes e contemporâneos, vieram a oferecer uma base mais adequada para prática em projetos de grandes barragens.”

Na Odebrecht buscamos orientação na nossa política de sustentabilidade e nas nossas diretrizes para o negócio da engenharia e construção. As nossas diretrizes são aderentes e perfeitamente compatíveis com os Princípios do Equador que são frequentemente observados e praticados em vários dos nossos projetos. Além disso, a Odebrecht foi a primeira construtora no mundo a subscrever ao Protocolo de Sustentabilidade da IHA (International Hydropower Association), um instrumento desenvolvido através de um processo bem estabelecido e participativo e que nos parece ser mais adequado a prática atual.

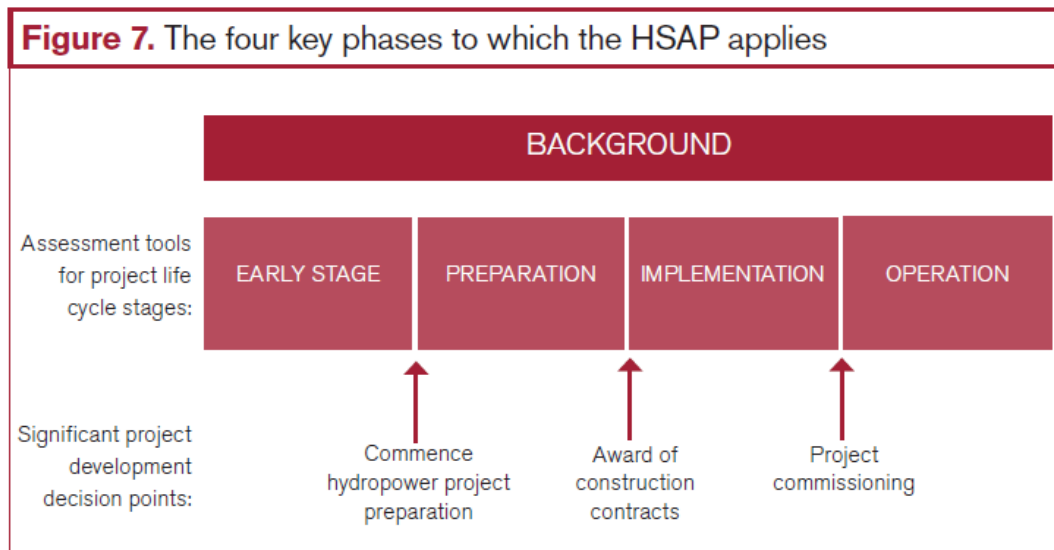
Posso lhe adiantar também que a UHE Santo Antônio Energia S.A., aplicou, voluntariamente, a auditoria da WCD assim como a do Protocolo de Sustentabilidade da IHA. Ambos os processos foram conduzidos por terceira parte independente.”

(Luiz Gabriel Azevedo, Diretor de Sustentabilidade, ODEBRECHT, entrevista por email realizada em 14.01.2015, grifos nossos)

Segundo o então presidente da IHA, Abdel-Malek, “o protocolo tenta responder a questões sobre o que fazer para ter projetos hidrelétricos sustentáveis, estabelecendo critérios técnicos e objetivos sobre os pilares econômicos, sociais e ambientais envolvidos nos projetos¹²⁵”. A IHA espera que o uso do protocolo facilite trâmites para obtenção de financiamento e reduza pressões ambientais. Entretanto, até o momento não houve o diálogo ou qualquer tipo de incorporação das regras definidas no protocolo por instituições governamentais como Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)¹²⁶. A figura 7 abaixo mostra as quatro fases de avaliação pelo protocolo:

¹²⁵ Conforme informações no website institucional da IHA.

¹²⁶ Com intuito de desembaralhar o nó e evitar confusões sobre tantos nomes de comitês, padrões de barragens existentes, destacamos abaixo ainda mais duas entidades existentes a respeito do tema: A Comissão Brasileira de Barragens e o Comitê Brasileiro de Barragens: A iniciativa de se criar uma Comissão Brasileira de Barragens (independente) surgiu em Curitiba, durante o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, promovido pelo MAB, ao qual compareceram representantes de mais de 20 países. O CBDB é um agente facilitador no processo de assegurar que a realização e a operação de barragens e obras associadas sejam técnica, ambiental e socialmente adequadas ao máximo benefício da sociedade brasileira. Já a Comissão Internacional de Grandes Barragens (CIGB) é uma organização não governamental, destinada a encorajar a troca de informações e de experiências adquiridas em planejamento, projeto, construção e operação de grandes barragens. Esta Comissão funciona por intermédio dos



Fonte: HSAP, 2010, *apud* SKINNER, J. & HAAS, L.J., 2014.

Figura 8. As 4 fases chaves de aplicação do Protocolo.

4.1.4. Utilização das Normas pela Campanha: Acusação contra Estado Peruano e os Empreendedores de Normas

Segundo consta em carta assinada por 78 ONGs do mundo todo (CARTA ONGS, 2010)¹²⁷ entre elas, membros da campanha contra o Acordo como a Internacional Rivers Network, elaborada 10 anos depois da emissão do relatório da CMB, *existe uma diferença fundamental entre as recomendações da CMB, baseada em Direitos e o Protocolo IHA*. Na carta ressaltam que a CMB propôs uma estrutura abrangente baseada nos direitos, para a tomada de decisão em projetos de água e energia que contou com a participação pela primeira vez das populações afetadas. Os princípios fundamentais da CMB foram reiterados num número crescente de normas legais sendo refletidos nas seguintes normas:

1. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI),

comitês nacionais dos países membros, totalizando hoje 96 comitês instituídos para o desenvolvimento de trabalhos técnicos ou pesquisas científicas. No Brasil, a CIGB é representada pelo Comitê Brasileiro de Barragens.

¹²⁷ Nota sobre a carta e íntegra da carta em português em http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/ngo_statement_wcd10_port.pdf

2. Políticas de Salvaguardas do Banco Asiático de Desenvolvimento,
3. Diretiva-Quadro da Água da União Européia,
4. Legislação e políticas nacionais na China, Colômbia, Nepal, Noruega, Vietnam entre outros países.

A carta afirma que a implementação efetiva destas normas *está longe de estar completa nestes países* cujas leis incorporaram os princípios da CMB. Reconhece que:

“A indústria de barragens, através da Associação Internacional de Hidroelectricidade, concluiu a preparação da sua própria ferramenta de avaliação para projetos hidroelétricos, que excluiu da mesa de negociação as pessoas afetadas e a rede de sociedade civil do Sul. O Protocolo resultante não inclui nenhuma das exigências mínimas para proteger os direitos da população ou do ambiente. Nem exige que os projetos cumpram com as leis nacionais e convenções internacionais. Embora o Protocolo do HSAF ofereça uma lista dos pontos a considerar bastante útil para construtores de barragens, uma abordagem limitada e voluntária não pode substituir a abordagem baseada nos direitos proposta pela CMB”.

(CARTA 78 ONGS, 2: 2010)

Os signatários afirmam ainda que os princípios defendidos pela CMB representam os valores fundamentais dos direitos humanos e sustentabilidade. Incluem a realização de avaliações com opções abrangentes, o respeito aos direitos das comunidades afetadas através da negociação de acordos com obrigações legais e que assegurem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas, a garantia de que as comunidades afetadas são as primeiras a ser beneficiadas; a resolução de problemas dos projetos já existentes antes de iniciar novos, a garantia de que os fluxos ambientais mantenha os ecossistemas e meios de subsistência a jusante; e a exigência de planos consolidados, executáveis e cumpríveis por parte dos planejadores. A interessante publicação da International Rivers, *Protegendo Rios e Direitos: as Recomendações da Comissão Mundial de Barragens em Acção*, mostra a lista das recomendações da CMB os projetos ao redor do mundo em que as recomendações da CMB foram ou não foram cumpridos e os avanços, além da lista de todas as recomendações da CMB (INTERNATIONAL RIVERS NETWORK, 2010).

Em direção oposta, SKINNER & HAAS (2014), em trabalho exaustivo de comparação de salvaguardas internacionais existentes para grandes hidrelétricas, concluem que as salvaguardas do Protocolo de Sustentabilidade da IHA apontam para a mesma direção que as aspirações da CMB:

“This review concludes that despite certain inconsistencies between details, there is an emerging convergence as to what sustainable hydropower development and management looks like, and the various elements of best practice in achieving it. Some fault lines remain. It remains to be seen if the internal reviews now being carried out by individual multilateral financial institutions of their safeguards fully consolidate that movement, but the direction of travel since 2000, as judged by the IFC standards and the Hydropower Sustainability Assessment protocol, is generally towards the WCD aspiration rather than away from it”.

Skinner, J. and Haas, L.J. (2014) Watered down? A review of social and environmental safeguards for large dam projects. Natural Resource Issues No. 28. IIED, London. 2014.

SKINNER & HAAS (2014) recomendam que as agências de financiamento de grandes UHE devem progressivamente adotar o protocolo de sustentabilidade da IHA (HSAP) como a ferramenta de avaliação disponível mais prática atualmente, assegurando que a avaliação seja feita de forma independente. Tais agências de financiamento têm procurado verificar o grau de cumprimento dos projetos de UHE com os princípios da CMB.

Nesta pesquisa, identificamos cinco indivíduos peruanos pertencente a diferentes ONGs (suas plataformas institucionais), que podem ser enquadradas no conceito de empreendedores de normas pela sua capacidade e esforço individual de articulação com aliados nacionais e internacionais utilizando as normas da CMB aqui aludida bem como as normas contidas na OIT 169 aqui aludidas. Os empreendedores de normas utilizam estas ferramentas para influenciar na compreensão social do interesse nacional peruano e na ressignificação do Acordo Energético com o Brasil para o sentido de não se alinhar ao interesse nacional peruano. Abaixo identificamos os empreendedores de normas nos termos conceituados no Capítulo 1 da campanha orquestrada pelo *Colectivo Amazonia e Hidrelétricas*:

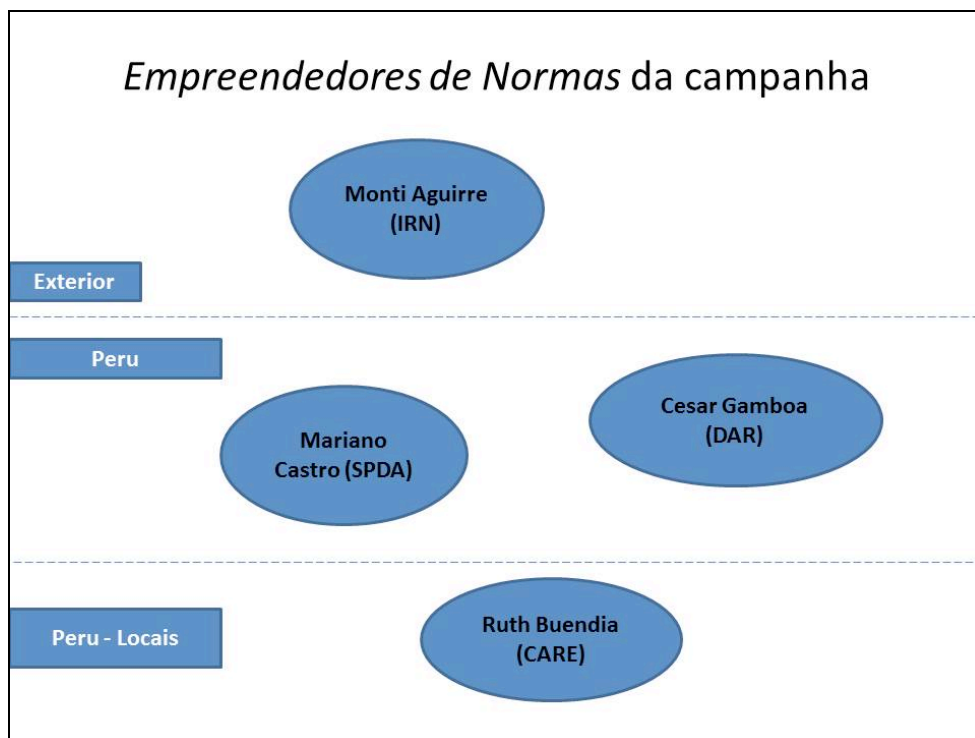


Figura 9. Principais Empreendedores de Normas da Campanha.

Considerações Parciais

Verificamos que as recomendações da CMB foram elaboradas com a pioneira participação da população afetada por grandes barragens e, conseqüentemente, suas guias são mais amplas e baseadas na proteção dos direitos da população afetada servindo melhor aos interesses deste setor. Por outro lado, as recomendações do Protocolo de Sustentabilidade da International Hydropower Association tiveram a participação do setor da indústria, financeiro, países e apenas algumas grandes ONGs internacionais ambientalistas (WWF e TNC) e sociais (Oxfam e Transparência Internacional), são mais facilmente aplicadas. O Protocolo possui um foco menor em direitos das populações afetadas e maior na transparência e rigor técnico, servindo de maneira mais adequada aos interesses do setor das empreiteiras de barragens.

Apesar de ambas as ferramentas serem tentativas extremamente valiosas de aproximar setores antagônicos de longo conflito para um diálogo, conclui-se que o setor da sociedade civil que representa os atingidos por barragens reconhece como válida apenas as recomendações da CMB. Por outro lado, o setor envolvido na construção e financiamento de barragens tende a usar majoritariamente o Protocolo do IHA em seus projetos. Reconhecem a existência das recomendações da CMB, mas tende a não aplicá-las por não serem objetivamente aplicáveis e estarem desatualizadas.

Enfim, seria impossível afirmar que um standard é melhor do que o outro. São ferramentas distintas, elaboradas por setores que tiveram pesos diferentes na composição das recomendações finais e que servem a interesses de setores antagônicos.

Em relação à construção dos argumentos da campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru, verificou-se que foram utilizadas as recomendações da CMB para criticar o Acordo e seus projetos. Trata-se da utilização pela rede transnacional de defesa de direitos da campanha da estratégia de *política de monitoramento / responsabilização* conforme a categorias trazidas por Keck & Sikkink (1998) no capítulo 1. Basicamente, a rede acusa os países envolvidos no Acordo Energético (Brasil e Peru) e as empresas envolvidas nos projetos de não cumprir as recomendações emanadas da CMB. Com esta acusação, a rede procura expor ao público esta não conformidade com as normativas com o objetivo de envergonhar os países envolvidos – estratégia *Shaming*. A principal denúncia da rede é a violação das recomendações da CMB por falta de participação, transparência, informação, consulta prévia às populações das regiões dos projetos durante o processo decisório da formulação dos empreendimentos e do Acordo Energético.

4.2. Identificação, atuação e Plataforma Organizacional para a Rede Transnacional de Defesa de Direitos e para a Comunidade Epistêmica: *Colectivo Amazonia e Hidrelétrica*

Conforme visto no capítulo 1, restou claro que a aplicação da abordagem Construtivista é fundamental para esta tese porque procuraremos identificar em que medida a mudança de posição do governo peruano para desistir da cooperação energética com o Brasil ocorreu em função do convencimento pelo discurso social arguido pela campanha transnacional orquestrada pela RDTT e comunidade epistêmica. A análise desta mudança de preferência concentra-se em três etapas, a saber:

1. Identificação dos argumentos, construção dos discursos, ideias, crenças, estratégias utilizadas como cartas, comunicados, mídia e eventos e articulações conduzidas pela campanha feita pela RTDD sobre o tema e reações do governo peruano (capítulo 4, seção 4.3 – argumentos e 4.4 - estratégias);
2. Análise dos fatores conjunturais ocorridos no período em análise (2008-2014) que influenciaram esta mudança de preferência (capítulo 4, seção 4.4) e
3. Análise do que as comunicações sociais da campanha e fatores conjunturais representaram em termos de reação e alteração de posicionamento do governo peruano a respeito do tema (capítulo 5).

Obviamente esta tarefa pressupõe uma análise do histórico da tratativa e identificação de atores na sua participação. A identificação e análise dos atores envolvidos na campanha será brindada com os conceitos teóricos analisados no capítulo 1.

Nesta esteira, este capítulo visa identificar e analisar os principais atores membros da rede transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru e seus papéis exercidos na campanha.

4.2.1. Conceitos Teóricos para esta Tese: Adequação e Adaptações

Conforme descrito brevemente no capítulo 1 (enquadramento do estudo de caso no referencial teórico de redes transnacionais), o *Colectivo Amazonia e Hidrelétricas (CAH)*, composto por dez atores-chave entre ONGs locais, nacionais e internacionais, Universidade, ONG indígena, tornou-se a plataforma organizacional para a rede transnacional de defesa de direitos, que por sua vez, agregou uma comunidade epistêmica própria capaz de emergir, articular-se, trocar informações e construir a estratégia de ação da campanha transnacional contra o Acordo. Esta plataforma organizacional agrega as instituições abaixo que atuam em variados níveis conforme a figura 9 demonstra em seguida:

4.2.2. Plataforma organizacional para a rede transnacional de defesa de direitos (RTDD) *Colectivo Amazonia e Hidrelétricas*¹²⁸

1. Sociedad Peruana de Derecho Ambiental – SPDA,
2. ProNaturaleza- Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza,
3. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR,
4. Fórum Solidaridad Perú,
5. Servicios Educativos Rurales – SER
6. Sociedad Civil por la Construcción de la Carretera Transoceánica y Desarrollo de Puno – SOCIT
7. Centro para la Sostenibilidad Ambiental de la Universidad Peruana Cayetano Heredia – CSA-UPCH,
8. Central Ashaninka del Río Ene – CARE-Ashaninka¹²⁹,
9. Ríos Internacionales (International Rivers) – IR, y
10. Asociación para la Conservación de la Cuenca Amazónica – ACCA¹³⁰

¹²⁸ Conforme informações disponíveis no site institucional de Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR, em: <http://dar.org.pe/participacion.htm?id=20&idPr=2&s=en&sb=pa> acesso em 12.12.2014.

¹²⁹ A organização representa o interesse de 17 comunidades nativas da bacia do Rio Ene. Fonte: www.careashaninka.org.pe e CRUZ, Lia Mendes. 2012.

¹³⁰ Cabe ressaltar que a iniciativa MAP, embora reúna a maioria das organizações articuladas pelo *Colectivo Amazonia e Hidrelétricas*, não protagonizou a campanha contra o Acordo Energético Brasil-Peru. A iniciativa MAP reúne representantes da sociedade civil organizada, comunidade epistêmica, ONGs e instâncias governamentais de diversas esferas administrativas desde 1999 e tem como um de seus objetivos promover a redução de desmatamento, queimadas, alternativas mais sustentáveis às rodovias previstas na IIRSA e a gestão eficiente dos recursos hídricos transfronteiriços da Amazônia Sul-Occidental, região formada pelo Acre e pelos departamentos de Madre de Dios, no Peru, e Pando, na Bolívia. (QUEIROZ, 2011, p. 334). Esta iniciativa possui o mérito de reunir autenticamente preocupações e desenvolver propostas de maneira *bottom-up*, ou seja, provenientes dos moradores da região, população ribeirinha, seringueiros, indígenas, garimpeiros, cocaleiros entre outros. Um dos maiores desafios da iniciativa é obter financiamento para promover os encontros dos membros da iniciativa para debater as questões, pois eles vivem frequentemente em regiões isoladas de difícil acesso. Vale observar que a autora desta tese teve a oportunidade de trabalhar na iniciativa MAP antes do início do doutorado, como pesquisadora do IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (base Acre/MAP), um dos

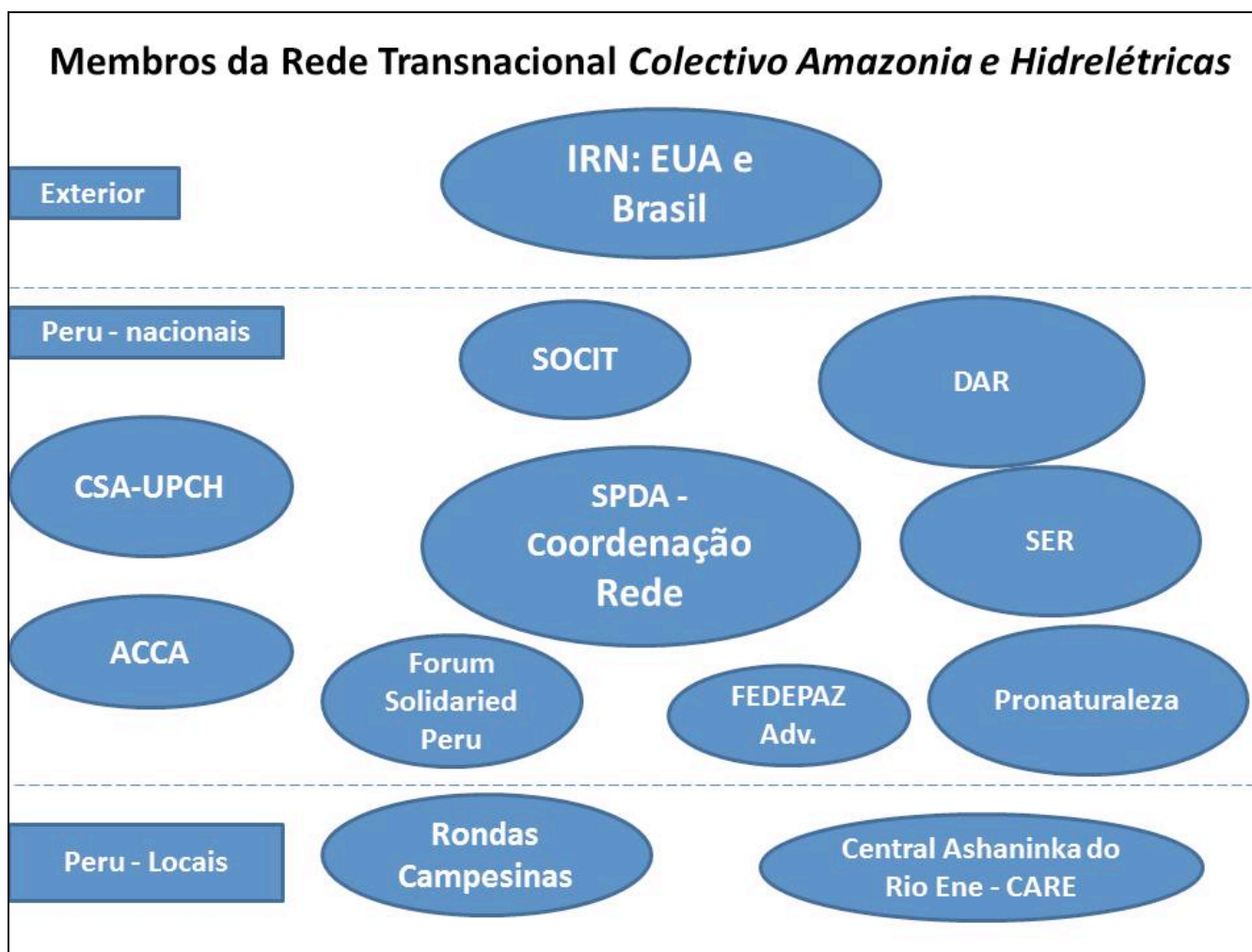


Figura 10. Membros da Rede Transnacional *Colectivo Amazonia e Hidrelétricas (CAH)*, principal nó da Campanha contra o Acordo. Fonte: Elaboração própria.

A plataforma é atualmente coordenada pela Sociedad Peruana de Derecho Ambiental – SPDA sendo um “*Espacio de Participación: El Colectivo Amazonía e Hidroeléctricas es un grupo de instituciones e individuos de la sociedad civil comprometido con el desarrollo sostenible de la Amazonía peruana, organizado para la acción colectiva orientada al análisis y elaboración de propuestas sobre la problemática del desarrollo de centrales hidroeléctricas en la Amazonía peruana y su vínculo con la política energética nacional*”¹³¹.

Abaixo identificamos os financiadores e apoiadores da campanha orquestrada pelo *Colectivo Amazonia e Hidrelétricas*:



Figura 11. Financiadores e Apoiadores da Campanha contra o Acordo.

¹³¹ Conforme informações disponíveis no site institucional de Derecho, Ambiente y Recursos Naturales – DAR, em: <http://dar.org.pe/participacion.htm?id=20&idPr=2&s=en&sb=pa> acesso em 12.12.2014.

4.2.3. Rede Transnacional de Defesa de Direitos

Em relação à RTDD da campanha, quatro membros do CAH cumpriram papel de liderar sua conformação: As ONGs peruanas *Sociedad Peruana de Derecho Ambiental – SPDA* e *Derecho, Ambiente y Recursos Naturales –DAR* possuem reconhecida expertise em direito socioambiental peruano, a ONG *Rede Internacional de Rios (Ríos Internacionales / International Rivers Network IRN)* possui reconhecido expertise em direito internacional indígena e direitos humanos e a ONG local indígena *Central Ashaninka del Río Ene – CARE-Ashaninka* composta pelos indígenas Ashaninkas, um dos Povos mais afetados pela possível implantação dos projetos hidrelétricos previstos no Acordo, possui longa tradição em mover exitosas ações judiciais no âmbito local, nacional e internacional com expertise técnica no campo jurídico de FEDEPAZ Adv. A rede obteve apoio de parceiros internacionais como a IRN, Rainforest Foundation, Mott Foundation, Fundo Casa entre outros conforme a seguir demonstrado.

O papel específico da Rede de Defesa de Direitos foi de divulgar as violações de direito e de utilizar as vias judiciais, nacional e internacionalmente (estratégia de *leverage politics* segundo Keck & Sikkink, 1998), pressionando para suspender a implementação do Acordo.

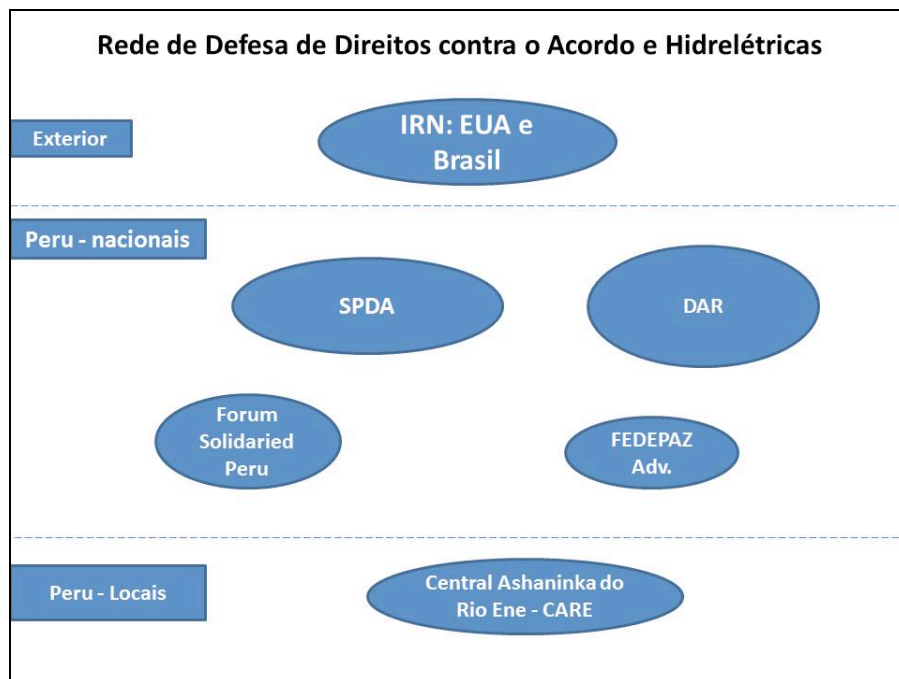


Figura 12. Principais atores da Rede Transnacional de Defesa de Direitos

4.2.3. Comunidade Epistêmica

Em relação à comunidade epistêmica, ela é constituída dentro das próprias plataformas organizacionais dos indivíduos membros da comunidade. Tal comunidade é composta dos pesquisadores Philip Fearnside (INPA), Marc Dourejanni (Pronaturaleza), José Vega (consultor de Pronaturaleza e DAR), John Reid (CSF), Celio Bermann (USP e Rede de Justiça Ambiental), Mariano Castro (ex-diretor da ONG Sociedad Peruana de Derecho Ambiental – SPDA e atual vice ministro do Ministério del Ambiente) Foster Brown (UFAC, MAB, WHRC), muitos deles consultores formais ou informais do Governo Peruano em várias oportunidades nas áreas de energia e meio ambiente na bacia amazônica e que compõe a rede transnacional CHA. Estes pesquisadores compõem também o Painel de especialistas em energia da Campanha que ministraram grande parte das palestras nos inúmeros seminários que a Campanha articulou entre 2008 e 2014.

As ONGs peruanas Sociedad Peruana de Derecho Ambiental – SPDA e Derecho, Ambiente y Recursos Naturales –DAR, se qualificam também como parte desta comunidade epistêmica, institucionalmente uma vez que possuem profissionais¹³² com profundo conhecimento institucionalizado sobre políticas públicas socioambientais do Peru e principalmente sobre direito socioambiental, infraestrutura e energia. Os pesquisadores do Centro para la Sostenibilidad Ambiental de la Universidad Peruana Cayetano Heredia – CSA-UPCH¹³³ membro universitário da rede CAH também se encaixam na categoria de comunidade epistêmica.

¹³² Mais especificamente a Carmen Heck pela SPDA, Monti Aguire pela IRN e Cesar Gamboa e Vanessa Cueto por DAR.

¹³³ “Função do Centro: “Estando basado en una institución académica, una de las labores más importantes del CSA es la creación y fortalecimiento de capacidades para la aplicación del enfoque ecosistémico y para el Desarrollo Sostenible del país.” Conforme <http://csa-upch.org/front/capacitacion> acesso em 16.12.2014.



Figura 13. Comunidade Epistêmica da Campanha contra o Acordo

O CAH não inclui as ONGs internacionais com atuação no Peru como WWF (sua Iniciativa Amazônica) nem a Conservação Internacional, ainda que tenham aportado inúmeros recursos financeiros e de conteúdo técnico para a campanha da rede transnacional contra o Acordo. Isto porque as estratégias destas ONGs internacionais não são totalmente alinhadas com a estratégia da Rede CHA que rechaça frontalmente o Acordo e os projetos de hidrelétricas. A estratégia do WWF foi de construir diálogo com o governo peruano e brasileiro sobre projetos de geração de eletricidade com menos impactos socioambientais no Peru.

O papel da comunidade epistêmica dentro da RTDD foi o de fornecer informação especializada sobre os impactos socioambientais, status e possíveis impactos de violação de leis e de direitos decorrentes da implementação do Acordo e construção das hidrelétricas nele previstas, colaborando para que a campanha se tornasse mais qualificada e portanto com maior credibilidade com o público alvo.

Adicionalmente, usando a afirmação de Haas de que as comunidades epistêmicas possuem maior capacidade de influenciar políticas por meio de informações aos tomadores de decisão em situações de incerteza (HAAS, 1992, p.4) ,pode-se afirmar que o papel da comunidade epistêmica dentro da RTDD foi de prover aos tomadores de decisão no Ministério

de Energía y Minas informações técnicas, baseadas em assertivas causais, sobre uma lista de argumentos técnicos sobre a não conformidade da implementação do Acordo e UHEs com o interesse do país, assim como com normas socioambientais e leis do Direito Internacional e do Direito Peruano.

Em resumo, para os fins do presente trabalho, as Redes presentes em nosso estudo de caso são consideradas com as seguintes características:

Comunidade Epistêmica:

Composição: Indivíduos pertencentes a Ongs peruanas ambientalistas e de direitos humanos, academia peruana, indivíduos, jornalistas, ONGs internacionais, cientistas brasileiros, peruanos e americanos que publicam em revistas internacionais renomadas.

Atuação: Pesquisa e desenvolvimento de argumentos contra o Acordo, divulgação destes em Audiências, debates públicos, manifestações, vídeos, entrevistas, folhetos e cartazes físicos e virtuais, artigos em mídia nacional peruana, brasileira e americana e internacional.

Rede Transnacional de Defesa de Direitos - RTDD:

Composição: Advogados especialistas contratados, ONG indígena CARE, indigenistas e ambientalistas, lideranças indígenas, lideranças camponesas (*rondas campesinas*). A RTDD inclui a comunidade epistêmica.

Atuação: A mesma forma de atuação da comunidade epistêmica acima acrescentando o uso de tribunais, manifestações como passeatas.

Características da Rede Transnacional CAH em geral: hierarquia flexível com pontos focais de cada instituição. A coordenação é revezada entre os dez membros; estando atualmente sob a coordenação da SPDA.

Apoio financeiro da Rede: fundações americanas (Mott Foundation, Moore), inglesas (Rainforest Foundation UK), brasileiras (fundo CASA) redes internacionais (International Rivers Network), indivíduos americanos, cineastas famosos como James Cameron (filme Atavar)

Valores compartilhados entre os membros da Campanha¹³⁴: 1. Defesa de direito à participação, consentimento livre, prévio e informado (com base na OIT 169) e manutenção do modo de vida tradicional das comunidades tradicionais e Povos Indígenas habitantes da Amazônia peruana, nos territórios ameaçados por serem locais para a implantação das cinco hidrelétricas previstas no Acordo; 2 proteção dos territórios ameaçados pelas hidrelétricas; 3. Defesa dos rios livres de quebras de conectividade (hidrelétricas com barragens) na bacia amazônica. 4. Transparência, participação em políticas públicas, 5. Respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural. 5. Planejamento territorial regional e uso planejado dos recursos naturais da bacia amazônica integrado 6. Respeito às leis.

Em suma, apesar de seus diferentes expertises, todas as dez organizações da rede CAH se complementaram para construir a campanha transnacional contra o Acordo Energético, construindo e divulgando fortes argumentos no sentido de enquadrar o Acordo Energético e as suas hidrelétricas como contrários ao interesse nacional peruano.

Componentes da Campanha Transnacional contra o Acordo Brasil-Peru:
Peru, Brasil e internacional
Colectivo Amazonia e Hidrelétricas

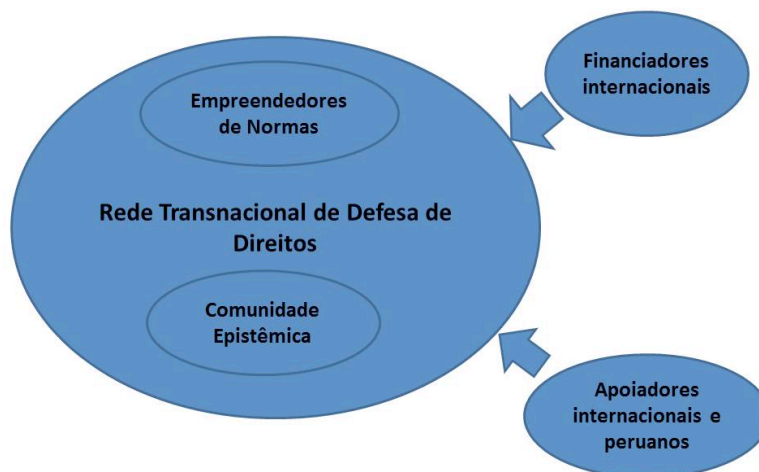


Figura 14. Ilustração dos Componentes da Campanha contra o Acordo Energético Brasil-Peru

¹³⁴ Conforme análise das diversas cartas assinadas pelos membros da campanha coletivamente, missões institucionais das entidades envolvidas, condução de entrevistas, observação participante pela autora através da participação de eventos organizados pela campanha.

4.3. Argumentação da Campanha Transnacional contra o Acordo Energético

Esta seção focará na análise dos argumentos desenvolvidos pela rede de defesa de direitos e comunidade epistêmica membros da campanha contra o Acordo.

Foram encontradas na pesquisa várias formas de manifestação destes argumentos, variando conforme os recursos, capacidade e meios que cada organização possui. Encontramos protestos, pelas Rondas Campesinas potencialmente afetadas por Inambari em conjunto com movimentos apoiadores como ONGs nacionais e transnacionais e academia. No caso de Paqitzapango, diversas cartas foram localizadas enviadas por organizações indígena, indigenistas e de direitos humanos a atores com poder de decisão e influência como, no Peru, os Ministérios de Relações Exteriores, de Minas e Energia e de Meio ambiente, e no Brasil, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados do Brasil e à Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), relatando as preocupações e demandas sobre o Acordo e suas hidrelétricas.

Nesta pesquisa foram analisadas cartas de autoria, individual ou coletiva, das organizações da sociedade civil peruana e transnacional membros da campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru. Diante do teor destes documentos, podemos destacar um conjunto de argumentos, princípios, normas e valores defendidos pelas organizações, que em alguns momentos assinam juntas as cartas.

A análise dos argumentos construídos será feita em seguida na ordem decrescente de maior para menor nível de impactos políticos obtidos, na perspectiva da autora.

4.3.1 Ausência de demanda no Peru e *intrusão* do Estado Brasileiro na política energética peruana

As informações acerca das tratativas para o Acordo provocaram inúmeros questionamentos por parte de setores da sociedade peruana sobre a real necessidade do Peru se comprometer a implementar inúmeras hidrelétricas na Amazônia Peruana e exportar ao Brasil.

Conforme já observado no capítulo 2, o Brasil e Peru possuem diferenças brutais em relação a sua capacidade institucional de elaborar planejamento de demanda de eletricidade a longo prazo. Enquanto no Brasil existe o PDE, Plano Decenal de Energia e o PNE, Plano Nacional de Energia, atualizados anualmente para o prazo de 20 anos, no Peru, possivelmente por conta de uma maior abertura ao capital privado em todos os segmentos (geração, transmissão e distribuição) e conseqüente enfraquecimento do papel do Estado, foi aprovado o primeiro Plan Energético Nacional - 2014 -2024, prevendo a demanda de energia a longo prazo, apenas em novembro de 2014 (MINEM, 2014¹³⁵). Não existia, até o momento da assinatura do Acordo com o Brasil, um plano de demanda de energia e eletricidade de longo prazo desenvolvido pelo governo peruano.

Esta grande diferença entre as regulações e nível de planejamento torna a integração ainda mais desafiadora e foi um dos grandes motivos de preocupação nas discussões para o desenvolvimento do acordo de integração elétrica. Este argumento foi largamente utilizado pela campanha transnacional contra o Acordo e divulgado amplamente nas mídias, conforme inúmeros documentos de campanha analisados (LA ROSA, 2011).

Analisando o contexto Peruano e considerando que até o momento da assinatura do Acordo não havia sido desenvolvido um planejamento energético que permitisse a identificação das reservas e demandas da população peruana por energia como existe no Brasil, Dourojeanni (2010) afirmou que a partir da celebração do Acordo Energético, era provável que o futuro planejamento energético “*fosse adequado aos compromissos assumidos pelo Peru através do Acordo e as outorgas e licenças já concedidas*”. Para alguns setores da sociedade peruana, esta “adequação” pode ser considerada uma *intrusão do Estado Brasileiro* na política nacional de energia peruana, setor estratégico para o país.

Para os membros da campanha, para que uma integração energética ocorra com sucesso, é necessário que a integração gere de fato benefícios para as populações locais e fruto de um compromisso entre ambos países com a população daquela região. Entretanto, restou evidente no

¹³⁵ Conforme Plan Energético Nacional - 2014 -2024, Documento de Trabajo, Resumen Ejecutivo, pg. 14, 2014, disponível em <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/institucional/publicaciones/InformePlanEnerg%C3%ADa2025-%20281114.pdf> acesso em 18/08/2015.

processo de negociação e a previsão das linhas transmissoras de energia que a energia a ser gerada pelas centrais hidrelétricas na Amazônia Peruana não são para o benefício da população local, mas sim destinadas prioritariamente ao polo industrial no sudeste do Brasil, onde existe a demanda por eletricidade. De fato, pela análise do histórico e atual consumo no Peru, torna-se evidente para qualquer pessoa que não seja do ramo de energia que o Peru não precisará da eletricidade de até 7.200 MW prevista no Acordo, pelo menos até a próxima década.

Vejamos. O Brasil possui mais de 110.000 MW de consumo e a cada ano necessita em média aportar mais 4.000 a 5.000 MW adicionais ao seu sistema. Por outro lado, no Peru, em 2013, o consumo chegou no máximo a 7.700 MW por ano. Conforme entrevistas colhidas, as pequenas hidrelétricas, de aproximadamente 300 a 400 MW, são as soluções mais adequadas à atual demanda do Peru. Isto está longe da capacidade de geração planejada para usina de Inambari de 2.400 MW por exemplo. Este argumento também foi utilizado pela campanha transnacional contra o acordo e largamente veiculado em seus materiais e mídia. Desta maneira, fica evidente que a iniciativa de propor o Acordo energético partiu do Brasil e coube a este o convencimento de que haveria ganhos suficientes para o Peru e benefícios mútuos. A campanha frisou que apesar do ganho financeiro na venda de eletricidade por parte do Estado Peruano, os altos custos sociais e ambientais não estariam dimensionados na tratativa e portanto não valeriam a pena implementar os projetos hidrelétricos. Economistas membros da comunidade epistêmica da Campanha, Reid e Veja (VEGA, J. S.; MALKY, A. & REID, J. . 2012), preparam um estudo que comprova esta afirmação. No próximo item explicamos brevemente este argumento:

4.3.2. Necessidade de reforma legal em um dos países

Se por um lado, para fins de segurança energética de longo prazo, o Brasil desenvolveu uma Lei de Concessões Elétricas que exige um fornecimento pelo gerador de eletricidade por um prazo de 30 anos para um determinado concessionário; por outro lado, a Lei de Concessões Elétricas e a Constituição Política peruanas deixam o mercado livre para determinar o destinatário daquela eletricidade. Desta maneira, o Estado peruano não tem a competência legal para determinar que uma certa quantidade de eletricidade gerada nos projetos no âmbito do Acordo seja destinada ao mercado brasileiro de eletricidade. Esta diferença exige que, para a

implementação do acordo, seja necessária uma reforma legal no estado peruano e/ou no estado brasileiro, condição impossível de ser cumprida nas atuais circunstâncias políticas dos países em questão.

De fato, a Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional que resolveu em maio de 2014 arquivar o Projeto de Resolução Legislativa que propunha a aprovação do Acordo Energético Brasil-Peru expõe como principais razões em seu parecer (“*Dictamen*”): “O parecer alerta que os compromissos de exportação não são resultado da demanda ou de um acordo entre o gerador no Peru e um cliente no Brasil, mas sim dada pelo Estado peruano conforme cláusula 3, inciso “c”, “v” do texto do Acordo assinado. Trata-se de um compromisso entre Estados. Nesta cláusula, o Estado peruano, com base na informação técnica de cada projeto é quem definiria e fixaria os “excedentes” da “potência e energia elétrica associada, valores estes que constarão nos contratos de concessão das Centrais de Geração, que se manterão fixos por um período de 30 anos e poderão ser comprometidos para a exportação ao mercado brasileiro pelo mesmo período.

Desta maneira, os montantes fixados não poderão ser modificados livremente pelo Gerador. Segundo o parecer, estas obrigações que o Estado Peruano assume, não são consistentes com a garantia ao livre comércio e indústria que garante o artigo 62 da Constituição peruana nem a liberdade de comércio exterior (art. 63). Além disso, a lei peruana estabelece que as concessões elétricas devem se dar por prazo a ser estabelecido pelas partes e não por um prazo pré-determinado de 30 anos conforme reza o artigo 3 do Acordo. Vale ressaltar aqui que a necessária mudança de legislação como óbice para ratificar o acordo revela o pouco interesse do atual governo peruano de ratificá-lo, uma vez que para ratificar o Tratado de Livre Comércio entre Peru e os EUA, o governo do então Alan Garcia não poupou esforços para aprovar um pacote de decretos e regulamentos para permitir sua ratificação¹³⁶, razão que levou, inclusive aos conflitos sociais de Bagua.

¹³⁶ Conforme La Primera el junio 3, 2014, *¿Murio el Acuerdo Energético Perú – Brasil?* “Esto, que es obvio, evidencia el poco interés del gobierno peruano actual para aprobarlo, puesto que igual que el Tratado de Libre Comercio Perú – USA se necesitaron cambios legales y esto no fue óbice para no aprobarlo. Estamos ante una decisión política muy diferente a la del gobierno anterior. Cesar Gamboa (DAR), Disponível em <http://laprimera.peru.pe/columna/murio-el-acuerdo-energetico-peru-brasil/> acesso em 4 de junho de 2014.

Este argumento foi utilizado pela campanha transnacional contra o Acordo e também reconhecido pelo parecer emitido pela Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional Peruano que solicitou o arquivamento do Tratado em 2014.

4.3.3. Transgressão dos limites planetários: Rompimento da Conectividade dos rios Andes-Amazônia e a ausência de planejamento regional hidro energético

Evidentemente, caso o Peru avance com a geração de eletricidade por hidrelétricas, haverá menos emissões de gases de efeito estufa do que a utilização de gás natural em termoelétricas. Entretanto, outros entraves ambientais foram levantados pela sociedade civil peruana e internacional decorrentes da implementação dos projetos hidrelétricos previstos na bacia hidrográfica Amazônica. Um dos entraves apurados é a ruptura, pela primeira vez, na conectividade entre os fluxos dos rios tributários do Amazonas que veem dos Andes. Outro entrave é o agravamento na transgressão das fronteiras (ou *limites*) planetárias para um espaço seguro para a Humanidade discutido em seguida.

O estudo de FINER, M. & JENKINS, C.N (2012) mostrou que o rio Amazonas está intrinsecamente ligado às montanhas dos Andes por mais de 10 milhões de anos, de forma que quebras bruscas nesta conectividade podem trazer impactos severos e imprevisíveis para todas as espécies da América do Sul (FINER, M. & JENKINS, C.N, 2012). Os autores verificaram que os Andes fornecem sedimento, nutrientes e matéria orgânica para rios amazônicos abastecendo matéria-prima ao ecossistema que é considerado o mais produtivo do planeta. Quebras bruscas na conectividade dos rios da região andina-amazônica são causadas pela construção de hidrelétricas nos rios que os ligam. Neste sentido, os pesquisadores desenvolveram um arcabouço conceitual com base nas hidrelétricas planejadas, as estradas e linhas de transmissão decorrentes das hidrelétricas previstas nos portfólios governamentais para estimar os impactos relativos de todas as hidrelétricas nos rios afluentes do rio Amazonas (Caqueta, Madeira, Napo, Marañon, Putumayo e Ucayali) envolvendo cinco países (Bolívia,

Brasil, Colômbia, Equador e Peru), para estimar os impactos relativos de todas as hidrelétricas e definir seu nível em alto, médio ou baixo¹³⁷).

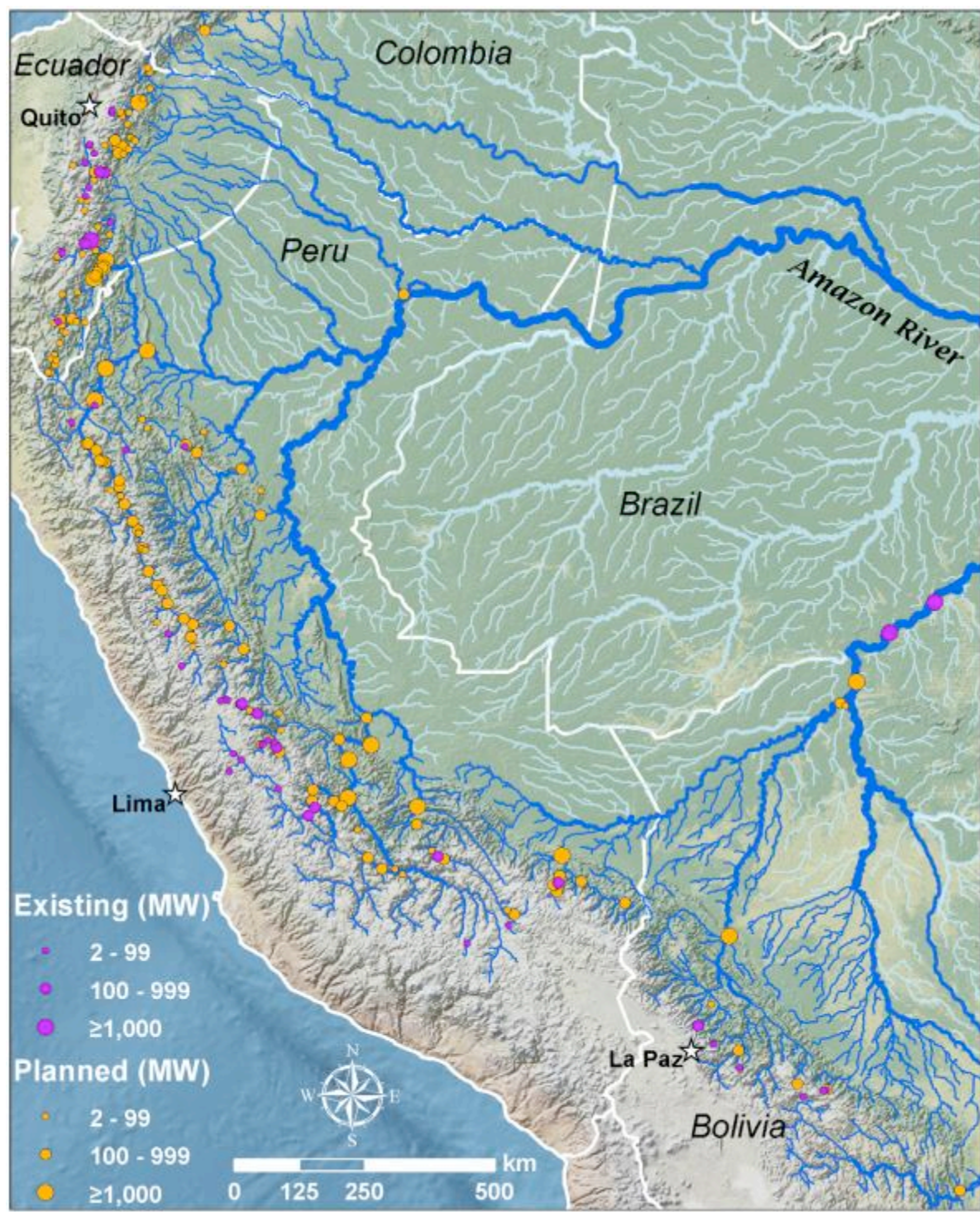
Na análise de todas as hidrelétricas nestas bacias, os pesquisadores verificaram que estão planejadas 151 novas hidrelétricas com potência acima de 2 MW nos próximos 20 anos, refletindo um aumento maior do que 300% em relação a 2012. A análise demonstrou o seguinte: (i) que 47% do impacto ecológico decorrente de novas hidrelétricas é classificado de alto impacto e apenas 19% de baixo impacto; (ii) que 60% das hidrelétricas causaria a *primeira grande ruptura* na conectividade entre as nascentes protegidas andinas e a baixa Amazônia; (iii) que mais de 80% destas obras causaria desmatamento em decorrência das novas estradas, linhas de transmissão e inundação e (iv) que 40 das 151 barragens planejadas para a bacia amazônica para os próximos 20 anos seriam construídas imediatamente a montante ou a jusante de alguma Terra Indígena.

O estudo mensurou os impactos de todas as hidrelétricas planejadas na bacia Amazônica, incluindo cinco dos seis maiores afluentes andinos do rio Amazonas e verificaram que a conectividade dos rios mais ameaçados são justamente os originados no *Peru andino e no Equador que deságuam na bacia Amazônica*.

Em virtude de existir uma minoria de UHEs com baixo impacto ambiental, os autores deste estudo também questionam a categorização de UHE como fonte de energia limpa e inclusive motivo para pedidos de créditos de carbono como será melhor debatido no item a seguir.

O mapa a seguir mostra as hidrelétricas existentes (pontos roxos) e planejadas (pontos laranjas) na região Andina-Amazônica dos países Peru, Brasil e Bolívia:

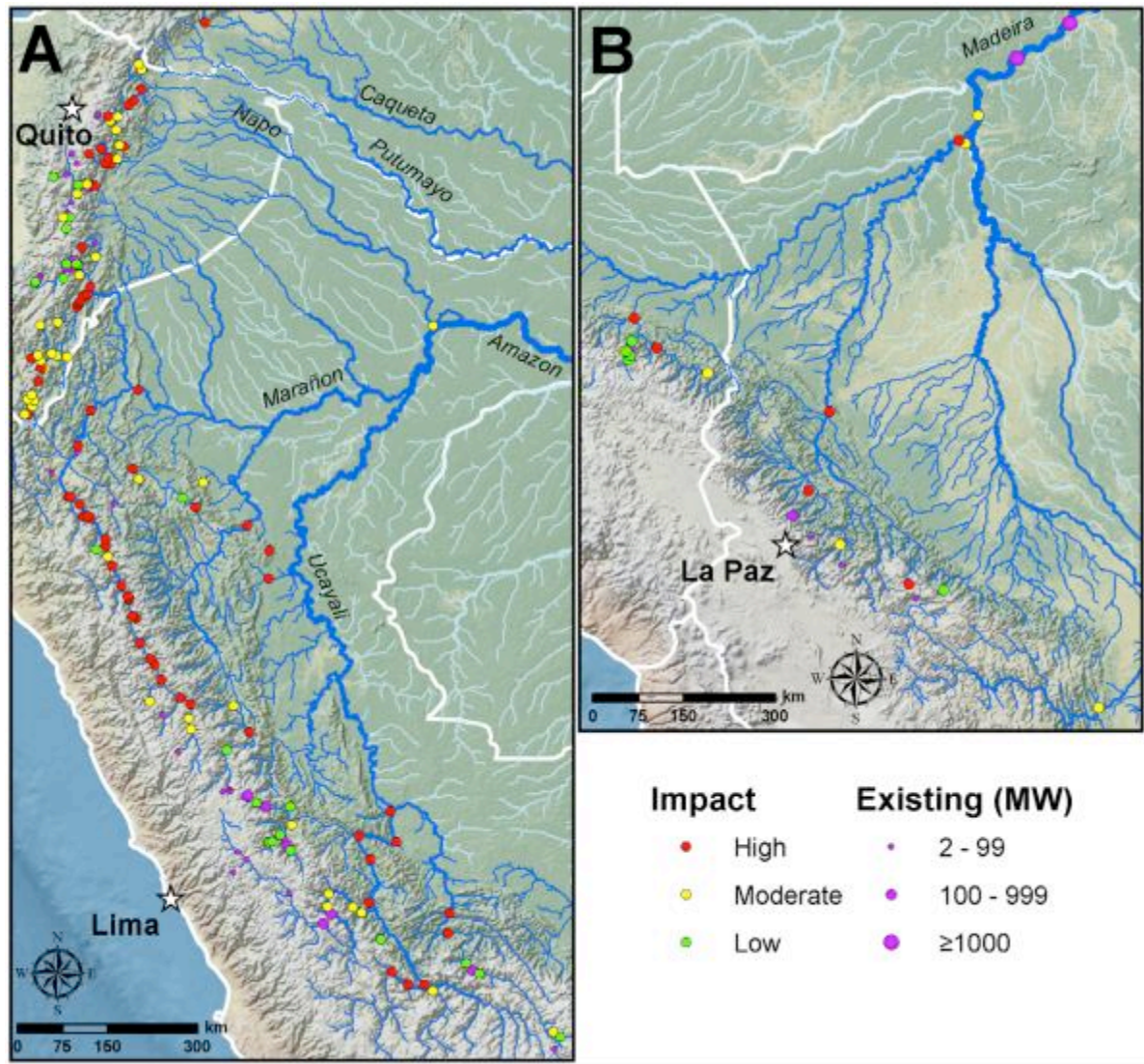
¹³⁷ Os pesquisadores conjugaram uma série de fatores de uma obra para definir seu nível de impacto conforme pg. 4 e 7-8 Finer, M. & Jenkins, Clinton N., 2012 (materiais e métodos).



Fonte: FINER, M. & JENKINS, C.N, 2012.

Mapa 10. Hidrelétricas nos Andes e Amazônia segundo status (existentes e planejadas) e tamanho (2–99 MW, 100–999 MW, e ≥1,000 MW capacidade).

Os mapas a seguir mostram os resultados da análise ecológica de níveis de impacto (alto, moderado e baixo) das hidrelétricas dos rios originários da Colômbia, Equador e norte do Peru andino (mapa A) e dos rios originários da Bolívia e sul do Peru andino (mapa B).



Fonte: FINER, M. & JENKINS, C.N, 2012.

Mapa 11. Resultados da análise ecológica de níveis de impacto das hidrelétricas dos rios originários da Colômbia, Equador e norte do Peru andino e dos rios originários da Bolívia e sul do Peru andino.

Apesar dos cientistas autores deste estudo não serem membros da comunidade epistêmica pertencente à campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru, os resultados trazidos por FINER, M. & JENKINS, C.N (2012) são facilmente aplicáveis ao

objeto da presente tese. Desta maneira, os interlocutores da campanha utilizaram o estudo para afirmar que a implementação do Acordo contribuirá de maneira significativa para romper a conectividade Andina-Amazônica por conta da construção de grandes usinas no complexo do rio Ucayali, exatamente na confluência dos dois principais rios que o forma: Tambo e Urubamba. A campanha retoma ainda que na análise de FINER, M. & JENKINS, C.N, (2012), todas as hidrelétricas amparadas pelo acordo são exemplos de *alto impacto* por conta do nível de fragmentação, inundação e infraestrutura exigida.

Falta de planejamento hidro energético regional no nível de bacia Amazônica

Infelizmente os esforços ativos para gestão pública descentralizada na região Andina-Amazônica tem deixado o planejamento na escala reduzida para o nível estadual ou ainda municipal, o que dificulta uma visão e planejamento transfronteiriço e na escala necessária de bacias hidrográficas interdependentes. Os projetos são avaliados isoladamente e frequentemente apenas pela ótica do empreendedor sendo que as obras do setor elétrico conduzidas pelos governos em conjunto com empresas privadas na região Andina-Amazônica geram impacto de longuíssimo prazo.

De fato, atualmente não existe planejamento do uso do potencial energético, dos recursos naturais e vias de integração física da bacia amazônica de maneira integrada e a longo prazo. Uma notável ilustração desta falta de planejamento integrado é o fato da hidrelétrica Inambari prevista no Acordo Energético Peru-Brasil inundar grande parte da rodovia Interoceânica Sur que liga o Acre ao Pacífico atravessando a Amazônica Peruana, recentemente construída. Desta maneira, é fácil constatar que desperdício de recursos financeiros e conflitos locais podem ser evitados com uma visão e planejamento preliminar.

Além disso, depois de analisar os resultados científicos destas pesquisas como a de FINER, M. & JENKINS, C.N, (2012), ficam evidentes outras necessárias implicações para políticas públicas transfronteiriças da região. Ficou claro que a falta de planejamento e de avaliação do potencial impacto regional das hidrelétricas planejadas e já construídas e na escala de bacia hidrográfica amazônica com rios interdependentes causa graves impactos ecológicos em termos de rompimento da conectividade de rios e perda florestal. Desta maneira, a fim de evitar o

avanço de perda de recursos naturais e de habitats de populações locais, é nítida a necessidade, seja por parte dos governos da região Andina-Amazônica, ou por parte de uma instituição supranacional, de desenvolver uma avaliação e planejamento estratégico, multi-facetado, de escala regional e de bacias hidrográficas e principalmente a longo prazo dos projetos de hidrelétricas nas regiões Andina-Amazônica para assegurar a conectividade livre dos afluentes que veem dos altos Andes até a baixa Amazônia e reduzir os impactos socioambientais potencialmente profundos para toda a população. Este planejamento é imperativo para manter a conectividade Andes-Amazônica existente há mais de 10 milhões de anos.

Em termos práticos, os resultados destes tipos de estudos científicos como FINER, M. & JENKINS, C.N, Riveros, Margules (a seguir discutidos) devem ser aproveitados para iluminar os tomadores de decisões políticas a fim de complementarem os planejamentos locais com dados de escala regionais e também possibilitar a identificação de locais para construção de usinas que provoquem menor interrupção possível da conectividade livre dos afluentes que vem dos altos Andes até a baixa Amazônia.

As conclusões de FINER, M. & JENKINS, C.N, (2012) deixa claro que não está sendo elaborado ou ao menos implementado por nenhum órgão regional como por exemplo, a Unasul, IIRSA, OTCA ou Cosiplan um planejamento estratégico nos níveis de bacias hidrográficas para manter a conectividade dos rios afluentes que vem dos altos Andes até a baixa Amazônia. Esta conclusão advém do seguinte raciocínio: Se houvesse este planejamento supra nacional desenvolvido e colocado em prática, não haveria tantas hidrelétricas previstas de alto impacto interferindo na conectividade, mas sim hidrelétricas em lugares menos impactantes ou em menor número.

Por envolver inúmeros países, diferentes mandatos governamentais, evidentemente a tarefa de planejar o uso dos recursos naturais da região, principalmente a longo prazo, é bastante complexa e os desafios políticos para construir e implementar esta visão integrada são enormes. Infelizmente na prática não existe uma instituição que esteja analisando e procurando uma solução do presente impasse de hoje: O Rio Madeira está reduzindo a conectividade Andes-Amazônia por conta da construção das duas grandes usinas hidrelétricas (Santo Antonio e Jirau). Desta maneira, é urgente e necessário avaliar se as demais hidrelétricas planejadas nos demais rios à montante e conectores da Amazônica aos Andes, nos rios Maroñon, Ucayali,

Napo e Caqueta, vão provocar risco de interromper a conectividade com fluxos suficientes entre os Andes e a Amazônia.

FINER, M. & JENKINS, C.N, (2012) sugerem que esta atividade de planejamento regional deveria ficar a cargo de uma nova comissão multi nação ou uma força tarefa. A este propósito, os pesquisadores mencionam duas entidades nacionais Peruanas (www.iiap.org.pe Instituto Interregional Amazônico de Pesquisa e www.ciam.org.pe Conselho Interregional Amazônico) que coletam dados e analisam informações entre as fronteiras dos estados federados (“departamentos”) para fins de planejamento em maior escala. Neste sentido, os autores mencionam que tais entidades poderiam estender as análises para o nível entre fronteiras nacionais. Por conta da IIRSA ter sido incorporada pela Unasul, vale mencionar que outra alternativa poderia ser destinar esta atividade para uma nova comissão multi nação ou uma força tarefa no âmbito da Unasul.

Ademais, vale lembrar que em 2007, na ocasião da I cúpula energética Sul-americana, na Isla Margarita, na Venezuela, este mesmo país propôs o desenho de uma estratégia energética, um plano de ação e um tratado energético para America do Sul, centrado em petróleo, gás, energias alternativas e conservação de energia. Porém, engavetou-se a proposta por conta da UNASUL que priorizou os temas de direitos humanos e defesa. Entretanto, é necessário lembrar que violações de direitos humanos e de direito indígena e de comunidades locais ocorrem frequentemente justamente por conta da falta do planejamento, participação, consulta sobre os projetos decorrentes dos esforços para integração energética Brasil-Peru.

*Ferramenta institucional para o planejamento hidro energético regional – World Wildlife Fund (WWF)*¹³⁸

Apesar de órgãos oficiais de governança e de planejamento da região Andina-Amazônica não terem desenvolvido até o momento um mecanismo de planejamento para o avanço da hidro energia nestas bacias, a ONG internacional ambientalista World Wildlife Foundation, WWF, apoiadora da campanha transnacional contra o Acordo, lançou em 2008 uma ferramenta construída de sistema de apoio à decisão (“*DSS – decision support system*”). O instrumento é

¹³⁸ Ferramenta chamada “A Tool for Greener Hydroenergy Planning in the Amazon” – da WWF Living Amazon Initiative.

pioneiro e poderia ser aprimorado para ser utilizado pelos países para auxílio às decisões sobre hidro energia da região. Como se trata de uma ONG ambientalista, a ferramenta, foi desenvolvida em primeiro lugar tendo como principais parâmetros as prioridades de conservação definidas segundo o WWF.

Importante lembrar que o WWF não é membro da Rede de ONGs reunidas na Campanha transnacional contra o acordo e denominada Colectivo Hidrelectrica Amazonia (CHA), porque desenvolve suas próprias estratégias de proteção de rios na Amazônia, possuindo a iniciativa própria LAI Living Amazon Initiative. Desta maneira, quando as estratégias entre o Colectivo e o WWF coincidem, as entidades cooperam para alcançar o objetivo comum. Entretanto, esta relação não é isenta de conflitos ou contradições. Frequentemente não é claro se os objetivos são coincidentes, porém podem cooperar por questões políticas e porque é objetivo institucional da LAI WWF fortalecer instituições da sociedade civil e fazer com que suas considerações sejam tomadas em conta nos processos decisórios (LAI - *a new way of doing business in "Living Amazon Initiative Strategy Summary Booklet WWF, 2010*). No caso da hidrelétrica de Inambari, alvo da campanha contra o Acordo, a ferramenta de auxílio a decisão de hidro energia do WWF indica que, por conta deste rio já estar bastante poluído em função do garimpo e outras ações humanas, este rio não seria prioritário para conservação. Este é um exemplo em que os objetivos do WWF e do Colectivo Hidrelectrica Amazonia (CHA) não coincidem.

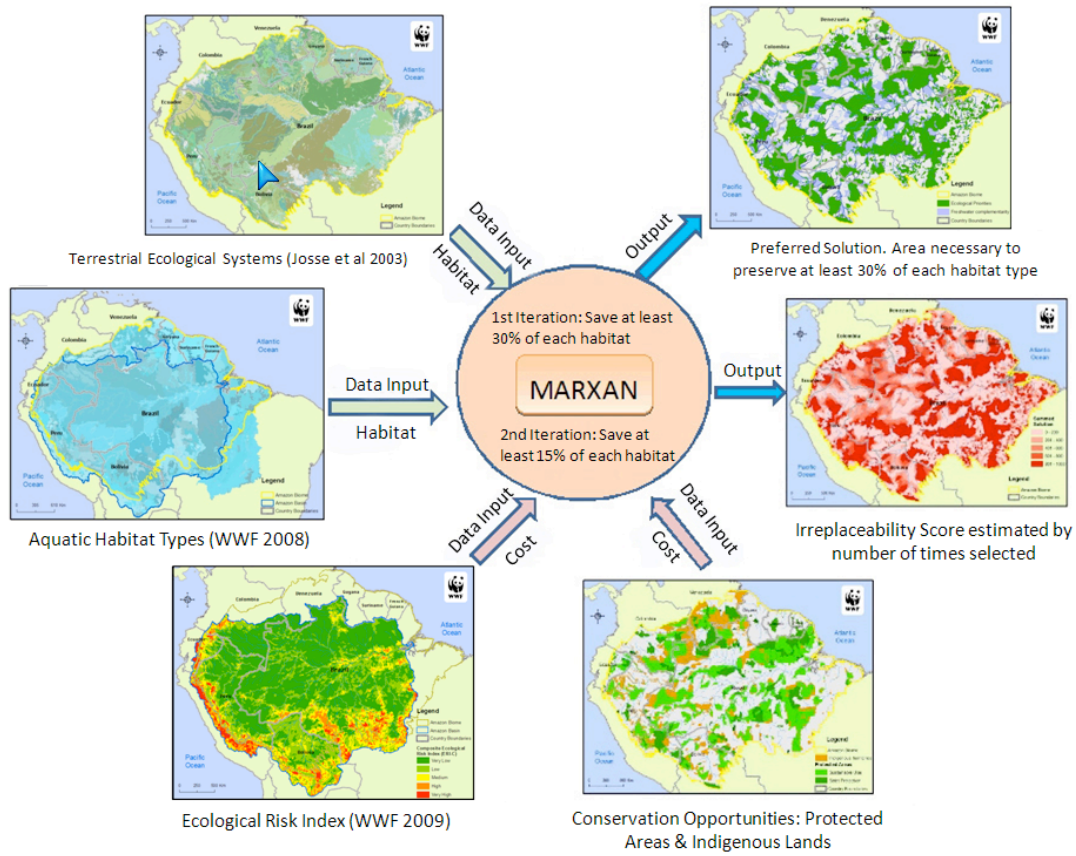
De qualquer forma, a ferramenta desenvolvida pela entidade é extremamente útil para o planejamento do uso dos rios para hidro energia da região. Apesar de até o momento não incorporar fatores sociais como comunidades locais, sócio diversidade, a ferramenta é o tipo de instrumento que uma organização regional de governança como o Cosiplan, Unasul, CIER, Olade ou OTCA deveria desenvolver para servir de orientação aos países da região. Esta é também a opinião do diretor de sustentabilidade da Odebrecht Luiz Gabriel Azevedo (conforme entrevista realizada em 03.03.2015). Se desenvolvida com ampla participação de setores diversos das sociedades dos Estados membros da região (como sociedade civil, empresas, academia além dos representantes dos Estados), uma ferramenta como esta possui o potencial de ser bem utilizada pelos países. Se a ferramenta for construída por um coletivo heterogêneo como este, ainda que iniciada e/ou coordenado pelo WWF, seria possível impedir que ela seja vista como

um instrumento desenvolvido por uma ONG do Norte e portanto visto com preconceito e resistência por inúmeros atores locais e nacionais dos países da pan-amazônia. A falta de participação, origina desconfiança e preconceito por parte de atores locais e nacionais e podem travar o uso da ferramenta pelos atores que realmente se beneficiariam dela.

A versão da ferramenta de apoio à tomada de decisões do WWF lançada em 2008 foi mais embasada nos aspectos ecológicos terrestres e fez parte da estratégia da LAI para a pan-amazônia. Posteriormente, em 2012, foi atualizada a ferramenta incorporando parâmetros sobre hidro energia para aplicar a ferramenta a uma das novas prioridades institucionais de ação: melhorar o desenvolvimento hidroelétrico na região. Neste sentido, foi desenvolvida ferramenta de apoio à decisão focada para ecossistemas aquáticos, sendo chamado de “*Hydrological Information System; Amazon Region Assessment (HIS-ARA)*”. Esta ferramenta de apoio à tomada de decisão utiliza estudos que já modelam os impactos das mudanças climáticas nos índices pluviométricos da região pan-amazônica¹³⁹ e foi feita com base em informações físicas terrestres e aquáticas, biológicas e hidrológicas. O trabalho permitiu elaborar cenários para um visão de longo prazo com o objetivo de responder a seguinte pergunta: como garantir no futuro uma amostra representativa, funcional, eficiente e resiliente da biodiversidade amazônica com a melhor relação custo-benefício?

Em um resumo simplificado, a ferramenta envolve a combinação de quatro parâmetros: (1) índice de risco ecológico (WWF, 2009), (2) oportunidades de conservação baseada em unidades de conservação e territórios indígenas já titulados, (3) sistema ecológico terrestre (Josse *et al* 2003), (4) tipos de habitats terrestres (WWF, 2008), balizado pelo parâmetro da necessidade de conservação de um mínimo de 30% de cada tipo de habitat (conforme metas da convenção da biodiversidade), o que gerou uma pontuação de áreas que seriam insubstituíveis. Tais dados são inseridos em um sistema de modelagem (Marxan originado em universidade polonesa e Zonation) que resultam em “*a melhor solução identificada pelo MARXAN (a solução que atende as metas e condições definidas pelo operado como o mínimo custo) originando um conjunto de áreas prioritárias de conservação de água doce para o bioma amazônico*” (Riveros, 2008, p.8).

¹³⁹ Indicando, segundo o estudo, que seria necessário incorporar ao planejamento regional energético outras fontes renováveis além de hidroelétricas.



Fonte: RIVEROS, 2008, p. 7. *WWF- Living Amazon Iniciative*.

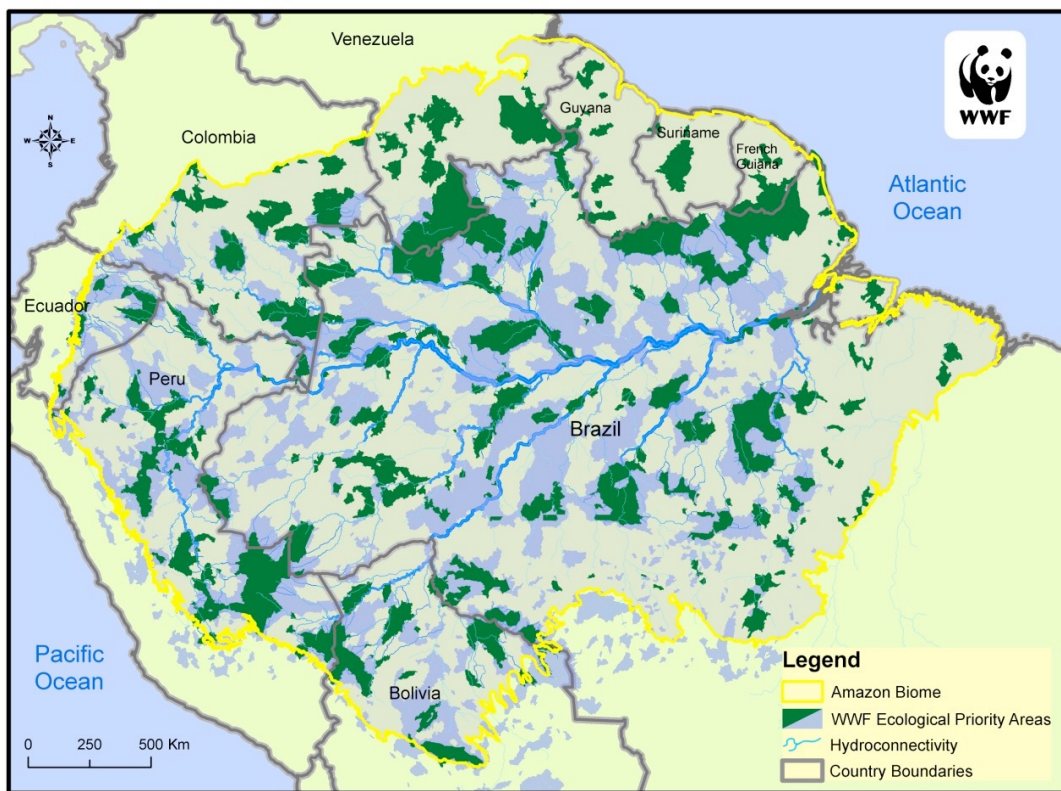
Figure 15. Parâmetros utilizados pelo sistema de apoio à decisões para planejamento do uso dos recursos hídricos da região amazônica (WWF).

Segundo Riveros et al (2008):

“Os estudos resultam na identificação de um conjunto de áreas prioritárias para conservação e na definição de “rios a preservar”, que garantam a integridade ecológica terrestre e aquática da bacia. Este tipo de ação, baseada num ferramental científico, fortalece e *propicia um dialogo pró-ativo* entre os diversos interesses no planejamento e no desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade, sem deixar de considerar os elementos intrínsecos ao desenvolvimento do sistema elétrico: diversificação e segurança energética, gerenciamento da demanda, modernização tecnológica e integração sistêmica e boas práticas na tomada de decisão e governança”.

A “Visão Ecológica da Amazônia”, segundo a equipe de ciência da conservação do WWF, utilizou uma abordagem de planejamento sistemático da conservação, obtendo uma priorização em grande escala baseada nos princípios de representação, possibilidade de substituição, funcionalidade, flexibilidade, vulnerabilidade e conectividade (MARGULIS & SARKAR, 2007). Desta maneira, verificamos que os princípios norteadores do estudo são mais amplos do que o trabalho de FINER, M. & JENKINS, C.N, (2012) anteriormente mencionado, que apenas considera o parâmetro de conectividade.

O mapa a seguir mostra o resultado da aplicação da ferramenta para a bacia Amazônica segundo os parâmetros acima descritos evidenciando os cursos de água priorizados pela sua importância para a hidro-conectividade:



Fonte:

Riveros, 2008, p.8.

Mapa 12. Rios priorizados pela sua importância para a hidro-conectividade (WWF).

Tendo em vista as mais de 60 grandes represas planejadas para a Amazônia (www.dams-info.org), esta ferramenta trás a vantagem de um olhar de planejar a hidro energia na Amazônia em uma perspectiva de *bacia hidrográfica* como um todo e não por sub-bacias como tem sido feito pelos Estados Nacionais da bacia amazônica isoladamente.

Esta ferramenta, construída com forte capacidade técnica institucional por uma ONG transnacional, preenche uma significativa lacuna no âmbito do planejamento da questão hidro energética da bacia hidrográfica Amazônica. Se aperfeiçoada, refinada e finalmente incorporada por órgãos de governança e planejamento regional da região, ela tem o potencial de ser utilizada para alcançar o tão almejado planejamento de bacias no nível regional considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos para o avanço da hidroeletricidade na Amazônia. Órgãos regionais que, por sua missão institucional poderiam cumprir este papel, poderiam ser a OTCA ou o COSIPLAN da UNASUL.

Agravamento da transgressão das fronteiras planetárias

Podemos dizer que a crise ambiental é um fator determinante para a necessidade de uma nova governança global. Em relação à construção das hidrelétricas amparadas pelos esforços para integração energética entre Peru-Brasil, um impacto relevante diz respeito ao agravamento na transgressão de quatro das nove fronteiras planetárias existentes para garantir um espaço seguro e operacional para a Humanidade, nos termos demonstrados por Roskstrom et al.(2009): *(i) uso global de água doce, (ii) mudança no sistema do solo, (iii) mudanças climáticas, e (iv) perda da biodiversidade.*

Os pesquisadores Johan Rockstrom *et al* publicaram em 2009 o artigo “*Limites Planetários: Explorando um espaço seguro e operacional para a Humanidade*”¹⁴⁰ que trouxe a ideia revolucionária de “fronteiras (ou limites) planetários” que está sendo cada vez mais discutida nos fóruns de política ambiental global e gradativamente mais presente na consciência das pessoas e dos líderes de governos reformistas.

¹⁴⁰“Rockstrom, Johan et al. (2009), *Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity*, in *Ecological and Society* 14(2): 32.”

Os pesquisadores trabalham com a premissa de que as pressões antropogênicas no sistema planetário tem alcançado uma escala tamanha a ponto de provocar mudanças ambientais globais bruscas no sistema planetário. Neste sentido, os autores propõem uma nova abordagem para a sustentabilidade global em que se definem as tais fronteiras planetárias, dentro das quais é esperado que a humanidade opere de maneira segura. Desta maneira, transgredir uma ou mais destas fronteiras pode ser deletério ou até catastrófico por conta do risco de causar mudanças bruscas ambientais nas escalas continental ou mesmo planetária, com sérias implicações para a segurança internacional.

O novo conceito de fixação de fronteiras planetárias lança as bases para alterar a abordagem de governança global daquela ideia de limitar o crescimento setorial com o objetivo de minimizar externalidades negativas para uma nova visão de estimar um espaço seguro para o desenvolvimento humano. Assim, as fronteiras planetárias definem um campo de operação planetária para a humanidade para assegurar que se evite grandes mudanças ambientais humanamente induzidas na escala global, evitando desta forma catástrofes que podem comprometer a segurança internacional. Em relação aos impactos sociais de transgredir estas fronteiras, estes serão uma função da resiliência sócio-ecológica das sociedades afetadas. (VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías, 2012 e VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías; LEMOS RIBEIRO, Thaís, 2012).

O processo de identificação destes limites planetários foram definidos de acordo com o entendimento científico atual, influenciado por julgamentos normativos e baseado nos seguintes critérios: (1) emergiram do que constitui mudança do ambiente global induzido humanamente de forma inaceitável; (2) a determinação da posição do limite planetário como uma função da resistência social e ecológica dos impactos nas sociedades (por exemplo, a capacidade de comunidades costeiras suportar aumento do nível do mar), (3) a posição do limite planetário como função do grau de risco da comunidade global em relação a quanto tempo ela pode suportar até o limite ser alcançado e (4) a identificação das fronteiras através de processos em que o tempo necessário para gerar mudança abrupta ou irreversível é um prazo dentro de horizonte ético - curto o suficiente para influenciar as decisões de hoje e longo o suficiente para prover a base para sustentabilidade das futuras gerações.

Levando em consideração estes critérios, os autores apresentam e discutem nove limites planetários atualmente existentes conforme a seguir: (1) mudanças climáticas (2) acidificação do oceano (3) depredação do ozônio estratosférico (4) nível de acumulo de aerossol atmosférico (5) fluxos biogeoquímico interferindo nos ciclos de fósforo e nitrogênio, (6) uso global de água doce, (7) mudança no sistema do solo, (8) taxa de perda de biodiversidade e (9) poluição química.

Para cada categoria desenvolvida de limite planetário, os autores elaboraram formas de medir a sua variação, zona de incerteza, status de conhecimento sobre ela e evidências do nível de alcance do limite planetário, sendo que propuseram a quantificação para sete destas fronteiras. O texto salienta ainda que as fronteiras são interdependentes. Ou seja, existem interações entre as fronteiras de forma que é possível a posição da fronteira ser alterada em função da alteração do nível de outra fronteira.

Uma das principais conclusões dos autores foi a demonstração de que três fronteiras que já foram ultrapassadas pela humanidade: o nível de perda de biodiversidade (extrapolado em 1º lugar), o ciclo de nitrogênio (2º lugar) e as mudanças climáticas (3º lugar).

Neste sentido, a construção das hidrelétricas amparadas pelos esforços para integração hidro-energética entre Peru-Brasil, colabora para agravar a transgressão de algumas destas fronteiras e conseqüentemente, provoca impactos em termos de segurança internacional demandando a construção de uma correspondente governança regional para a tratativa.

A seguir discutiremos como tais impactos decorrentes da implementação do Acordo Energético Brasil-Peru ocorreriam e colaborariam para o agravamento de tais fronteiras planetárias, assim como as implicações para governança global. É possível argumentar que a construção das hidrelétricas amparadas pelos esforços para integração energética entre Peru-Brasil colaborará para agravar a transgressão de pelo menos quatro das fronteiras planetárias de Rockstrom (i) *perda da biodiversidade*; (ii) *mudanças climáticas*; (iii) *mudança no sistema do solo*; e (iv) *uso global de água doce* Vejamos abaixo nesta ordem.

Em relação ao agravamento da fronteira já extrapolada da *perda de biodiversidade*, é evidente que a construção de barragens alagando vastas áreas de florestas nativas dotadas de altos níveis de biodiversidade colabora para a perda do nível de biodiversidade inundando-as.

Além disso, há uma ruptura significativa na migração de peixes e deficiência de fornecimento de nutrientes a eles conforme a seguir discutido (Fearnside, 2012).

Já com relação ao agravamento da fronteira já extrapolada das *mudanças climáticas*, destaca-se a emissão de metano decorrente das hidrelétricas, conforme discutido a seguir.

Hidrelétricas como geradores de gases de efeito estufa – O metano

O metano (CH₄) é um poderoso gás de efeito estufa (GEE) formado quando a matéria orgânica se decompõe sem a presença de oxigênio, que ocorre por exemplo, no fundo de um reservatório de hidrelétricas. Ele é em torno de 24 vezes mais poluente do que a molécula de dióxido de carbono (CO₂).

Alguns autores renomados que escrevem sobre este tema pertencem à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA). Segundo o geógrafo Marco Aurélio dos Santos da COPPE, três fatores são responsáveis pela produção desses chamados gases quentes numa hidrelétrica: (i) a decomposição da vegetação pré-existente, ou seja, das árvores atingidas pela inundação de áreas usadas na construção dos reservatórios; (ii) a ação de algas primárias que emitem CO₂ nos lagos das usinas; e (iii) o acúmulo nas barragens de nutrientes orgânicos trazidos por rios e pela chuva. Tal pesquisador produziu estas conclusões em sua tese de doutorado concluída no ano de 2000, intitulada “Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa Derivadas de Hidrelétricas”.

O ecólogo e pesquisador Philip Fearnside do INPA, membro da comunidade epistêmica da campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru e do “Board” da ONG International Rivers Network, também tem publicado inúmeros e constantes artigos científicos em âmbito nacional e internacional sobre o registro dos GEEs decorrentes da implantação de barragens. Segundo ele, as barragens também emitem quantidades substanciais de gases de efeito estufa, muitas vezes ultrapassando as emissões cumulativas da geração a partir de combustíveis fósseis durante décadas.

Fearnside explica que o tempo é especialmente crítico para a Amazônia, onde as mudanças climáticas previstas colocam a floresta em risco. O pesquisador argumenta que é

necessário levar em consideração o tempo para comparar o impacto do aquecimento global de hidrelétricas e combustíveis fósseis ou outras fontes de energia. Explica: as hidrelétricas tem uma grande emissão nos primeiros anos. Nos anos seguintes, esta emissão cai para um nível inferior, mas que irá ser mantido indefinidamente. O pico das emissões nos primeiros anos cria uma "dívida" que vai lentamente sendo paga, na medida em que a geração de energia pela barragem substitua a geração a partir de combustíveis fósseis nos anos subsequentes. O tempo decorrido pode ser substancial. Por exemplo, no caso de Belo Monte mais a primeira barragem a montante (Babaquara/Altamira), o tempo necessário para saldar a dívida de emissão inicial é estimado em 41 anos. Segundo ele, um período de 41 anos tem uma enorme importância para a Amazônia, onde a floresta está sob ameaça das mudanças climáticas projetadas sobre esta escala de tempo. Segundo o pesquisador, uma fonte de energia que leva 41 anos ou mais apenas para chegar ao ponto zero em termos de aquecimento global dificilmente pode ser considerada como energia "limpa". Segundo Fearnside, a grande expansão de hidrelétricas planejada na Amazônia terá seu enorme pico de emissão justamente na janela de tempo quando o mundo precisa controlar o efeito estufa para evitar as consequências mais graves.

Por estes e outros motivos, diversos pesquisadores afirmam que a geração hidrelétrica está longe de ser energia "verde" ou ainda, nas palavras de Fearnside, "limpa" (FEARNSIDE, P. e MILLIKAN, B, 2012¹⁴¹).

A respeito das mudanças climáticas, importante lembrar que elas já estão afetando os índices pluviométricos da bacia amazônica (conforme discutido no item 2.1.1¹⁴² do capítulo 2), sendo importante argumento incorporado pelos atores da campanha no sentido da impossibilidade de deixar o planejamento para sanar a demanda de eletricidade de maneira concentrada em hidrelétricas. Pelo contrário, há necessidade de explorar outras alternativas para geração de energia elétrica, como por exemplo, a energia solar, eólica, das marés e biomassa no planejamento e gestão da demanda de energia (MOREIRA, 2012a, MOREIRA, 2012b, BARA, P. 2013, SAE, 2015).

¹⁴¹ FEARNSIDE, P. e MILLIKAN, B. Hidrelétricas na Amazônia: Fonte e Energia Limpa? In MOREIRA, P.F. 2012 (Org.), 2ª edição, O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios, p.49-57 / Brasília: Ed. International Rivers Network.

¹⁴² O item 2.1.1. diz respeito à Integração Energética na América do Sul: Histórico, Desafios e as Mudanças Climáticas.

Sobre o agravamento da fronteira de *mudança de uso do solo*, também são claras as alterações de uso do solo como o desmatamento necessário tanto para construção das hidrelétricas quanto para a construção do acesso até elas como estradas e linhas de transmissão (FINER, M. & JENKINS, C.N, 2012). Em relação ao agravamento da fronteira de diminuição de água doce no mundo, é necessário mencionar os estudos de Fearnside que explicam os impactos à água doce e aos peixes (biodiversidade) a jusante e a montante das barragens:

“Mesmo quando as barragens tem um desenho mais comum, com água lançada por uma casa de força localizada diretamente abaixo da represa, impactos a jusante são consideráveis. A água que passa através das turbinas é tirada perto do fundo do reservatório, a uma profundidade onde a água contém quase nenhum oxigênio. Esta água precisa fluir uma grande distância (centenas de km) abaixo da represa antes que ela recupere a quantidade de oxigênio que seria encontrado no rio natural. A água sem oxigênio mata muitos peixes e evita que outros peixes subam o rio, como no caso dos peixes ascendendo os afluentes do rio Amazonas. Desta forma, a consequência para a subsistência dos moradores a jusante é dramática em termos de acesso à alimentação de peixes, e estes impactos ficam completamente sem reconhecimento ou indenização. O pulso natural de inundação em rios amazônicos sem barragens é uma característica essencial para quase todos os aspectos dos ecossistemas naturais de várzea, bem como da agricultura, que depende da renovação anual da fertilidade do solo por sedimentos depositados pelas inundações. Esse pulso também é essencial para fornecer nutrientes para lagos de várzea, onde muitas espécies de peixes se reproduzem.” (Fearnside, 2012, grifos nossos)

Impactos a Montante

A propósito dos impactos acima das barragens, Fearnside demonstra que as barragens também impedem a migração de peixes, tanto subindo como descendo o rio. “*Muitas espécies de peixes na Amazônia tem uma “piracema”, ou uma migração em massa subindo os afluentes no início da temporada de inundação. Após a reprodução nas nascentes do rio, os peixes recém-nascidos descem os afluentes à deriva e depois crescem até a idade adulta na calha principal do rio Amazonas*”.

Em relação à construção das hidrelétricas amparadas pelo acordo Peru-Brasil, vale lembrar que todas são previstas para ser do tipo com reservatório e, portanto, sujeita as emissões de metano mencionadas pelos pesquisadores acima. O fato de serem usinas com reservatório já implica no agravamento da transgressão da fronteira planetária de *uso global de água doce* uma

vez que a água parada no reservatório faz com que os nutrientes que os rios trazem dos Andes sejam deteriorados, além de serem alvo do metano.

4.3.4. Análise custo-benefício do projeto hidrelétrico Inambari para a sociedade peruana e o Custo das Linhas de Transmissão

Aqui será apresentada brevemente as conclusões das análises da viabilidade econômico-financeira, de risco e sensibilidade realizadas em 2012 por Vega, Malky e Reid "*Costos y Beneficios del Proyecto Hidroeléctrico del Río Inambari*". Em resumo, segundo a análise econômica-financeira), o Projeto Inambari somente seria viável economicamente para os investidores se o preço da tarifa elétrica considerado na análise fosse de US\$ 70,00/MWh que é superior ao preço mínimo do Peru (US\$ 56,00/MWh) e do preço do mercado brasileiro (US\$ 51,96/MWh) em 2012. De acordo com Vega et al. (2012), uma resposta a este questionamento seria a “quase” obrigatoriedade de construir as quatro outras centrais que estariam incluídas no Acordo Energético Peru-Brasil, aumentando a quantidade de eletricidade a ser transmitida, amortizando o custo da construção das linhas de transmissão e por conseguinte, aumentando o valor presente líquido de toda a operação.

Ademais, segundo os especialistas, do ponto de vista da sociedade peruana, o cálculo do valor presente líquido, ou seja, dos benefícios dimensionados da construção de Inambari não levou em consideração de maneira realista os custos ambientais e sociais, sendo fixada como apenas 2,6% do investimento total (US\$ 112,5 milhões)^{143 e 144}

A planta de Inambari tem um embalse com capacidade de regularização multianual que está água acima das usinas hidrelétricas brasileiras de Santo Antônio e Jirau com 3.500 MW

¹⁴³ Cabe frisar que, em seu Estudo de Impacto Ambiental, este percentual representava algo em torno de 6% do investimento total do projeto (US\$ 253,5 milhões). Esta diferença é de US\$ 141 milhões.

¹⁴⁴ Segundo Vega; Malky & Reid (2012, p. 23), "*los principales beneficios de la construcción de la CH Inambari para Perú serían la disponibilidad de una cantidad importante de energía y la inyección de unos USD 1.700 millones en la economía durante la construcción que duraría cinco años. A ellos se sumarían, cuando comience a operar la central, el 18% del Impuesto General a las Ventas (IGV), el 30% del impuesto de la renta, el Canon del agua (1% de las ventas) y la entrega de las instalaciones al gobierno peruano al cabo de treinta años de concesión.*"

cada, sendo construídas no Rio Madeira por empresas brasileira. Devido às restrições ambientais, as UHE brasileiras estão sendo construídas a fio d'água e não utilizam plenamente seu potencial caudal na estação úmida. Como consequência, a sua energia firme é menor do que poderia produzir. A regularização água abaixo que seria brindada pelo embalse de Inambari permitiria um aumento de 90 MW de energia firme no sistema hidrelétrico brasileiro (CAF-CIER, 2014, pg. 33). Neste sentido, do ponto de vista financeiro, Vega e Reid afirmam que o valor presente líquido (VPL) de Inambari somente seria positivo se levasse em consideração os benefícios em termos de aumento da potência e melhoria da rentabilidade que o reservatório de Inambari gerará, para as centrais hidrelétricas do Rio Madeira, que possuem reservatórios relativamente pequenos em comparação com o caudal do rio Madeira (Vega, Reid, 2012).

Ainda a respeito do alto custo para construção destas hidrelétricas na Amazônia Peruana, é necessário acrescentar ainda os altos custos de construção de novas linhas de transmissão que o avanço da hidroeletricidade na Amazônia inevitavelmente condiciona para levar a eletricidade ao sudeste do Brasil, grande polo industrial demandante de tal eletricidade. Vale lembrar aqui que as linhas já construídas de Porto Velho ao sul do Brasil não são suficientes para suportar uma carga adicional de eletricidade das hidrelétricas do Peru. Tal custo foi também frisado pela campanha.

4.3.5. Fortalecimento do modelo de desenvolvimento neo-extrativo

Diversos atores denunciam o fortalecimento do modelo de desenvolvimento neo-extrativo (*business as usual*) no Peru, gerando desmatamento, degradação de rios e efeitos perversos às populações locais. A diferença, segundo apontam é que agora o extrator da capacidade de energia dos rios Peruanos é o próprio país vizinho emergente, o Brasil, que é sede de grandes empresas detentoras da técnica e expertise para construção de hidrelétricas e do BNDES, banco capaz de liberar financiamentos para obras de integração na América do Sul. É incomparável o nível do avanço tecnológico e capacidade para construir obras hidráulicas entre os países. Além disso, o Ministério de Meio Ambiente Peruano foi criado apenas recentemente no Peru (2009), quando no Brasil foi criado há mais de uma década durante o governo Collor.

Como fruto deste descompasso, o Peru possui uma legislação ambiental mais frágil principalmente no tocante a licenciamento ambiental de obras de infraestrutura, cedendo plenos poderes ao seu Ministério de Minas e Energia. Este contexto torna o Peru bastante suscetível à influência de grandes empresas como as brasileiras sediadas no país vizinho.

Este panorama é de pleno conhecimento pelo Ministério de Relações Exteriores e Ministério de Minas e Energia do Brasil, instituições mais envolvidas na celebração do acordo. O Estado Brasileiro, ciente das limitações das leis socioambientais do Peru, poderia impor como obrigatório o cumprimento pelas empresas brasileiras de suas próprias leis socioambientais para a atuação delas no Peru, ainda mais se tratando de geração de energia a ser exportada ao Brasil. Esta exigência poderia, por exemplo, minimizar o impacto social e ambiental das obras brasileiras na Amazônia Peruana. Alternativamente, a UNASUL deveria ser capaz de construir parâmetros, salvaguardas mínimas nas áreas social e ambiental a serem obedecidas em acordos de integração energética bilaterais desta natureza ou multilaterais.

4.3.6. Comprometimento de territórios indígenas e violação de direitos indígenas

Embora o acordo energético mencione benefícios às comunidades locais, representantes dos Povos Indígenas da etnia Ashaninkas, através da sua organização Central Ashaninka do Rio Ene (CARE), denunciaram o Peru à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela violação da Convenção da OIT 169 e pelas inúmeras consequências lesivas a este Povo em razão da potencial construção das hidrelétricas em seu território ancestral. Em virtude da localização das obras serem em áreas sobrepostas às terras indígenas Ashaninka, as cartas denunciam que o Peru está violando os direitos fundamentais dos Povos Indígenas, tais como, entre outros: o direito ao território tradicionalmente habitado por centenas de anos, o direito dos Povos Indígenas a um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável conforme suas tradições, o direito a ser consultado de maneira livre, prévia e informada sobre as obras que impactarão seu território, assim como o direito de determinar seu modo de desenvolvimento preservando sua cultura, tradições, costumes e crenças religiosas¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Vide Resumo do ajuizamento em espanhol e inglês em “Summary of the Legal Demand Against the Energy Agreement” em <http://www.internationalrivers.org/resources/summary-of-the-legal-demand-against-the-energy-agreement-in-spanish-3357>

Em virtude destas denúncias, a OEA efetuou uma série de recomendações ao Peru, entre elas: a implementação de uma Lei de consulta e participação por Povos Indígenas; o fortalecimento da institucionalidade indígena para possuir capacidade para orientar políticas públicas e evitar situações de conflito, e por fim, orientou que considerando a falta de implementação da Convenção 169 da OIT relacionados aos direitos territoriais indígenas, se suspendam as atividades de obras em territórios indígenas até se implementar o direito de consulta para decidir prioridades de desenvolvimento no Peru.

4.3.7. Ausência de Transparência, Participação e Controle

As longas negociações para este acordo foram tratadas com muita discrição de maneira que é necessário mencionar que esta iniciativa possui um longo, mal conhecido e não transparente processo para as sociedades Peruana e Brasileira¹⁴⁶. Apenas no início de 2010, alguns meses antes da assinatura do Acordo, alguns membros da comunidade epistêmica e da rede transnacional de defesa de direitos da campanha obtiveram acesso ao conteúdo de uma das versões do rascunho do Acordo. De posse deste rascunho, estes atores enviaram coletivamente três cartas ao então Ministro de Energía y Minas Pedro Sanchez solicitando uma série de ajustes, que ao final, não foram acatados¹⁴⁷.

Conforme discutido no item 2.3.3., o contexto de falta de transparência, participação, concorrência e diálogo por parte dos Estados peruano e brasileiro e empreiteiras com a sociedade civil nas tratativas favoreceu o surgimento da resistência ora analisada. Conforme vimos acima, atualmente, este modelo de financiamento de obras público-privado que beneficia predominantemente as campeãs nacionais e favorece a concentração de renda, está em xeque, devendo haver transparência, participação, controle externo nos empreendimentos de infraestrutura para garantia de concorrência e conseqüentemente o melhor serviço para a sociedade.

¹⁴⁶ Segundo Dourejanni, a forma de desenvolvimento do acordo não muito aberta, o que provocou desconfiança e conflitos na sociedade peruana (Dourejanni, 2010).

¹⁴⁷ As cartas foram assinadas pelos presidentes das ONGs DAR, SER, SPDA, WWR Peru e das Universidades Cayetano Heredia, Científica del Sur e Nacional Agraria La Molina.

4.3.8. O risco do BNDES financiar as hidrelétricas no Peru

Conforme já tratado anteriormente, a expansão das transnacionais brasileiras tem sido potencializada em boa parte pelo financiamento do BNDES. Desde 1976, setores do BNDES se esforçam para construir uma série de salvaguardas socioambientais, porém até o momento o banco elas não existem. Além disso, o BNDES não é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de princípios e critérios sociais e ambientais que uma série de bancos internacionais exige como requisito para possibilitar o seu financiamento a uma determinada obra¹⁴⁸. Ocorre porém, que, em virtude da facilidade que o BNDES passou a ter para financiar as campeãs nacionais no exterior (conforme vimos no capítulo 2), este é o agente mais provável para financiador as hidrelétricas envolvidas nos esforços de integração energética entre Peru e Brasil. Por este motivo, membros da campanha arguem que o financiamento das obras pelo BNDES favorece ainda mais o cometimento das potenciais violações as normas indigenistas, de direitos humanos e do meio ambiente.

A este respeito, desde 2011, existe um grupo da sociedade civil sulamericana denominado “*BNDES en mira*”¹⁴⁹, que iniciou um diálogo com o BNDES com o objetivo de propor e construir salvaguardas a serem incorporadas pelo Banco. Muitos membros deste grupo pertencem à Rede transnacional da campanha contra o Acordo Energético Brasil-Peru. Vale lembrar que o BNDES também se converteu em acionista da Eletrobrás através do “BNDESPAR” sendo a Eletrobrás uma das acionistas da empresa Egasur, responsável pela hidrelétrica Inambari prevista no Acordo.

Considerações Parciais sobre as Seções 4.2 e 4.3

Conforme acima exposto, a tese analisou os principais argumentos construídos, articulados e veiculados socialmente pela campanha transnacional contra o Acordo energético Brasil-Peru, de uma diversidade ampla de naturezas: ambiental, social, econômica, política e geopolítica.

Estes foram esforços conscientes e estratégicos perpetrados pela campanha para moldar (*fashion*) a compreensão social compartilhada da sociedade peruana e internacional sobre o

¹⁴⁸ Bank Track. GELDER, Jan Willem van (2012), *Finance for Campaigners, handbook to the training course. Profundo Economic Research*. Holanda. Bank Track.

¹⁴⁹ Deste grupo, formou-se outro chamado “*Coalición Regional por la transparencia y la participación*” para buscar diálogo, participação em outros espaços além do BNDES, como Unasul, Cosiplan.

Acordo, configurando o processo de *framing* analisado no capítulo 1. A estratégia da campanha de veiculação destes argumentos contra o Acordo para persuasão e mudança na mente dos indivíduos para uma nova compreensão social na sociedade peruana sobre o significado do Acordo (“que ele contraria o interesse nacional”, por exemplo) é explicada pela abordagem construtivista conforme análise no capítulo 1. Lembrando que quando o argumento discursado persuade e muda a mente das pessoas sobre os objetivos que devem ser procurados, ele está cumprindo o papel de construção social, criando nova compreensão e novos fatos sociais capazes de gerar reconfiguração política (FINNEMORE & SIKKINK, 2001). A reconfiguração política analisada nesta tese é a alteração das preferências do governo peruano no sentido de não ratificar o Acordo.

Vimos que alguns argumentos foram menos técnicos e mais facilmente incorporados pelo público alvo: sociedade peruana em geral e membros do governo peruano com poder de decisão pertencentes a todos os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Na próxima seção serão analisadas as estratégias de atuação da Campanha transnacional contra o Acordo Energético. Em seguida, mostraremos os fatores conjunturais que também influenciaram as tomadas de decisão pelo governo peruano em relação ao avanço do Acordo Energético Brasil-Peru e conseqüentemente a campanha contra ele. Por fim, o capítulo 5 mostrará os resultados dos argumentos e estratégias da campanha nas orientações políticas tomadas pelo governo peruano, conjugados com os fatores conjunturais ocorridos no mesmo período analisado (2008-2014).

4.4. Estratégias da Campanha Transnacional contra o Acordo

Esta seção abordará as estratégias específicas utilizadas pela campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru. Para organização da discussão sobre as táticas utilizadas pela campanha, utilizaremos as categorias de estratégias trazidas por Keck & Sikkink (1998) discutidas no capítulo 1 desta tese.

4.4.1. Uso político da Informação (*Information Politics*)

Trata-se da estratégia de gerar informação politicamente útil e utilizável de forma rápida e crível, deslocando para onde produzirá mais efeito (fóruns, eventos, mídia, parlamento, tribunais, debates públicos, seminários, panfletos, cartazes). Desta forma, o primeiro objetivo a cumprir com esta estratégia foi fazer circular o máximo possível no território peruano a notícia da (1) eminência da Assinatura do Acordo Energético Brasil-Peru e depois de sua assinatura, a eminência de sua ratificação e em segundo lugar (2) os argumentos que pesam contra sua ratificação.

Um notável exemplo foi a mensagem dos membros da campanha ao *Presidente de la República* estampada em uma página inteira do setor Política (página 5) do jornal *La Republica* em 12/03/2010, três meses antes da assinatura do Acordo. O título da mensagem foi (em letras maiúsculas): “*SEÑOR PRESIDENTE DE LA REPUBLICA: ASEGUREMOS EL MAYOR BENEFICIO PARA EL PERU EM EL ACUERDO DE “INTEGRACION” ENERGÉTICA A PUNTO DE FIRMARSE COM BRASIL*”. O texto destaca alguns dos principais argumentos contra o Acordo, faz a referência às normas da CMB, acusa o Governo da falta de transparência, informação e falta de avaliação pelo governo ao conjunto de propostas apresentado pela campanha ao Ministério de Energia y Minas e de Relaciones Exteriores. A mensagem do Presidente é assinada por todos os membros da campanha, apoiadores peruanos e inúmeros membros da comunidade epistêmica da campanha.

(a) Ampliação do *Framing* Social + Ambiental

A campanha ganhou novos aliados ao ampliar seu *frame* para além da questão de direitos a terra e ao modo de vida tradicional dos povos da Amazônia peruana – que afunilava a questão para apenas de justiça social e desenvolvimento regional. Com a ajuda dos argumentos da comunidade epistêmica de ambientalistas, o *framing* da campanha construiu a compressão social de ligar o Acordo Energético e suas hidrelétricas à noção de “maltratar” a Amazônia peruana em termos de impactos a sua biodiversidade, a conectividade de seus rios entre os demais argumentos de cunho ambiental analisados na seção anterior. As organizações ambientalistas ACCA - Asociación para la Conservación de la Cuenca Amazónica – ACCA, ProNaturaleza-Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza e o Centro para la Sostenibilidad Ambiental de la Universidad Peruana Cayetano Heredia (CSA-UPCH) são exemplos destes novos aliados conquistados através do ampliação do *framing* da campanha.

(b) Uso de Testemunhos, Construção de Aliados locais e o fluxo de informações atuais

Na linha de chamar a atenção para os riscos ambientais do Acordo Energético, inúmeros representantes do Povo Indígena Ashaninka foram financiados e levados pela rede transnacional da campanha para eventos internacionais sobre meio ambiente como a RIO+20, para as COPs. Através da articulação de eventos próprios e/ou de aliados assim como por meio de contratação de assessores de imprensa, a rede conseguiu que alguns destes indígenas pudessem participar de seminários sobre o tema de projetos de infra estrutura, energia , impactos a comunidades locais e Amazônia, fontes de energia alternativa à hidrelétricas. Nestes eventos, os indígenas Ashaninka denunciavam o Acordo Energético, os projetos hidrelétricos com impactos aos seus habitats, trazendo luz para o problema da ameaça da ratificação do Acordo energético com o Brasil e consequente implantação das hidrelétricas na Amazônia peruana¹⁵⁰. A presença deles nestes eventos também trouxe a possibilidade de articular novas alianças para a campanha.

¹⁵⁰ Vale lembrar que frequentemente existe uma distância entre as histórias contadas pelos testemunhos levados pelas redes transnacionais a eventos públicos e a história de fato ocorrida, conforme lembra Keck & Sicking (1998, p. 19). No entanto, a autora desta entrevistou pessoalmente testemunhos Ashaninkas peruano em sua viagem para

(c) Construção de Aliados locais e informação atual

Para a obtenção e circulação de informação atual e crível sobre ameaças e violações a direitos previstos em leis, normas e *standards* com os quais os países e empresas alvo da campanha se comprometeram, a RTDD construiu aliados locais que monitoram a ação do Estado e/ou empreiteiras alvo de campanha, alimentando periodicamente a rede com informações atualizadas fazendo-as circular com baixo custo. Exemplos de atores locais e de atuação local aliados à campanha: CARE, Rondas Campesinas e entidades nacionais com ação local: AIDSESEP e Forum Solidaried Peru.

4.4.2. Política de Alavancagem (*Leverage Politics*)

Trata-se de busca de aproximação, diálogo e construção de aliados mais poderosos do que os membros da campanha para alavancar as possibilidades de resultado. A seguir destacamos os principais atores com os quais a campanha tentou se aproximar e aqueles nos quais ela obteve êxito na aproximação.

(a) Mídia: Contratação de Assessores de Imprensa, Jornalistas e Fotógrafos Profissionais

Organização de Conferências de Imprensa

Membros da campanha organizaram inúmeras conferências de imprensa com o objetivo de chamar atenção para o assunto, divulgando através de inúmeros grupos de email entre outras formas de divulgação. Um exemplo foi a conferência ocorrida dois dias após a assinatura do

pesquisa de campo para o Peru e durante a Rio+20 constatando que, apesar de não ser 100% consenso entre as diversas comunidades Ashaninkas do Rio Ene (condição bastante difícil de chegar), a mensagem uníssona é que desejam determinar o seu modo de desenvolvimento dentro dos territórios que habitam. Neste sentido, isto não exclui a possibilidade de visualizarem mais benefícios do que prejuízos um dia e por isso desejaram uma ou as três as hidrelétricas em seus territórios. Potenciais benefícios mencionados poderiam ser compensação, projetos socioambientais de interesse como fortalecimento do cultivo de cacau por eles executado na região, inclusão do trabalho deles nos empreendimentos etc.

Acordo chamada de “Conferencia de Prensa - Acuerdo Energético firmado con el Brasil ocasionará desplazamiento de poblaciones, deforestación e inundaciones en 5 departamentos del Perú” que teve seu local o escritório de uma das ONGs membro da campanha (SER, escritório de Lima) e principais contatos de imprensa de outros membros (SPDA e DAR).

Matéria emplacada no New York Times

A campanha contratou assessores de imprensa e fotógrafos para visitarem o Rio Ene e chamarem a atenção da mídia internacional a respeito do risco de implementar as hidrelétricas previstas no Acordo, em particular aquelas com impactos a população indígena Ashaninka. Por meio de valiosos contatos de alguns ativistas¹⁵¹ com jornalistas chaves, uma matéria bem completa e repleta de fotografias da vida nas aldeias Ashaninka ameaçadas pelas hidrelétricas previstas no Acordo foi emplacada em nada mais nada menos que na seção *Americas* do *New York Times* na versão impressa (página A4 no jornal do dia 16/05/2012) e pela internet. O material foi intitulada “*Dam Project Threatens a Way of Life in Peru*”, escrita pelo jornalista Aaron Nelsen e publicada em 16 de maio de 2012¹⁵², exatamente dois anos após a assinatura do Acordo, então esperando a ratificação pelo Congresso Peruano. As fotos¹⁵³ foram tiradas pelo profissional Tomas Munita, levado por ativistas da campanha (IRN e CARE) à comunidade, sendo a coleção fotográfica intitulada “*A Dam Clouds The Future of Peru’s Indigenous People*”.¹⁵⁴

BBC Brasil Online

Resultados da campanha de circular as informações sobre o Acordo e as potenciais hidrelétricas chamaram atenção da BBC Brasil a ponto de sair algumas matérias sobre o Acordo e sobre as hidrelétricas neste veículo como “*Brasil estuda construir hidrelétricas em 7 países da*

¹⁵¹ Com destaque para a capacidade da ativista Monti Aguirre, diretora do programa latino-americano da International Rivers Network.

¹⁵² Pela relevância do veículo de comunicação conquistado pela campanha, a íntegra desta matéria está anexa a esta tese. Matéria ainda disponível em http://www.nytimes.com/2012/05/16/world/americas/dam-project-would-displace-villages-in-jungle-valley-of-peru.html?_r=4 acesso em 10/05/2015.

¹⁵³ É somente possível ver as fotos acessando o link. Não foi possível imprimi-las no anexo.

¹⁵⁴ Fotos disponíveis em <http://www.nytimes.com/slideshow/2012/05/15/world/americas/20120516-PERU-5.html> acesso em 10/05/2015.

América Latina”, texto escrito pelo jornalista João Fellet, da BBC Brasil em Brasília, publicada em 11 de agosto, 2011¹⁵⁵.

(b) Aproximação da RTDD com o BNDES para a Construção de Salvaguardas Socioambientais

Seguindo o sucesso de algumas campanhas na história recente envolvendo a internalização de salvaguardas socioambientais em bancos de desenvolvimento multilaterais como o Banco Mundial, uma das estratégias da campanha analisada nesta tese foi a tentativa de diálogo com o BNDES, potencial financiador das hidrelétricas do Acordo, para que crie salvaguardas socioambientais como condicionantes para financiar qualquer obra. Como decorrência desta tentativa de diálogo, foi criada uma nova rede sulamericana com membros não só do Peru e Brasil, denominada *BNDES en Mira*. Esta nova rede ampliou significativamente o escopo para todos os empreendimentos de infraestrutura financiados pelo BNDES na América do Sul, conforme discutido no item 4.3.8¹⁵⁶. Entretanto, até o momento não houve sinais de que o BNDES incorpore as salvaguardas propostas pelo grupo.

(c) Interlocução com o Parlamento Peruano – *Comision de Relaciones Exteriores*

No decorrer da campanha, especificamente após a Assinatura do Acordo, a comissão de relações exteriores do congresso peruano foi bastante procurada pelos membros da campanha, que enfatizavam, em primeiro lugar, a necessidade do Acordo passar pelo crivo do Congresso

155 Matéria disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110810_brasil_hidreletricas_jf.shtml acesso em 10/05/2015.

¹⁵⁶ Tal grupo lançou em 2015 o livro “Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro” em parceria com outras seis organizações da sociedade civil - International Rivers, Ibase, Instituto Socioambiental (ISA), Conectas, Ecoa e DAR - Peru -, que se propõe a oferecer subsídios para ampliar e aprofundar o debate público sobre o papel do banco no desenvolvimento que incorpore todas as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Muitos das ONGs membros desta coalisão são as mesmas pertencentes à rede transnacional da campanha objeto de análise desta tese. Vide membros em: <http://coalicionregional.net/quienes-somos/>

para sua ratificação¹⁵⁷ e em segundo lugar, a recomendação para que rejeitassem a aprovação do Acordo. Desta maneira, membros da campanha fizeram inúmeras reuniões com congressistas além de, em nome de DAR e mais amplamente em nome do Colectivo Hidrelétricas Amazonia, enviarem diversas cartas à *Comision de Relaciones Exteriores* com a relação de seus argumentos e recomendações. O êxito desta estratégia está comprovado na forma do parecer (*dictamen*) da *Comision*, que, além de rejeitar o Acordo, elenca como subsídios colhidos para seu parecer, argumentos e informações providas por DAR e pelo *Colectivo*¹⁵⁸.

(d) Esforços para construção de aliados na sociedade civil brasileira

Os membros do Colectivo Hidrelétricas Amazonia insistiram incessantemente na busca por ONGs brasileiras dispostas a aliar-se à campanha tanto para colher informações das intenções do Governo Brasileiro como para atuar na campanha com interlocução com o Congresso Nacional, BNDES, Ministério de Minas e Energia, Itamaraty entre outros. Entretanto, em virtude de outras prioridades focadas na agenda socioambiental brasileira e a falta de equipe e orçamento para incluir o Acordo Energético Brasil-Peru em suas agendas, apenas o INESC se mostrou disponível para atuar, embora de maneira bastante tímida. Entretanto, a campanha transnacional contou com o programa Amazônia da International Rivers Network com escritório em Brasília, único braço que pôde auxiliar nos objetivos na campanha no Brasil, mesmo com numero limitado de pessoas¹⁵⁹ e enorme disputa de agenda com os projetos hidrelétricos na Amazônia Brasileira.

(e) Tentativa de Aproximação com o Parlamento Brasileiro – Comissão de Direitos Humanos

¹⁵⁷ Uma vez que a redação do Acordo silencia sobre esta necessidade, havia uma duvida se teria que passar pelo congresso.

¹⁵⁸ Vide seção 5.2. do capitulo 5 para análise do parecer.

¹⁵⁹ Apenas duas pessoas na época.

Estratégia bastante semelhante, embora com muito menos força e intensidade do que no Parlamento Peruano¹⁶⁰ foi empreitada perante o congresso nacional do Brasil através de tentativas de aproximação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Neste sentido foram feitas reuniões com os assessores do então presidente da Comissão (Dep. Domingos Dutra) por parte de ONGs internacionais como a IRN e AIDA (Asociacion Internacional de Defensa Ambiental), esta ultima membro colombiano da rede *BNDES en mira*.

(f) Submissão coletiva de Cartas a órgãos mais poderosos – CIDH e Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no Brasil

A CARE submeteu cartas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados do Brasil, entre outros destinatários, alertando e questionando o Brasil de negociar e comprometer os seus Territórios Indígenas ancestrais manifestando o seu direito de viver em paz e de acordo com seu modo de vida tradicional (CARE, 2010)¹⁶¹.

(g) Ação Judicial contra o Estado Peruano em razão das UHE planejadas em territórios indígenas Ashaninka (Paquitzapagno, Tambo 40 e Tambo 60) - *Accountability Politics*

A estratégia utilizada pela campanha contra as hidrelétricas que afetariam os indígenas Ashaninkas (Paquitzapagno, Tambo 40 e Tambo 60) foi um conjunto de ferramentas como vídeos, entrevistas, fotos, jornais peruano e internacional, ações judiciais contra o Estado peruano e empresas envolvidas e eventos de mobilização inclusive na Rio+20. Esta seção enfocará especificamente a estratégia judicial empreitada pela rede transnacional de defesa de direitos da campanha.

¹⁶⁰ Com apenas uma ONG atuando nesta estratégia - a International Rivers Network, escritório de Brasília.

¹⁶¹ Carta endereçada ao Deputado Domingos Dutra presidente da comissão de direitos humanos da Camara dos Deputados do Brasil, em 12/5/2011, denominada: Preocupaciones sobre el Acuerdo energético entre Perú y Brasil.

A acusação judicial do Estado Peruano de não respeitar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, incorporada ao ordenamento peruano em 2 de fevereiro de 1995¹⁶². Tal normativa determina o consentimento livre prévio e informado nos casos de projetos que afetem o modo de desenvolvimento dos Povos nativos da região, conforme argumento analisado na seção 4.2. Neste sentido, CARE, representantes dos indígenas Ashaninka da região, em 19/02/2012, apresentou ação judicial contra o *Ministerio de Relaciones Exteriores del Peru e Congreso de la Republica del Peru*, no Fórum Civil de Lima, através dos advogados contratados da FEDEPAZ (e apoio de DAR e SPDA - rede transnacional de defesa de direitos da campanha), pagos com apoio do Fundo Casa que fica no Brasil. As ações judiciais foram negadas por não comprovarem o fato da assinatura do Acordo representar, em si, uma lesão ou ameaça de lesão aos direitos referidos. Mas para campanha o importante foi a repercussão e desistência da empresa Odebrecht.

A estratégia de responsabilização de Estados ou empresas também pode ser denominada como *Accountability Politics* nos termos definidos por Keck & Sikkink (1998), conforme discutido no item 1.5.4 do capítulo 1. Vejamos os fatos que embasaram tal estratégia.

Os três projetos hidrelétricos Tambo 40, Tambo 60 e Paquizapango se encontram dentro ou em sobreposição com o território indígena da etnia Ashaninka “Reserva Comunal Ashaninka”. Este Povo Indígena, de origem dos Andes, é conhecido hoje por viver entre a alta e baixa Amazônia em torno de rios que descem dos Andes, localização ideal para implantação de hidrelétricas que aproveitem a força natural das caudas que veem dos Andes até a baixa Amazônia. Alguns grupos Ashaninka¹⁶³ chegaram até a Amazônia brasileira, se localizando em

¹⁶² Vide Resumo dos ajuizamentos feitos em 19/02/2012, em espanhol e inglês em “Summary of the Legal Demand Against the Energy Agreement in Spanish” em <http://www.internationalrivers.org/resources/summary-of-the-legal-demand-against-the-energy-agreement-in-spanish-3357>

¹⁶³ A respeito da interação entre o Movimento Sendero Luminoso e os Povos Indígenas Ashaninka, CRUZ afirma que: “A partir do início da década de 80, inicia-se o processo de expansão de bases guerrilheiras do *Partido Comunista del Peru Sendero Luminoso* (PCP-SL) e do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA) na Amazônia Central peruana, que por cerca de *duas décadas* dominaram grande parte do território Ashaninka. (CRUZ, 2012, p.6). Os Ashaninka do Rio Ene expressam as violências a que foram submetidos no passado, como a escravização durante a exploração do caucho (seringa), as perdas territoriais, e os violentos abusos cometidos durante a ocupação de seu território pelo Partido Comunista del Perú Sendero Luminoso (PCP- SL). Bem como expressam o papel crucial que tiveram na expulsão do PCP-SL e na função ecológica que desempenha este território, que é zona de amortecimento de um Parque Nacional. Também ressaltam a importância que tem o cañón de

regiões bastante isoladas no oeste do Acre na fronteira com o Peru. Muitos deles conduzem trabalhos de proteção territorial e de cultivo de medicina tradicional que já foram nacional e internacionalmente premiados. Importante ter em conta que o Povo Ashaninka sofreu historicamente inúmeras realocações forçadas, sequestro e eliminação por membros do hoje enfraquecido Movimento Sendero Luminoso¹⁶⁴. Este Povo é hoje conhecido como um povo que luta fortemente pela sua auto determinação em seu modo de desenvolvimento, pela sua autonomia e proteção de seu território¹⁶⁵. Os Ashaninka do lado brasileiro originaram grandes lideranças indígenas ambientalistas internacionalmente conhecidos como Francisco Pianko Ashaninka¹⁶⁶ e Benke Ashaninka¹⁶⁷. Em suma, o povo possui grande capacidade de construção de alianças com atores locais, nacionais e internacionais, de origem social, ambiental e/ou midiático, para apoiar suas causas.

Em resumo, a UHE Tambo 40 teve sua concessão dada à *Odebrecht Peru Ingenieria y Construccion SAC* em 8 de novembro de 2010, cinco meses após a assinatura do Acordo

Pakitzapango para a cultura e espiritualidade Ashaninka. E, por fim, alertam para outros problemas instalados na região: a concessão de lotes para a exploração petroleira e o avanço da colonização sobre seus territórios e, com este, do narcotráfico” (CRUZ, L.M. 2012, p.12-13). Assim, CRUZ resume que muitas comunidades campesinas e nativas –Ashaninka do Rio Ene – foram *desterritorializadas durante o período de guerra interna, quando seus territórios foram ocupados pelos dois grupos armados PCP-SL e MRTA* (CRUZ, L., 2012, p. 46). Ainda: O ingresso do PCP-SL no rio Ene iniciou-se em 1982, pelo corredor fluvial Apurímac-Ene, quando fugiam da contra ofensiva militar de Ayacucho, e em 1990 chegaram a ter controle absoluto em todo rio Ene e no alto Tambo. Segundo ESPINOSA RIVERO (1995 *apud* CRUZ, 2012), as ações de Sendero nos rios Ene e Tambo seguiram um padrão similar em quase todas as comunidades. Inicialmente realizavam investidas para saquear as missões, projetos de desenvolvimento, e os poucos comerciantes que havia. Depois, começavam um processo de doutrinação da população, por meio de reuniões em lugares centrais de cada comunidade. Em uma segunda etapa, começavam a levar jovens e crianças, em sua maioria contra a própria vontade, para serem doutrinados nas “escolas populares” e treinados militarmente (CRUZ 2012, p. 64, grifo nosso). Segundo PIMENTA, J., (2005), em termos de população, os estudiosos deste Povo destacam a importância dos Ashaninka em termos demográficos, apresentando como um grupo com um dos maiores contingentes populacionais nativos da Amazônia peruana e mesmo da bacia amazônica em geral. De acordo com o censo de 1993 do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), o povo Ashaninka, no Peru, soma 51.063 indivíduos distribuídos em 359 comunidades (Zolezzi 1994: 15, *apud* CRUZ, 2012). No Brasil, a ONG CPI-AC (Comissão Pró-Índio do Acre) estimou a população Ashaninka vivendo em território brasileiro em cerca de 869 pessoas.

¹⁶⁴ A este propósito, muitas aldeias foram totalmente destruídas com seus membros assassinados e/ou sequestrados na década de 80 pelo Sendero Luminoso.

¹⁶⁵ Vide prêmio ambientalista da Goldman Foundation recebido em 2014 pelo trabalho na defesa territorial coletiva da etnia, por sua maior liderança Ruth Buendia Ashaninka no Peru, cujo pai foi assassinado pelo movimento Sendero Luminoso. No início de agosto de 2015, foram resgatados pela Polícia Peruana em torno de 40 vítimas de sequestro desta época, libertando inúmeras mulheres e crianças, fruto de estupro das indígenas Ashaninka pelos membros do Sendero Luminoso na década de 1980. Notícia: *Vítimas do Sendero Luminoso são resgatadas no Peru*, 01/08/2015 In: Globo online. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/vitimas-do-sendero-luminoso-sao-resgatadas-no-peru.html> Acesso em agosto 2015.

¹⁶⁶ Foi secretário da Cultura do Estado do Acre.

¹⁶⁷ Benke é conhecido por sua capacidade de articulação com atores da mídia como com a atriz Letícia Spiller.

Energético.

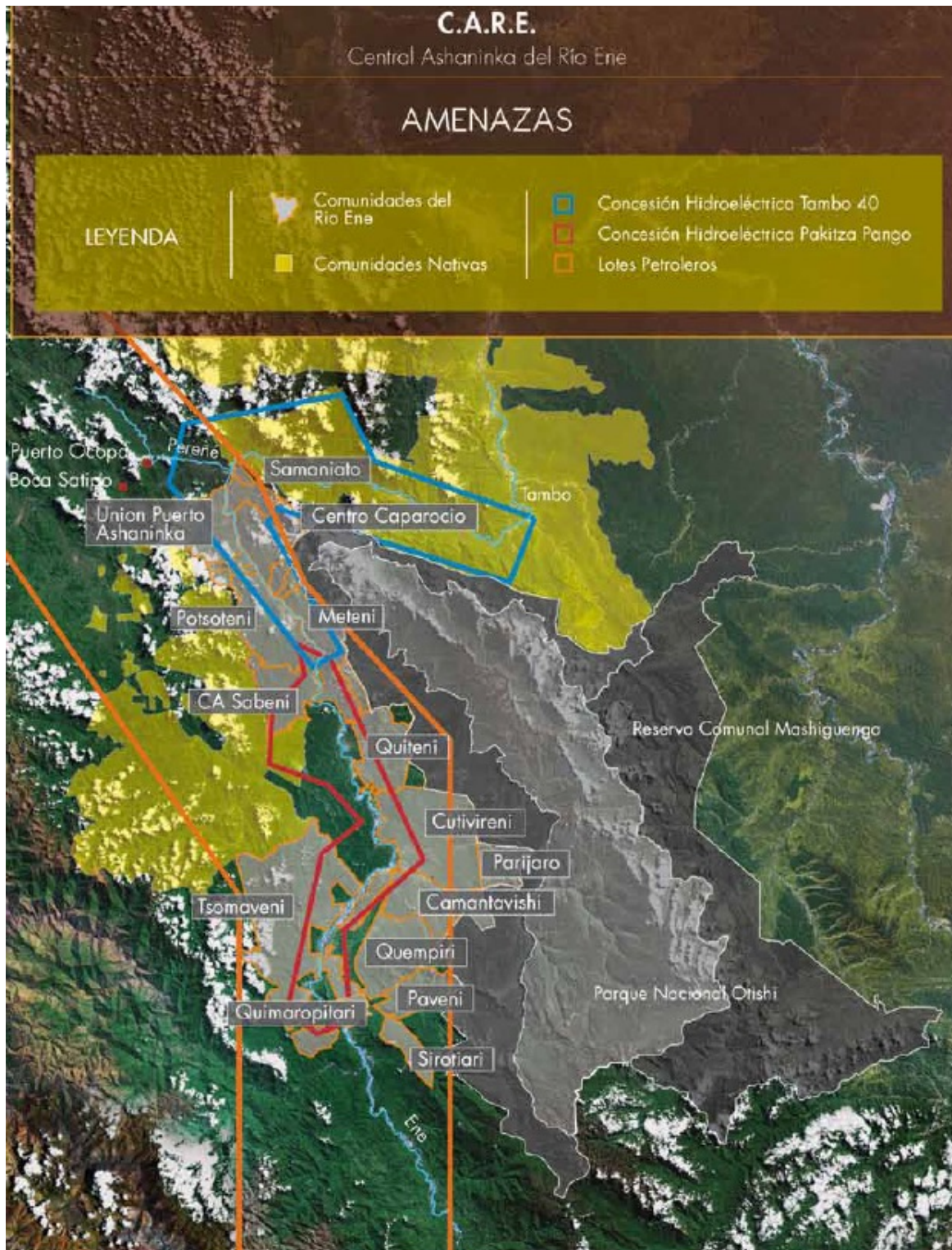
A UHE Paquitzapango se localiza no rio Ene na região de Junín e teve sua concessão inicialmente para Paquitzapango Energía SAC (tramitada inicialmente por Engevix Engenharia S.A), porém a renovação de sua concessão temporal foi declarada improcedente.

Por fim, a UHE Tambo 60, planejada para ser instalada no Rio Tambo também na região de Junin e portanto em territórios populados por ashaninkas contra o projeto, não chegou a obter concessão temporal.

Lembramos que segundo a Lei de Concessões do Setor Elétrico peruana, a concessão temporal é concedida pelo Ministerio de Minas y Energia para que a empresa possa conduzir estudos de *pré-factibilidad* na região e em troca a empresa necessita dar uma carta fiança ao governo que tem a validade de um ano. Analisamos em seguida caso a caso:

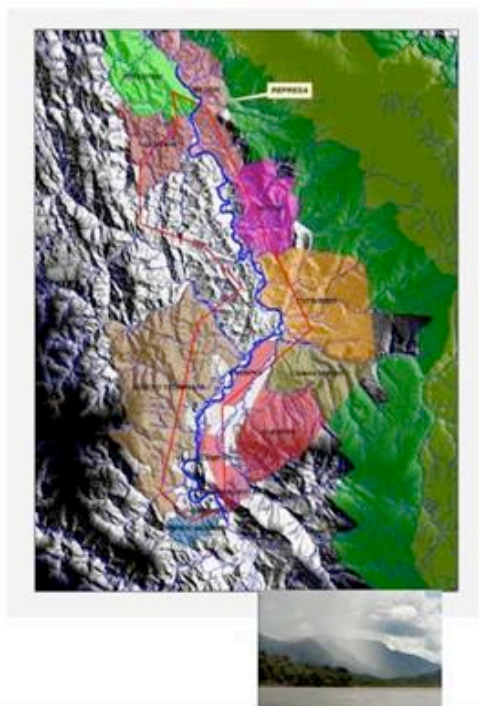


Mapa 13 Localizaçã dos Territ6rios Ashaninka. Fonte: CARE, Central Asháninka del Río Ene. Kametsa Asaïke: El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene. Agenda Política de la CARE. Lima – Peru, 2011. p.32.

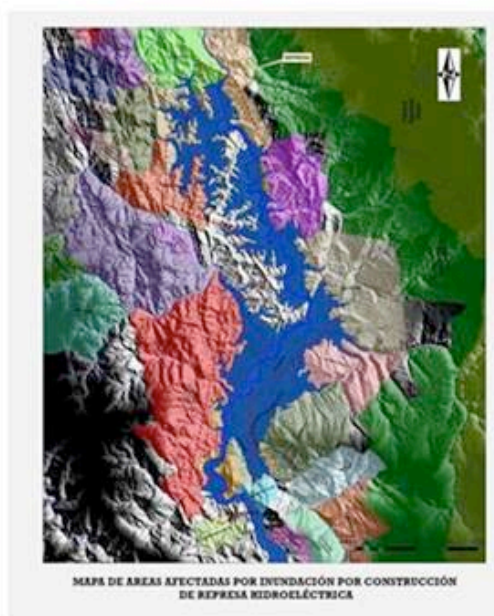


Mapas 14 Amenazas ao Território Ashaninka. Fonte: CARE, Central Asháninka del Río Ene. *Kametsa Asaike: El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene.* Agenda Política de la CARE. Lima – Peru, 2011. p.33.

Rio Ene y CCNN



Embalse Rio Ene por represa Pakitzapango



Embalse: 73 084.554 Has (CARE)

Fonte: CARE, Central Asháninka del Río Ene.

Mapa 15. Impacto do represamento do lago original de Paquitza.

Paquitzapango: Comunidades Ashaninkas do Rio Ene e o Mito do Lago de Paquitza

Segundo o mito Ashaninka contado até hoje de geração a geração, Paquitzapango ou Pakizapango, é o nome do lago onde uma águia teria salvado o casal originário dos indígenas Ashaninka, possibilitando sua migração para o resto da bacia Amazônica e originando outros povos indígenas¹⁶⁸.

Segundo o plano da hidrelétrica “Paquitzapango” batizada com o mesmo nome pela Odebrecht, nome largamente criticado pelos indígenas e indigenistas, este lago seria aumentado para de 750 quilômetros quadrados para alcançar o potencial de geração elétrica de 2.000 MW, culminando na necessidade de realocação de 10 mil pessoas da região.

¹⁶⁸ Conforme relato da líder ashaninka presidente da CARE, Ruth Buendia, em entrevista pessoal conduzida em 2.08.2014 em Lima.

O projeto hidrelétrico Tambo 40 (às vezes denominado Tam 40) se localiza no Rio Tambo na região de Junin entre os Andes e a baixa Amazônia, numa região ainda alta da Amazônia.

Os ashaninkas potencialmente impactados pelas hidrelétricas Tambo 40, Tambo 60 e Paquitzapango são articulados pela organização local CARE – Central Ashaninka do Rio Ene entre outras. CARE teve notícia dos planos das hidrelétricas que impactariam a população por ela articulada através de rádio e aliados da campanha. Através da articulação entre as comunidades representadas por CARE, foram compartilhadas as informações sobre os potenciais impactos dos projetos, argumentos, estratégias de articulação e potenciais aliados.

Desta maneira, quando a empresa Odebrecht iniciou os *talleres informativos* (Consultas) com as populações locais, estas já estavam informadas e articuladas. A organização CARE que participou dos seminários informativos é justamente a organização indígena local com atuação nacional e transnacional, que fez parte da campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru e recebeu apoio de diversas organizações internacionais para atuar contra ele, como Rainforest Foundation Inglaterra, International Rivers Network, Fundo Casa, Mott Foundation entre outros conforme analisado na seção 4.1 deste capítulo.

“Envergonhamento público” ou Shaming

Keck & Sikkink (1998, p. 23) conceituam a ferramenta de “envergonhamento público” ou *shaming* como uma tática de alavancagem de impacto (leverage) de ordem moral utilizada por redes baseada na presunção que os governos valorizam a opinião dos outros. Aqui as redes colocam sob escrutínio internacional o comportamento do ator alvo da campanha. Neste sentido, os ativistas demonstram que determinado Estado violou uma obrigação internacional ou que seu comportamento não condiz com seu discurso. A tática *de envergonhamento público* foi todo intensamente utilizada na campanha ora analisada, acusando o Estado Peruano de infringir normas internacionais e incorporadas ao seu ordenamento. Às ONGs internacionais membros da campanha, coube a tarefa de traduzir os documentos para ampliar o alcance do público e as chances de causar o envergonhamento do Estado peruano.

(h) Aliança com Rondas Campesinas para manifestações públicas contra UHE Inambari

A hidrelétrica Inambari de 2.200 MW, planejada para ser construída pela Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur - consórcio entre OAS, Eletrobrás e Furnas, a de maior potência instalada prevista no âmbito do Acordo Energética foi alvo da campanha transnacional contra o Acordo principalmente através da aliança com atores locais com poder de articulação nacional, como as *Rondas Campesinas* da região dos Estados de Madre de Dios e de Puno, áreas abrangidas a serem afetadas pelo projeto.

Rondas Campesinas são as formas de organização dos agricultores (campesinos) no Peru fortemente articulados nesta região¹⁶⁹ - agricultores locais, similares ao Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil. Tendo em vista a ausência do aparato estatal nesta região remota da Amazônia peruana, vizinha ao Acre e Pando (Bolívia), frequentemente as Rondas Campesinas acabam assumindo o papel de instituições responsáveis por um mínimo de governança e segurança pública na região, ganhando desta forma legitimidade, respeito e peso político perante a população local. Segundo entrevistas a respeito destas rondas¹⁷⁰, trata-se de um movimento com fortes lideranças e com alta capacidade de articulação ao longo do território amazônico. Nesta linha, elas são capazes de orquestrar bloqueios em rodovias que culminam na paralização do país. Elas recebem capacitação para formação de lideranças por diversas instituições e neste caso também pelas organizações da sociedade civil envolvidas na campanha.

Importante mencionar que as Rondas Campesinas articulam uma enorme quantidade de garimpeiros ilegais (aproximadamente 13 mil) e de plantadores de coca da região de Madre de Dios e Puno, que por sua vez possuem um peso político sobre os governos locais e se posicionaram contra o projeto UHE de Inambari perante o Governo Central de Alan Garcia na época¹⁷¹.

¹⁶⁹ As Rondas Campesinas também são muito fortes na região de Cajamarca, na bacia do rio Marañon em que é fraca a presença do aparato estatal. Nesta região, a hidrelétrica Chadin da Odebrecht está sendo construída, razão pela qual outra forte campanha está sendo organizada pelas Rondas Campesinas em conjunto com ONGs contra hidrelétricas.

¹⁷⁰ Realizadas com representantes da ONG DAR em Lima, 5/08/2014.

¹⁷¹ Vale observar que em virtude da alta contaminação por mercúrio utilizada na mineração ilegal na região, a estratégia do WWF diverge neste ponto da campanha transnacional contra o Acordo, uma vez que, segundo resultado do cálculo da ferramenta que a organização desenvolveu para o planejamento hidro energético regional “A Tool for Greener Hydroenergy Planning in the Amazon” – WWF Living Amazon Initiative (discutida no capítulo

A estratégia articulada pelas lideranças da campanha transmitida às Rondas Campesinas foi baseada na organização, empoderamento e capacitação em relação aos argumentos comuns contra o Acordo e especificamente, nos seguintes argumentos contra Inambari: (i) A UHE inundaria grande parte dos garimpos ilegais e dos *habitats* destes campesinos e garimpeiros que acabariam tendo que se mudar da região; (ii) que a UHE inundaria inclusive 120 km da rodovia transoceânica recentemente construída¹⁷²; (iii) que não houve participação, transparência ou consulta antes da decisão governamental da formulação do projeto hidrelétrico. Com base nestes argumentos, a estratégia para a campanha para as Rondas Campesinas foi orientada do seguinte modo: (1) exigir do governo peruano a realização de consultas (*talleres*) com as populações potencialmente afetadas pelo empreendimento; (2) e que caso houvesse as consultas, a orientação seria para boicotá-las não aparecendo para sua realização; (3) realização de manifestações pela região para chamar atenção da sociedade peruana¹⁷³.

A empresa e governo central conseguiram conduzir alguns *talleres* informativos até o boicote final orquestrado pelas Rondas Campesinas. As Rondas realizaram também diversas manifestações pela região utilizando vídeos, fotos e mobilizações, alcançando um público na escala nacional e internacional. Abaixo algumas fotos destas mobilizações contra a UHE de Inambari por Rondas Campesinas e atores da campanha.



Fonte: Notícias na internet amplamente divulgadas.

Figura 16. Passeatas contra Inambari.

anterior), a conservação do rio Inambari é preterida em relação a outros rios da região que possuem prioridade máxima de conservação por não terem sido poluídos com mercúrio.

¹⁷² Vide capítulo 2 (Contexto de integração regional) para mais informações sobre a rodovia transoceânica construída pela Odebrecht.

¹⁷³ Especialistas da ONG peruana Derecho Ambiental y Recurso Naturales (DAR), uma das líderes da campanha foram responsáveis por conduzir estes treinamentos (conforme entrevista com DAR, realizada em 7.8.15), entre outros membros e apoiadores.

(i) Uso do livro do escritor peruano Mario Vargas Llosa contra a UHE Mainique

O uso do livro “El Hablador” do famoso escritor peruano Mario Vargas Llosa que descreve o lago de Mainique como “El Grand Pongo” também foi utilizado pela campanha especificamente para a oposição da UHE de Mainique para aumentar suas possibilidades de influência.

“Alli ocurrió em El Gran Pongo. Allí El principio principiô. Tasurinchi bajó desde El Inkite... Hinchando su pecho, empezaría a soplar. Las buenas tierras, lós rios cargados de peces, lós bosques repretos, tantos animales para comer”.

Mario Vargas Llosa

(Trecho do livro “El Hablador” 1985, sobre o Lago de Mainique)

Como uma das hidrelétricas planejadas no âmbito do Acordo Energético Brasil-Peru, a UHE de Mainique 1 prevista para ser construída no Rio Urubamba na região de Cusco, com 607 MW¹⁷⁴, pela construtora *Andrade Gutierrez S. A. Sucursal Perú*. Sua concessão temporária foi obtida em 14 de maio de 2010¹⁷⁵ sendo que a obra se beneficiaria da geologia do lugar, com altas cachoeiras de água sobre rocha sólida. As águas do rio Urubamba se estreitam dentro de rochas gigantes cheio de cataratas. Este cenário, tido como paradisíaco, é descrito no livro “El Hablador” do escritor peruano Mario Vargas Llosa como “El Grand Pongo”.

O projeto está situado em uma região de sobreposição com o Santuário Nacional Megantoni, há 13km de águas acima do Lago de Mainique. A área do baixo rio Urubamba é considerada uma área endêmica, denominada como *Hot Spot* pela ONG internacional Conservação Internacional e zona de habitat do *oso de anteojos* (urso de óculos), mamífero mais abundante do santuário e razão para seu nome Mainique – “Maeni” na língua do povo nativo matsiguenga é o nome dado ao urso de óculos.

O “Pongo” (lago) de Mainique é considerado um lugar sagrado para o povo matsiguengas que vive na floresta da parte baixa do rio Urubamba há dois dias de viagem por terra do centro de Cusco, sendo que a implantação da hidrelétrica envolveria o alagamento de 40 mil hectares e remanejamento de 4 mil pessoas da região.

¹⁷⁴ O primeiro projeto de UHE Mainique era de 1.598 MW.

¹⁷⁵ Dois dias antes de ser assinado o Acordo de Cooperação Energética Brasil-Peru.

Dada a estas características, a campanha transnacional contra o Acordo Energético pôde reunir argumentos de cunho midiático, de cultura nacional, artística, de endemia, comunidades locais para disseminar na sociedade peruana. Vide em Anexo materiais de campanha “El grande pongo de Vargas Llosa”.



Fonte: *El Comercio*, 12.12.2010, A15 *Regiones*

Figura 17 “El Gran Pongo de Vargas” reportagem com entrevistas de ativistas da campanha¹⁷⁶.

Além destes argumentos, o fato de estar em sobreposição com o Santuário Nacional Megantoni que é uma área natural protegida com caráter de intangível criada em 2004 tornou mais fácil atingir a meta da campanha. Como resultado, o projeto foi declarado incompatível pelo Servicio Nacional de Areas Naturales Protegidas por El Estado (SERNANP¹⁷⁷) e sua concessão temporal foi anulada.

¹⁷⁶ Vide íntegra da reportagem no Anexo desta tese – Materiais de campanha.

¹⁷⁷ Equivalente ao ICMBio do Brasil.

4.4.3. Uso Criativo e Simbólico da Informação (*Symbolic Information*)

Uso Criativo das Informações em Materiais de Campanha

A campanha soube utilizar eficientemente a tática do uso criativo e simbólico da informação, reunindo, resumindo, traduzindo, e divulgando no correto tempo (*timing*) e estrategicamente informações de credibilidade, atualizadas com um conteúdo de drama e com a conotação de conduta *errada* das empreiteiras e do Estado Peruano e Brasileiro por estarem promovendo as hidrelétricas previstas no Acordo Energético que trariam impactos irreversíveis à biodiversidade da região, ao modo tradicional de vida de inúmeras categorias de população tradicional das áreas afetadas, violando normas, leis nacionais e internacionais, motivando o ajuizamento de ações contra o Estado Peruano nacional e internacionalmente.

Neste sentido, a campanha foi exitosa para dar destaque aos nativos da região que puderam contar, para o público nacional e internacional os potenciais impactos das obras aos seus modos de vida tradicional.

Uso de Palavras e imagens simbólicas

A campanha utilizou a estratégia da política de simbolismo invocando palavras que denotam o sentido de *bem x mal*, verbos e expressões fortes para trazer o sentido de urgência e de drama com intuito de gerar comoção e despertar em cada indivíduo a vontade de aliar-se aos objetivos da campanha.

As imagens utilizadas em seus materiais de campanha também mostram povos indígenas vivendo em harmonia com a natureza, uma diversidade de flora e fauna, dando a ideia das riquezas que seriam perdidas em virtude da construção das hidrelétricas.

Abaixo destacamos alguns exemplos de ações desenvolvidas pela campanha contra o avanço do Acordo, elaboradas coletivamente por diversas instituições da Rede como SPDA, DAR, WCS, WWF, SER e Pronatureza. Destaque para as palavras utilizadas “cede”, “maltrata”, “*la energia de nuestro país no sólo mide em megawaatios*”. No anexo¹⁷⁸ a esta tese

¹⁷⁸ Outros materiais internacionais relacionados puderam ser encontrados como “*Wild rivers and Indigenous Peoples at Risk, Paquitzapango Dam*”. Elaborado coletivamente por Rainforesndation UK, Amazon Watch,

encontram-se também exemplares de materiais da campanha internacional contra o Acordo como a “*Brazil eyes Peruvian Amazon*” preparada por International Rivers Network (IRN) – com fotos de crianças se banhando no rio Ene, ameaçado pela hidrelétrica Paquitzapango prevista no âmbito do Acordo.

¿Por qué el Perú cede su potencial hidroenergético y maltrata su Amazonía?

Impactos SocioAmbientales principales:

- Inundaciones desplazarán decenas de miles de personas.
- Deforestación de millón y medio de hectáreas causadas por las represas, centrales, líneas de transmisión, carreteras y por inmigración de nuevos colonos.
- Inundaciones y deforestación causarán emisiones de gases de efecto invernadero (GEI) y pérdida de biodiversidad.
- Modificación de régimen hídrico causará pérdida de peces que sirven para sustento de población local.

Las centrales hidroeléctricas en la Amazonía contaminan más que las centrales a petróleo.

grms de GEI por kWh
Centrales a petróleo **810**

grms de GEI por kWh
Centrales a Carbón **1,000**

grms de GEI por kWh
Centrales en la Amazonía **1,500**

Al inundarse el bosque por el represamiento de los ríos, se puede material orgánico generando metano, que es un gas de efecto invernadero cuya capacidad de atrapar el calor en la atmósfera es 25 veces mayor que el CO₂.

Las Hidroeléctricas en Brasil tienen muy malos antecedentes socioambientales

Revisar Reporte final de la Comisión Mundial de Represas
http://www.dams.org/docs/overview/wcd_sintesis.pdf

Más de **1'000,000**

de personas fueron desplazadas en las tres últimas décadas en Brasil por proyectos hidroeléctricos.

Autores: SPDA, DAR, WCS, WWF, SER y ProNaturaleza

Los gobiernos de Perú y Brasil están promoviendo la construcción de grandes centrales hidroeléctricas en la Amazonía peruana a través de un Acuerdo energético. La premura responde primordialmente a las demandas energéticas de Brasil. Para el Perú el Acuerdo no asegura beneficios económicos y genera graves e irreversibles costos socioambientales. El Perú tiene, sin afectar los ríos de la Amazonía, un potencial de energía hidroeléctrica, termo solar y eólica equivalente a 7 veces su demanda de electricidad proyectada al año 2020.

Posibles Hidroeléctricas a construirse en la Amazonía Peruana*

*Fuente: Vice-Ministro de Energía, Daniel Canac. Seminario Internacional de Integración Energética. Enero 2010



¿Hacia dónde debemos ir?

Puntos no incluidos en el Acuerdo Energético

- Conservar el bioma amazónico.
 - Aprovechar las fuentes de energía renovables.
 - Aplicar altos requisitos ambientales y sociales.
 - Realizar evaluaciones ambientales estratégicas.
 - Evaluar impactos acumulativos en cuencas y ríos afectados, considerando cambio climático.
 - Destinar no menos del 10% de la inversión total para prevenir y mitigar impactos.
 - Establecer monitoreo independiente de compromisos binacionales.
- Garantizar transparencia, información adecuada y oportuna. Aplicar consulta según Convenio 169 de OIT.
- Acuerdo debe ser revisado por Congreso peruano (art. 56 de Constitución).

Alternativas a Centrales en Amazonía

Tenemos potencial de energía limpia 7 veces más que los 9,000MW de demanda interna proyectada al 2020.

22,000MW
Hidroeléctrica en los Andes

20,000MW
Eólica en la Costa

10,000MW
Termo Solar

= 52,000MW

Figura 18. Diversos exemplos de materiais criativos com uso simbólico de termos e imagens desenvolvidas pela campanha. **Acima e abaixo.**



Considerações Parciais

Vimos que a campanha contou com diversos tipos de estratégias para conquistar um alcance amplo de público nos níveis locais, nacional e internacional. Foi construído um ágil mecanismo de comunicação entre seus membros, para construção de estratégias transnacionais. A campanha foi capaz de se conectar com campanhas similares em outras regiões do mundo através do seu membro internacional *International Rivers Network*. O alto nível de organização, capacidade institucional e pessoal de alguns ativistas, entre eles, empreendedores de normas, por exemplo, de construção de argumentos e de discurso, gerou efeitos fora do território peruano, obtendo notícias na BBC, NY Times, (O) ECO, conseguindo sensibilizar um público interessado amplo, transcendendo as fronteiras da sociedade peruana¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Por exemplo, a pesquisadora desta tese obteve conhecimento do assunto através da leitura do texto do ativista peruano Marc Dourojeanni no site brasileiro O ECO em 2011.

4.5. Fatores Conjunturais e Históricos Relevantes no Peru e no Brasil que Influenciaram o Acordo Energético Peru-Brasil

Esta seção tem o objetivo de discutir os principais fatores conjunturais e históricos relevantes sobre o Peru, Brasil, suas relações bilaterais e sobre o Sistema Internacional que influenciaram e ainda influenciam o destino do Acordo energético Brasil - Peru e a campanha transnacional da sociedade civil contra ele.

4.5.1. Re-aproximação entre Peru e Chile: Gasoduto e a fixação de Águas Marítimas

Surpreendentemente, apesar da assinatura do Acordo de Cooperação Energética com o Brasil em 2010 com previsão de exportação de excedentes de eletricidade, a realidade atual dentro o governo peruano nos revela que existe muito mais vontade política, comercial e diplomática para exportar eletricidade ao Chile do que ao Brasil. Esta exportação poderia ser efetivada de maneira ainda mais fácil após a conclusão do gasoduto sendo construído pela Odebrecht para ampliar o acesso a eletricidade ao sul do Peru. A exportação de energia poderia ser feita com as seguintes fontes: 1) exportação do próprio gás de Camisea cujas reservas são de aproximadamente 14 TCF já provadas e de até 80 TCF previstas, ou seja, para o suprimento do Peru pelos próximos 40 anos ou através do gás dos novos lotes licenciados para exploração; 2) exportação da eletricidade a ser gerada pela eventual construção de Inambari que precisaria de um outro consumidor além do Peru.

Como explicar esta mudança de postura em relação ao país vizinho chileno? Vários fatores contribuíram para esta re-aproximação. Vejamos aqui alguns deles.

Gasoduto “Andino do Sul”: Abertura das portas para exportação de energia ao Chile

No Peru, a eleição de Ollanta Humala em 2011, mudou a direção de como sanar a demanda energética do país, o que também colaborou para frear o avanço da implementação da integração energética com o Brasil. Humala tem concentrado esforços políticos para a construção do gasoduto para transportar o gás dos campos de Camisea nos Andes para o abastecimento de usinas termoeletricas na costa sul, fornecendo pela primeira vez de maneira ampliada e mais barata, eletricidade para esta região e desta maneira cumprindo sua promessa de campanha. Além destas usinas, está no plano de Humalla a construção de um polo petroquímico de US\$ 3,5 bilhões nesta região que também deverá ser abastecido por meio do gasoduto. O atual vice ministro do Ministerio de Energía y Minas do governo peruano não considera factível a exportação de eletricidade ao Brasil com a atual acordo firmado, o qual aponta que teria que ser refeito.

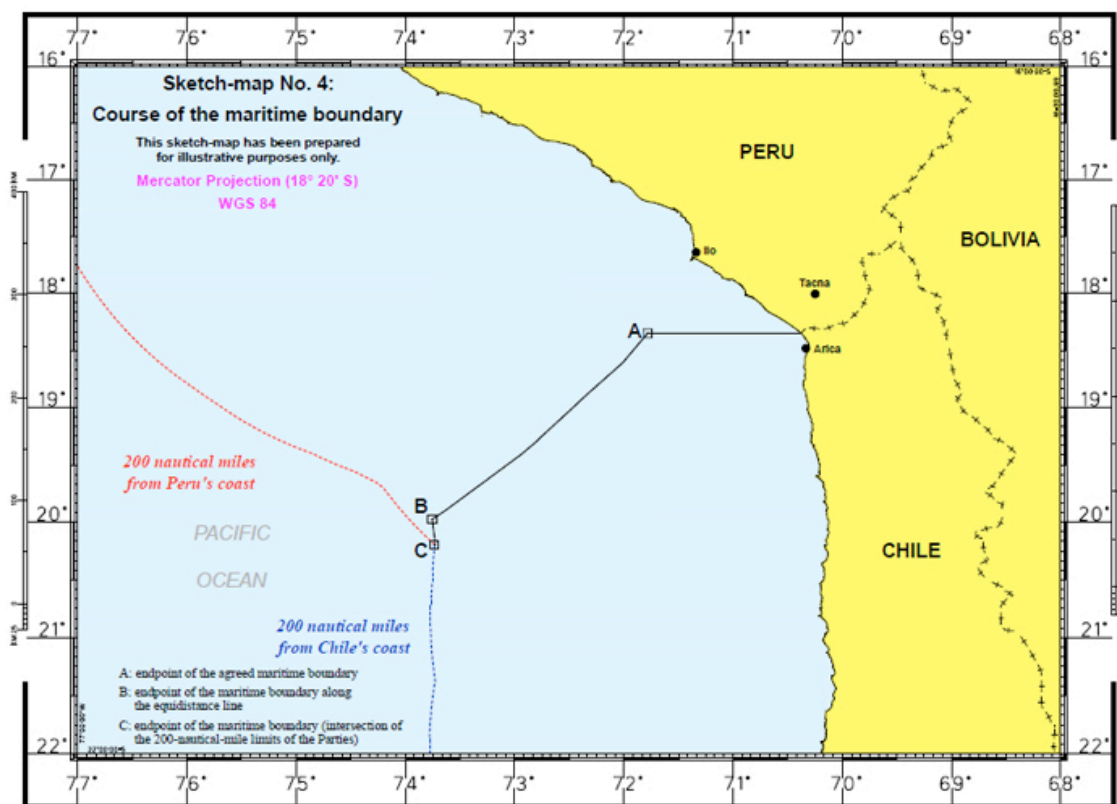


Fonte: Odebrecht, 2015a.

Mapa 16. Localização do Gasoduto “Andino do Sul” de 1.080 km. Projetos da Odebrecht no Peru.

Conquista de águas marítimas e as altas tarifas elétricas em vigor no Chile

Depois de anos de disputas jurídicas entre Chile e Peru sobre territórios na terra e no mar, o Peru finalmente teve garantida uma grande extensão de águas marítimas pelo Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) em 2014, responsável pela declaração de direitos sobre territórios de Estados em disputa. Esta disputa, julgada pela CIJ em 27 de janeiro de 2013 remonta ao século XIX. Ao final da Guerra do Pacífico (1879-1883), Bolívia e Peru perderam parte substancial de seus territórios para o Chile. Em 1883, Peru e Chile celebraram um acordo sobre os territórios de Tacna e Arica. Com o não cumprimento chileno dos termos do acordo, foi necessária a mediação dos EUA para que os dois países assinassem o Tratado de Lima, efetivamente definindo suas fronteiras terrestres. As fronteiras marítimas, entretanto, permaneceram sem regulação.



Fonte: ZANELLA & OLIVEIRA, 2014
Mapa 17. Nova fronteira marítima chileno-peruana.

O Peru começou a questionar a definição das fronteiras marítimas na década de 1980, e foi somente em 2008, diante da paralisação nas negociações bilaterais, que o país levou a disputa à CIJ. A tese peruana apresentada ao tribunal, desenvolvida pelo jurista francês Alain Pellet, foi a de que não existiam tratados que definissem a fronteira marítima entre Chile e Peru. O principal pedido formulado foi que a CIJ delimitasse a fronteira marítima a partir de uma linha equidistante dos dois países, até um ponto situado a 200 milhas marítimas da costa.

Na decisão proferida em 27 de janeiro de 2014, a CIJ aceitou o argumento chileno de que a Declaração de Santiago fixava a fronteira marítima entre os dois países por uma linha paralela. A CIJ decidiu, porém, que essa definição era válida apenas para as primeiras 80 milhas marítimas – extensão de mar sobre a qual os Estados tinham condições de deliberar na década de 1950. A partir desse ponto, atendeu ao pedido peruano e definiu a fronteira a partir de uma linha equidistante à costa dos dois países, a qual se estende até quase 200 milhas marítimas. Pouco antes deste limite a linha de fronteira segue a direção sul. A fronteira marítima chileno-peruana tal como definida pela CIJ resultou em um desenho pouco convencional: uma linha paralela ao Equador nas suas primeiras 80 milhas marítimas e uma linha equidistante das costas, inclinando-se a sudoeste, no restante do seu traçado, conforme mapa 16 acima.

A decisão não desagradou gravemente nenhuma das partes, sendo que Peru e Chile, em 25 de março de 2014, assinaram a Ata do Grupo Técnico Cartográfico que determina as coordenadas precisas da fronteira marítima e o procedimento concreto para a operacionalização da decisão da CIJ, dando passos importantes para a execução da sentença.

Desta forma, apesar da inicial estranheza com que o traçado da fronteira marítima poderia ser recebido, a decisão da CIJ incentiva outros países a submeterem contenciosos à sua jurisdição. Além disso, ela traz impactos políticos: para a Bolívia, torna mais difícil concretizar sua pretensão de conquistar uma saída para o mar; para os demais países da região, representa um amadurecimento em relação aos mecanismos adotados para a solução de suas controvérsias (ZANELLA & OLIVEIRA, 2014).

A respeito ainda dos atrativos para o Peru se aproximar do Chile para exportação de energia, é importante ressaltar que o governo peruano deseja angariar recursos econômicos com esta possível venda que é vista como uma commodity. E, com o avanço na construção do gasoduto que percorrerá 1.080 quilômetros para o sul (que se estenderá da jazida de Camisea em Cuzco até o porto de Ilo no litoral) pela Odebrecht¹⁸⁰, ficará mais fácil realizar tal operação, com uma extensão deste gasoduto até a fronteira com Chile. Neste sentido, com o estabelecimento da Aliança do Pacífico em 2013, bloco comercial latino-americano fundada por Chile, Colômbia, México e Peru. evidentemente esta relação tende a se fortalecer ainda mais.

Por consequência, o Peru deixa de ver como uma prioridade o estreitamento de relações com o Brasil e por consequência, a implementação de seu Acordo Energético bilateral Peru-Brasil.

Considerando que para implementar o Acordo Energético com o Brasil é necessário inúmeros esforços de elaboração de detalhamento regulatório complexo e enfrentamento da população local e setores da sociedade civil com alto potencial de conflito, evidentemente esta agenda teria que ser tratada como prioritária pelo governo peruano para ser levada adiante.

4.5.2. Mudanças de Governos, Crises de governança no Peru e Crise econômica no Brasil - 2009-2015

(a) Eleição de Ollanta Humana e Conflitos Sociais de Conga e Bagua

No Peru, a eleição de Ollanta Humala no Peru em 2011 colaborou também para mudar a direção de suas relações bilaterais com o Brasil e de como atender a futura demanda energética do país, o que acabou freando o avanço da implementação do Acordo

¹⁸⁰ 28/07/2014 *Consórcio Gasoduto Sul Peruano assina contrato com o governo do Peru* disponível em <http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/consorcio-gasoduto-sul-peruano-assina-contrato-com-o-governo-do-peru>

Energético e dos projetos hidrelétricos. Percebe-se que, tendo em vista as volumosas reservas existentes e provadas, Humala tem concentrado esforços políticos para atender a crescente demanda de eletricidade e o prometido aumento do índice de eletrificação do país, via usinas térmicas movidas a gás natural. Nesta linha, em 2014 o Estado Peruano contratou com a Odebrecht, a construção do gasoduto para transportar o gás dos campos de Camisea nos Andes para o abastecimento de usinas termoelétricas e futuramente um polo petroquímico de 3,5 bilhões de dólares na costa sul peruana no Pacífico, região até então com baixo índice de eletrificação,.

El “Baguaço”

O violento conflito de Bagua iniciado no departamento do Amazonas ocorrido em 2009 contribuiu substancialmente para desestabilizar o final do governo de Alan Garcia provocando efeitos também no governo de Ollanta Humala. Neste conflito, que tomou proporções nacionais, indígenas¹⁸¹ protestavam para evitar a implementação de políticas do governo de Alan Garcia para ratificação do Tratado de Livre Comércio com os EUA, entre elas, a exploração de petróleo e venda de terras onde os indígenas trabalhavam e viviam (SILVA, T. L. A. 2010). O lema do Movimento Indígena Peruano era: “*La selva no se vende, la se defiende!*”¹⁸². Notícias dão conta que houve um confronto entre policiais e indígenas resultando na morte de pelo menos 33 pessoas entre indígenas e policiais. Este confronto causou profunda crise institucional nos dois governos, mas foi no governo de Ollanta que a repercussão do conflito ocasionou a desoneração de inúmeros representantes do Poder Executivo.

Estes dois conflitos, noticiados amplamente na mídia internacional, contribuíram para o governo peruano recuar na implementação de qualquer outro projeto na Amazônia com impactos às populações locais, com receio de maiores perdas de popularidade e de governança.

¹⁸¹ Organizados pela Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva (AIDSESEP).

¹⁸² Segundo Silva: “No dia 8 de maio foi decretado estado de sítio e mesmo assim os manifestantes não suspenderam as mobilizações. Com isso, o Legislativo começou a dar sinais de que iria ceder. No dia 19 do mesmo mês, a Comissão Constitucional do Congresso declarou inconstitucional o mais ofensivo dos decretos do governo (o decreto 1.090), que permitia ao Estado vender concessões florestais a critério de um departamento do Ministério da Agricultura” (SILVA, T. L. A. 2010).

Como resposta à crítica a respeito da enorme liberdade ao capital privado estrangeiro em detrimento da qualidade de vida de suas populações, o governo peruano tem procurado alterar o arranjo institucional de projetos de infraestrutura para dar maior espaço para a participação de atores nacionais. Neste sentido, o surgimento do nome da Eletroperu na construção de Inambari em detrimento da Egasur, de capital 100% brasileiro começou a surgir em 2014¹⁸³.

“Conga no Va”¹⁸⁴

Ademais, o violento conflito na mineração de Conga (2012) na região do departamento Cajamarca na parte alta da Amazônia peruana (selva alta), fez com que o governo Humala recuasse no seu ritmo de avanço para implementar qualquer outro projeto na Amazônia com impactos às populações locais com receio de maiores perdas de popularidade. O projeto pretendia explorar ouro, prata e cobre, gerando um grande impacto ambiental na região, destruindo quatro lagunas que têm relação com as nascentes dos rios, principalmente utilizados pela população local para abastecer a agricultura. (DAFFÓS, 2012 *apud* ALMEIDA, 2014). Além da certeza da degradação ambiental, um dos principais pontos de discordância dos camponeses está no domínio territorial que representa o projeto. Em Cajamarca, as concessões são de mais de 40% dos territórios, e em outras regiões chega a quase 60% de concessão dos territórios da região à empresa. O argumento de que a mineração gera riqueza para a população também é rechaçado visto que estima-se que menos de 1% das riquezas fique efetivamente em Cajamarca. Diante de toda divergência, o governo local convocou a população a para uma grande greve geral contra o projeto. Durante três dias de manifestações, cinco manifestantes foram mortos e outros tantos foram presos: o evento ficou conhecido como “o massacre de Cajamarca”. Apesar da oposição do governo local, a mineradora conta com o apoio do governo nacional para viabilizar os planos da empresa. Diante da dificuldade em implementar um projeto que sabidamente causará grandes danos ambientais irreversíveis e da resistência da população local, o

¹⁸³ “Peru quer retomar projeto de usina de US\$ 4 bi com a OAS”. Reuters, Brasil Econômico - Mundo 14/03/2014.

¹⁸⁴ Assim ficou conhecido o movimento contra a mineração em Conga.

projeto Conga encontra-se atualmente paralisado, na busca de uma conciliação de interesses (ALMEIDA, 2014, p.105)¹⁸⁵.

(b) Mudanças na macroeconomia do Brasil na era Cardoso, Lula e Dilma (1990-2014), desequilíbrio econômico estrutural e recessão em 2015

Durante os governos de Collor, Itamar, Cardoso e Lula 1 (1990-2006), os ideais de uma economia aberta propuseram um novo modelo de inserção internacional no Brasil, entrando na era da globalização do fim do século XX. Preocupado com o estágio de avanço da competitividade nacional, o país procurou a economia aberta e o livre mercado global (CERVO, 2009). Este foi o contexto político na assinatura do primeiro *Memorando de Entendimento sobre Cooperação Energética entre Peru e Brasil* em 1997. No segundo mandato de Lula (2007-2010), quando foi finalmente assinado o Acordo de Cooperação

¹⁸⁵ Ainda a respeito de Conga, segundo ALMEIDA (2014), “Em 2012, o Peru viveu intensos conflitos entre população, Estado e mineradora internacional Yanacocha, a maior do mundo, que recebeu o aval para implementar um projeto ambicioso no valor de 4 bilhões de dólares na província de Cajamarca, a 800 km da capital Lima. O projeto Conga foi aprovado durante o governo de Alan García (2006-2011). O estudo dos impactos ambientais encomendado pela empresa acusa que a mina “representa uma variação dos níveis de infiltração na distorção do fluxo hidrológico como um resultado das barragens que cortam quase que inteiramente o fluxo de águas subterrâneas”. Na tentativa de criminalizar o movimento, que ficou conhecido como “Conga no Va”, o governo nacional peruano enviou milhares de homens do Exército para a região, agiu com truculência e acabou chamando a atenção internacional para o que estava acontecendo no Peru, evento que reflete uma constante que vem se observando na América Latina, quando os interesses de grandes corporações se colocam acima da preservação ambiental e do respeito aos povos originários” (DAFFÓS, 2012 *apud* ALMEIDA, 2014, p.96, grifos nossos). SANTOS afirma que “O rápido crescimento econômico peruano entre 2006 e 2010, de 7,3% a despeito da crise econômica se deu principalmente pelo investimento privado e expansão da exportação de matérias-primas, da quais se destaca a atividade mineradora. A ampliação do ingresso de divisas contribuiu para, entre outros resultados econômicos, baixar o preço do dólar internamente, fomentar as exportações, aumentar as reservas internacionais e sanar dívidas do país junto aos credores externos (SANTOS, 2011 *apud* ALMEIDA, 2014, p. 96, grifos nossos). ALMEIDA complementa informando que “A mineração corresponde, atualmente, a 8,5% do PIB corrente. A atividade teve uma expansão nos últimos anos que pode ser explicada por fatores internos e externos. No âmbito interno, é possível apontar as reformas econômicas liberais de ajuste na macroeconomia praticadas desde a era Fujimori, que criou um ambiente atraente para os investidores ao realizar privatizações e redução tributária. No âmbito externo, a atividade mineradora foi beneficiada pela alta dos preços dos minerais e metais, devido ao dinamismo das economias indiana e chinesa. Os avanços tecnológicos na prospecção de recursos naturais e na produção também contribuíram para o boom da mineração. Na América Latina, o Peru ocupa a liderança na produção de ouro, prata, zinco e chumbo, e o segundo lugar na produção de cobre. De forma geral, a atividade mineradora é comandada por grandes empresas regionais e multinacionais. O crescimento econômico no Peru foi acompanhado de protestos populares contra os governos neoliberais, atuantes ao longo de uma década, de 2001 a 2011” (ALMEIDA, 2014, p. 96, grifos nossos).

energética, Lula foi abandonando progressivamente a política econômica favorável a uma economia aberta, assumindo a chamada “Nova matriz Macroeconômica”, o que foi aprofundado por Rousseff (2010-2014). A nova matriz macroeconômica voltou a proteger alguns setores da economia porém não a melhorou. Pelo contrário, conduziu à estagnação econômica em 2014 e a recessão em 2015.

Com intuito de solucionar a crise, no início do governo Rouseff II (2015-2018) apostou-se na volta à política econômica aberta em 2015, porém está sendo pobremente implementada por inúmeras resistências no Congresso Nacional e de setores econômicos que eram beneficiados pela matriz macroeconômica anterior. Hoje, infelizmente, o que se vive é uma crise econômica e institucional que se aprofunda mês a mês, com estimativas de crescimento negativo do PIB de -2,01% para 2015 e de -0,15% para 2016 (BCB, agosto de 2015). Desde a crise econômica internacional de 2008, a desaceleração da economia mundial reduziu as taxas de crescimento das principais economias. No caso do Brasil, no entanto, essa redução foi maior do que na grande maioria dos emergentes.

ALMEIDA, LISBOA & PESSÔA, (2015) avaliam que ao contrário do que se pensava, a reação do governo brasileiro à crise econômica internacional de 2008 agravou ainda mais os problemas. Explicam:

“Prometia-se superar os desafios da crise externa com a concessão de estímulos e incentivos adicionais para a produção doméstica, como créditos subsidiados e medidas de proteção para setores selecionados. Esperava-se que os estímulos ao consumo e ao investimento permitissem um maior crescimento econômico e garantissem os recursos para financiar a expansão do gasto público. Ao invés de maior crescimento, no entanto, ocorreu o inverso: a desaceleração da atividade econômica, com estagnação em 2014 e recessão em 2015, além do aumento do endividamento, a piora das contas públicas e o enorme déficit nas contas externas”¹⁸⁶.

Os autores destacam ainda que as seguidas intervenções setoriais prejudicaram diversas atividades econômicas e comprometeram o crescimento da produtividade e a capacidade de investimento das empresas. Exemplificam as intervenções setoriais: A

¹⁸⁶ ALMEIDA, MANSUETO; LISBOA, MARCOS DE BARROS; PESSÔA, SAMUEL, “Desequilíbrio econômico é estrutural e exige correções mais duras, publicado em Folha de São Paulo, Ilustríssima, em 19/07/2015.

alteração do marco regulatório do pré-sal; a intervenção no setor elétrico; o controle do preço dos combustíveis e seu impacto negativo sobre os setores sucroalcooleiro e de óleo e gás; as regras de conteúdo nacional; a proteção do setor automotivo; a tentativa de recriar a indústria naval pela terceira vez desde 1950; e a concessão de subsídios e proteções a empresas privadas agravaram o quadro fiscal e prejudicaram o crescimento da produtividade. Os pesquisadores observam que essas políticas resultaram em benefícios para *alguns grupos de interesse*, mas não em ganhos sociais ou expansão do investimento, e colaboraram para a estagnação da economia nos últimos anos. Ademais, ressaltam que a concessão de benefícios setoriais aumentou as distorções da estrutura tributária, prejudicando o setor produtivo e o crescimento econômico¹⁸⁷.

ALMEIDA, LISBOA & PESSÔA, (2015) afirmam que a crise atual não decorre apenas do descontrole das contas públicas nos últimos anos; em que pesem os equívocos do atual governo, explicam que os problemas são anteriores. Alertam que “a trajetória de aumento dos gastos públicos é insustentável e exigirá um ajuste maior, sob risco de um desastre econômico”. Os autores sustentam que houve o descontrole de gastos públicos a partir de 2009 culminou em um *desiquilíbrio estrutural*. O maior problema, segundo eles, é que a despesa pública tem crescido mais do que a renda nacional desde 1991 e este descompasso provoca uma ameaça de forte crise macroeconômica, impossível de ser superada com medidas de curto prazo pois requerem reformas estruturais que interrompam esta trajetória de crescimento do gasto maior do que o da renda¹⁸⁸.

A piora do mercado de trabalho e o desajuste das finanças públicas chegam a prejudicar ganhos sociais da década de 2000, afirmam os pesquisadores. Explicam: A desigualdade de renda parou de cair desde 2011, houve aumento do número de famílias na

¹⁸⁷ Os autores observam ainda que “a multiplicidade de regimes tributários e a complexidade da legislação, com diversas ambiguidades sobre os requisitos legais, resultam no grande contencioso que onera o setor produtivo e no elevado custo para cumprir as obrigações tributárias, significativamente maior do que em outros países – penalizando a produção” (ALMEIDA, LISBOA & PESSÔA, 2015, p.6).

¹⁸⁸ Os autores lembram que “desde a estabilização da economia, em 1994, o país enfrentou crises econômicas como a de 1999 e a de 2003, ocasiões em que após um ajuste relativamente curto, a economia retomou uma trajetória de crescimento, interrompida, porém no primeiro caso pela crise de energia de 2001”. Entretanto, os cientistas ressaltam que a “crise atual é ainda mais severa. Em números, a carga tributária passou de cerca de 25% do PIB em 1991 para pouco mais de 35% em 2014, enquanto a maior parte dos países emergentes apresenta carga abaixo de 30%. Nesse período, a renda real do país cresceu 103%, enquanto a receita de impostos cresceu quase 184%”. (ALMEIDA, M.; LISBOA, M. B.; PESSÔA, S. , 2015, p.7)

extrema pobreza e as perspectivas para os próximos anos são de maior deterioração, em razão de uma estratégia desenvolvimentista fracassada:

“Caso o governo consiga evitar a crise aguda decorrente do descontrole fiscal dos últimos anos, restará a extensa e difícil agenda de retomada do crescimento, que passa pelo reconhecimento de que nos tornamos um país que prometeu mais a diversos grupos sociais do que é capaz de entregar, com uma tendência de elevação da despesa pública maior do que a da renda, e que adotou uma estratégia desenvolvimentista fracassada, cuja consequência foi a queda da produtividade e da expansão da economia” (Idem, 2015, p.8).

Sobre o aumento da corrupção, ou pelo menos de sua visibilidade nós diríamos, os autores afirmam que “ele é somente mais um dos efeitos colaterais da tentativa fracassada de tropicalizar o modelo de desenvolvimento do leste asiático, sem a escolaridade, as elevadas taxas de poupança, e, principalmente, os mecanismos de controle e qualidade na implantação das políticas públicas”.

Por fim, os especialistas afirmam que a agenda para a retomada do crescimento passa pela simplificação da estrutura tributária, a uniformização das regras para os diversos setores e a adoção de critérios que reduzam a ambiguidade normativa. No entanto, lembram que obviamente as normas que garantam o tratamento homogêneo para os diversos setores implicam perda de benefícios e privilégios, razão pela qual tais normas encontrarão forte resistência dos grupos de interesse. O artigo conclui que o “*ajuste é inevitável sendo que ele pode ser realizado de forma transparente, respeitados os procedimentos legislativos, com escolhas difíceis sobre os benefícios a serem mantidos e os que devem ser revistos, ou, de forma pior, como consequência de uma crise mais aguda*”.

Desta maneira, com a dimensão da recessão econômica que assusta o país em 2015, decorrente da estagnação econômica de 2014 e longa trajetória de aumento de gastos públicos maior do que renda nacional, a agenda do governo se volta obrigatoriamente para os problemas internos. Mesmo com a escassez de água e eletricidade no Brasil, este cenário econômico, aliado à resistência demonstrada pelo governo e sociedade peruana para avançar na cooperação energética, não há sinais de que esforços políticos do governo brasileiro para implementar Acordo de Cooperação energética com o Peru sejam retomados. Pelo contrário, como uma das soluções para a atual crise de desabastecimento

do setor elétrico, o governo brasileiro vem envidando esforços para retomar as negociações para cooperação elétrica com a Bolívia, para construção de hidrelétricas na fronteira Cachoeira Esperanza e da bi-nacional a montante da UHE de Jirau em Rondônia (CASTRO, N.; BIATO, M.; ROSENTAL, R., 2015)¹⁸⁹

Além da diminuição da prioridade de sua relação bilateral com o Peru, percebeu-se a continuação da imagem negativa do Brasil para alguns setores da sociedade peruana sem nenhum esforço no governo Dilma para rebater a Imagem negativa do Brasil como neo explorador. Persiste a falta de alinhamento entre a prática da política externa brasileira (incentivo e facilitação diplomática para priorização da internacionalização das empresas brasileiras) com o discurso do Itamaraty e os princípios da Unasul (cooperação sul-sul, solidariedade, prioridade da integração sul-americana para fortalecimento da região, segundo AMORIM, 2010). Tais valores parecem não estar sendo percebidos por setores da sociedade civil peruana e nos jornais deste país principalmente a partir das negociações para a assinatura deste acordo energético. Estas contradições serão discutidas a seguir.

4.5.3. Paradoxos entre a prática externa das campeãs brasileiras apoiadas pelo Estado Brasileiro e os objetivos anunciados pela diplomacia brasileira na América do Sul na era Lula (2002-2010)

Em primeiro lugar, vamos resgatar os valores e prioridades do Estado Brasileiro para a região sulamericana da era Lula conforme segue:

Integração regional física e energética, Solidariedade, Cooperação Sul-Sul, Não Intervenção e UNASUL

Segundo Celso Amorim, nos oito anos do governo Lula (2002-2010), a integração Sul-Americana foi a prioridade principal da política externa brasileira. Segundo ele, o Brasil reconhece que ajudando a promover paz e prosperidade na região, o país poderá ser mais influente nas questões globais. Assim, apesar de ter dimensões continentais, Brasil resolveu trabalhar para a integração da América do Sul (AMORIM, 2010).

¹⁸⁹ Foi amplamente noticiado que o novo ministro de minas e energia do Brasil, Eduardo Braga, viajou para Bolívia e recebeu comitiva deste país no início de 2015.

Nesta linha, a integração regional sul-americana, propulsionada pela IIRSA e Unasul foi a grande motivação externada pela Diplomacia Brasileira do governo Lula para a celebração do acordo energético Brasil-Peru. Segundo a diplomacia brasileira, a Cooperação Sul-Sul e o relacionamento aprofundado por meio dela é uma estratégia diplomática que originou da vontade autêntica de exercer *solidariedade* em relação a países mais pobres. Além disso, a construção de coalisões proporcionadas pela cooperação sul-sul foi uma forma de engajamento de outros Estados do Sul na reforma da governança global para que as instituições internacionais sejam mais justas e democráticas (AMORIM, 2010). Neste sentido, o Brasil na política externa de Amorim defendeu instituições multilaterais mais democráticas, com o objetivo de acompanhar a tendência à multipolarização do mundo e não caírem na obsolescência. Ele propôs uma “ordem mundial multipolar” principalmente após a diminuição dos poderes anteriormente considerados hegemônicos evidenciados pela crise de 2008 e o aumento do poder de Estados como Brasil, China, Índia, África do Sul, Indonésia, México, Egito e Turquia (AMORIM, 2010).

A *solidariedade* é mencionada como a força propulsora para a priorização da integração sul-americana, segundo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-secretário-geral do Itamaraty no governo de Luiz Inácio Lula da Silva¹⁹⁰. “

“A prioridade à integração sul-americana, integração do Brasil aos países vizinhos, a prioridade à construção de infra estrutura da América do sul e o próprio financiamento, porque muitos países da América latina não possuem condições para ter recursos internacionais. Neste contexto de solidariedade, o Brasil se tornou um grande financiador de desenvolvimento da infra estrutura da Bolívia e outros países” (Guimarães, 2011, grifo nosso).

Durante a III reunião de Presidentes da América do Sul em Cusco em 2004, Lula afirmou que a *integração da infra-estrutura* cívica da América do Sul significa não apenas novas oportunidades de comércio e de acercamento entre os nossos países, mas também requisito para que o continente possa inserir-se de forma competitiva numa economia globalizada. Lula mencionou ainda que a *integração efetiva da América do Sul* é a expressão do empenho dos países da região em superar as distâncias que ainda os separam.

¹⁹⁰ Conforme entrevista publicada Novembro 2011 pela revista Caros Amigos, ano XV, pg. 16-20.

No tocante à integração energética, na cúpula da Bolívia em 2006, o ex-presidente Lula enfatizou a importância do comprometimento com a *consolidação da integração energética* e do fortalecimento das políticas sociais na região (citado em RIBEIRO, 2011). O aumento da qualidade de vida para as comunidades locais que passarão a ter acesso à eletricidade é outra razão ventilada pelos interlocutores brasileiros do acordo energético com o Peru¹⁹¹.

Desde a posse de Rouseff em 2011, os pronunciamentos do então Ministro de Relações Exteriores Antônio Patriota e da Presidenta confirmam que as ideias, objetivos e valores externados por Amorim não foram alterados substancialmente para orientar a Diplomacia Brasileira desde o início do governo Dilma. Entretanto, o nível de prioridade dada a esta agenda foi alterado significativamente.

Acumulado histórico de padrões de conduta da Diplomacia Brasileira

Segundo Amado Cervo, é possível traçar padrões de conduta da diplomacia brasileira por ter agregado um conjunto de princípios e valores durante sua evolução. Segundo o professor, este acumulado histórico permitiria dar previsibilidade à ação externa brasileira e moldar a conduta externa dos governos, impondo-se à sua sucessão e até mesmo a mudanças de regime político (CERVO,2009).

Como componentes deste acumulado histórico da Diplomacia Brasileira, Cervo cita, a *valorização da soberania e da individualidade do Estado* como sujeito das relações internacionais, o *multilateralismo normativo* e o respeito aos tratados, a *ação externa cooperativa e não-confrontacionista* e a *cordialidade oficial no trato com os vizinhos*. Segundo Barão de Rio Branco, a cordialidade oficial aconselha conduta regional que não ostente a grandeza nacional e a superioridade econômica, sendo conveniente implementar a amizade e os negócios para manter a convivência e a paz com os vizinhos. Esta cordialidade oficial com os vizinhos é apontado pela literatura em relações internacionais do Brasil como elemento da identidade nacional. A este respeito, Celso Lafer analisou a

¹⁹¹ Este argumento foi refutado em entrevista pessoal conduzida com o ex-embaixador Samuel Pinheiro que advogou que este motivo nunca foi realidade. De fato, conforme outras entrevistas conduzidas, a eletricidade é prioritariamente a ser destinada ao centro industrial do Brasil, ou seja, Estado de São Paulo.

identidade internacional brasileira como categoria explicativa de tendências e de mudanças da política exterior apontando momentos da história inclinados a romper este padrão de conduta como o comportamento de Geisel com Argentina em 1970 com o contencioso do aproveitamento dos rios da Bacia do Prata.

Esta contradição entre a percepção peruana e o discurso brasileiro pode ser explicada levando em consideração que a internacionalização das empresas brasileiras se tornou objetivo de Estado desde o primeiro governo Lula, porém não foi construída uma estratégia para alinhar o objetivo de internacionalização empresarial com atores do Estado Brasileiro que lidam com a política externa e nem com o discurso oficial brasileiro de solidariedade, cooperação e com os objetivos e planejamento da UNASUL para a região. Na verdade, não existe uma estratégia construída pelo Estado Brasileiro para a internacionalização de empresas brasileiras. A penetração de empresas brasileiras em mercados externos foi decorrente do seu crescente envolvimento em cadeias produtivas globais e da necessária modernização empresarial para manter a competitividade diante da globalização e interdependência entre países. E a partir de 2003, a internacionalização passou a ser facilitada e apoiada pelo Estado brasileiro através de financiamento via BNDES, apoio e até prospecção de negócios pelo Itamaraty (VASCONCELOS, P., 2015, p.99). Os projetos passaram a ser feitos via parceria público-privada (PPP).

Podemos afirmar portanto, que muitos dos valores, princípios e objetivos da Diplomacia Brasileira como a cordialidade oficial com os vizinhos como elemento Identidade nacional do Brasil, a solidariedade, a cooperação sul-sul, a prioridade da integração sul-americana para fortalecimento da região, não estão sendo reconhecidos pela sociedade peruana ao menos desde 2009¹⁹², conforme verificado em diversas notícias de jornais deste país¹⁹³ e entrevistas conduzidas durante esta tese.

De fato, a internacionalização de grandes empresas está sendo a forma concreta que, na prática, o Brasil está utilizando para materializar e assumir o processo de integração regional. Em virtude de seu volume de negócios e impactos locais, estas empresas tem

¹⁹² Época da intensificação das negociações para o Acordo Energético Brasil-Peru.

¹⁹³ Vide levantamento de algumas matérias de jornal do Peru que transmitem a imagem negativa que o Brasil está construindo em setores da sociedade peruana no item 5.6 do Capítulo 5.

crescentemente desenvolvido programas de desenvolvimento local, standards de sustentabilidade e programas de compensação socioambiental. Entretanto, caso os projetos e programas socioambientais não sejam executados com a participação social e ao tempo do projeto, ao invés de diminuir as assimetrias entre os países, esta prática pode acabar colaborando para aprofundar as desigualdades regionais gerando deslocamentos forçados e impactos socioambientais irrecuperáveis. Esta percepção está sendo registrada pela sociedade peruana, que está construindo uma imagem de um Brasil explorador, extrativo dos potenciais energéticos e das riquezas naturais de seus vizinhos, como um novo colonizador dos recursos naturais do Peru do século XXI¹⁹⁴.

Por fim, vale ressaltar que esta percepção dos países vizinhos como Peru e Bolívia, por exemplo, faz com que o financiamento brasileiro à integração de instituições supranacionais como a UNASUL seja visto por alguns atores até como uma possível ameaça à soberania do país.

Considerações Parciais

Considerando que para implementar o Acordo Energético com o Brasil é necessário inúmeros esforços de elaboração de detalhamento regulatório complexo e enfrentamento da população local e setores da sociedade civil com alto potencial de conflito, evidentemente esta agenda teria que ser tratada como prioritária pelo governo peruano para ser levada adiante. Com fatores conjunturais ora analisados como os conflitos sociais no Peru, grave recessão econômica no Brasil e reaproximação do Peru com Chile fazem com que a agenda do estreitamento de relações Brasil-Peru deixe de ser prioritária e por conseqüência, a implementação de seu Acordo Energético bilateral.

¹⁹⁴ Idem.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS DA CAMPANHA TRANSNACIONAL CONTRA O ACORDO E DOS FATORES CONJUNTURAIS DO PERÍODO (2008-2014)

Em primeiro lugar, listaremos todos os resultados exitosos da campanha. Tais alcances foram levantados com base em evidências reveladas através do cruzamento entre dados empíricos como entrevistas, jornais, correspondências e literatura. Indicaremos também os desafios da campanha ainda por serem vencidos e as tendências futuras levando em consideração a conjuntura social, geopolítica, econômica atual na região. Desta maneira, a seguir apontaremos todos os resultados do ponto de vista da campanha:

5.1. Fortalecimento da sociedade civil ambientalista e indigenista, empoderamento e maior visibilidade dos Povos Indígenas e comunidades locais da Amazônia Peruana

Não resta dúvida que a articulação da campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru avançou conquistando preciosos espaços na mídia nacional e internacional e no debate na sociedade peruana e internacional, colaborando para forçar o governo peruano a instaurar uma agenda de diálogo com a sociedade sobre o tema para revisar suas decisões¹⁹⁵. Isto colaborou para o fortalecimento da sociedade civil no Peru que definitivamente se transnacionalizou e consolidou importantes parcerias no Brasil para, por exemplo, avançar na estratégia para o estabelecimento de salvaguardas socioambientais pelo BNDES, tema de muito interesse da sociedade civil peruana e outros países da América do Sul com obras financiadas por este banco.

A campanha também colaborou para o empoderamento das comunidades locais envolvidas como Povos Indígenas, garimpeiros, agricultores (campesinos), plantadores de coca e ribeirinhos sobre os temas de planejamento energético, oferta e demanda, hidro energia, planejamento do uso dos territórios, direitos de comunidades locais, participação,

¹⁹⁵ Notável exemplo deste êxito foi, por exemplo, a matéria emplacada no New York Times conforme analisado no item 4.2.2. - Integra no anexo desta tese.

cidadania, obrigação e procedimentos de consulta às comunidades locais, diálogo com empresas e com governos em diversas escalas. O empoderamento trouxe para maior poder de articulação e desenvolvimento de alianças com potenciais aliados, visibilidade para as populações locais, seu modo de vida tradicional e seus direitos, nacional e internacionalmente amparados. Além disso, a campanha trouxe maior facilidade de obtenção de recursos financeiros aos seus atores, no nível local, nacional e internacional.

Outra evidência de que o debate trazido pela campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru, em larga medida liderada pelas organizações da sociedade civil peruana Derecho Ambiental de Recursos Naturales (DAR) e pela Sociedade Peruana de Derecho Ambiental (SPDA), chamou atenção e perfurou amplamente o Poder Executivo foi o fato do Diretor Executivo da SPDA, Mariano Castro (ONG SPDA) e o assessor político Sr. Yimpson Dávila de DAR, serem chamados para assumir a posição de vice ministro e assessor do Ministerio del Ambiente respectivamente no Governo Humala.

5.1.1. Abertura de canais institucionais de diálogo entre sociedade civil e Poder Executivo

- Oficina Nacional de Diálogo y Sostenibilidad (ONDS) da Presidencia del Consejo de Ministros

Podemos dizer que três fatores ocorridos no período analisado nesta tese (2008-2014) foram preponderantes para favorecer a abertura de canais institucionais de diálogo entre sociedade civil e Poder Executivo. Em primeiro lugar, o fortalecimento da sociedade civil acima comentado. Em segundo lugar, a crescente internacionalização da economia peruana com rápida abertura para investimento estrangeiro, sobretudo para investir em territórios mais remotos habitados por comunidades locais e sem a presença do Estado peruano¹⁹⁶. Em terceiro lugar e como consequência do fator anterior, o decorrente surgimento de conflitos sociais entre comunidades locais, empresas estrangeiras

¹⁹⁶ Investimentos em mineração, hidrocarburos, petróleo, hidroenergia entre outros.

investidoras e o Estado peruano que, ao menos em dois momentos, colocaram fortemente a governança e governabilidade dos governantes em xeque.

Estas razões foram mais do que suficientes para a institucionalização, em 2012, de canais de diálogo entre de diálogo entre empresas, Estado e comunidades. Neste sentido, ainda sob a gestão de Ollanta Humala, foi criada a *Oficina Nacional de Diálogo y Sostenibilidad (ONDS)*¹⁹⁷, como órgão técnico especializado da *Presidencia del Consejo de Ministros de la República del Perú* (PCM). O objetivo do órgão é prevenir controvérsias, diferenças e conflitos sociais sendo responsável pela facilitação, mediação e/ou negociação para solucioná-los. Seu enfoque é guiado para a promoção do diálogo, sob uma cultura de paz com os seguintes objetivos: (1) *Contribuir al fortalecimiento de la gobernabilidad democrática y el desarrollo del país, rescatando la relación entre el ciudadano y el Estado* e (2) *Transformar los conflictos sociales en oportunidades de desarrollo a partir de su prevención y gestión con políticas institucionalizadas de diálogo y desarrollo sostenible*.

O ONDS tem contribuído também para a promoção de transparência e acesso a informações sobre os conflitos. Mensalmente é sistematizado as estatísticas dos conflitos existentes, mesas de diálogo para prevenção de conflitos e os conflitos já resolvidos e publicado em revista mensal divulgada em papel na revista *Willaqniki*, e em seu website em linguagem clara e didática. Tal revista é financiada pela USAID, PNUD e, na avaliação da autora, trata-se de uma ferramenta de transparência extremamente efetiva e útil que poderia ser compartilhada com outros países (como o Brasil por exemplo) com o objetivo de desenvolver ferramenta semelhante¹⁹⁸. Destacamos alguns exemplos de gráficos contidos na revista e da revista abaixo.

¹⁹⁷ Mediante Decreto Supremo N° 106-2012-PCM em 25 de outubro de 2012. Website oficial: <http://onds.pcm.gob.pe/>

¹⁹⁸ A delegação do Brasil, na pessoa de Ministro Gilberto Carvalho entre outras, visitou a ONDS para conhecer esta experiência peruana no 1º semestre de 2014 e participou do Seminário Latinoamericano sobre Conflitos Sociais organizado pela ONDS em setembro de 2014.

Fonte: Website institucional ONDS: <http://onds.pcm.gob.pe/> (Revista Willaqniki, volume de Março 2015)



Figura 19. Revista sobre Conflitos Sociais da *Oficina Nacional de Diálogo y Sostenibilidad*

Os gráficos abaixo mostram 41 conflitos sociais, 110 diferenças e controvérsias e 40 casos resolvidos. As diferenças e controvérsias são casos de prevenção que podem se tornar conflitos e por isso são monitorados pelo Estado peruano.

5.2. Rejeição do Acordo Energético pelo Congresso Peruano - *Dictamen*

O parecer da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional peruano é uma evidência inequívoca de que os a maioria dos argumentos levantados pela campanha transnacional contra o Acordo Energético Brasil-Peru foram incorporados pelo Poder Legislativo. Trata-se de uma notável vitória da Campanha. Entre seus pontos principais, a decisão recomenda a avaliação de custos e benefícios para o Peru decorrente da construção das UHE planejadas para o Peru (argumento 4.3.4 da campanha, Cap. 4); critica as inúmeras alterações na legislação peruana necessárias para implementar o acordo (argumento 4.3.2 da campanha, Cap. 4) e o comprometimento pelo Estado Peruano com a exportação ao Brasil por prazo que pode ultrapassar 30 anos (argumento 4.3.2 da campanha em parte, Cap. 4). O parecer também acusa o Acordo de consolidar um entendimento “demasiado inclinado para a parte brasileira” (argumento 4.3.1 da campanha, Cap.4) e de violar a Constituição Política Peruana e consequentemente contrariar a atual Lei de

Concessões Elétricas que preconizam o modelo de garantia ao livre mercado, livre comércio e indústria e que não facultam ao Estado dirigir o destino da produção de energia (argumento 4.3.2 da campanha, Cap. 4).

Abaixo dispomos um resumo dos principais elementos trazidos nesta esta importante decisão, traduzido livremente pela autora:

5.2.1 Resumo da decisão do congresso que reprovou acordo energético Brasil-Peru¹⁹⁹

Congresso Peruano decide não aprovar o Acordo Energético com o Brasil:

A Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional peruano resolveu em 23 de maio de 2014 não aprovar o Projeto de Resolução Legislativa n. 391/2011-PE que propunha a aprovação o Acordo entre Peru e Brasil para abastecimento de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil, assinado em 16 de junho de 2010 em Manaus. A resolução se deu por maioria dos presentes e determinou o arquivamento do projeto.

O parecer inicia resumindo as informações, recomendações, apresentações e relatórios das diversas instituições que a Comissão recebeu para subsidiar sua decisão.

O Ministério do Ambiente (Minam) recomendou, em outubro de 2013:

- uma análise técnica prévia que identifique os custos e benefícios para o Peru decorrente da construção das UHE na Amazônia peruana;
- que além do Acordo ser melhorado, que deve ser em conformidade com os preceitos constitucionais sobre a conservação da diversidade biológica e do desenvolvimento sustentável da Amazônia, a política do Meio Ambiente, e a lei do Sistema de avaliação de impacto ambiental, sugestões que não haviam sido incorporadas até a assinatura do Acordo;
- que as obras envolvem grandes represas para as centrais hidrelétricas com inundação de extensas áreas afetando Povos Indígenas e população em geral, estas deverão ser reassentadas e asseguradas condições de sobrevivência;
- **O Organismo Supervisor de la Inversión en Energía y Minería (OSINERGMIN)** afirmou que o acordo contradiz a legislação nacional peruana em

¹⁹⁹ Elaboração própria.

muitos aspectos; que é unilateral a favor do atendimento das necessidades de energia do Brasil, que não se considera casos de emergência como a eventual necessidade de importação de eletricidade pelo Peru;

- **A organização não governamental, Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR)**, ressaltou a falta de planejamento energético, criticando o compromisso de fontes de energia peruana a uma potência estrangeira, ressaltando ainda o atraso da finalização da *Nova matriz energética sustentável (NUMES)* para ser incorporada à política e planejamento energético do governo peruano. Destacou a obrigação do Estado Peruano de obedecer a norma internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n. 169 e da lei peruana de consulta previa a Povos Indígenas e originários por conta das potenciais implicações sobre as amplas áreas que seriam afetadas com projetos energéticos;

- **Colectivo Amazonia e Hidroeléctricas**, expressou preocupações com o severo risco de perda da soberania nacional ao condicionar a exploração de potencial energético peruano para satisfazer as demandas de uma potência estrangeira, especialmente considerando que o Peru não possuía um Plano estratégico de desenvolvimento energético a longo prazo e que o processo de elaboração da *Numes* se encontra muito atrasado.

Após resumir os subsídios colhidos, a comissão passa a analisar o Acordo e sustentar sua decisão descrevendo seus argumentos:

- A Comissão entendeu que o **verdadeiro objetivo**²⁰⁰ do acordo é para assegurar ao Brasil a provisão de energia por pelo menos 30 anos, podendo ser para mais de 50 anos pela potencial vigência do acordo.

- Que os **recursos naturais são bens de domínio público** e que sua exploração ou o produto dela **não deve ser objeto de compromisso com uma potência estrangeira** como se pretende o Acordo. Isso iria contrariar o artigo 66 da Constituição peruana;

- Ressalta que a magnitude do acordo que chega a 7.200 MW supera a demanda máxima do Peru projetada para o ano de 2015 (MEM);

- A respeito de o Acordo contrariar **o modelo de mercado de garantia ao livre comércio e indústria** e conseqüentemente contrariar a atual Lei de Concessões Elétricas e a Constituição Política peruana, a decisão critica o artigo 8º do Acordo que determina que o *Estado Peruano* assumira um compromisso expresso de

²⁰⁰ Pois o objetivo formal declarado é estabelecer um marco legal que promova o desenvolvimento de infra estrutura no território peruano para a produção de eletricidade destinada a seu mercado interno e a exportação dos excedentes de potencia e energia elétrica associada ao Brasil, com o objetivo de viabilizar a interconexão entre os sistemas interconectados nacionais das partes.

exportar energia ao Brasil através dos geradores, titulares das centrais de geração (e não sujeitar a contratos de fornecimento entre os próprios geradores e a demanda do Brasil). Esta garantia foi dada de maneira expressa e que se estende ao período posterior a uma eventual denúncia do acordo. O parecer alerta que os compromissos de exportação *não são resultado da demanda* ou de um acordo entre o gerador no Peru e um cliente no Brasil, mas sim dada pelo Estado peruano conforme artigo 3, inciso “c”, “v”. **Trata-se de um compromisso entre Estados.** Neste artigo, o Estado peruano, com base na informação técnica de cada projeto é quem definiria e fixaria os “excedentes” da *“potencia e energia elétrica associada, valores estes que constarão nos contratos de concessão das Centrais de Geração, que se manterão fixos por um período de 30 anos e poderão ser comprometidos para a exportação ao mercado brasileiro pelo mesmo período. O compromisso deverá ser comunicado ao Estado Brasileiro por via diplomática”*. Desta maneira, percebe-se que os montantes fixados **não poderão ser modificados livremente pelo Gerador**. Segundo o parecer, estas obrigações que o Estado Peruano assume, **não são consistentes com a garantia ao livre comércio e indústria** que garante o artigo 62 da Constituição peruana nem a liberdade de comércio exterior (artigo 63) e a sua **modificação implica uma alteração substancial ao modelo de mercado** que o desenvolvimento da atividade produtiva e de comércio exterior do Peru. Isso fere ainda a Lei de Concessões Elétricas do Peru;

De acordo com o informe legal do MEM colhido como subsídio pela Comissão:

*“Não há legislação que permita ao Estado peruano garantir o fornecimento de eletricidade produzida por algum Gerador até um mercado que se encontra dentro da soberania do Estado Brasileiro, uma vez que o Contrato de concessão definitivo assinado dentro do amparo da Lei de Concessões Elétricas (contrato setorial) **não faculta ao Estado dirigir o destino da produção**. O abastecimento se sujeita, de maneira exclusiva e excludente, às condições que são pactuadas no contrato de fornecimento entre o Gerador e o seu cliente localizado no território do Brasil, **sem que o Estado brasileiro e peruano possam ter alguma ingerência sobre a continuação do fornecimento**, no sentido de garantir que a produção de determinada central hidrelétrica seja destinada ao mercado brasileiro.*

O marco jurídico elétrico não obriga aos geradores a vender eletricidade nem para o Serviço Público de Eletricidade, nem cria incentivos para contratar em condições de concorrência, seja diretamente ou mediante licitação. Com efeito, o conjunto normativo elétrico somente estabelece como condição que se o destinatário do fornecimento for o Serviço Público de Eletricidade, o preço não pode ultrapassar a tarifa regulada. Isso é, desde que o gerador seja de propriedade do Estado Peruano”.

- **Sobre o estabelecimento prévio do prazo de 30 anos para a concessão:** O parecer acrescenta que artigo 3 do Acordo é inconsistente com a lei peruana. Tal artigo do Acordo estabelece que as concessões de geração hidrelétrica e de transmissão que outorgue o Estado peruano, tenham um prazo de 30 anos, ao término do qual se transferirá ao Estado peruano os direitos elétricos, a infra estrutura, sem nenhum custo. Porém, a lei peruana estabelece que as concessões elétricas devem se dar por *prazo indeterminado*;

- Em relação ao **custo de oportunidade**, o parecer afirma que o Peru sofre um custo de oportunidade muito importante ao comprometer uma grande magnitude de capacidade de geração para exportação pois será em prejuízo a uma futura expansão da demanda de mercado peruana. Isto significa, diz o parecer, que seria necessário recorrer a identificação de cada vez mais escassas fontes de geração elétrica, provavelmente menos eficientes e/ou mais custosas para atender a crescente demanda interna de eletricidade;

- A respeito dos **impactos socioambientais** do Acordo, o parecer menciona que é razoável considerar que a geração de hidrelétricas das magnitudes contempladas no Acordo terão custos importantes e efeitos significativos sobre o meio ambiente do Peru e sobre as populações nativas, porém impossíveis de precisar por conta da não especificação dos projetos de geração, concessão e redes de transmissão. A decisão menciona o artigo 9 do Acordo sobre a necessidade de atender desenvolvimento sustentável;

- O parecer afirma que dentro destas condições, toda a magnitude comprometida para a exportação de energia constitui uma **limitação ao seu potencial de utilização pelo Peru e uma hipoteca dos recursos naturais a serviço de um país estrangeiro**;

- **No âmbito legislativo e de regulamentação necessária** para o Acordo ser implementado, o Estado peruano se compromete através do Acordo a: (i) estabelecer o marco legal que viabilize a interconexão elétrica com o Brasil; (ii) o desenvolvimento da infra estrutura de geração elétrica no território peruano e de transmissão necessária e (iii) as normas técnicas pertinentes que foram exigidas;

- O texto elenca ainda uma série de artigos da Constituição peruana que estaria sendo violados, em caso de aprovação do Acordo (artigos 58, 61, 63, 66, 67, 139);

- Por fim, a comissão menciona que, além dos custos potenciais, fiscais, ambientais, sociais e econômicos, tanto pela hipoteca dos recursos naturais quanto pela a obrigação do Estado peruano de garantir ao Brasil a exportação de energia elétrica nos montantes contratados durante pelo menos 30 anos, a comissão considera também que o Acordo reflete um **entendimento demasiado inclinado para atender à parte brasileira**, pois a imensa maioria das obrigações estipuladas seriam assumidas por parte peruana, beneficiando estado estrangeiro

com recursos naturais que constituem patrimônio da nação, conforme 66 da constituição peruana.

Membros da Campanha transnacional contra o Acordo comemoraram a decisão, com destaque para a matéria jornalística escrita pelo secretário executivo da ONG DAR, Cesar Gamboa com o título chamativo “*Murió el Acuerdo*”²⁰¹. No artigo, Gamboa bem ressalta sobre o parecer que: “Las razones expuestas en el expediente no sorprenden, pues es lo que ha venido sosteniendo la sociedad civil y expertos en la materia energética.”. E chama a atenção que a reforma legal necessária à regulação peruana não foi obstáculo para a ratificação do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA através da gestão de Toledo. O presidente seguinte, Alan Garcia, tomou todas as medidas legais necessárias para flexibilização e para o livre comércio necessárias para a operação do TLC. Com isso, o autor ressalta a falta de interesse do atual governo de Ollanta Humala em avançar na implementação do Acordo com o Brasil²⁰². Sobre o empobrecimento da relação de Estado Brasil-Peru, Gamboa afirma que:

*Los brasileños aún no se dan por notificados*²⁰³, esto denota que no hay Política de Estado con el gigante. Lamentablemente, ellos tampoco tuvieron una política de integración clara que vaya más allá del rentismo y de repetir un Itaipú, pues compartir los costos ambientales y sociales, implica también los beneficios. Valdría la pena abrir un debate de varios temas como la planificación energética, la gestión ambiental de las hidroeléctricas, pero sobre todo, qué queremos de Brasil, y no esperar que los intereses de gobierno tras gobierno definan una política errática que no nos conviene a futuro. Después de la Copa del Fútbol o las elecciones de noviembre, quizás Brasil se anime a conversar”.

Trecho retirado de GAMBOA, César, *¿Murió el Acuerdo Energético Perú – Brasil?* Publicado no jornal peruano La Primera em 03/06/2014.

²⁰¹ GAMBOA, César, *¿Murió el Acuerdo Energético Perú – Brasil?* Publicado no jornal peruano La Primera em 03/06/2014.

²⁰² A este respeito, Gamboa afirma que: “Lo más sorprendente de este archivamiento no lo produce OSINERGMIN y su opinión contraria a la aprobación del Acuerdo, sino la actual posición crítica del Ministerio de Energía y Minas que solicita necesarios cambios legales para implementar el Acuerdo. Esto, que es obvio, evidencia el poco interés del gobierno peruano actual para aprobarlo, puesto que igual que el Tratado de Libre Comercio Perú – USA se necesitaron cambios legales y esto no fue óbice para no aprobarlo. Estamos ante una decisión política muy diferente a la del gobierno anterior”. Grifos nossos.

²⁰³ Vale destacar que foi a autora desta tese que deu a notícia do arquivamento do Acordo pelo Congresso peruano à Diretoria de Concessões Elétricas do Ministério de Minas e Energia do Brasil, que mesmo tendo participado pessoalmente das negociações, não tinha sido avisado nem pelo Peru nem pelo Itamaraty.

A decisão da Comissão de Relações Exteriores foi criticada pela embaixada brasileira em Lima, que afirmou que a decisão já estava tomada no nível político e não técnico e que por esta razão, o parecer contém uma série de equívocos de interpretação em relação ao Acordo e até algumas contradições de texto e com a realidade política do Peru.

De fato, o parecer trás alguns pontos que chocam frontalmente a política de estado peruana. O *dictamen* afirma que os em virtude dos “*recursos naturais serem bens de domínio público, sua exploração ou o produto dela não deve ser objeto de compromisso com uma potencia estrangeira*”. Ora, o Peru é um dos maiores exportadores de minérios como cobre, gás, petróleo e está reunindo esforços para rapidamente crescer este pauta de exportação, aprovando leis que flexibilizem a regulação ambiental para exploração de lotes de *hidrocarburos* entre outros. Esta política, que continuou com a gestão de Ollanta Humalla, é exatamente comprometer recursos naturais a potências estrangeiras²⁰⁴. Porém, o fato do *dictamen* conter contradições com a política do Estado determinada pelo Poder Executivo é fruto de uma democracia em que existem membros da oposição nas comissões dos congressos com opiniões divergentes à atual política do Estado, como é o caso da Comissão de Relaciones Exteriores do Congresso Peruano.

5.3. Desativação do escritório da UHE Inambari pela *Empresa de Generación Eléctrica Amazonas Sur* - consórcio entre OAS, Eletrobrás e Furnas

Em virtude dos protestos de alcance nacional e internacional da campanha, o governo de Humala, que assume em 2011 o poder logo após o país testemunhar os desastrosos conflitos sociais de Conga e Bagua, acaba se retraindo para enfrentar as Rondas Campesinas de Inambari. Considerando por um lado a retração do governo peruano e por outro lado, a não priorização do novo governo Rouseff em avançar com o Acordo Energético Brasil-Peru, a empresa Egasur, proprietária da concessão temporal outorgada pelo Ministério de Energía y Minas para Inambari, acaba fechando seu escritório²⁰⁵.

²⁰⁴ A este respeito, a principal propaganda que o Ministério de Energía y Minas faz sobre o Peru é “*Perú: Un país minero*”, conforme estampado em cartazes, brindes, mapas e pastas fornecidas pelo MEM à autora nas duas visitas para entrevistas conduzidas no local no mês de agosto de 2014.

²⁰⁵ Segundo entrevistas realizadas com representantes do Ministério de Relaciones Exteriores realizada em 6 de agosto de 2014, a empresa EGASUR havia estabelecido seu escritório na cidade de Inambari e contratado consultores e técnicos para o levantamento dos dados necessários para conduzir todos os estudos de *pré-*

Segundo consulta feita no Minem em agosto de 2014, a concessão se encontra expirada e a avaliação ambiental abandonada pela empresa concessionária. Verificamos ainda que a partir de 2012, o projeto de Inambari passa a não ser mais mencionado nos boletins da Eletrobrás Andina.

Podemos afirmar que a suspensão de Inambari deu-se de maneira predominantemente em virtude das ações, argumentos e estratégias construídas pela campanha transnacional contra o Acordo que mobilizou as poderosas Rondas Campesinas a seu favor (conforme discutido no item 4.4.2.(i)). Este sem dúvida foi um forte êxito alcançado pela campanha.

Importante mencionar, no entanto, que esta suspensão de Inambari é apenas temporária e que o governo peruano já mencionou várias vezes (em jornais e entrevistas à autora) de que *“pretende a médio e longo prazo retomar o projeto de Inambari que conte com mecanismos de intercambio com países vizinhos para vender eventuais excedentes que não é a favor de assumir compromissos de exportação com acordos de longo prazo”*²⁰⁶. Com esta afirmação, o Peru está dando sinais que não deseja manter o Acordo com o Brasil da maneira em que foi assinada com compromissos de 30 anos de exportação. Pelo contrário, o país está sinalizando que gostaria de exportar energia por prazos menores, o que encaixaria com a regulação do outro país vizinho: o Chile, com quem está indicando que quer exportar eletricidade de Inambari, também por conta da tarifa atualmente ser maior do que a brasileira.

Portanto, podemos dizer que o êxito da campanha em Inambari foi significativo porém temporário, pois ainda existe a vontade política de retomar o projeto, só não se sabe ao certo quando. Entretanto, trata-se sem dúvida de um alcance bastante significativo da campanha, que já postergou a implantação desta hidrelétrica com maior potencial elétrico por cinco anos (2010 a 2015).

factibilidad, incorrendo em gastos de aproximadamente US 50 milhões nestas tratativas.

²⁰⁶ Fonte: La Andina [“MINEM afirma que Inambari está en agenda de mediano y largo plazo”](http://www.observatorioamazonia.pe/lineadetiempo/minem-afirma-que-inambari-esta-en-agenda-de-mediano-y-largo-plaz) conforme <http://www.observatorioamazonia.pe/lineadetiempo/minem-afirma-que-inambari-esta-en-agenda-de-mediano-y-largo-plaz>

5.4. Suspensão das UHE Paquitzapango, UHE Tambo 40, UHE Tambo 60²⁰⁷

A desistência da Odebrecht na construção dos projetos Tambo 40 foi efeito resultado das ações da campanha contra o Acordo Energético Brasil-Peru e da preferência da Odebrecht operar em outra região (Maranon) não habitada por Povos Indígenas e portanto com menores chances de resistência. Vejamos.

Conforme análise dos trâmites para implementação das hidrelétricas planejadas no âmbito do Acordo Energético Brasil-Peru, encontramos uma carta datada de 5 de outubro de 2011, ou seja, dezesseis meses após a assinatura do Acordo, em que a Odebrecht *informa sua expressa desistência* do projeto Tambo 40 (1,286 MW) no rio Tambo, cuja licença temporal para desenvolver os estudos já havia sido outorgada em 8 de novembro de 2010 pela Resolução da Dirección General de Electricidad do Ministerio de Energia y Minas.

A carta da Odebrecht foi protocolada no Gobierno Regional de Junín, Huancayo, endereçada a Sonia Alina Cortez Porras, responsável da Unidade de Gestão de Conflitos Sociais e assinada por Erlon Arfeli, Diretor de Energia da Odebrecht do Peru. Na carta destacamos os trechos a seguir (vide íntegra da carta no Anexo II):

“Les informamos también que nuestra organización ha retirado su intereses por desarrollar El proyecto de la Central Hidroeléctrica Tambo 40 en rio Tambo. El motivo de esta decisión obedece principalmente a la oposición de las comunidades nativas y otras entidades e instituciones del gobierno regional, gobiernos locales y sociedad civil.

En tal sentido, agradeceremos se informe debidamente de esta posición, a fin de evitar que se generen conflictos sociales como nos manifiesta en su carta.

Quedamos a disposición de las comunidades y autoridades regionales y locales para volvemos a reunir em cuanto nos expresen formalmente su voluntad o interés de retomar la iniciativa de este proyecto.”

Trecho da carta da Odebrecht informando a desistência do Projeto Hidrelétrico Tambo 40 em 05/10/2011.

A carta informa ainda que a empresa havia cumprido os requisitos do disposto na

²⁰⁷ Conforme fatos e estratégias de campanha discutidos no item 4.4.2 (g).

Ley de Concesiones Electricas do Peru, pois realizou oficinas (talleres) informativos em 16 de setembro de 2010 na cidade de Satipo, em que participaram representantes do MEM, da Central Ashaninka Del Rio Ene (CARE), da Administracion Local Del Agua, informando ainda que se reuniram com os chefes e representantes das comunidades, na comunidade de Poyeni para informá-los sobre o projeto e conhecer sua posição a respeito.

Vale observar que o conteúdo da carta está de acordo com as informações obtidas na entrevista com Erlon Arfeli em 14 de julho por telefone e pessoalmente em 5 de agosto de 2014 pela autora, em que o representante da empresa informou que *a desistência se deu em virtude da falta de interesse das comunidades locais*.

Desta maneira, podemos afirmar que a desistência da Odebrecht de prosseguir na implantação do projeto de hidrelétrica Tambo 40, planejado no âmbito do Acordo Energético bilateral, foi um resultado significativo obtido pelo esforço da campanha transnacional contra o Acordo, havendo influência dos fatores conjunturais regionais ou internacionais analisados no capítulo anterior. Contudo, as oportunidades abertas pelo governo peruano à Odebrecht para a construção de outras usinas hidrelétricas na bacia do Mananon (declaradas como de interesse nacional por decreto supremo), com menos conflitos potenciais e a construção do gasoduto para o sul do Peru facilitaram a tomada de decisão sobre a desistência de Tambo 40.

5.5. Cancelamento da UHE *Mainique 1*

O cancelamento da UHE Mainique I foi decorrente das ações da campanha que utilizou a referência ao lago de Mainique do livro de Mario Vargas Llosa e reforçou as infrações a legislação ambiental do Peru uma vez que o projeto se encontrava em área de sobreposição com o Santuário Nacional Megantoni que é uma área natural protegida com caráter de intangível criada em 2004. Desta maneira, o projeto foi declarado incompatível pelo *Servicio Nacional de Areas Naturales Protegidas por El Estado* (e sua concessão temporal foi anulada).

5.6. Aprofundamento da desconfiança do Brasil e imagem negativa na sociedade peruana

Para iniciar esta análise, coletamos alguns exemplos de matérias de jornal do Peru, que transmitem a imagem negativa que foi se estabelecendo desde 2010 do Brasil na sociedade peruana, predominantemente em função da forma não transparente nem participativa em que se deram as tratativas para o Acordo energético Brasil-Peru²⁰⁸:

- “*A febre energética do Brasil inundará a selva peruana (El mundo, 2010)*”²⁰⁹
- “*Exigen revisión y debate público de acuerdo energético Perú – Brasil*”²¹⁰
- “*Acuerdo energético oneroso para el Perú*”²¹¹
- “*Integración energética, con los debidos resguardos*” (El Comercio, 2010)²¹²
- “*Nativos y la selva em riesgo- tras acuerdo energetico con Brasil (La Republica)*”²¹³
- “*Polemico acuerdo energetico com Brasil*” e “*El espejismo de la integración energética*”²¹⁴ (El Comercio)
- “*Toda la energía de las pretendidas megarepresas de Inambari y Pakitzapango irá a Brasil*”²¹⁵”
- “*Acuerdo Brasil-Perú: Un Debate Inevitable*”(Diario La Primeira Peru)²¹⁶
- “*Exportando energia, importando patranas*”²¹⁷
- “*Represas Sin Sentido: garantizar la seguridad energética de Brasil a costa de la destrucción de la selva peruana*”²¹⁸
- “*La Central Ashaninka del Río Ene (CARE) ha denunciado reiteradamente el otorgamiento de sus tierras a la empresa Paquizapango*”(Servindi, 2010)
- “*Pretendido Acuerdo Hidroenergético Brasil/Perú Vulnerará Gravemente El Patrimonio Del Perú (Diario La Primera)*”²¹⁹”

²⁰⁸ Foi coletado uma vasta coleção de matérias que saíram na mídia Peruana, Brasileira a internacional. Estas são as principais.

²⁰⁹ Jornal espanhol El Mundo, disponível em <http://www.elmundo.es/america/2010/06/17/noticias/1276730330.html> acesso em 17 de junho de 2010.

²¹⁰ Jornal eletrônico peruano SERVINDI disponível em <http://servindi.org/actualidad/46556> acessado em em 14 de junho de 2011.

²¹¹ La Actualidad Ambiental, disponível em <http://www.actualidadambiental.pe/?p=5922> em 7 de julho de 2010.

²¹² El comercio, Opinion, 18 de junho de 2010, editorial.

²¹³ La republica, 19 de junho de 2010, Economía.

²¹⁴ El Comercio, El mundo, Espanha, 2010.

²¹⁵ La Mula, 2010, Peru.

²¹⁶ Diario La Primeira Peru http://www.diariolaprimeraperu.com/online/economia/un-debate-inevitable_78124.html# Son varios los cambios en el ordenamiento jurídico nacional que traería la aplicación de este pacto y eso requiere su debate en el Legislativo

²¹⁷ Jornal eletrônico Noticias Ser disponível em www.noticiasser.pe acessado em 14 de junho de 2010.

²¹⁸ La Mula 2011, Peru.

²¹⁹ Carlos Bedoya diario La Primera – <http://www.diariolaprimeraperu.com/online/economia/un-debate->

- “Foro sobre maladado Acuerdo Energético Brasil-Perú: 27 mayo 2011”²²⁰
- “Acordo Energetico entre Peru e Brasil Reflete Problemas de Nivel Nacional”²²¹”
- “Proyecto hidroeléctrico Paquitzapango amenaza a pueblos indígenas de selva central” (Servindi, 2010)
- Congreso revisará Acuerdo energético Perú-Brasil²²²,
- Empreiteiras brasileiras crescem no exterior mas se envolvem em polêmicas (BBC, 2011)²²³

Para agravar a desconfiança de setores da sociedade peruana, os empreendimentos investidos no Peru pelos brasileiros possuem o potencial de gerar disputas e conflitos socioambientais, afetando minorias e envolvendo regiões sensíveis, como a Amazônia ou territórios indígenas. Para minimizar esta desconfiança, seria recomendável que o Estado Brasileiro e seus agentes de política externa (empreiteiras brasileiras e o BNDES), incorporassem elevados padrões e salvaguardas socioambientais e aplicação de critérios de transparência e participação para mitigar impactos ambientais, sociais e políticos, como por exemplo, as recomendações da Comissão Mundial de Barragem e do Protocolo de Sustentabilidade da *International Hidropower Association* conforme análise no capítulo 4. Entretanto, atualmente não há sinais que o governo brasileiro incorpore tais recomendações a curto e médio prazo em sua atuação externa nos projetos de infra estrutura, muito menos as recomendações internacionais. Esta conclusão é natural uma vez que em seu próprio território, o Estado Brasileiro não concorda em acatar as recomendações internacionais da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) que determinaram a paralisação da usina hidrelétrica de Belo Monte e a proteção dos Povos Indígenas afetados, atualmente sendo construída no rio Xingu no Estado do Pará.

Desta maneira, podemos afirmar que as ações de veiculação ampla de argumentos contra o Acordo Energético e contra as intenções do Brasil de explorar o potencial hidro energético peruano colaboraram para o agravamento da imagem negativa do Brasil perante

inevitable_78124.html

²²⁰ Actualidad Ambiental, 2011, disponível em: <http://www.actualidadambiental.pe/?p=10721>

²²¹ BIC Bank Information Center, 2010, <http://www.bicusa.org/es/Article.11934.aspx>

²²² Jornal eletrônico peruano SERVINDI disponível em: http://servindi.org/actualidad/40966?utm_source=feedburner acessado em 5 de março de 2011.

²²³ BBC Brasil, http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111027_empreiteiras_rp.shtml

a sociedade peruana. Porém, é mister ter em consideração que pesou favoravelmente para agravar esta desconfiança a falta de uma estratégia bem construída de política externa em relação ao apoio do avanço das empresas brasileiras no exterior, bem como o não alinhamento entre os diversos atores brasileiros que lidam com a mesma agenda, conforme argumentado no capítulo 2.

Conforme analisado no capítulo anterior (fatores conjunturais, item 4.5.3. Paradoxos entre a prática externa das campeãs brasileiras apoiadas pelo Estado Brasileiro e os objetivos anunciados pela diplomacia brasileira na América do Sul na era Lula (2002-2010)”), temos que além da forma não participativa nem transparente em que as tratativas do Acordo foram se concretizando, colaborou para a construção do sentimento de desconfiança peruana em relação ao país vizinho: as contradições entre discurso oficial da Diplomacia Brasileira em relação à integração sul americana e a prática perpetrada pelas campeãs nacionais, por sua vez apoiadas pelo Estado Brasileiro.

5.7. Prêmio internacional “*Goldman Environmental Prize*” concedido à líder indígena Ruth Buendía Ashaninka

Podemos afirmar que a campanha foi eficiente em suas estratégias de (a) uso de testemunhos de moradores potencialmente impactados pelas hidrelétricas do Acordo Energético Brasil-Peru e de (2) construção de aliança com atores locais como a CARE Central Ashaninka do Rio Ene. Membros internacionais da campanha souberam dar voz aos atores locais trazendo sua fala ao público internacional. O maior exemplo foi circular as histórias vividas e motes defendidos pela presidente da CARE, Ruth Buendia Ashaninka. As histórias passaram por inúmeros deslocamentos forçados já sofridos por este povo, violações a direitos humanos e contínua ameaça de novos deslocamentos atualmente, seja pela construção das hidrelétricas previstas no Acordo, seja pelas potenciais e já existentes concessões de lotes para exploração de petróleo em torno ou dentro de seus territórios.

CARE, através de sua presidente Ruth Ashaninka, construiu alianças com ONGs internacionais de direitos humanos e indigenistas como a IRN, Rainforest Foundation para

chamar atenção internacionalmente às ameaças sofridas pelo seu povo e batalha de sua organização na defesa de seus territórios para a manutenção da vida tradicional e cuidados com a natureza.

Notável resultado desta aliança foi a conquista do prêmio ambientalista *Goldman Environmental Prize* concedido pela Goldman Foundation, em 2014, por sua maior liderança Ruth Buendia Ashaninka, pela região Sul Americana e América Central²²⁴.

²²⁴ Vide anexo desta tese notícia sobre o prêmio e no item 4.4.2 (g) do capítulo 4 discussão sobre a estratégia de campanha e histórico do Povo Ashaninka.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou analisar e compreender como a campanha transnacional da sociedade civil contra o *Acordo para geração de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil* atuou, utilizando a abordagem construtivista e aplicação das categorias conceituais de relações internacionais para entendimento do seu alcance e estratégias de atuação. Para tanto, esta tese descreveu e analisou as tratativas para o estabelecimento do Acordo entre 2008 e 2014, seus condicionantes socioambientais, políticos, econômicos, regulatórios e conjunturais. Procuramos analisar o processo decisório das negociações e identificar resultados de campanha que mais pesaram para mudança de orientação política pelo governo peruano após a assinatura do Tratado em 2010.

Embora não tenha sido objetivo principal desta tese, percebeu-se no decorrer da pesquisa, que a análise da participação de atores não estatais privados como empreiteiras construtoras de hidrelétricas na formulação de tal Acordo e no planejamento de seus projetos de hidrelétricas era essencial, de forma que foi destinada uma seção específica para tal²²⁵. Nela verificou-se a influência das campeãs nacionais no processo decisório de política externa brasileira com o Peru, fruto da relação de capitalismo de laços, consolidado historicamente entre as empreiteiras e o Estado Brasileiro e atualmente colocado em xeque.

Pelos dados empíricos, abordagem teórica e categorias conceituais utilizadas, procuramos demonstrar que o poder das ideias, argumentos, conhecimento, construção de discurso bem como as estratégias de atuação utilizadas foram preponderantes para alterar as preferências dos atores governamentais tomadores de decisão do Peru. A abordagem construtivista ajudou a explicar as mudanças provocadas pelos atores não estatais, agentes capazes de provocar mudanças em sua estrutura. Em nosso estudo de caso, a sociedade civil foi capaz de articular uma campanha transnacional contra o Acordo que causou inúmeros

²²⁵ Seção 2.3. “Empreiteiras Brasileiras e o Capitalismo de Laços com Estado Brasileiro: Contexto e a Influência no Acordo Energético Brasil-Peru.”

efeitos no governo e sociedade do Peru, colaborando, por exemplo, para a obtenção da rejeição do Acordo com o Brasil pelo parlamento peruano em 2014²²⁶.

O aumento do número de atores não tradicionais (ONGs, *thinktanks* e academia) e seu crescente poder de articulação e de construção de aliados no Peru e internacionalmente no período analisado nesta tese, com eficientes mecanismos de comunicação, organizados em redes, foram condições fundamentais para organizar uma campanha robusta com poder que perfurou o processo de tomada de decisões na política externa peruana, logrando alterar as preferências governamentais e influenciar a relação bilateral entre estes países.

Em termos concretos, o capítulo 5 apontou os resultados da atuação da campanha na mídia e principalmente, nas orientações políticas tomadas pelo governo peruano, conjugados com os fatores conjunturais ocorridos no mesmo período analisado (2008-2014). Vislumbramos que as cinco hidrelétricas planejadas no âmbito do Acordo estão atualmente suspensas e que a ratificação do Acordo Energético Brasil-Peru assinado em 2010 foi rejeitada pela Comissão de Relações Exteriores do Congresso Peruano em 2014 e no Brasil foi devolvido pela Casa Civil ao Itamaraty onde se encontra arquivado. Entretanto, salientamos que estes resultados não podem ser vistos como perenes, pois podem ser alterados a qualquer tempo, dependendo da combinação de forças políticas dominantes. De qualquer forma, apesar dos potenciais benefícios decorrentes da integração hidro energética Brasil-Peru à região e aos dois países²²⁷, esta tese mostrou que a implementação de um Acordo que prevê projetos de infraestrutura desta natureza e envolvem inúmeros impactos locais e para a bacia amazônica, ainda depende de um planejamento mais aprofundado nos níveis local e regional, com o atendimento de condicionantes de ordem social (principalmente em relação à transparência e participação da sociedade civil peruana), ambiental, regulatória, econômica e obviamente políticos.

Ademais, não é possível atribuir estes fatos como resultados decorrentes exclusivamente das ações da campanha transnacional contra o Acordo construída pela

²²⁶ Outro efeito interessante que a campanha colaborou para gerar foi a criação, a partir de 2012, da Mesa de Diálogo e Desenvolvimento Sustentável pelo Conselho de Ministros do Governo Peruano.

²²⁷ Possibilitando trocas de excedentes e consequente eficiência energética regional, aproveitamento da complementariedade hidrológica; para o Peru em especial, a aquisição de tecnologia, infraestrutura, geração de emprego e eletricidade e o ganho de receitas com a exportação do excedente energético ao Brasil e para o Brasil em particular, ajudaria a satisfazer parte de sua demanda de energia.

sociedade civil. Nossa avaliação é que a campanha foi exitosa em seus objetivos, porém fatores conjunturais ocorridos na região também influenciaram para que ela fosse vitoriosa. A aproximação do Peru com a China e reaproximação com Chile por exemplo. A eleição de Dilma e Humala, as mudanças de prioridades daí decorrentes. Os grandes conflitos sociais prévios como Bagua e Conga em 2010 e 2011 que geraram instabilidade política e crise de governabilidade no Peru provocando receio de novas crises de governabilidade e impopularidade. A grave recessão econômica no Brasil. As contradições entre discurso diplomático e a prática perpetrada por empresas brasileiras no exterior causando desconfiança do Brasil por parte da sociedade peruana.

Entretanto, podemos destacar que a campanha foi eficiente em suas estratégias, como a de uso político da informação (*information politics*), ampliando o *framing* do mote campanha de maneira a incorporar preocupações ambientais além dos aspectos sociais e ganhando novos aliados. O uso e ampla divulgação de testemunhos como moradores potencialmente impactados pelas hidrelétricas previstas no Acordo Energético Brasil-Peru. A construção de aliança com atores locais como a *CARE - Central Ashaninka do Rio Ene e Rondas Campesinas* potencializando o fluxo de informações e capacidade de mobilizações.

Outra estratégia foi o uso criativo e simbólico das informações (*symbolic information*) nos materiais de campanha que contaram com termos e imagens simbólicas, com um conteúdo de drama e com a conotação de conduta *errada* do Estado Peruano para alcançar um público mais amplo e distante da causa. Esta tática incluiu, por exemplo, o uso dos termos utilizados para a região da UHE Mainique pelo escritor peruano proeminente Mario Vargas Llosa (“*El Grand Pongo de Vargas Llosa*”).

A tática da política de alavancagem de influência (*leverage politics*) também gerou êxitos significativos com a atração de veículos poderosos da mídia como o New York times, a interlocução frequente com o Parlamento peruano²²⁸ e denúncias à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Desta forma, podemos concluir que foram alcances exclusivos da campanha os seguintes resultados: (1) inserção das pautas da necessidade de planejamento energético do

²²⁸ Que levou em conta os argumentos veiculados pela campanha para seu parecer para a rejeição do Acordo.

Peru a médio e longo prazo e sobre a falta de necessidade da construção de hidrelétricas para a demanda do país no debate entre a sociedade peruana (2) articulação de mobilizações sociais local, nacional e internacionalmente contra as hidrelétricas previstas no Acordo, que por sua vez, colaboraram para forçar o governo a dialogar sobre o tema com a sociedade e a repensar seu cálculo político de governabilidade *versus* impopularidade; (3) fortalecimento da sociedade civil peruana, que se tornou mais transnacionalizada, informada e empoderada; (4) aumento do risco de investimento privado no país sem considerações socioambientais; e finalmente (5) o aumento da visibilidade de comunidades locais potencialmente afetadas pelos projetos hidrelétricos e seus direitos.

Por fim, espera-se que os resultados alcançados neste estudo sobre cooperação energética contribuam para preencher a lacuna sobre o papel das ONGs e empreiteiras em tratativas intergovernamentais de cunho energético das bacias andina e amazônica.

Em relação a possíveis pesquisas futuras decorrentes desta tese, destaca-se a análise da atuação da sociedade civil no caso da importação de gás boliviano pelo Brasil assim como nas atuais tratativas para a construção das usinas hidrelétricas Cachoeira Esperanza e da bi nacional Bolívia na área de fronteira; comparação aprofundada entre as normas CMB e IHA, incorporando os Princípios do Equador e a Diretiva da União Européia a respeito (*EU Linking Directive compliance system*). Por fim, interessa a análise de outras campanhas transnacionais ao redor do mundo, para identificação de quais fatores e estratégias mais colaboram para que as campanhas sejam exitosas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

ALADI (Associação Latinoamericana de Integração). 2013. **Acordos - A integração energética no âmbito da ALADI**. ALADI. Boletim N. 75, Jan-Fev 2013. disponível em http://www.aladi.org/boletin/portugues/2013/enerofebrero/Proceso1_10.htm

ADLER, E.; HAAS, P.M. 1992. **Conclusion: Epistemic Communities, World Order, and the Creation of a Reflective Research Program**. International Organization, v.36, n.1, p. 367-390

ALIANZA DEL PACIFICO. 2013a. Declaración de Cali. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/cali.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2013.

_____. 2013b **Declaración presidencial sobre la Alianza del Pacífico**. Disponível em: http://alianzapacifico.net/documents/AP_Declaracion_Lima_I_Cumbre.pdf. Acesso em 28 de maio de 2013.

ALMEIDA, C.S.D.M.D. 2014. **Conflitos na Exploração de Recursos Naturais em Terras Indígenas: Um Estudo de Caso nas Américas**. Revista Política Hoje, v.23, 1. ed., p. 93-111.

ALMEIDA, M; LISBOA, M de B; PESSÔA, S. 2015. **Desequilíbrio econômico é estrutural e exige correções mais duras**. In: Folha de São Paulo (Ilustríssima), 19/07/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/07/1657046-desequilibrio-economico-e-estrutural-e-exige-correcoes-mais-duras.shtml>. Acesso em 05/08/2015.

ALVEZ, R. M. 2011. **O investimento externo direto brasileiro: a América do Sul enquanto destino estratégico**. Meridiano, v. 12, n. 127, p. 25-35, set./out. 2011.

Altomonte, Hugo. 2013. Os desafios energéticos da região frente ao desenvolvimento inclusivo e sustentável. In: Notas da Cepal. Numero 75, abril 2013. Disponível em http://www.cepal.org/notas_p/75/Opinion.html

AMORIM, C. 2010. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. especial, p. 214-240.

API. 2011. **Agenda de Projetos Prioritários de Integração**. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), Documento elaborado pela IIRSA e aprovado pelo Comitê Coordenador do COSIPLAN, nov. 2011.

AVANZINI, R.E.B. 2010. **Comunicación Social sobre la Integración Energética Perú-Brasil en La Amazonía Peruana**. Rio de Janeiro: GESEL, Junho de 2010. (Monografia de Pós-graduação em Análise Econômica do Setor Elétrico – Integração Energética da América Latina).

AYERBE, L.F. 1998. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**. São Paulo: Unesp.

BANK TRACKERS & PROFUNDO ECONOMIC RESEARCH. 2012. **Finance for Campaigners, handbook to the training course**. GELDER, Jan Willem van. Holanda.

BARA, P. N. 2014. **A Geração Hídrica Brasileira no Longo Prazo** (TDSE. N. 58) Rio de Janeiro: GESEL/UFRJ.

BAUMANN, S. G. 2013. **Pacific Alliance Seeks Regional Integration, Free Trade And Foreign Investment In Latin America**. In: The Huffington Post VOXXI, Latino Voices, 28/07/2014. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2013/05/29/pacific-alliance-latin-america_n_3353157.html. Acesso em 18/05/2014.

BECKER, Bertha K, 2005. **Geopolítica da Amazônia**. Estud. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

BCB. 2014. **Boletim Focus - Relatório de Mercado**, Banco Central do Brasil, Gerin, 26/12/2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20141226.pdf>. Acesso em 22/08/2015

BCB. 2015. **Boletim Focus - Relatório de Mercado**, Banco Central do Brasil, Gerin, 14/08/2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20150814.pdf>. Acesso em 20/08/2015

BELISÁRIO, A. 2014. “**Quatro irmãs, negócios familiares, proximidade com governos, financiamento de campanhas e diversificação de atividades – da telefonia ao setor armamentício – compõem a história das gigantes Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez**”. In: A Pública, 03/07/2014. Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/>. Acesso em 05/08/2014.

BERMANN, C. 2007. **Impasses e controvérsias da hidroeletricidade**. In: Estudos Avançados. v. 21, n. 59 São Paulo jan./apr. 2007.

_____. 2012a. **O Setor Elétrico Brasileiro no Século 21: Cenário Atual e Desafios**. In: O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios, Cap. 1.1. (Org. MOREIRA, P.F.), p.23-28 / Brasília: Ed. International Rivers Network.

_____. 2012b. **O Setor de Eletro-Intensivos**. In: O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios, Cap. 1.3. (Org. MOREIRA, P.F.), p.28-34 / Brasília: Ed. International Rivers Network.

BIONDI, A. 2003. **O Brasil Privatizado II: o Assalto das Privatizações Continua**. In: Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/uploads/Brasil_privatizado%20II.pdf>. Acesso em 05/06/2011.

BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. 2001. **Privatizações no Brasil – 1991/2001**. Rio de Janeiro: BNDES.

_____. 2004. **Integração da América do Sul: o BNDES como agente da política externa brasileira**. Informe BNDES, nº 187. BNDES. Novembro de 2004. Biblioteca Digital. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/5711> Acesso em 01/02/2011.

BRAINARD, L.; MARTINEZ-DIAS, L. 2009. **Brazil as an economic superpower? Understanding Brazil's changing role in the global economy**. Brookings Institution Press, Washington.

BRASIL. Decreto No 5.051/04. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Brasília, 19 de Abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm

BRUNDTLAND, G. H. 1988. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

BRUNDTLAND, G.H. et. al. 2012. **Environment and Development Challenges: The Imperative to Act**. The Asahi Glass Foundation.

BUARQUE, C. 2012. **O Progresso da Ideia de Progresso** (não publicado).

BUARQUE, C. 2012b. **Reis e Risos**. In: O Globo, 7/05/2012.

BUENO, María del Pilar. 2010. **Política Exterior y Medio Ambiente en la Argentina. La influencia de los actores subnacionales y no estatales en la toma de decisiones entre 1989 y 2009**. Tese de Doutorado. Universidad Nacional De Rosario. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales.

CAF (Corporación Andina de Fomento / Banco de Desarrollo de América Latina) & CIER (Comisión de Integración Energética Regional). 2012. **Nuevas Oportunidades de interconexión eléctrica en América Latina**. Bogotá. CAF & CIER.

CARE (Central Ashaninka del Rio Ene). 2010. **Informe apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos na 138ª seção**. Preparado pela La Central Ashaninka del Rio Ene (CARE) e Centro Amazonico de Antropologia y Aplicacion Practica em 23 de março de 2010.

_____. 2011. **Kametsa Asaike: El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene**. Agenda Política de la CARE. Lima – Peru.

CARMO, M. 2015. **Investigação sobre Dirceu na Lava Jato causa agitação política no Peru**. In: BBC-Folha de São Paulo, 06/08/2015. Acesso em 10/08/2015

CAMARA DOS DEPUTADOS. 2013. **Requerimento do deputado Sandro Mabel a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1123039.pdf>. Acesso em 15/05/2015.

CAMPOS, A.F. et al. 2010. **Experiências de Integração Energética na Europa, nos Países Nórdicos e na América Central: Considerações Relevantes ao Processo de Integração Sul-Americana**. In: XIII Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro: CBE.

CAMPOS, A. F. 2011. **A Importância dos Aspectos Regulatórios E Institucionais Para o Processo de Integração Sul-Americano: O Caso da Integração mediante Hidrelétricas entre o Brasil e o Peru**. Monografia apresentada para Instituto de Economia – Grupo de Estudos do Setor Elétrico, Programa de Pós- Graduação *Lato Sensu* em Análise Econômica do Setor Elétrico - Integração Energética da América Latina, GESEL/IE/UFRJ.

CAMPOS, Pedro. 2012a. **A Ditadura dos Empreiteiros**. Tese de doutorado. História das Relações Internacionais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

_____. 2012b. **A diplomacia das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada e a política externa brasileira.** In: Seminário Anual de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Seminário de Política Externa. Brasília.

_____. 2014. **Estranhas catedrais – As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar.** Niterói: Editora da UFF, 444 p.

CARDÓ, M. A. 2012. **Proyectos Hidroeléctricos en la Cuenca del Río Marañón** In: Serie Cuadernos de Integración 3. Lima. Forum Solidaridad Perú Por vida, justicia y paz. out. 2012.

CARTA 78 ONGS. 2010. **Protegendo Rios e Direitos: Dez Anos depois do Relatório da Comissão Mundial de Barragens.** Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/protegendo-rios-e-direitos-dez-anos-depois-do-relat%C3%B3rio-da-comiss%C3%A3o-mundial-de-barragens>. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

CARVALHO, C. 2012. **O Protagonismo do BNDES no Financiamento Da Infraestrutura Sul-Americana Durante O Governo Lula: Interface Entre Interesses Domésticos e a Política Externa.** Seminário Anual de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) Seminário de Política Externa. Disponível em http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=483 Acesso em 08/08/2012.

CASTRO, N. J. de; SANTORO, L. E. B. 2009. **Relatório de conjuntura: dinâmica do setor elétrico brasileiro.** Grupo de estudos do setor elétrico GESEL/UFRJ.

CASTRO, N. J., ROSENAL, R.; GOMES, V. 2009. **A Integração do Setor Elétrico na América do Sul: Características e Benefícios.** In: Texto de Discussão do Setor Elétrico nº 10. Rio de Janeiro: GESEL/UFRJ.

CASTRO, N.J. et al. 2011. **Formação de uma Campeã Nacional: O Processo de Internacionalização da Eletrobrás.** In: Texto de Discussão do Setor Elétrico n.º 38, TDSE 38 – Rio de Janeiro: GESEL/UFRJ, Julho 2011.

CASTRO, N.J. 2010. **O Papel do Brasil no Processo de Integração do Setor Elétrico da América do Sul.** In: Texto de Discussão do Setor Elétrico nº 23. Rio de Janeiro: GESEL/UFRJ, Agosto de 2010.

CASTRO, N.J.; LEITE, A. L. S. e ROSENAL, R. 2012. **Integração energética: uma análise comparativa entre União Européia e América do Sul** (julho 2012), TDSE Texto de Discussão do Setor Elétrico nº 48 Nivalde J. de Castro et al. Gesel/IE/Sinergia

CASTRO, N. de; BIATO, M; ROSENAL, R. 2015. **Perspectivas da integração energética Brasil-Bolívia.** Agência Canal Energia. Rio de Janeiro, 11 de março de 2015.

CAUBET, C. G. 2006. **A Água Doce nas Relações Internacionais.** São Paulo: Manole.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2007. **Estratégia Energética Sustentável Centroamericana 2020.** Santiago (Chile): CEPAL, 30 de Novembro de 2007.

Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/31977/L828.pdf>>. Acesso em 05/06/2011.

CG/LA INFRASTRUCTURE. 2014. **Strategic Top 100 Latin American Infrastructure 2014 Report**. Cartagena. CG/LA Infrastructure.

CELAC (Comunidad de Estados de Latinoamérica y el Caribe). 2015. **Documento de la CELAC sobre ALC y China**. Primer Foro de la CELAC y China: Explorando espacios de cooperación en comercio e inversión.

_____. 2015. **Pronunciamento de Xi Jinping**, Presidente da República Popular da China. In: **China-Celac desarrollará la cooperación Sur-Sur**. CELAC. Beijing. 08/01/2015. Disponível em: http://www.celac.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=39265:2015-01-08-12-46-17&catid=2:actualidad&Itemid=325 . Acesso em 10/01/2015.

CHECKEL, J. T. 2008. **Constructivism and foreign policy**. In: Foreign Policy: Theories. Actors. Cases. Ed. Steve Smith, Amelia Hadfield and Tim Dunne (Oxford: Oxford University Press, 2008), 73.

CERVO, A. L. 2002. **Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, n. 1. p. 5-35.

CERVO, A. L. 2009. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. Ed. Saraiva, 3ª edição.

CERVO, A. L. 2010. **Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 53, n. especial, p. [7-32].

CHIPP, H. 2009. **Sistemas Elétricos e Integração Energética**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA BRASIL – PERU Rio de Janeiro. Apresentação em PowerPoint datada de 15.05.2009, elaborada pela Diretoria Geral Operador Nacional do Sistema. GESEL / UFRJ Rio de Janeiro.

CHIPP, H. 2012. **Desafios e Perspectivas da Integração Elétrica Regional**. In Seminário Internacional de Integração Elétrica da América do Sul. Apresentação em PowerPoint datada de 07/08/2012, elaborada pela Diretoria Geral Operador Nacional do Sistema. GESEL / UFRJ Rio de Janeiro.

CIER (COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL). 2010. **Projecto CIER 15 – Estudio de Transacciones de Electricidad entre las Regiones Andina, América Central y Mercosur – Factibilidad de su Integración**. CIER.

COALISION REGIONAL POR LA TRANSPARENCIA Y LA PARTICIPACIÓN. 2014. **Altas y bajas en las salvaguardas ¿Cómo actúan BNDES, China ExIm Bank, CAF y BID?** Resumen Ejecutivo. Lima: Ed. DAR. Outubro, 2014. Disponível em http://www.cedla.org/sites/default/files/Como_actuan_BNDES_China_ExIm_Bank_CAF_y_BID_0.pdf acesso em 01/11/2014. Acesso em 5/10/2014.

COES-SINAC [Comité de Operación Económica del Sistema Interconectado]. 2012. **Propuesta Definitiva de Actualización del Plan de Transmisión - Período 2013-2022. Informe DP-01-2012.** Lima. COES-SINAC.

COMISIÓN DE RELACIONES EXTERIORES, CONGRESO DE LA REPÚBLICA, REPÚBLICA DEL PERÚ. 2014. **Dictamen recaído el Proyecto de Resolución Legislativa n. 391/2011-PE que propone aprobar el Acuerdo entre el Gobierno de la República de Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil.** Lima. 23/05/2014.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). 2000. **Barragens e Desenvolvimento: Uma Matriz Nova para a Tomada de Decisões,** Londres: Earthscan.

CONDE, M. R. 2013. **Incorporação da Dimensão Ambiental no Planejamento de Longo Prazo da Expansão Da Geração de Energia Elétrica por meio de Técnicas Multicritério de apoio a Tomada de Decisão** In: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Planejamento Energético, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONNECTAS. 2014. **Desenvolvimento para as pessoas? O financiamento do BNDES e os direitos humanos.** Publicado em: 18.8.2014. Disponível em: [http://www.connectas.org/arquivos/editor/files/Connectas_BNDES%20e%20Direitos%20Humanos_Completo_Final_Transpar%C3%Aancia\(1\).pdf](http://www.connectas.org/arquivos/editor/files/Connectas_BNDES%20e%20Direitos%20Humanos_Completo_Final_Transpar%C3%Aancia(1).pdf) Acesso em 20/08/2014.

COSIPLAN (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento). 2011. **Plan de Trabajo 2012** In: II Reunión del Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento, COSIPLAN/UNASUR, Brasília, 30 de noviembre de 2011. Acesso em 11.11.2012.

COX, R. 1981. **Social Forces, States, and World Order.** Ed. Millennium, 10: 126-55.

CRUZ, L. M. 2012. **Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio Ene.** Universidade de Brasília - UnB Instituto de Ciências Sociais - ICS Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC. Dissertação do Programa de Mestrado.

CRUZ, Sebastiao Velasco e. 2010. **Mudando de Rumo: a política externa do governo Lula.** In: O Brasil no mundo. São Paulo: Unesp, p. 71-86.

_____, 1997. **Estado e Economia em tempo de Crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ed Unicamp, 183p.

DAR [Derecho, Ambiente y Recursos Naturales]. 2010. **Informe Legal – sustentación de la obligatoriedad de la aprobación por parte del congreso peruano del “acuerdo para el suministro de electricidad al Perú y exportación de excedentes al Brasil”,** programa energía sostenible derecho ambiente y recursos naturales – DAR. Lima. Junho 2010.

_____. 2010a. **Sustentación de la obligatoriedad de la aprobación por parte del congreso peruano del “acuerdo para el suministro de electricidad al Perú y exportación de excedentes al Brasil”.** In: Informe Legal. Programa energía sostenible. DAR - Derecho Ambiente y Recursos naturales.

_____. 2014. **Agenda Ambiental**. In: Derecho, Ambiente y Recursos Naturales. Año: 3 Número: 7 Marzo 2014.

DERECHO, AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES (DAR) y Cartilla Informativa **El Acuerdo Energético Perú-Brasil: Los Casos de Inambari y Pakitzapango**. Lima. Disponível em: <<http://www.vigilamazonia.com/uploads/files/6e661f8ff472873834ac0fc8af578c27.pdf>>

DIAS, A. Câmara dos Deputados, **Aprovado projeto que derruba o sigilo dos empréstimos do BNDES**, 23/04/2015. Disponível em: <http://www.alvarodias.com.br/2015/04/aprovado-projeto-que-derruba-o-sigilo-dos-emprestimos-do-bndes> . Acesso em 05/05/2015.

DOUGHERTY, J; PFALTZGRAFF, Jr. 2003. **Relações Internacionais as teorias em confronto – um estudo detalhado**, Lisboa: Ed. Gradiva.

DOUROJEANNI, M. 2009a. **Amazonia Peruana en 2021 – explotación de recursos naturales e infraestructuras: Que está pasando? Que es lo que significan para el futuro?** ProNaturaleza – fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza.

DOUROJEANNI, M. 2009b. **Hidroelétricas brasileiras na Amazônia peruana**, O ECO. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/colunas/marc-dourojeanni/21987-hidroeletricas-brasileiras-na-amazonia-peruana/>, 29/06/2009. Acesso em 02/10/2011.

ELECTROPERU [Empresa Electricidad del Peru]. 2011. **Reseña Histórica**. Lima (Peru): ELECTROPERU. Disponível em: <http://www.electroperu.com.pe/Super_FSet.asp?dato=0>.

ELETRÓBRÁS. 2009a. **Plano Estratégico 2010-2020**, disponível em <http://www.eletrabras.com/elb/data/Pages/LUMISE613DEFDITEMID5E12100F3550421D9F7DD1CE5AAD510BPTBRIE.htm>. Março, 2009.

_____. 2009b. **Integração Energética Brasil-Peru**, apresentação em powerpoint elaborada por Sinval Zaidan Gama (Superintendência de Operações no Exterior), In Seminário Internacional de Integração Energética Brasil – Peru Rio de Janeiro, 15/05/2009. GESEL / UFRJ Rio de Janeiro.

_____. 2010. **Integração Energética na América Latina**. Apresentação em PowerPoint elaborada por Sinval Zaidan Gama, fev. 2010.

_____. 2012. **Peru: Projectos em Estudio**. Apresentação em PowerPoint elaborada por Rafael Lopes de Albuquerque, Departamento de Gestão de Ativos no Exterior.

_____. Sem data. **Eletróbrás No Mundo**. Informe institucional, disponível em <http://www.eletrabras.com/elb/main.asp?ViewID=%7B6C415599-C212-44B7-BC88-6A52C44E0DAA%7D¶ms=itemID=%7B8262E14B-72CC-4EC1-B5E6-A636779A72B2%7D;&UIPartUID=%7BD90F22DB-05D4-4644-A8F2-FAD4803C8898%7D> . Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

ENGEVIX y SyZ 2010. **Estudio de Factibilidad de Inambari Geração de Energia S/A, Central Hidrelétrica Inambari**. 2ª etapa. Reporte Final.

EPE [Empresa de Pesquisa Energética]. 2011. **SIMPLES – Sistema de Informações de Mercado para o Planejamento do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro: EPE. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/EPESimples.aspx>>. Acesso em: Julho de 2011

EVANS, P. 1995. **Embedded autonomy: States and industrial transformation** [Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial], Princeton University Press, 1995. Citado por Vigna, 2014.

EXAME. 2014. **Odebrecht assina contrato para construir gasoduto no Peru**. 23/07/2014. In: Exame.com. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/odebrecht-assina-contrato-para-construir-gasoduto-no-peru> Acesso em 24/07/2014.

FALLA, J. C. 2014. **Minería, energía, agua, cambio climático – Perú**. COOPERACIÓN. Apresentação de PowerPoint Seminário de DAR sobre Diálogo Regional. Peru, abr. 2014. Disponível em http://www.dar.org.pe/archivos/eventos/dialogo_regional/TI_sesion_3/JULIA%20CUADROS%20-%20Energia-Agua-Mineria-CC%20Abril%202014.pdf. Acesso em abril de 2014.

FARIA, R. C., KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. 2012. **Sustentabilidade em Grandes Usinas Hidrelétricas**. In: Revista de Gestão e Projetos – GeP, v. 3, n. 1. Disponível em: <http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep/article/view/8> Acesso em 05/01/2013.

FEARNSIDE, P.; MILLIKAN, B. 2012. **Hidrelétricas na Amazônia: Fonte e Energia Limpa?** In: MOREIRA, P.F. (Org.), 2ª edição, O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios, p.49-57 / Brasília: Ed. International Rivers Network.

FEARNSIDE, Philip, 2010. **Análisis de los Principales Proyectos Hidro-Energéticos en la Región Amazónica**. Lima, DAR, Claes, Panel Internacional de Ambiente y Energía en la Amazonía.

FERREIRA, C.K.L. 2010. **A Privatização no Brasil: Privatização do Setor Elétrico no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, Fevereiro de 2010. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conheciment/o/ocde/ocde06.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

FINER M.; JENKINS C.N. 2012. **Proliferation of Hydroelectric Dams in the Andean Amazon and Implications for Andes-Amazon Connectivity**. PLoS ONE 7(4): e35126. doi: 10.1371/journal.pone.0035126.

FINNEMORE, M. & SIKKINK, M. 2001. **Taking Stock: The Constructivism Research Program** In: Annual Review of Political Science, Vol. 4: 391-416.

FINNEMORE, M. 1996. **National interests in International Society**. Ithaca: Cornell University Press.

FRAGA, Raiza Gomes. 2014. **Integração Energética na América do Sul e o desafio da promoção do Desenvolvimento Sustentável: uma análise crítica do discurso**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília CDS/UNB.

FOLHA *on line*. **Dirceu criou esquema na Petrobras, diz investigação; ex-ministro foi preso**, 03/08/2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1663770-pf-prende-jose-dirceu-em-brasilia.shtml>. Acesso em 03/08/2015.

FONSECA, B.; MOTA, J. 2013. **Pan Amazônia à Brasileira**. In: Agência de reportagem e Jornalismo Investigativo Publica, 28/02/2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/11/pan-amazonia-a-brasileira/>. Acesso 03/03/2013.

_____. 2013a. **BNDES, para exportação**. In: Agência de reportagem e Jornalismo Investigativo Publica, 28/11/2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>. Acesso em 29/11/2013.

_____. 2013b. **Na Pan-Amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira**. In O ECO, 28/11/2013. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/especiais/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira/>. Acesso em 29/01/2014.

GALLAGHER, K & AMOS, I. 2010. **Chinese Investment in Peru: A Comparative Analysis**. Boston: Tufts University Working Group on Development and Environment in the Americas. Disponível em: <http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP34IrwinGallagherDec12.pdf>. Acesso em 05/08/2013.

GAMBOA, C. 2014. **¿Murio el Acuerdo Energético Perú – Brasil?** In: La Primera, 03/06/2014, Disponível em: <http://laprimera-peru.pe/columna/murio-el-acuerdo-energetico-peru-brasil/>. Acesso em 04/06/2014.

GARY, K. KEOHANE, R.O.; VERBA, S. 1994. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press.

GASPARI, E. 2011. **O trem-bala e o faraó**. In: O Globo. Edição de 13 de fevereiro de 2011, p. 16.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. 1993. **Ideas and Foreign policy: Beliefs, Institutions and political change**. Ithaca: Cornell University Press. pp.8-10.

GONZALEZ-VICENTE, R. 2013. **Development Dynamics of Chinese Resource Based Investment in Peru and Ecuador**. In: Latin American Politics and Society 55, n. 1, p. 46-72.

GREENPEACE. 2012. **Energia: pequenos avanços, grandes retrocessos (Análise PDE 2012-2021)**, 28/09/2012. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Plano-Energetico-pequenos-avancos-grandes-retrocessos/>. Acesso em 29/09/2012.

GREENPEACE. 2014a. **Análise do Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/image/2014/Setembro/Greenpeace%20Analise%20PDE%202023.pdf>. Acesso em 12/10/14.

GREENPEACE. 2014b. **Ainda falta ambição**. Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Ainda-falta-ambicao/>. Acesso em 12/10/2014.

HAAS, P. M. 1992. **Introduction: epistemic communities and international policy coordination**. International Organization. v. 46, n.1, p. 1-35.

HSAP (Hydropower Sustainability Assessment Protocol). 2015. **Emerging Experience: The Added Value of Protocol Assessment**. In: www.hydrosustainability.org. Acesso em 09/05/2015.

IHA (International Hydropower Association). 2011. **Protocolo de Avaliação de Sustentabilidade da Energia Hídrica**, Disponível em: http://www.hydrosustainability.org/IHAHydro4Life/media/PDFs/AssessmentReports/Protocol_PT_Nov-13_Draft.pdf?ext=.pdf Acesso em 12/10/2014.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos), 2015. **Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro**. 1ª edição. Brasília.

INOUE, C. Y. 2003. **Regime Global de Biodiversidade. Comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável – O caso Mamirauá**. Tese de Doutorado CDS. Universidade de Brasília.

INTERNATIONAL RIVERS NETWORK (IRN). 2008. **Social and Environmental Standards for Large Dams**. International Rivers. Disponível em: http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/international_rivers_wcd_ifc_iha_comparison.pdf. Acesso em 7/08/2013.

INTERNATIONAL RIVERS NETWORK (IRN). 2010. **GUIA INFORMATIVA Protección de Ríos y Derechos Recomendaciones de La Comisión Mundial de Represas para La Acción**. Disponível em <http://www.internationalrivers.org/pt-br/node/3936> . Acesso em 4/01/2015.

_____. 2011. **Inambari Dam**. Disponível em: <<http://www.internationalrivers.org/campaigns/inambari-dam>

_____. 2013. **Spreadsheet of hydro projects in the CDM project pipeline**. International Rivers website. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/resources/spreadsheet-of-hydro-projects-in-the-cdm-project-pipeline-4039> Acesso em 25/11/2013.

_____. 2014. **Carbon credits**. International Rivers website. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/campaigns/carbon-credits>. Acesso em 18/05/2014.

IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). 2009. **Planejamento Territorial Indicativo**. Carteira de Projetos. IIRSA.

_____. 2011. **Ejes de Integración y Desarrollo. Eje Perú-Brasil-Bolivia**. IIRSA. Disponível em: http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/lb10_seccion_iv_eje_peru_brasil_bolivia.pdf . Acesso em: 20/08/2011.

IIRSA & COSIPLAN [Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento]. 2011. **Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API)**. Documento Elaborado pela IIRSA e Aprovado pelo Comitê Coordenador do COSIPLAN. IIRSA/COSIPLAN.

JACKSON, T. 2012. **Prosperidade sem Crescimento**. In: Exame Especial CEO / Rumo à Economia Verde. v. 04/2012.

JUNK, W. J.; MELLO, J.A.S.N de. 1990. **Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira**. In: Estudos Avançados. v.4, n.8, São Paulo jan/apr. 1990.

KATZENSTEIN, P. 1996. **Introduction in The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**, ed Katzenstein (New York: Columbia University Press, 1996. (Citado por Keck para conceito de normas).

KECK, M.; SIKKINK, K. 1998. **Activists Beyond Borders. Advocacy Networks** In: International Politics. Ithaca and London: Cornell University Press.

KEOHANE, R. 1993. **Institutional Theory and the Realist Challenge After the Cold War**. In: David Baldwin (Ed.) Neorealism, Neoliberalism: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press. Cap. 11. p. 269-300.

KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn. 2002. **From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics** in Restructuring World Politics. Minneapolis: University.

KISHINAMI, R. 2012. **A Eficiência Energética como componente da Eficiência Econômica** p.38 In: O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios. (Org. MOREIRA, P.F.), p.37-39 / Brasília: Ed. International Rivers Network.

KOCH-WESER, I. 2014. **Chinese Mining Activity in Latin America: A Review of Recent Findings**. In: Inter-American Dialogue Report. September 24, 2014.

_____. 2015. **Chinese Energy Engagement with Latin America: A Review of Recent Findings**. In: Inter-American Dialogue Report. January 12, 2015.

LA CRUZ, R.E. 2010. **Peru, Brasil e a Energia da Amazonia**. In: (O) Eco Amazonia. 29 de junho de 2010. Disponível em: <<http://oecoamazonia.com/br/reportagens/peru/41-peru-brasil-e-a-energiada-amazonia>>. Acesso em 20/12/2010.

LA ROSA, V.C. 2011. **Acuerdo para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil: Buscando la Governanza Energética en el Perú**. Lima (Peru): DAR [Derecho Ambiente y Recursos Naturales].

LAKE, D. 2013. **Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations**. In: European Journal of International Relations. p.19. 567p.

LAZZARINI, S. G. 2010. **Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões**. São Paulo. Ed. Elsevier.

LAZZARINI, S. G. 2015. **Escancarando o capitalismo de laços**. In: O Estado de S. Paulo, 25/06/2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,escancarandoocapitalismodelacosimp>. Acesso em 03/07/2015.

LEBOW, Richard N. 1995. **The long peace, the end of the cold war and the failure of realism.** In: Richard N. Lebow & Thomas Risse-Kappen, *International Relations Theory and the End of the Cold War*. New York: Columbia University Press, p. 23-56.

LECHINI, G; GIACCAGLIA, C. 2011. **El liderazgo regional de Brasil em tiempos de Lula.** In: VADELL, J.; CAMPOS, T. (Orgs.). *Os Novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, p. 232-267.

LEITE, A.L.S.; CASTRO, N.J. 2009. **Política para o setor elétrico da União Européia: rumos contrários ao processo de integração.** *Econômica*. v.11, n.2, p.111.132.

LEO, S. 2013. **Aliança do Pacífico preocupa no Brasil.** *Valor Econômico*, 27/05/2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520473-alianca-do-pacifico-preocupa-no-sil> . Acesso em 28/05/2013.

LEROY, J. P.; MALERBA, J. (Orgs.) 2010. **IIRSA, Energia e mineração – Ameaças e Conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira.** In: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

LESSA, A. C. 1998. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41.

LEVÊQUE, F. 2006. **Antitrust enforcement in the electricity and gas industries: problems and solutions for the EU.** In: *The electricity journal*, v. 19, n. 5, p. 27-34, jun. 2006.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. 2006. **Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities.** *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 21-40.

LUCE, M. S. 2007. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007).** Dissertação de mestrado. PPGREL, UFRS.

MANGUEIRA, C. **Peru Cancela Projeto Hidrelétrico da Brasileira Egasur.** In: Estadão. 14 de Junho de 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+geral,peru-cancela-projeto-hidreletricoda-brasileira-egasur,71485,0.htm> . Acesso em: Agosto de 2011.

MARGULIS, C. R.; SARKAR. S. 2008. **Systematic conservation planning.** Cambridge. Cambridge University Press.

MARTINS, C. E. 2012. **A economia mundial e as perspectivas da integração sul-americana.** *Le Monde Diplomatique Brasil*, Janeiro 2012, p. 4-5.

MARSIGLIO, J.A.F. 2010. **Integração dos Sistemas Elétricos entre Brasil e Países Fronteiriços e o Marco Regulatório Atual.** In: Monografia de Pós-graduação em Análise Econômica do Setor Elétrico – Integração Energética da América Latina. GESEL/UFRJ, Rio de Janeiro. Julho de 2010.

MCADAM et al. 1996. **Introduction, Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures and Cultural Framings,** ed. McAdam, McCarthy and Zald, New York: Cambridge University Press. (Citado Por Keck Para Conceito de Framing).

MCCARTHY, J. D.; MAYER, N. Z. 1997. **Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory**. In: American Journal of Sociology 82:6: 1212-41

MELLO, A e S. 1955. **O Brasil no Continente e no Mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea**. In: Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 15, p. 95-118.

MENEZES, R. G. 2014. **A Aliança do Pacífico e a estratégia de integração Sul-Americana do Brasil**. IX ENCONTRO DA ABCP. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RIUCB/article/viewFile/5504/3484>

MIDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Sem data. **Oportunidades de Investimento em Serviços no Peru e Brasil**. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1269870729.pdf. Acesso em 27.12.2012.

MINEM/DGE [Ministerio de Energia y Minas/Dirección General de Electricidad]. 2007. **Elaboración de Resúmenes Ejecutivos y Fichas de Estudios de las Centrales Hidroeléctricas con Potencial para la Exportación a Brasil**. Informe Final. Lima (Peru): MINEM/DGE, Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/Electricidad/promocion%20electrica/Centrales%20hidroel%C3%83%C2%A9ctricas%20con%20potencial%20para%20la%20exportacion%20a%20bras%C3%ADl.pdf>. Acesso em: Agosto de 2011

MINEM (Ministerio de Energía y Minas, República del Perú). 2009a. **Portfolio de Proyectos Hidroeléctricos**. Vice Ministro de energía. Apresentação em PowerPoint elaborada por Daniel Camac Gutierrez. In: Seminario Internacional de Integración Energética Peru-Brasil, Maio, 2009, Rio de Janeiro, Gesel/UFRJ.

_____. 2009b. **Propuesta de Ministerio de Energía y Minas Del Perú sobre los temas relevantes para el Tratado de Interconexión Eléctrica Perú – Brasil** (Proposta de Percentuais de Energia Destinada ao Brasil e ao Peru). In: ANEXO, OFÍCIO Nº 226-2009-MEM/VME.

_____. 2011. **Resolucion Ministerial No 018-2011-MEM/DM. Crean Comisión para Tratar los Aspectos Contemplados en el Acuerdo Perú-Brasil**. Lima (Peru), 13 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/RM%20N%20018-2011-MEM-DM.pdf>>. Acesso em: Novembro de 2011.

_____. 2014a. **Plan Energético Nacional 2014 -2024, Documento de Trabajo (informe)**, 140pg, Dirección General de Eficiencia Energetica. Disponível em <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/institucional/publicaciones/InformePlanEnerg%C3%A9tico2014-2024.pdf>. Acesso em 18/08/2015.

_____. 2014b. **Resumen Ejecutivo, Plan Energético Nacional - 2014 -2024, 36pg**. Dirección General de Eficiencia Energetica. Disponível em <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/institucional/publicaciones/InformePlanEnerg%C3%A9tico2014-2024.pdf>. Acesso em 18/08/2015

_____. 2014c. “**Ministro Mayorga Presenta Plan Energético Nacional 2014-2025**”, Notícia institucional publicada em 18/11/2014. Disponível em <http://www.minem.gob.pe/detallenoticia.php?idSector=12&idTitular=6394>. Acesso em 15/08/2015.

MIOTTO, K. 2011. **Inambari Vai Ter Que Esperar**. In: (O) Eco Amazonia. 16 de Junho de 2011. Disponível em: <http://www.oecoamazonia.com/br/blog/240-inambari-vai-ter-que-esperar> . Acesso em: Setembro de 2011.

MME (Ministério de Minas e Energia, República Federativa do Brasil). 2009. **Temas Relevantes para o Tratado de Integração Energética entre Brasil e Peru**. In: Ofício nº 142/SPE/MME, 22/09/2009. Brasília. Disponível em: <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/Electricidad/publicaciones/inter_brasil/TEMAS%20RELEVANTES%20PARA%20EL%20TRATADO%20DE%20INTEGRA/ACION%20ENERGETICA%20ENPRE%20PERU%20Y%20BRASIL.pdf>. Acesso em 17/05/2012.

MME/EPE. 2010. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2019**. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasil. Brasília.

_____. 2014. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasil. Brasília.

MONTANA MARTÍNEZ, M. 2012. **Bacia Amazônica e hidropolítica: interdependência hidrológica, incipiente regime regional e baixo conflito**. x, 327 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2012.

MOREIRA, P.F. 2011. **Governança Sul-Americana: Uma Abordagem *Bottom-Up* como Caminho para Democratização da Política Energética Externa Brasileira com o Peru: O Caso do Processo Decisório do Acordo Energético Brasil – Peru (1997-2012)**. Ensaio apresentado para conclusão da disciplina Modelos de Análise de Processo decisório em relações internacionais. Curso de doutorado em relações internacionais do Universidade de Brasília (IREL/UNB).

_____. 2012. **Análise da Política de Integração Energética Brasileira no Peru: O Acordo Energético Peru-Brasil (1997-2012)**. In: Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Workshop Doutoral. Área Temática: Política Externa. Seminários de Relações Internacionais: Brasília, julho 2012, Disponível em http://www.seminariopos2012.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800

_____. 2012a. **Planejamento Energético e o PIB**. In: O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios (Org. MOREIRA, P.F.), Cap. 1.2, p.23-28. Brasília: Ed. International Rivers Network.

_____. 2012b. (Org.), 2ª edição, **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios**. Brasília: Ed. International Rivers Network.

MOREIRA, P.F. & CAMPOS, A.F. 2014. **Análise do Processo de Integração Energética Brasil-Peru: O Acordo Energético Peru-Brasil (1997-2014)**. In: IX Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Florianópolis. Disponível em: http://www.ixcbpe.com.br/artigos_aprovados/

MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S.G. 2015. **Reinventando o Capitalismo de Estado - O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países**. Ed. Cia das Letras.

NATALINO, E. C., CARMO, C. A.; BARRETO, I. P. P. 2009. **Peru: Evolução recente e futura.** In: Fundação Alexandre Gusmão – Brasília FUNAG (Prêmio América do Sul 2009).

NOVOA, L. F. 2009. **O Brasil e seu ‘desbordamento’: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul.** In: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung et al. São Paulo: Ed. Expressão Popular, p. 187-204.

NUTI, Miriam. 2006. **Integração Energética na América do Sul: escalas, planejamentos e conflitos.** Tese (doutorado) Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ODEBRECHT. 2014. **Consórcio Gasoduto Sul Peruano assina contrato com o governo do Peru,** website institucional. Publicado em 28/07/2014. Disponível em <http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/consorcio-gasoduto-sul-peruano-assina-contrato-com-o-governo-do-peru>. Acesso em 9/08/2014.

_____. 2014b. **Indicadores Econômico-financeiros de 2013.** Site institucional. Acesso em 15/12/2014.

_____. 2015a. **Projetos da Odebrecht no Peru.** Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02301-02400/2382/?lang=pt> . Sem data de publicação. Acesso em 05/02/2015.

_____. 2015b. **Odebrecht, negócios e participações Brasken.** Disponível em: www.odebrecht.com.br/negocios-e-participacoes/branken. Sem data de publicação. Acesso em 05/02/2015.

_____. 2015c. **“Obras actuales”.** Disponível em <http://www.odebrecht.com.pe/negocios/infraestructura/obras-actuales>. Acesso em 28/01/2015.

_____. 2015c. **História en el Peru.** Disponível em <http://www.odebrecht.com.pe/sobre-la-empresa/historia-en-el-peru>. Acesso em 28/01/2015.

_____. 2015d. **PERU: O começo de um novo ciclo.** Disponível em <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02301-02400/2382/?lang=pt>. Acesso em 27/01/2015.

O’DONNELL, Guillermo. 2011. **Democracia, agência e Estado: teoria com intenção comparativa.** Tradução: Vera Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra. 316 p. ISBN: 978-85-7753-145-5.

O GLOBO. 2015. **Camargo Corrêa admite cartel e pagará mais de R\$ 104 milhões.** In: O Globo, 19/08/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/camargo-correa-admite-culpa-em-cartel-e-paga-mais-de-r-104-milhoes.html>. Acesso em 22/08/2015.

OLIVEIRA, Adilson de. 2010. **Segurança energética na América do Sul: o papel do Brasil.** Set. 2010. In: Brevíssimos CINDES 19.

ONUF, N. 1998; **Constructivism: A User’s Manual.** In: Vendulka Kubaloka, Nicholas Onuf e Paul Kowert, Eds., International relations in a Constructed World, Armonk, NY, M.E. Sharpe, 1998, p.59.

_____. 1989. **World of our making: Rules and Rule in Social Theory and International relations**. Columbia, SC, University of South Carline Press.

OURIQUES, N. **Crise mundial e integração latino-americana**. Le Monde Diplomatique Brasil, Janeiro 2012, p [6-7].

PATRIOTA, A. de A. 2013. **O Mercosul e a Integração Regional. Interesse Nacional**. Out-Dez. 2013. Ano 6, n. 23, p. 67-75.

PEREIRA, J. A. G. 2012. **Além do PIB**. In: Página 22/FGV. 9 abr. 2012. São Paulo. Edição 62.

PIMENTA, J. 2005. **Ashaninka: Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil** In: Povos Indígenas no Brasil. São Paulo. Ed. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ashaninka/print>. Acesso em 03/09/2015.

POWER Online. **Eletricidade e Energias Alternativas. Brasil Construiu Cinco Usinas no Peru; Energia Passará por Rondonia**. In: POWER. 17 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.power.inf.br/site/todas-as-noticias-de-eletricidade/1615-brasil-construiu-cincousinas-no-peru-energia-passara-por-rondonia>. Acesso em 01/02/2011.

QUEIROZ, F. A. de. 2011. **Hidropolítica e segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada**. xxi, 373 f., il. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília.

RIBEIRO, D; KFURI, R. 2011. **A nova integração regional e a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul**. In: Integração Sul Americana – desafios e perspectivas. VIANA, J. et al. (Orgs.). Edufro Editora da Universidade de Rondônia.

RIBEIRO, F.; LIMA, 2008. R. **Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 96.

RIBEIRO, G. L. 1994. **Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina: The Yacyretá High Dam**. City University of New York.

RICUPERO, R. 1984. **O Tratado de Cooperação Amazônica**. In: Revista de Informação Legislativa. Brasília, DF, ano 21, n. 81, Suplemento, p.177-196, jan/mar. 1984.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo, KUNRATH, Bruna & MITTELSTADT, Davi Doneda/ 2010. **O que está em jogo no acordo energético Brasil-Peru?** In Mundorama, 22/08/2010, disponível em <http://mundorama.net/2010/06/29/o-acordo-energetico-brasil-peru-por-bruna-figueiredo-riediger-bruna-kunrath-davi-doneda-mittelstadt/>. Acesso em 11/05/2011

RISSE-KAPPEN, T. 2000. **“Let’s Argue”: communicative Action in World Politics** In: International Organization, Vol. 54, issue 01, pages 1-39.

_____. 1995. **Bringing Transnational Relations Back**. In: Non-state Actors, Domestic Structures, and International Institutions, ed. Risse-Kappen (Cambridge: Cambridge University Press.

RIVEROS, J.C. et al. 2008. **Energia sustentável e exploração racional dos rios amazônicos**. In: WWF-LAI (Documento interno). Disponível em <http://myenergy.com.br/energy/wp-content/uploads/2012/06/Represas-na-Amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em 12/12/2012.

ROCKSTROM, J. et al. 2009. **Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity**. In: *Ecological and Society*, v. 14, n. 2, 32p.

RODE, J. et al. **Integrating Ethical Analysis for Sustainable Business Decisions: the Example of Environmental Impacts Evaluation for a Large-Scale Hydropower Project**. In: ESEE 2011 Conference – Special Session on “Decision-Making on Megaprojects: Contested Numbers, Contested Democracy. Istanbul (Turquia): ESEE, 14 a 17 de Junho de 2011. Disponível em: http://www.esee2011.org/registration/fullpapers/esee2011_dd28e5_1_1307452929_5288_2202.pdf. Acesso em: Agosto de 2011.

RODRIGUES, L. A.; HERNANDEZ, F. M.; BERMAN, C. 2011. **Producción de energía hidroeléctrica en Amazonía: evaluación del Acuerdo Perú Brasil y la internacionalización de problemas ambientales**. *Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales*, v.1. Lima (Perú), Abril de 2011, pp.253-276.

ROSENAU, J. N. 1990. **Turbulence in World Politics. A theory of Change and Continuity**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

RUINING, H; QING, P. 2009. **Oil and Gas in Peru: A Great Opportunity for Collaboration**. In: *China Petrochem*. 24 (December 2009). p. 50-51.

SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República). 2015. **Saiba como acessar os mapas climáticos do Brasil**. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=26692#ixzz3U04Ayf00>. Acesso em 10/03/2015.

SALAZAR, Milagros. 2012. **Aperta e afrouxa pelo acordo energético entre Brasil e Peru** In: *Envolverde*, 02/3/2012, disponível em <http://envolverde.com.br/noticias/aperta-e-afrouxa-pelo-acordo-energetico-entre-brasil-e-peru-2/> acesso em 02/03/2012.

SALOMÃO, L. A. 2012. **Integração Energética Sul-Americana difíceis desafios a Superar**. In: Artigo para Seminário do Ministério de Relações Exteriores. Brasília. MRE.

_____. 2012b. **Integração Energética no Mercosul**. In: Artigo para Seminário do Ministério de Relações Exteriores. Brasília. MRE.

SANCHEZ, Fernando Albavera. 2006. **Integración energética en América del Sur**. III Congreso de Integración Energética. CEPAL- Nações Unidas. Buenos Aires.

SANDOVAL, H. O. C. 2011. **¿Gobernanza en Inambari?** In: DAR [Derecho Ambiente y Recursos Naturales], Março de 2011. Lima (Peru). Disponível em: [http://www.dar.org.pe/publicaciones/2001/pdf/Gobernanza_en_Inambari_fina%20con%20ISBNI\[1\].pdf](http://www.dar.org.pe/publicaciones/2001/pdf/Gobernanza_en_Inambari_fina%20con%20ISBNI[1].pdf). Acesso em 03/08/2011.

SANTOS, M. 2012. **Exploração de recursos naturais e conflitos sociais: os casos de Peru e Equador**. In: *Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina*. Luis Fernando Ayerbe (Org.). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina.

SILVA, I. B. da. 2010. **Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA**. 350 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, T. L. A. 2010. **O conflito entre o governo neoliberal de Alan García e os indígenas peruanos**. Revista IDEAS Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. v. 4, n. 2, p. 366-392.

SKINNER, J.; HAAS, L.J. (2014) **Watered down? A review of social and environmental safeguards for large dam projects**. Natural Resource Issues No. 28. IIED, London. 2014.

SOUSA-JUNIOR, W. C. de. 2010. **Multilateralismo fraco: o Brasil e sua participação na Comissão Mundial de Barragens**. In: V Encontro Nacional da ANPPAS. Disponível em <http://anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT17-855-1008-20100907021939.pdf> Acesso em 8/05/2014

STIGLITZ, J.; SEM, A.; FITOUSSI, J.P. 2009. **Report of the commission on the measurement of economic performance et social progress**. Disponível em: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

_____. 2010. **Mismeasuring our lives: Why GDP doesn't add up**. New York: The New Press.

SUAREZ, L. P. L.; GUERRA, S. M. G. & UDAETA, M. E. M. **Os Fundamentos Institucionais na Integração Energética da América do Sul**. In: V Congresso Brasileiro de Planejamento Energético. Brasília: V CBPE, 2006.

SWITKES, G. (Org.). 2008. **Águas Turvas: Alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas**. São Paulo: International Rivers Network.

TARROW, S. 1996. **States and Opportunities: the Political Structuring of Social Movements**. In: Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. Cambridge University Press. Cambridge.

THE ECONOMIST. 2014. **Pacific Alliance countries sign historic agreement**. In: The Economist online. 14/02/201. Disponível em: <http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1391538923&Country=Chile&topic=Economy> Acesso em 3/03/2014.

TOLEDO, J. R. de. 2012. **Brasil vai mal em índice da ONU que mede riqueza natural**. In: O Estado de S. Paulo, 28/03/2012.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2010. **World Investment Report: investing in a low-carbon economy**. New York: United Nations. Disponível em: http://unctad.org/en/Docs/wir2010_en.pdf. Acesso em 08/05/2011.

UNITED NATIONS. 2012. **The future we want. Rio +20** - United Nations conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro, Brazil: United Nations.

UNU-IHDP and UNEP. 2014. **Inclusive Wealth Report 2014. Measuring progress toward sustainability**. Cambridge: Cambridge University Press. (United Nations University - International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change).

UOL. 2015. **Ex-premiê peruano nega vínculo com José Dirceu e corrupção no Brasil**. In: Jornal UOL online, 06/08/2015. Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/08/06/ex-premie-peruano-nega-vinculo-com-jose-dirceu-e-corrupcao-no-brasil-193375.php>. Acesso em 08/08/2015.

VASCONCELLOS, P. M. C. 2014. **Atuação das Empresas Brasileiras: Governança e Segurança em Projetos de Infraestrutura No Equador, Peru e Bolívia**. In: 8º ENCONTRO DA ABCP. Disponível em: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/24_6_2012_14_23_56.pdf Acesso em 08/09/2014.

_____. 2014. **As Construtoras Brasileiras e o Processo de Integração Regional na América do Sul**. Polis [En línea], 39 | 2014. Disponível em: <http://polis.revues.org/10461> Acesso em 04/01/2015.

_____. 2015. **A Política Externa Brasileira e a Internacionalização das Empresas de Engenharia e Construção na América do Sul, a partir de 2002**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais (IREL), da Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18283/1/2015_PatriciaMaraCabraldeVasconcellos.pdf Acesso em 8/07/2015.

VEJA Online. 2015. **Vídeo: em reuniões no Peru, Dirceu falou de Lula e Petrobras**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/videoemreunioesnooperudirceufaloudelulaepetrobras>. Acesso em 10/08/2015,

VEGA, J.S. 2011. **Inambari: la Urgencia de una Discusión Seria y Nacional. Pros y Contras de um Proyecto Hidroeléctrico**. In: PRO NATURALEZA [Fundacion Peruana para la Conservacion de la Naturaleza], Junho de 2011. Lima (Peru). Disponível em: <http://www.pronaturaleza.org/archivos/pdf/INAMBARI.pdf>. Acesso em 28/08/2011.

VEGA, J. S.; MALKY, A.; REID. 2012. **J. Costos y Beneficios del Proyecto Hidroeléctrico del Río Inambari**. In: Série Técnica nº 13. Lima (Peru): Conservación Estratégica.

VIGNA, A. 2014. **O custo do Neo desenvolvimento: Odebrecht, uma transnacional alimentada pelo Estado**. In: Le Monde Diplomatique, 02/10/2013, Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1501>. Acesso em 15/06/2014.

VIOLA, Eduardo & BASSO, Larissa. 2015. **Brazilian Energy-Climate Policy and Politics towards Low Carbon Development**. In: Global Society. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13600826.2015.1028904> Acesso em 22/08/2015.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. 2012. **Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil**. In: Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, set. 2012.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M.; RIBEIRO, T. L. 2012. **Climate governance in an international system under conservative hegemony: the role of major powers**, Rev. Bras. Polít. Int. (RBPI), 55 (special edition): 9-29.

VENTURA FILHO, A. 2009. **Políticas y Perspectivas para Integración Energética**. In: Seminário Internacional de Integração Energética Brasil-Peru. Rio de Janeiro: GESEL/IE/UFRJ, 15 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/eventos/peru/Altino.ppt#286,1,Slide 1>>. Acesso em: 13/12/2010.

WENDT, A. 1994. **Collective Identity Formation and the International State**. American Political Science Review, v. 88, n. 2, p. 384-396.

_____. 1999. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=s2xjEd0ww2sC&dq=Social+Theory+of+International+Politics&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&ei=gmnKS920CcGLuAFLI_mIBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q&f=false Acesso em: 09/04/2013.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). 2012a. **“Emerging Actors in Development Finance: A Closer Look at Brazil’s Growth, Influence and the Role of BNDES from World Resources Institute (WRI)”**. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <http://insights.wri.org/news/2012/12/closer-look-evolution-brazils-overseas-investments>, 21/12/2012. Acesso em 26.12.2012.

_____. 2001. **Um Divisor de Águas na GOVERNABILIDADE GLOBAL? Uma Avaliação Independente da Comissão Mundial de Barragens**. Por Dubash, Navroz K. et al, Washington, DC: World Resources Institute (WRI). Disponível em: http://pdf.wri.org/wed_portuguese_summary.pdf. Acesso em 14/08/2013.

_____. 2012b. **A Closer Look At The Evolution Of Brazil’s Overseas Investments**. Apresentação em PowerPoint preparada por Roland Widmer. Disponível em: <http://insights.wri.org/news/2012/12/closer-look-evolution-brazils-overseas-investments>. Acesso em 19/06/2013.

WWF-PERU. **The many faces of the Camisea natural gas project**. Sem data. Disponível em: http://wwf.panda.org/what_we_do/where_we_work/amazon/problems/other_threats/oil_and_gas_extraction_amazon/camisea_amazon.cfm. Acesso em 18/08/15.

ZANELLA, C.; OLIVEIRA, K; SIQUEIRA, I. de. 2014. **A América Latina leva seus mares à Haia: a disputa marítima entre Peru e Chile e a decisão da CIJ**. In: Boletim Mundorama, 5.4.2014.

DOCUMENTOS RELEVANTES:

Acuerdo para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil. Lima (Peru), 03 de Maio de 2010. Disponível em: <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/file/Electricidad/Acuerdo%20Peru-Brasil%203%20may%202010.pdf> . Acesso em: Agosto de 2011.

Pronaturaleza, DAR, Ciencia y Desarrollo - Universidad Cayetano Heredia, Facultad Derecho - Universidad Científica del Sur, Universidad Nacional agraria La Molina, Museo de Historia Natural. Feveireiro de 2010. **Recomendaciones para el Acuerdo de integración energética entre Peru y Brasil.** Carta aos diversos ministérios Peruanos.

ANEXOS

Índice dos Anexos

ANEXOS

ANEXO I: Relação das principais entrevistas conduzidas em viagem de pesquisa de campo no Peru – agosto de 2014 e Perguntas Norteadoras

ANEXO II: Cartas da Odebrecht Informando a desistência do projeto hidrelétrico Tambo 40 endereçadas à imprensa (El Comercio), Ministerio de Energía y Minas e Governo Regional de Junin

ANEXO III: Materiais de Campanha:

- a. *Dam Project Threatens a Way of Life in Peru* – New York Times
- b. *El Pongo de Mario Vargas Llosa*
- c. *Brazil Eyes The Peruvian Amazon* (IRN)

ANEXO IV: Acuerdo Para el suministro de electricidad al Perú y exportación de excedentes al Brasil. Lima, 03 de maio de 2010 - Assinado

ANEXO V: Goldman Environmental Prize Concedido à Ruth Buendía Ashaninka - 2014

ANEXO I
RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS ENTREVISTAS CONDUZIDAS EM VIAGEM DE
PESQUISA DE CAMPO NO PERU – AGOSTO DE 2014

Presidencia del Consejo de Ministros, Oficina Nacional de Diálogo y Sustentabilidad	Alto Comisionado	Vladimiro Huaroc Portocarrero	EXECUTIVO
Ministerio de Energía y Minas	Vice-Ministro Assessor del Despacho Viceministro de Energía Dirección de Concesiones Eléctricas Oficina de Gestión Social	1.Edwin Cantanilla Acista 2.David Orosco Zumaran 3.Ing. Alcides Claros Pacheco 4.Martin del Alcazar Chavez 5.Wuido Chavez Falcaon 6.Rolf Perez Camadrena (Inambari)	EXECUTIVO mdelalcazar@minem.gob.pr wchaez@minem.gob.pe rperez@minem.gov.pe
Ministerio del Ambiente	Vice-Ministro Asesor	1.Mariano Castro 2.Jimpson Dávida	EXECUTIVO 6116000 nexo 1035 jdavila@minam.gob.pe
Ministerio de Relaciones Exteriores	Conselheiro responsable por Brasil	Stephan Mutze Ponce	EXECUTIVO
Vice Ministerio de la Interculturalidad	Consultor Independente	Sandro Saetonne	EXECUTIVO
Embaixada Brasileira em Lima	Diplomata que participou das negociações para o Acordo Secretaria responsável por Energia, Infra Estrutura e Meio Ambiente	Cesar Bonoamigo Talita Borges Vicari	EXECUTIVO BRASIL
Congreso de la República	Presidente de Comision Ordinaria Relaciones Exteriores	Martin Belaunde	LEGISLATIVO PERUANO
Comite de Operacion Economica del Sistema Interconectado Nacional (COES-SINAC)	Cesar Butron Fernandez	Presidente del Directorio	EMPRESA PÚBLICA (Empresa de Regulação do setor elétrico)
Eletrobrás Andina	Jefe de la Sucursal Andina	Saul de Santana Mendonça	EMPRESA NACIONAL CAMPEA NACIONAL
Eletrobrás – escritório Rio de Janeiro	Departamento de Gestão de Ativos no Exterior	Rafael Lopes de Albuquerque	EMPRESA NACIONAL CAMPEA NACIONAL

	Superintendência de Operações no Exterior		
Electroperú	Ex Presidente do Conselho	David Grandes Gomez	EMPRESA PUBLICA
CARE Central Ashaninka do Rio Ene	Presidenta	Ruth Buendía Metzquiari	ONG INDÍGENA, MOV. LOCAIS E TRANSNACIONAIS
AIDSESP Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana	Juan Reategui, Rosy Guimaraes	Asesor Aidesepp Mujeres indígenas	ONG INDÍGENA, MOV. LOCAIS E TRANSNACIONAIS
WWF PERÚ	Director de Conservación	Juan Carlos Riveros	ONG INTERNACIONAL
DAR – Derecho Ambiental y Recursos Naturales	Presidenta Analista socioambiental Especialista del Area Amazonía Director Ejecutivo	Vanessa Cueto la Rosa Patricia Patron Francisco Rivasplata Cesar Gamboa	ONG PERUANA COMUNIDADE EPISTEMICA
Ing. Expert consultor en Energía y Medio Ambiente	Consultor DAR, SER, SPDA (Inambari)	Dr. Jose Serra Vega	ONG PERUANA / ESPECIALISTA COMUNIDADE EPISTEMICA
Pronaturaleza	Consultor Pronaturaleza	Marc Dourojeanni	ONG PERUANA / ESPECIALISTA COMUNIDADE EPISTEMICA
SPDA Sociedad Peruana de Derecho Ambiental	Directora, Programa de Ciudadania y Asuntos Sociambientales,	Carmen Heck Advogada	ONG PERUANA
Fórum Solidaried Perú, Latinidad Red Latinoamericana sobre Deuda, Desarrollo y Derechos	Diretor Ejecutivo Responsable del Área de Comunicaciones	1.Jiancarlo Castiglione Guerra 2.Giann A. Velásquez Marchena 3. Romina Rivera Bravo	ONG PERUANA
International Rivers	Diretor Amazonia Latin America Program Coordinator	1.Brent Millikan 2.Monti Aguirre	ONG INTERNACIONAL
Earthrights International Peru	Coordinadora Programa Amazonia	Ximena S. Warnaars	ONG INTERNACIONAL
Movimiento Ciudadano rente al Cambio Climatico MOCICC	Comite de Coordinacion	Antonio Zambrano Allende	ONG NACIONAL
Univ. Nacional de Ingenieria - UNI	Coordinadora Académico del Doctorado en ciência Energetica	Jamie E. Luyo	ACADEMIA

OMNISOL Global Energy Consulting	Gerente General	Gaston Miranda Zanardi	EMPRESA (consultor MRE e Andrade Gutierrez)
Odebrecht Energia	Director	Erlon Arfelli	EMPRESA
ENERSUR GDF SUEZ	Gerente Comercial y de Regulacion	Daniel Camác (vice-ministro de Energia y Minas durante negociações)	EMPRESA
NO BRASIL - Principais			
ODEBRECHT	Diretor De Sustentabilidade Infra estrutura	Luiz Gabreil Azevedo	EMPRESA BRASILEIRA
BASE energia sustentável	Diretor e fundador	Demostenes Silva	Consultora do WWF para elaborar estudo Conectividade tios
Agroecone	Fundador	Arnaldo Carneiro	Ex TNC protocolo sustentabilidade IHA
WWF GESEL UFRJ pesquisador Consultor BNDES	Ex Lider Iniciativa Amazonia viva Pesquisador	Pedro Bara (durante as três filiações institucionais)	ONG internacional ACADEMIA BANCO
WWF	Lider Iniciativa Amazonia viva Chair of the Environmental Chamber of Sustainability Protocol International Hydropower Association	Claudio Maretti Jian Hua	ONG internacional INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL
International Rivers Network (IRN)	Diretor Programa Amazonia Diretora Programa América Latina	Brent Millikan Monti Aguirre	ONG internacional INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL
TNC	Chair of the Governance Committee of Sustainability Protocol International Hydropower Association	David Harrison	ONG internacional e INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL
INESC	Assessor para Assuntos Políticos e Socioambientais (anterior) Pesquisadora da UFSC (atual)	Ricardo Verdum	ONG BRASILEIRA ACADEMIA COMUNIDADE EPISTEMICA
USP	Professor do Departamento de Engenharia	Celio Bermann	ASSESSOR MAB ACADEMIA COMUNIDADE EPISTEMICA
OTCA - Organización del Tratado de Cooperación Amazónica	Coordinador de Medio Ambiente Secretaria Permanente de la	Antonio Matamoros, Biól., M.Sc.	Orgao multilateral
GESEL UFRJ	Pesquisador e Professor	Prof. Rubens Rosental	ACADEMIA e CONSULTORES EMPREENHEIRAS BRASILEIRAS
GESEL UFRJ	Pesquisadora	Paola (Bolívia)	ACADEMIA consultora Camargo Correia e ANP
ITAMARATY	Ex Secretario do Itamaraty Divisão da América Meridional – III (Peru)	Samuel Pinheiro Guimaraes Alex Guimarães	GOVERNO BRASILEIRO

	Professor dos cursos do Rio Branco e assessor	Luis Salomao	
ITAMARATY		Diversos representantes	
Ministério de Minas e Energia	Diretor de Concessões Elétricas Analista de Infraestrutura	Ricardo Suassuna Adriano Silva Diversos representantes	GOVERNO BRASILEIRO
EMBAIXADA DO PERU NO BRASIL.	Segundo Secretário – Responsável por Desenvolvimento e Integração Fronteira, Conectividade Física Perú-Brasil IIRSA, Assuntos Econômicos-Comerciais, Negociações Econômicas Internacionais, MERCOSUR, Cooperação Técnica	Miguel Zegarra VALENTE	GOVERNO PERUANO
EPE	Analista Professora da UFES	Adriana Fiorotti Campos	GOVERNO BRASILEIRO (anterior) ACADEMIA (atual)
BNDES Área de Comércio Exterior (AEX)	Assessoria	Priscilla Assis Pinto da Matta Otavio Lobão	BANCO BRASILEIRO

PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA AS ENTREVISTAS NO PERU

1. Como fueran los esfuerzos para integración cooperación energética entre Perú y Brasil que resultaran en la firma del “*Acuerdo para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil*”?
2. Como están caminando los esfuerzos? **Cuales fueran los principales obstáculos** enfrentados para el avance de da cooperación energética entre Perú y Brasil que resultaran en la firma del “*Acuerdo para el Suministro de Electricidad al Perú y Exportación de Excedentes al Brasil*”?
3. Cual fue a participación das empresas interesadas en construir as obras e exportar a electricidad en la formulación do Acuerdo Energético Brasil-Perú?
4. Como fue la actuación de las redes de organizaciones no gubernamentales locales y transnacionais (ONGs), para a suspensión y/o el anulación de las plantas? Como fue la estrategia de acción para la campaña contra el Acuerdo?
5. Hugo cambio de dirección? Por qué? Gobierno Central y cuales departamentos cambiaran la posición? Puno, Cusco, Madre de Dios como fue sus posiciones?
6. El discurso diplomático brasileiro de Cooperación sul-sul, solidaridad e interesse nacional, fundamentos mencionados para la firma del acuerdo, reflète el comportamiento y la realidad das acciones tomadas no Peru?

ODEBRECHT

acht Perú Ingeniería y Construcción S.A.C.

Lima, 24 de octubre de 2011

CARGO

Señor
Ing. Roberto Carlos Tamayo Pereyra
Director General
Dirección General de Electricidad
Ministerio de Energía y Minas
Av Las Artes Sur 260, San Borja
Lima

MINISTERIO DE ENERGIA Y MINAS	
OFICINA DE ADMINISTRACIÓN DOCUMENTARIA Y ARCHIVO CENTRAL	
RECIBIDO	
3	25 OCT. 2011
2138002	
Hora:	
Registro:	
La recepción del documento no es señal de conformidad	

De nuestra especial consideración:

Por medio de la presente, me es grato dirigirme a usted con relación al Oficio N° 757-2011/MEM-DGE que fuera remitido a nuestra empresa por su Dirección General, en el que se nos pone en conocimiento un pronunciamiento de la central Ashaninka del Río Ene (CARE), sobre el proyecto de la Central Hidroeléctrica Tam40.

Como debe ser de su conocimiento, a la fecha hemos cumplido con las obligaciones que teníamos respecto a esta Concesión Temporal y hemos entregado ya, a su Dirección General, el estudio de factibilidad de este proyecto y hemos recibido la devolución de la respectiva fianza.


Como parte de estos estudios, hemos evaluado de manera preliminar los potenciales impactos y las posibles soluciones ambientales para el desarrollo sostenible en las comunidades y áreas de influencia de este proyecto. Hemos conocido también, la posición de las comunidades nativas respecto a este proyecto.

Frente a este escenario, y siendo respetuosos de las opiniones de la población local, hemos decidido no continuar con los estudios complementarios sobre la Central Hidroeléctrica Tam40 y manifestamos no tener interés en el proyecto. Esta posición ha sido comunicada al Gobierno Regional de Junín para que informe a las autoridades locales y representantes de las comunidades (ver carta anexa).

Quedamos a su disposición, así como de otras autoridades y representantes de las comunidades nativas para que, en caso manifiesten su interés en el desarrollo sostenible de este proyecto, evaluemos la eventual continuidad de los estudios.

Aprovechamos la oportunidad para reiterarle nuestra distinguida estima.

Atentamente,



Edón Arfelli
Director
C.E. 000139125

cc. Luis Alberto Espinoza Quiñones, Vice Ministro de Energía

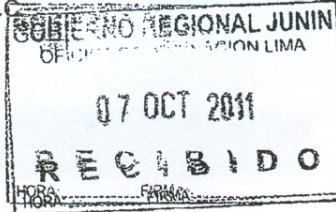
MINISTERIO DE ENERGIA Y MINAS	
OFICINA DE ADMINISTRACIÓN DOCUMENTARIA Y ARCHIVO CENTRAL	
RECIBIDO	
3	25 OCT. 2011
2138003	
Hora:	
Registro:	
La recepción del documento no es señal de conformidad	

LIMA-PERU
Av. Victor A. Belaunde N°. 280-Of. 502
San Isidro - Lima
Tel. 0051-1-217 2800
Fax. 0051-1-223 7300

ODEBRECHT

Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción S.A.

Lima, 05 de octubre de 2011



CARGO

Señorita Abogada
SONIA ALINA CORTEZ PORRAS
Responsable de la Unidad de Gestión de Conflictos Sociales
Gobierno Regional de Junín
Huancayo

De nuestra especial consideración:

Por medio de la presente nos dirigimos a usted para saludarla muy cordialmente y asimismo para dar respuesta a su atenta Carta N° 047-2011-GRJ-GRDS del 15.08.11.

Sobre el particular, deseamos informarles, que la concesión temporal para desarrollar estudios para la Central Hidroeléctrica Tam 40 otorgada mediante la Resolución Ministerial N° 453-2010-MEM/DM, se obtuvo luego de que la Dirección General de Electricidad (DGE) del Ministerio de Energía y Minas, verificó y evaluó que se cumplía con los requisitos establecidos en el Reglamento de la Ley de Concesiones Eléctricas. Esto consideraba la realización de Talleres Informativos, como el llevado a cabo el 16 de setiembre del 2010 en el distrito de Satipo, en el cual participaron representantes del Ministerio de Energía y Minas, de la central Ashaninka del Río Ene, de la Administración Local del Agua. Además, nos hemos reunido también con los jefes y representantes de las comunidades, en la Comunidad de Poyeni, para informarles sobre este proyecto y conocer su posición al respecto.

Les informamos también que nuestra organización ha retirado su interés por desarrollar el proyecto de la Central Hidroeléctrica Tam 40 en el río Tambo. El motivo de esta decisión obedece principalmente a la oposición de las comunidades nativas y otras entidades e instituciones del gobierno regional, gobiernos locales y sociedad civil.

En tal sentido, agradeceremos se informe debidamente de esta posición, a fin de evitar que se generen conflictos sociales como nos manifiesta en su carta.

Quedamos a disposición de las comunidades y autoridades regionales y locales para volvernos a reunir en cuanto nos expresen formalmente su voluntad o interés de retomar la iniciativa de este proyecto.

Propiciamos la oportunidad para reiterarle nuestra distinguida estima

Erlon Arfelli
Director
C.E. Nro. 000139125

LIMA-PERU
Av. Victor A. Belaunde N°. 280-Of. 502
San Isidro - Lima
Tel. 0051-1-217 2800
Fax.0051-1-223 7300

OPIC/033 - 2011

Lima, 14 de noviembre de 2011

Señores

Diario El Comercio

Presente.-

Atención: Dr. Francisco Miró Quesada Rada
Director

De nuestra consideración:

Con relación al artículo publicado el día domingo 13 de Noviembre, en la página A18, bajo el título "Ashaninkas rechazan un proyecto que los inunda", deseamos poner en su conocimiento que nuestra Organización ha manifestado antes las autoridades pertinentes su intención de no tener interés en continuar con los estudios y retirarse de la Concesión Temporal Tambo 40, por respeto a las comunidades nativas involucradas, como indicamos en los documentos que se adjuntan.

Del mismo modo, cumplimos con informarle que el Ministerio de Energía y Minas ha declarado la caducidad del la Concesión Temporal PAQUITZAPANGO, la cual no estaba a nombre de nuestra empresa. Por lo tanto, tampoco estamos participando en el mencionado proyecto como erróneamente se afirma en el mencionado artículo.

En caso precisaran de alguna información adicional al respecto, estamos a su disposición para proporcionarla.

Atentamente,


Raymundo Serra
Gerente General



The New York Times

AMERICAS | BOCA SANIBENI JOURNAL

Dam Project Threatens a Way of Life in Peru

By AARON NELSEN MAY 15, 2012

BOCA SANIBENI, Peru — Along the murky waters of the Ene River, in a remote jungle valley on the verdant eastern slopes of the Andes, the rhythmic humming of an outboard motor draws the stares of curious Ashaninka children.

With encroachment from settlers and speculators, and after a devastating war against Shining Path rebels a decade ago, the indigenous Ashaninkas' hold is precarious. And they are now facing a new peril, the proposed 2,200-megawatt Pakitzapango hydroelectric dam, which would flood much of the Ene River valley.

The project is part of a proposal for as many as five dams that under a 2010 energy agreement would generate more than 6,500 megawatts, primarily for export to neighboring Brazil. The dams would displace thousands of people in the process.

Antonio Metzoquiari, 59, a thin man wearing a New York Yankees baseball cap, considered the implications for his community. "This is a grave matter," Mr. Metzoquiari said. "It's a return to violence, another war. I don't know where or how, but we would have to find a new place to live."

At a time when hydroelectric dams have fallen out of favor in some parts of the world, the projects might seem an anachronism. But dams remain attractive in much of Latin America, where a number of nations have plenty of water but lack other conventional and affordable energy sources.

For now, the project is stalled in the Peruvian Congress, where it awaits debate by the Foreign Relations Commission. President Ollanta Humala has yet to take a position on the dams, but how he manages this and numerous other initiatives across the country that pit development against local and predominantly indigenous communities could very well define his presidency, said Michael Shifter, president of the Inter-American Dialogue, a research organization based in Washington.

“The biggest test for Humala is how he strikes the middle ground,” Mr. Shifter said. “I think he understands that if he moves too hard and too fast on this development path, that it can really come back to bite him.”

Already Mr. Humala is being tested in northern Peru, where thousands of people have taken to the streets in recent months to oppose the \$4.8 billion Conga gold mine that the protesters say would pollute water supplies.

Mr. Humala capitalized on social movements like these, especially among Peru’s large and historically marginalized indigenous population, to win the presidency, much to the chagrin of the middle and upper classes in Lima, the capital, who were the primary beneficiaries of a decade-long economic boom based substantially on mining.

Mr. Humala opposed the Conga mine during the campaign, but he has since given the project his support while pledging to ensure quality of life improvements for surrounding communities. This conciliatory approach might be a first glimpse at how the president plans to achieve his social agenda while assuaging wary investors, said Fernando Romero, a sociologist and an expert on social conflict in Peru.

“I think what we are seeing is that the government will look to mining and investment from Brazil as the principal source of funding for its plan for social inclusion,” he said.

So far, Mr. Humala has not staked out a clear position on the proposed dams, though that is likely to change when President Dilma Rousseff of Brazil visits Peru, a visit expected soon.

Officials with the Energy and Mining Ministry say the dams make economic sense only if much of the energy they produce is exported. The ministry added that while it considered environmental and social issues important, it also wanted to make sure that affected local populations benefit from the projects through electrification.

Despite claims that the welfare of affected communities is a top priority, several of the projects passed feasibility studies before local residents were even informed that the government had awarded concessions on the land. In response to that disclosure, the Central Asháninka del Rio Ene, which represents Ashaninka populations in the Ene River Valley, went to court to compel the Energy and Mining Ministry to disclose all feasibility studies on the dam proposals.

After the project was announced, the organization brought together 17 Ashaninka communities to explain that a dam would inundate some communities and dry out others that depend on the river for sustenance and transportation. Many people would be forced from their homes, critics argue, evoking memories of Peru’s war against the Maoist-inspired Shining Path rebels, which officially ended in 2000 but scarred the Ashaninka.

Of the 70,000 people who were killed over two decades, 6,000 were Ashaninka, experts said. Thousands more were displaced and only over the past few years have they begun to resettle their communities along the Ene.

“This is why the Ashaninka brothers say because we have sacrificed while our families disappeared, I’m not going to give away our land so easily to the state,” said CARE’s president, Ruth Buendia.

She said the Ashaninka do not understand how a project of this magnitude was approved without their knowledge.

“They think we’re going to break windows and protest like in Conga, but we aren’t,” Ms. Buendia said, thumping the table. “Just as they do to us with legal documents we are going to do to them.”

When the scope of the dam project was made clear to the Ashaninka, many expressed disbelief while others worried that an exodus would lead to infighting over diminished resources. The final speaker, Dimer Dominguito, 25, who was accompanied by his wife and five children, captured the Ashaninka’s desperation and outrage.

“In the city they make money and buy whatever they need, but here we live by our customs, our market, eating what we plant and we are happy,” he said. “We want to defend our right to what is natural, to defend our market, and we support the government, but who supports us?”

A version of this article appears in print on May 16, 2012, on page A4 of the New York edition with the headline: Dam Project Threatens A Way of Life In Peru.